

Isabela Veloso Lopes Versiani

**LAZER E QUALIDADE DE VIDA URBANA: análise a partir da
distribuição de equipamentos públicos para vivência físico-esportiva**

Montes Claros-MG
Universidade Estadual de Montes Claros/ UNIMONTES
Março, 2011

Isabela Veloso Lopes Versiani

**LAZER E QUALIDADE DE VIDA URBANA: análise a partir da
distribuição de equipamentos públicos para vivência físico-esportiva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Poder, Processos Socioeconômicos e Ordenamento Territorial

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso
Co-Orientadora: Prof^a. Dr^a. Anete Marília Pereira

Montes Claros-MG
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social -PPGDS
Março, 2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL-PPGDS

Texto de Dissertação intitulada “**LAZER E QUALIDADE DE VIDA URBANA: análise a partir da distribuição de equipamentos públicos para vivência físico-esportiva**”, de autoria da mestrande Isabela Veloso Lopes Versiani, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Doutor Antônio Dimas Cardoso (UNIMONTES / Orientador)

Prof^ª. Doutora Anete Marília Pereira (UNIMONTES/ Co-Orientadora)

Prof. Doutor Hélder Ferreira Isayama (UFMG)

Prof. Doutor Carlos Renato Theóphilo (UNIMONTES)

Montes Claros, 31 de março de 2011.

Dedico este trabalho à cidade de Montes Claros, na expectativa de que os espaços públicos de lazer possam fazer parte da vivência cotidiana de seus cidadãos.

AGRADECIMENTOS

Depois de tantos desafios no percurso desse trabalho, a parte dos Agradecimentos deveria ser uma das mais fáceis. Ao contrário do que parece, com tantos agradecimentos distribuídos durante essa jornada, receio esquecer de alguém. Por isso, de antemão, não vou inventar muito, agradecendo a todos que fizeram parte desse processo, direta ou indiretamente, e, principalmente, àqueles que já fazem parte da minha vida desde que nasci.

A Deus, por me abençoar e proteger, e aos meus pais, Antônio e Margaret, e irmãos, Marcelo e Luisa, por terem me ensinado os valores mais importantes que me acompanham, segue o meu primeiro agradecimento. Apesar da distância, agradeço pelo apoio e carinho dados nos intervalos de fusos horários.

Embora não desde que nasci, mas de quem quero ser companheira pelos muitos anos que ainda temos pela frente, agradeço ao meu marido Allan, por me ajudar e apoiar em todos os momentos da minha vida, inclusive por me instigar a ir atrás dos meus sonhos e ideais. Obrigada por entender meus olhares perdidos na hora do almoço, minhas ausências, me escutar horas e horas sobre o mesmo assunto, sobre meus dilemas e dificuldades, mas também, por dividir comigo as alegrias e conquistas.

Não poderia deixar de agradecer, também, a minha querida avó Neuza, que me acolheu em sua casa quando vim estudar na Unimontes e morar em Montes Claros – cidade que aprendi a amar como ela, mais especial por ser a cidade dos nossos *grandes amores* e que escolhemos para construir nossas vidas.

Quero agradecer, ainda, aos meus familiares e aos do Allan, às minhas queridas primas, além dos meus amigos e amigas de todas as turmas, que não veem a hora para que eu termine logo com *isso...* Obrigada pela paciência e por entenderem as minhas ausências. Também à Zinha, por *segurar as pontas* da casa em vários momentos, além de Darlene, por escutar cada etapa da pesquisa pacientemente.

No plano acadêmico, gostaria de agradecer ao Prof. Antônio Dimas, pela confiança depositada, desde os tempos de graduação em Ciências Sociais, assim como o Prof. Gilmar Ribeiro. Obrigada pelo incentivo para que eu continuasse meus estudos e por acreditarem no meu trabalho. À Prof^ª. Anete Pereira, que aceitou participar da co-orientação, agradeço pelas palavras de incentivo e contribuições preciosas ao trabalho. À Prof^ª. Simone Lessa, pela participação na Banca de Qualificação. Ao Prof. Carlos Renato, não só pela atenção cordial de sempre, mas pela assessoria estatística e participação nas Bancas..

Agradeço, também, ao Prof. Hélder Isayama, por ter aceitado o convite para a Banca de Defesa, assim como ao Prof. Victor Melo, que possibilitou o nosso contato.

Agradeço, ainda, a todos os outros Professores do PPGDS pelas aulas e ensinamentos, à Universidade Estadual de Montes Claros pela possibilidade de ingressar em um Mestrado Público e à FAPEMIG pelo apoio financeiro durante os dois anos de Mestrado, o que me permitiu dedicar à pesquisa em tempo integral.

Aos meus queridos colegas de Mestrado, da turma de 2009, bem como de 2008 e 2010, obrigada pela convivência e amizade. Aos mais próximos, obrigada por escutarem meus desabafos e anseios de pesquisa. Às meninas da Secretaria, Fernanda, Vanessa e Sara, não só pela eficiência nas questões burocráticas, mas por todas as conversas e “cafezinhos” em conjunto.

À Prof^ª. Railma, pela amizade. A todos os colegas do Grupo de Pesquisa LUDENS. Em especial, a Luciano e Gino, pela oportunidade e conversas. Zé, pela leitura do texto, contribuições e palavras de incentivo. Jiu, pelo auxílio na empreitada da pesquisa de campo e conhecimento louvável sobre a cidade de Montes Claros.

No plano técnico, agradeço aos funcionários da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer pelas informações prestadas e por terem disponibilizado os dados necessários à Pesquisa. Agradeço também ao funcionário Bruno, da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, por ter se disponibilizado a me ajudar na tarefa de identificação das áreas dos Campos de Futebol. Ao Gabriel, do Laboratório de Geoprocessamento da Unimontes, pela elaboração dos Mapas e pela paciência com as mudanças solicitadas fora de hora. Ao Prof. Marcos Esdras Leite, pelos esclarecimentos e material para elaboração dos Mapas.

Muito obrigada a todos.

Isabela.

RESUMO

O tema da qualidade de vida urbana tem sido uma problemática emergente que interfere no presente e no futuro das cidades, fortalecido pela crescente sistematização de indicadores que buscam mensurar diversos aspectos que influenciam o bem-estar da população nas diferentes regiões das cidades, auxiliando o direcionamento de ações de planejamento e de políticas públicas no âmbito urbano. O lazer como um direito social se insere nessa discussão por ser um dos temas essenciais ao desenvolvimento da qualidade de vida urbana. A investigação desse campo tem se legitimado a partir da construção de indicadores relacionados, principalmente, com a disponibilidade e distribuição de equipamentos públicos de lazer, importantes para subsidiar ações de políticas públicas na área e contribuir para uma maior democratização de suas práticas. Apesar dos diversos interesses que perpassam a vivência do lazer, nesse trabalho compreende-se o lazer e sua relação com a qualidade de vida na cidade de Montes Claros/MG a partir de sua vinculação às vivências físico-esportivas e aos equipamentos públicos de lazer específicos que foram identificados para essas práticas como: quadras esportivas, ginásios, campos de futebol, *playgrounds*, pistas de *skate*, pistas de caminhada e barras de ginástica. A aplicação dos indicadores propostos e espacialização de alguns programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer foram realizadas com base na proposta de divisão intraurbana da cidade em 26 Regiões de Planejamento. O levantamento das informações a partir do diagnóstico intraurbano encontrado aponta que as quadras poliesportivas são os equipamentos em maior número e melhor distribuídos da cidade, porém as quadras existentes nas regiões de renda baixa apresentam, em geral, uma infraestrutura deficitária. Os campos de futebol estão concentrados nas áreas de renda baixa ou muito baixa, onde ainda há grandes vazios urbanos. Os outros equipamentos são os principais responsáveis pelas diferenças de diversidade entre as regiões, estando concentrados nas regiões de renda média e alta da cidade. Correlacionado com o número da população residente em cada região, o Índice de Qualidade de Vida para o Lazer (IQV-Lazer) proposto aponta uma relação desigual entre o número de equipamentos públicos para cada 1000 habitantes em algumas regiões, sobretudo nas regiões de renda baixa, que possuem indicadores abaixo da média da cidade. Na espacialização dos Programas selecionados, verificou-se que há a utilização de alguns equipamentos, embora a maioria ainda se encontre subutilizada. Espera-se que a discussão desses indicadores possa contribuir para o debate em busca de uma maior democratização do lazer e da qualidade de vida nas cidades, sobretudo na realidade de Montes Claros.

Palavras-Chave: Desenvolvimento, Qualidade de Vida, Lazer, Equipamento Público de Lazer.

ABSTRACT

The issue of urban quality of life has been an emerging issue that affects the present and future of cities, strengthened by the increasing systematization of indicators for better understanding, developed by public administrations and civil society movements worldwide. These indicators seek to measure various aspects of quality of life that influence the well-being of the people in different regions of the cities, helping to direct actions for planning and urban policies. Leisure as a social right is part of that discussion as one of the key issues to developing the urban quality of life. The research in this field has been legitimized through the construction of indicators that primarily involve information concerning the availability and distribution of public leisure equipments, important for supporting public policies actions in the area and to contribute to further democratization of its practices. Despite the diverse interests that underlie the leisure experience, this paper understands the leisure and its relationship to quality of life in the city of Montes Claros/MG, from its connection to life experiences, physical sports and public equipments identified in this city (public courts, gyms, soccer fields, bars, gym, playgrounds, skating rinks and places for walking). Thus, the work aimed to apply intra-urban indicators to understand the distribution of public leisure facilities aimed at those experiences and give an spatialization of some programs developed in the Public Policy System of the City Hall's Department for Youth, Sport and Leisure, with clipping time of the year 2010. This analysis was performed from a georeferenced based on the division of the city of Montes Claros in 26 planning regions. The survey of information-based diagnostic found indicators that the court sports equipment are more and better distributed in the city, but the courts in the regions of low income have an infrastructure deficit. The soccer fields are concentrated in low-income or very low, where there are still major urban voids. Other devices are primarily responsible for differences in diversity between regions, being concentrated in regions of middle and upper income town. Correlated with the number of resident population in each region, the IQV-Leisure points an unequal relationship between the number of public equipments per 1000 inhabitants in some regions, particularly in low income regions, which have indicators below the average of the city. In the spatial distribution of selected programs, it was found that some equipments are used, although most still at underutilized. It is hoped the discussion of these indicators can contribute to the debate in search of a greater democratization of leisure and quality of life in cities, especially in the reality of Montes Claros.

Keywords: Development, Quality of Life, Leisure, Public Equipment for Leisure.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cidades acima de 250.000 habitantes 2010	88
Figura 2: Quadra e Campo de Futebol	112
Figura 3: Praça Nosso Lar (Sumaré)	112
Figura 4: Identificação da Praça de Esportes	112
Figura 5: Identificação da Unimontes	112
Figura 6: Identificação de Condomínio Fechado	113
Figura 7: Identificação do Max-Min Clube	113
Figura 8: Visualização Imagem <i>QuickBird</i> e Regiões de Planejamento no <i>Software ArcGis 9.3</i>	114
Figura 9: Exemplos de Quadras com infraestrutura ruim	130
Figura 10: Exemplos de Quadras com infraestrutura razoável	130
Figura 11: Exemplos de Quadras com infraestrutura boa	130
Figura 12: Quadras Poliesportivas Cobertas	132
Figura 13: Ginásio Tancredo Neves	133
Figura 14: Ginásio Ana Lopes	133
Figura 15: Ginásio. José Corrêa Machado	133
Figura 16: Quadra Peteca (Major Prates)	134
Figura 17: Fut. de Areia (Morada do Parque)	134
Figura 18: Campo extinto (Independência)	135
Figura 19: Campo extinto (São Judas)	135
Figura 20: Campo Dr. João Alves (Sumaré)	136
Figura 21: Campo Castelo Branco (Distrito Industrial)	136
Figura 22: Exemplos de Campos em área verde	138
Figura 23: Campos de Futebol em área institucional com infraestrutura	139
Figura 24: <i>Playgrounds</i> em situação precária de infraestrutura e conservação	142
Figura 25: <i>Playground</i> do Parque Municipal Milton Prates (Major Prates)	142
Figura 26: <i>Playground</i> Praça São José	143
Figura 27: <i>Playground</i> Praça Rosa Mística (Melo)	143
Figura 28: <i>Playground</i> do Parque Florestal da Sapucaia (Ibituruna)	143
Figura 29: Pista de <i>Skate</i> Praça do Maracanã	144
Figura 30: Pista de <i>Skate</i> Praça do Todos os Santos	144
Figura 31: Pista de Caminhada na Avenida Mestra Fininha (Ibituruna)	145
Figura 32: Pista de Caminhada (São José)	146
Figura 33: Pista de Caminhada (Todos os Santos)	146
Figura 34: Avenidas com boa infraestrutura para prática da caminhada (proteção do córrego)	147
Figura 35: Lago Norte (Lagoa da Pampulha), com infraestrutura precária para prática da caminhada	147
Figura 36: Avenida Antônio Lafetá Rebelo, com infraestrutura precária para prática da caminhada	148
Figura 37: Ciclovia Avenida Governador Magalhães Pinto	148
Figura 38: Conjunto de Barras São Judas	149
Figura 39: Conjunto de Barras Vila Oliveira	149
Figura 40: Conjunto de Barras Rotatória Aeroporto	150
Figura 41: Barra insuficiente Praça São José	150
Figura 42: Área com barras insuficientes no Córrego das Melancias	150
Figura 43: Equipamentos de Lazer desativados no Parque Municipal Milton Prates	152

Figura 44: Quadra Poliesportiva na Praça do Morada do Parque	154
Figura 45: Organograma das Divisões e Seções vinculadas ao Secretário Adjunto de Esporte e Lazer da SEJEL/PMMC	163

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Malha Urbana de Montes Claros em 2000	95
Mapa 2: Regiões de Planejamento da cidade de Montes Claros/MG (2006)	102
Mapa 3: Regiões de Planejamento da cidade de Montes Claros: Renda em Dólar/ 2000	105
Mapa 4: Distribuição da População de Montes Claros por Regiões de Planejamento/ 2000	107
Mapa 5: Montes Claros: Distribuição de Quadras e Ginásios Públicos por Regiões de Planejamento (2010)	131
Mapa 6: Montes Claros: Distribuição dos Campos de Futebol por Regiões de Planejamento (2010)	140
Mapa 7: Montes Claros: Distribuição de outros Equipamentos Públicos de Lazer e Locais de Caminhada (2010)	151
Mapa 8: Montes Claros: IQV Lazer por Regiões de Planejamento (2010)	156
Mapa 9: Programas de Esporte e Lazer em Montes Claros: Espacialização nos Equipamentos/ 2010	167
Mapa 10: Programas de Esporte e Lazer em Montes Claros: Espacialização em outros Locais/ 2010	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Renda (Real) per capita das Regiões de Planejamento – 2000	104
Quadro 2: Distribuição de Equipamentos Públicos de Lazer por categoria para cálculo do <i>Fator de Diversidade</i>	126
Quadro 3: Programas de Esporte e Lazer selecionados para especialização	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores de Distribuição de Equipamentos Públicos de Lazer (E.P.L.)	120
Tabela 2: Distribuição de Equipamento Público de Lazer (E.P.L.) segundo classificação por renda (dólar).....	124

LISTA DE SIGLAS

CBDA	Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
FIB	Felicidade Interna Bruta
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IQV- Lazer	Índice de Qualidade de Vida para o Lazer
IQVU	Índice de Qualidade de Vida Urbana
LUDENS	Laboratório de Estudos e Pesquisas do Lazer
MCTC	Montes Claros Tênis Clube
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
OQVSA	Observatório de Qualidade de Vida de Santo André
PIB	Produto Interno Bruto
PMMC	Prefeitura Municipal de Montes Claros
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEJEL	Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer
SEMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA: INTERFACES NO ÂMBITO URBANO.....	25
1.1 A sobreposição da lógica capitalista aos bens de consumo coletivo e a importância da dimensão política	25
1.2 Desenvolvimento Social no contexto urbano: novos direcionamentos para a política urbana no Brasil	35
1.3 A qualidade de vida como paradigma para um outro desenvolvimento urbano ...	45
CAPÍTULO 2	
LAZER E QUALIDADE DE VIDA URBANA: CONSTRUINDO INDICADORES	53
2.1 Mensuração da Qualidade de Vida Urbana: sistemas de indicadores e dimensão intraurbana	53
2.2 Configuração do lazer no espaço urbano: o debate da qualidade de vida como instrumento para sua democratização	62
2.3 Indicadores de lazer nos sistemas de qualidade de vida urbana: a ênfase nos equipamentos públicos de lazer	73
CAPÍTULO 3	
O CASO DA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG	85
3.1 Montes Claros/MG enquanto uma cidade média	85
3.2 Desdobramentos no contexto urbano e configuração territorial	90
3.3 As Regiões de Planejamento como proposta de divisão intraurbana	99
CAPÍTULO 4	
DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER PARA ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA URBANA EM MONTES CLAROS /MG	109
4.1 Delimitações metodológicas para pesquisa de campo: os equipamentos públicos de lazer e a aplicação dos indicadores	109
4.2 Indicadores de distribuição dos equipamentos públicos de lazer por Regiões de Planejamento.....	117
4.3 Políticas de Esporte e Lazer em interface com os equipamentos públicos	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172

REFERÊNCIAS	178
-------------------	-----

INTRODUÇÃO

O interesse pelos espaços públicos de lazer existentes nas cidades me acompanha há muito tempo. Onde quer que eu esteja – na varanda de casa, no passeio da rua, na janela do carro, viajando na estrada – esses espaços raramente passam por mim despercebidos. Observo-os com olhar atento e curioso, cercado de reflexões e questionamentos.

Para além das impressões subjetivas, procurei sistematizar esse interesse ao longo da minha formação acadêmica. Inicialmente no curso de Educação Física (a partir de suas relações com as Políticas Públicas de Esporte e Lazer), posteriormente no curso de Ciências Sociais (com reflexões no campo da Sociologia Urbana e do Planejamento Urbano) e, de modo mais aprofundado no Programa de Pós-Graduação, diante de sua aproximação com a temática da *qualidade de vida* e de sua melhoria, um dos pressupostos do Desenvolvimento Social. A possibilidade de discuti-lo a partir de relações estabelecidas com o campo do lazer, do espaço urbano e da qualidade vida, se por um lado mostrou-se como um desejado desafio, por outro suscitou delimitações conceituais e metodológicas, a serem apontadas a seguir.

Nesse sentido, é importante, primeiramente, reconhecer que o fenômeno urbano é parte de um processo determinado, de apropriação do espaço e de construção de relações sociais, que se origina no contexto da sociedade moderna, em que se destacam as mudanças produzidas pela industrialização e pela expansão do capital no processo de urbanização nas cidades. Aliado ao incentivo à industrialização e à modernização do campo, e ao aumento do fluxo migratório para as cidades, o processo de urbanização levou a um intenso crescimento da população urbana e à explosão de mudanças estruturais e sociais que interferiram nas condições de vida de seus habitantes, ainda em evidência em cidades de países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Vinculado ao modo de produção capitalista, esse processo é marcado por aspectos contraditórios que influem na configuração de diversos conflitos, destacando-se implicações na produção do espaço por interesses privados hegemônicos, emergência de demandas urbanas coletivas e ações mediadoras do Estado, principalmente em relação aos bens de consumo coletivo (“bens de cidadania”), essenciais à melhoria da qualidade de vida.

A urbanização brasileira conduziu o desenvolvimento urbano por um caminho centrado na dimensão econômica, que, se por um lado foi importante para o crescimento industrial e expansão do consumo individual de bens e serviços no país, por outro contribuiu para o aumento dos problemas ambientais, da exclusão social, da violência, da carência de

serviços públicos urbanos de qualidade, entre outros. Essas situações coexistem em muitas cidades brasileiras com grande intensidade, agravadas pelo fato de se concentrarem espacial e socialmente em sua dimensão intraurbana, reproduzindo desigualdades e ampliando contradições, tanto em grandes cidades como, mais recentemente, em cidades médias.

O aumento da urbanização de cidades médias como Montes Claros/MG é hoje uma tendência do desenvolvimento urbano no Brasil, conforme evidenciado pelos dados do Censo (IBGE, 2010), e constitui um campo recente de estudos para compreender, dentre outros aspectos, o surgimento de dinâmicas e problemas semelhantes aos que antes se restringiam às grandes cidades brasileiras.

Em Montes Claros, esse processo teve início nos anos de 1970 e tem-se intensificado por sua condição de polo regional. Atualmente, com população urbana de 344.479 habitantes (IBGE, 2010), além de ser a única cidade da região do Norte de Minas Gerais com população acima de 100.000 habitantes, Montes Claros ainda centraliza as principais atividades econômicas e de serviços (como indústria, comércio, educação, saúde e lazer).

Embora a cidade tenha se desenvolvido em aspectos econômicos e sociais nas últimas décadas, sua inserção em uma região com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e grande desigualdade social terá desdobramentos na dinâmica de sua urbanização e ocupação do solo urbano. Nesse caso, não se pode negar que a alta segregação socioespacial e a carência de serviços e equipamentos públicos comprometem a qualidade de vida de grande parte de sua população, inclusive no acesso às vivências de lazer.

A democratização do lazer, como de outros direitos sociais no Brasil, tem tido dificuldades para ocorrer no âmbito urbano, sobretudo quando se verifica uma intensa associação do lazer à esfera do mercado e da indústria do divertimento, na qual suas práticas e espaços são cada vez mais privatizados e convertidos em mercadorias. Por outro lado, a compreensão do lazer numa perspectiva contra-hegemônica, base para uma nova cidadania (MASCARENHAS, 2000), pode ser um caminho para a ampliação das possibilidades transformadoras do lazer na esfera coletiva, principalmente quando vinculada à importância dos espaços públicos destinados à sua vivência enquanto espaço político que favorece o convívio e a mobilização social na promoção de melhores condições de vida.

Nesse sentido, efetivar o direito ao lazer na realidade do crescimento urbano é reconhecer a necessidade do espaço público de lazer como um direito a ser assegurado pelo Poder Público Municipal e vivenciado pela população. Ao ser incorporado à discussão do planejamento urbano das cidades, o lazer pode contribuir para um maior desenvolvimento

social e bem-estar dos seus habitantes, fazendo-se presente na formulação e na efetivação de políticas públicas voltadas à sua democratização, entendidas como formas de garantir sua vivência na experiência cotidiana dos indivíduos no âmbito urbano.

Tal visão aproxima a discussão do lazer à *qualidade de vida*, expressão recorrente nos debates sobre o presente e o futuro das cidades em todo o mundo e que tem se fortalecido pela crescente sistematização de indicadores de qualidade de vida urbana articulada por redes de cidades e experiências locais. Esses indicadores contribuem para aprofundar o conhecimento das necessidades dos habitantes e das especificidades socioespaciais no interior das cidades, contribuindo para um direcionamento mais efetivo de metas e ações no âmbito do planejamento urbano e das políticas públicas, além de servir como base de informações para reivindicações da própria população.

A busca pela mensuração da qualidade de vida urbana contempla áreas essenciais à compreensão das reais condições de vida de uma população por Administrações Municipais e movimentos da sociedade civil, vinculadas não só a aspectos econômicos, mas que envolvem também questões ligadas ao meio ambiente, serviços urbanos, habitação, mobilidade e transporte, educação, participação política, segurança, saúde, lazer, entre outros. Esses sistemas resultam em conjuntos prioritariamente objetivos de indicadores (embora mais recentemente indicadores subjetivos com base em levantamento de impressões e percepções da população também têm sido construídos) e são operacionalizados a partir de dados georreferenciados no espaço intraurbano.

O geoprocessamento é cada vez mais utilizado como ferramenta para subsidiar ações de planejamento urbano. Como campo crescente de estudos no âmbito urbano brasileiro, sua utilização permite investigar e conhecer melhor diversos fatores que impactam a qualidade de vida urbana, dentre eles questões relacionadas à distribuição de equipamentos e serviços públicos, desigualdades socioespaciais, problemas ambientais, que podem auxiliar o Poder Público no direcionamento de políticas urbanas integradas a outras políticas públicas para redução de problemas e contradições na configuração espacial das cidades.

Dentre as diversas técnicas de geoprocessamento existentes, destacam-se tecnologias e métodos para o processamento digital de dados e informações geográficas, geralmente associados à constituição de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), que permitem realizar análises complexas ao integrar dados de diversas fontes e criar bancos de dados georreferenciados (LEITE, 2006; CÂMARA; DAVIS, 2001), importantes para aprofundar o conhecimento do espaço intraurbano. A compreensão das diferenças intraurbanas pode ser fundamental para direcionar ações no sentido de destinar mais recursos

a áreas socialmente vulneráveis e excluídas, contribuir para o desenvolvimento de uma cidade mais justa e promover uma maior qualidade de vida para todos os seus cidadãos.

O compartilhamento de experiências entre esses sistemas de qualidade de vida urbana é importante para o aprimoramento de indicadores, inclusive na área do lazer, contribuindo para sua legitimação no debate em torno da qualidade de vida nas cidades. Tais indicadores relacionam-se tanto com a dimensão cultural como com a dimensão esportiva do lazer e, em sua maioria, são construídos com base no levantamento do número e da distribuição dos equipamentos públicos disponíveis para sua vivência nas diferentes regiões das cidades.

A aplicação de indicadores para dimensionar a relação entre lazer e qualidade de vida urbana constitui um campo recente de estudos. Embora em diversos meios e discussões seja recorrente uma associação entre o lazer e a qualidade de vida, o aprofundamento teórico e, principalmente, empírico dessa relação ainda é escasso, sendo o presente trabalho uma tentativa de demonstrar a importância da aplicação de indicadores para melhor compreensão do tema em discussão.

Embora o campo de estudos do lazer seja constituído por uma pluralidade de conteúdos culturais, o presente trabalho compreende o lazer e sua relação com a qualidade de vida urbana na cidade de Montes Claros a partir de sua vinculação à vivência físico-esportiva, devido à sua relação direta com o uso de espaços e equipamentos públicos disponíveis em maior número na cidade, com o encaminhamento dado às políticas públicas de esporte e lazer, e com a aproximação da atividade física à construção de um estilo de vida saudável, o que contribui para o bem-estar da população.

Nesse sentido, questões que envolvem os equipamentos públicos tornam-se centrais para compreender a relação entre lazer e qualidade de vida urbana na cidade de Montes Claros. Para o delineamento desta pesquisa, partiu-se dos seguintes questionamentos:

- Quais são esses equipamentos públicos disponíveis na cidade de Montes Claros?
- Como se dá sua distribuição intraurbana?
- Existem programas de políticas públicas de esporte e lazer que utilizam esses equipamentos?

Com base nessas questões, a pesquisa teve como objetivo desenvolver um diagnóstico dos equipamentos públicos específicos de lazer, voltados para vivência físico-esportiva, a partir de seu levantamento, de sua distribuição, de sua diversidade, de seu estado de conservação e de sua utilização por programas de esporte e de lazer da cidade. Através da

aplicação de indicadores georreferenciados, as informações encontradas foram correlacionadas com dados populacionais e renda, sendo importantes para verificar desigualdades existentes nas diferentes regiões da cidade.

Para fins desse estudo, foram considerados como espaços públicos de lazer os equipamentos *específicos* levantados junto à seção de Unidades de Esporte e Lazer, da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL) - Prefeitura Municipal de Montes Claros (PMMC) e os identificados na pesquisa de campo realizada, como ginásios, quadras esportivas, campos de futebol em áreas institucionais e áreas verdes, *playgrounds*, pistas de *skate*, pistas de caminhada e barras de ginástica.

Porém, no desenvolvimento da pesquisa, também foram identificados espaços *não-específicos*, como ruas e avenidas, que servem como “locais de caminhada” para a população e campos de futebol localizados em áreas particulares. Além desses, na espacialização dos programas da SEJEL selecionados, outros locais puderam ser identificados no levantamento, como escolas, centros de convívio, salões de igrejas, clubes, embora não tenham sido contabilizados para cálculo dos indicadores.

A metodologia do estudo é caracterizada no campo teórico pela presença da pesquisa bibliográfica e, no campo empírico, pela pesquisa documental e quantitativa, com análises qualitativas perpassando todas as etapas, que serão detalhadas a seguir. No tocante aos pressupostos lógicos e teóricos, parte-se de uma leitura crítica, tendo como indicativo para sua operacionalização a natureza da realidade social constituída com base no pensamento marxista, na qual os fenômenos observados são considerados a partir de uma realidade que se transforma pela presença da lógica dialética e do conflito na sociedade (ROSSO, 2006).

Fazem parte do delineamento teórico do estudo: identificar discussões sobre a qualidade de vida e sua relação com o desenvolvimento social, bem como sobre os instrumentos de operacionalização do conceito de qualidade de vida urbana com base em sistemas atuais de monitoramento e indicadores; inserir a discussão da dimensão intraurbana como categoria fundamental para compreensão das desigualdades que influenciam a qualidade de vida urbana da população; situar o lazer no debate acerca da qualidade de vida urbana; discutir o espaço público de lazer e suas relações com a qualidade de vida por meio do planejamento urbano e das políticas públicas, entendidos como meios para promover sua democratização.

Inicialmente foi realizado um levantamento a partir de fontes bibliográficas, como livros, artigos, dissertações, teses e relatórios de pesquisa, buscando construir um amplo referencial acerca das principais questões teóricas discutidas durante todo o processo de

investigação, possibilitando uma melhor visão do problema e subsidiando análises e interpretações.

As principais categorias analíticas que sustentam o referencial teórico da pesquisa giram em torno: de uma delimitação do *espaço urbano*, compreendido a partir de sua interação com o modo de produção capitalista e crescente demanda por consumo de bens coletivos pelos diferentes segmentos sociais (CASTELLS, 2000; LOJKINE, 1997; VÈRAS, 2000); do reflexo dessa interação no delineamento da *política urbana* no Brasil (LEFÈBVRE, 2008; CARVALHO, 2009); da relação do planejamento urbano com a emergência de uma maior preocupação com a *qualidade de vida* (HERCULANO, 1998; VITTE, C. 2002, 2009) e de um novo paradigma nas discussões sobre desenvolvimento através do *desenvolvimento social* (SEN, 1993; 2000); das implicações conceituais e aplicações dos *indicadores sociais* no conjunto de políticas públicas para fundamentar a construção de sistemas de indicadores de qualidade de vida urbana (JANNUZZI, 2009; NAHAS, 2009); da discussão sobre desigualdade *intraurbana* como categoria que permite compreender e intervir no *desenvolvimento urbano* com o objetivo de promover a qualidade de vida e a justiça social (NAHAS, 2008; SOUZA, 2008; VILLAÇA, 2001); e da construção de uma categoria teórica para o *lazer*, seus *espaços e equipamentos públicos* voltados para vivência físico-esportiva no âmbito urbano (MARCELLINO, 2007; MASCARENHAS, 2000; PELLEGRIN, 1999).

No campo empírico, primeiramente foram utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental para levantar informações acerca da cidade de Montes Claros, notadamente para contextualizar seu processo de urbanização, com ênfase na produção científica sobre a realidade local e documentos referentes à legislação urbanística do Município.

As impressões da população acerca do lazer na cidade foram consideradas a partir de dados secundários levantados por outros estudos e por fontes documentais, com destaque para as demandas levantadas pela experiência de Orçamento Participativo da Prefeitura Municipal de Montes Claros, no ano de 2007, e pela pesquisa *Políticas e Vivências de Lazer na cidade: o caso de Montes Claros/MG*, organizada por Pereira e Silva (2010) e desenvolvida pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas do Lazer – LUDENS- Unimontes.

O fato de não existir uma divisão intraurbana padronizada para Montes Claros dificulta o planejamento urbano da cidade e traz problemas ao estudo urbano, uma vez que há várias formas de espacializar os dados. Dessa forma, a pesquisa desenvolve-se a partir da proposta de divisão intraurbana da cidade em 26 Regiões de Planejamento (LEITE, 2006), o

que possibilita a discussão do lazer em Montes Claros considerando suas especificidades e diferenças.

Essa proposta padroniza as duas divisões intraurbanas oficiais presentes no Município (a divisão em loteamentos, utilizada pela Prefeitura, e a divisão em setores censitários, utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – para a realização do censo demográfico), o que possibilita correlacionar informações demográficas e socioeconômicas a partir da reconstrução do mapa urbano de Montes Claros, sobrepondo setores censitários e loteamentos com base no conhecimento empírico e nos dados do IBGE (Censo, 2000), o que resulta em uma regionalização urbana da cidade coerente com a semelhança socioeconômica e a localização geográfica (LEITE, 2006).

A partir dessa regionalização, os equipamentos públicos de lazer foram georreferenciados utilizando-se tecnologias associadas ao Sistema de Informação Geográfica (SIG), que possibilita a aquisição, armazenamento, análise e apresentação dos dados levantados na superfície terrestre. Esses dados foram processados no *Software ArcGIS 9.3*, com utilização da Imagem de Satélite *Quick Bird* (2005). Para atualização dos dados levantados, foi também utilizada a Imagem de Satélite disponibilizada pelo *Google Earth* (2009).

A pesquisa quantitativa foi baseada no aprofundamento de análises de outras metodologias utilizadas na construção de indicadores de qualidade de vida urbana para o lazer, que resultaram na adaptação de alguns indicadores específicos para essa temática em Montes Claros, desenvolvidos a partir do georreferenciamento dos dados, com produção de mapas e tabelas. Como indicadores aplicados a cada região forem propostos: Porcentagem do número de equipamentos públicos de lazer existente sobre o total da cidade; *fator de desigualdade regiões*; *fator de diversidade de equipamentos*; Índice de Qualidade de Vida para o Lazer (IQV-Lazer), que informa o número de equipamentos existentes por 1.000 habitantes.

Através desses dados, foi possível conhecer melhor a infraestrutura dos equipamentos públicos de lazer para vivência físico-esportiva em Montes Claros; porém, constatou-se que o campo do lazer acompanha e, em algumas situações, amplia contradições socioespaciais existentes na cidade, influenciado por uma desigual distribuição, conservação e diversidade de seus equipamentos nas diferentes regiões.

Levando em consideração questões como a necessidade de construção de equipamentos em regiões que não os possuem, de ampliação do número e da diversidade de equipamentos disponíveis para a população de cada região, do conhecimento da

especialização dos programas existentes que utilizam esses equipamentos, essa pesquisa procura contribuir para o direcionamento das políticas de esporte e lazer, enfatizando as potencialidades que práticas públicas de lazer realizadas nesses espaços e equipamentos podem ter na vida cotidiana da população e na melhoria de sua qualidade de vida.

Para apresentar essa discussão, a dissertação estruturou-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo é teórico e concentra as bases para a conceituação das categorias trabalhadas no universo do desenvolvimento e da qualidade de vida no âmbito urbano. O segundo capítulo mescla categorias teóricas – que definem lazer e espaço/equipamento público de lazer, indicadores sociais e dimensão intraurbana – ao levantamento de dados empíricos acerca da mensuração da qualidade de vida urbana através da construção de sistemas de indicadores, com recorte na área do lazer; o terceiro capítulo apresenta o contexto urbano de Montes Claros, relacionando-o a algumas questões teóricas levantadas; e o quarto capítulo sistematiza a pesquisa de aplicação dos indicadores de lazer para avaliar a qualidade de vida urbana na cidade a partir do diagnóstico dos equipamentos públicos para vivência físico-esportiva e da especialização de programas de políticas públicas de esporte e lazer na dimensão intraurbana da cidade.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA: INTERFACES NO ÂMBITO URBANO

1.1 A sobreposição da lógica capitalista aos bens de consumo coletivo e a importância da dimensão política

A formação de cidades não é um processo recente, tendo assumido, ao longo dos tempos, diferentes significados, que, segundo Castells (2006), dependem do contexto histórico e das relações que as sociedades estabelecem com o espaço a partir da transformação do ambiente para sua sobrevivência e apropriação diferencial do produto de seu trabalho.

Devido às diferentes influências do contexto histórico e social, as cidades têm sido analisadas a partir de múltiplos olhares que buscam decifrar, de forma isolada ou interdependente, a complexidade de aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos que caracterizam seus processos de formação, expansão, consolidação, fragmentação, entre outros.

No seio da sociedade moderna, o processo de urbanização consolida-se como formação socioespacial dominante, configurado no âmbito de um processo social historicamente específico – o modo de produção capitalista – no qual o espaço urbano passa a ser o centro não só de atividades humanas, mas, também, de atividades econômicas, políticas e culturais, construído pela interação de diferentes agentes e interesses na organização espacial ¹.

Partindo de uma abordagem marxista em estreita relação com o fenômeno urbano, Sérgio Martins (2006, p.64) expõe que o modo de produção capitalista se desenvolveu através da supervalorização do capital, que se tornou hegemônico e subverteu “as condições sociais para a produção da riqueza preexistente em favor do processo de sua própria valorização”, no

¹ A complexidade da produção do espaço urbano formada pela multiplicidade de aspectos envolvidos proporciona variadas possibilidades de interpretação e abordagens de análise. A partir da centralidade dada a um ou outro aspecto, algumas abordagens urbanas significativas foram reflexos ora da interpretação das novas relações estabelecidas entre as cidades capitalistas e a construção de modos de vida diferenciados, com influência direta sobre o comportamento dos indivíduos e o sistema social (estudos ligados à Ecologia Humana da Escola de Chicago no início do Séc. XIX, por exemplo, e sua influência em abordagens interpretativas mais atuais); ora de abordagens de cunho mais economicista (que analisavam a questão urbana a partir da busca pela maximização do uso do espaço na estruturação urbana) ou do desdobramento de análises do sistema capitalista feito por abordagens marxistas, que através do pressuposto teórico do materialismo histórico e da dialética procuraram compreender os reflexos das contradições capitalistas na produção material e social do espaço.

qual o capitalismo, por meio da industrialização, redefiniu os espaços existentes ou constituiu novos de acordo com suas exigências, passando a cidade a ser o epicentro da acumulação capitalista.

Ao longo dos Séculos XIX e XX, o espaço urbano passou a concentrar os locais de produção e reprodução do capital, onde os homens obtêm as condições necessárias à sua sobrevivência de forma desigual, o que resulta em contradições na forma como se produz e distribui a riqueza social. Assim, as aglomerações urbanas refletem a divisão social e territorial do trabalho no processo de acumulação capitalista, no qual se concentram: os meios de produção e a força de trabalho, o capital e o proletariado, a produção e o consumo, os prazeres e as necessidades² (VÈRAS, 2000).

Embora a configuração do urbano tenha transitado por transformações significativas na contemporaneidade³, é comum observar nas cidades, mesmo depois de dois séculos, que legados da desigualdade impostos pelo sistema capitalista – seja por meio de sua base industrial, monopolista, financeira, imobiliária ou informacional – por serem intrínsecos ao próprio sistema, continuam presentes e remodelam o espaço urbano a partir de novas formas e conflitos.

Da clássica descrição de Engels,⁴ acerca da *situação da classe trabalhadora na Inglaterra* nos anos de 1845, na qual são evidenciadas as condições precárias dos bairros operários de algumas cidades industriais inglesas do final do Século XIX, à semelhança de suas características com a descrição das favelas do Século XXI e a constituição literal de um

² Desde o início da industrialização, processos de pobreza e segregação aparecem diretamente vinculados à dinâmica do sistema capitalista, que sustenta a exploração nas relações sociais de produção a partir da apropriação diferenciada dos meios de produção por um grupo restrito de indivíduos, os capitalistas. Por outro lado, somam-se as massas de indivíduos excluídos do controle produtivo, que, para sobreviverem, competem entre si para se inserirem no processo produtivo através da “venda” de sua força de trabalho. Tal dinâmica resulta em graves questões sociais, refletidas principalmente nas configurações espaciais.

³ Para Vêras (2000, p. 11), no contexto da globalização da economia, da constituição planetária de uma sociedade informacional, da ocidentalização da cultura, vê-se que as desigualdades socioeconômicas e culturais entre países e continentes, bem como entre as respectivas populações e seus estratos, são absorvidas e ampliadas pelo meio eletrônico, em cenários que resultam numa nova divisão internacional do trabalho, na fragmentação do processo produtivo e também no nomadismo do capital financeiro, com reflexos na redefinição dos papéis do Estado e das políticas sociais.

⁴ Os traços encontráveis em qualquer bairro operário da cidade capitalista por volta de 1845, segundo Engels (2008), caracterizavam-se por blocos de casas ou cômodos e porões alugados, construções irregulares e precárias, desprovidas de infraestrutura urbana (esgoto, abastecimento de água).

planeta favela nos moldes globalizados, em referência à obra de Mike Davis⁵, constata-se que muitas das dificuldades cotidianas dos mais pobres continuam semelhantes.

Nas cidades contemporâneas, os problemas existentes no meio urbano reafirmam a contradição do capital refletido em novas interações socioespaciais, com o agravante de que tais questões são cada vez mais complexas e ainda distantes de serem solucionadas. Diante desse quadro, é importante aprofundar a discussão em consonância com alguns aspectos que legitimam uma compreensão de cidade vinculada à dimensão social e política das contradições que moldam o cotidiano urbano, inclusive com influências no delineamento da qualidade de vida e práticas de lazer nas cidades.

Com o agravamento dos problemas sociais que se evidenciavam no meio urbano, teóricos como Lefêbvre, Castells e Harvey⁶ propuseram, nos anos 1970 e 1980, uma renovação crítica da pesquisa urbana, na qual os problemas sociais manifestados na cidade passaram a ser vistos como desdobramentos da dinâmica das relações de produção e estrutura de poder na sociedade capitalista, sendo o espaço urbano caracterizado como um produto social das contradições e conflitos de classe (SOUZA, 2008).

Esses estudos denunciavam a raiz dos problemas urbanos na propriedade privada do solo urbano, na desigualdade de acesso aos equipamentos, aos serviços urbanos, à habitação tratada como mercadoria e inacessível às camadas de menores rendimentos, na existência de bairros populares e extensas periferias desequipadas (VÉRAS, 2000, p.16).

Ao expor o quadro de desigualdades que ainda acompanha a constituição do urbano vinculado à expansão capitalista nas cidades, essa abordagem influenciou o desenvolvimento de estudos que procuram explicar processos e mudanças ocorridas no urbano, levando-se em conta aspectos econômicos, mas também, sublinhando processos políticos, práticas de consumo, movimentos sociais e ações do Estado, o que aproxima “o

⁵ A obra *Planeta Favela* de Mike Davis (2006) retrata um fenômeno que se multiplica nas periferias urbanas, principalmente nas cidades do sul do globo, caracterizado pelo crescimento em massa de moradias precárias desde 1960, reflexo da explosão demográfica urbana e consequente crescimento do processo de especulação imobiliária na configuração do espaço urbano. A partir de uma visão crítica, esse autor denuncia uma nova ordem urbana marcada por desigualdades cada vez mais evidentes no presente-futuro das cidades, na qual as favelas são a síntese de um *mundo urbano instável e radicalmente apartado internamente*.

⁶ Henry Lefebvre, *O direito à cidade* (1968); *A revolução urbana* (1970); *O pensamento marxista e a cidade* (1972). Manuel Castells, *A questão urbana* (1972). David Harvey, *A justiça social e a cidade* (1980). As obras desses autores de influência marxista são consideradas uma renovação crítica das pesquisas urbanas na medida em que divergem do viés centrado na influência culturalista, principalmente dos trabalhos da Escola de Chicago, que também tiveram grande expressão e contribuição para a interpretação dos processos urbanos, notadamente nas primeiras décadas do Século XX.

debate sobre a cidade como construção sociológica de um objeto de estudo que é também um espaço da vida e da conquista da cidadania” (VÉRAS, 2000, p. 107).

A referência à cidadania na configuração das cidades aproxima a leitura do espaço urbano à dimensão política de sua produção, o que passa, por um lado, pela compreensão da influência da lógica capitalista nas ações do Estado e no direcionamento de políticas urbanas e, por outro, na resistência contraposta por pressões dos movimentos sociais e conformação de novas lutas urbanas.

A compreensão do espaço como efeito da articulação de múltiplas relações e práticas que movimentam a sociedade gera conflitos que se evidenciam, principalmente, na desigual ocupação e uso do solo urbano; na contradição entre a produção socializada do espaço e sua apropriação privada ou entre seu valor de uso e seu valor de troca, reflexo da regulação das trocas de mercadorias do capitalismo na dimensão espacial.

A base desses conflitos centra-se no fato de que a produção e o consumo de mercadorias são vivenciados de diferentes formas na cidade e dependem do enfrentamento direto dos grupos sociais. A partir do conflito entre reivindicações e interesses, os requisitos urbanos necessários à reprodução do capital e da força de trabalho – como infraestrutura urbana e equipamentos coletivos – explicitam a dicotomia social/privado na dimensão espacial.

Embora muitas análises do desenvolvimento capitalista tenham se centrado na perspectiva econômica refletida na compreensão das contradições entre capital e trabalho, ressaltar a dimensão política para problematizar as relações espaciais urbanas revela novos conflitos que permeiam o cotidiano urbano, notadamente no ponto que diz respeito ao desigual acesso aos bens de consumo coletivo.

Nesse sentido, contribuições como as de Castells (2006), Lojkin (1997) e Lefèbvre (2008) são importantes para aprofundar a análise do urbano baseada na emergência de processos contraditórios, vinculados à esfera política, com ênfase nas intervenções do Estado e surgimento de novas demandas coletivas no contexto urbano; à lógica capitalista no gerenciamento do consumo de bens coletivos; à compreensão do espaço da cidade construído pela ação humana, que prioriza a vida cotidiana e busca um outro modelo de urbanização.

Para Castells (2006), a problemática urbana tornou-se fundamental na sociedade, principalmente quando analisada sob a ótica da reprodução da força de trabalho e de sua formalização em meio ao sistema urbano, por exprimir formas de articulação entre as classes, a produção, o consumo e o Estado. A partir de uma análise integrada do espaço com as lutas sociais e os processos políticos, o autor evidencia que a apropriação e o uso do espaço nas

idades refletem a desigualdade entre os homens, gerada pela intervenção do capital no consumo do espaço e, dessa forma, “não se pode entender o processo de consumo sem o ligar à acumulação do capital e às relações políticas entre as classes” (CASTELLS, 2006, p.551).

Nessa perspectiva, uma unidade urbana não será somente uma unidade em termos de consumo de produção, mas também um espaço cotidiano, em termos de residência e serviços correspondentes, delineado pelo processo de reprodução da força de trabalho que se diferencia em dois tipos: o consumo individual e o consumo coletivo (CASTELLS, 2006). Em linhas gerais, o consumo individual seria o de bens necessários à reprodução da força de trabalho enquanto mercadoria e vinculado à acumulação do capital. Assim, dentro da lógica capitalista, tudo poderia tornar-se mercadoria e, logo, ser objeto de consumo individual.

Porém, Castells (2006) chama a atenção para o consumo que não faz parte direta da esfera do mercado, mas que é representado pelo consumo no qual o tratamento econômico e social se faz por meio do aparelho do Estado e não pode ser convertido em mercadoria, pois, no processo de produção, não gera taxa de lucro satisfatória ao capital. Seriam os “bens coletivos”, ou seja, aqueles bens ou serviços sobre os quais o Estado deve ter o monopólio para assegurar o interesse da classe capitalista no seu conjunto e a partir dos quais se estruturam as reproduções da força de trabalho e das relações sociais. Para esclarecer:

Este consumo coletivo é, portanto, aquele referente aos bens nos quais a produção não é assegurada pelo capital, não por causa de uma qualidade intrínseca qualquer, mas de conformidade com os interesses específicos e gerais do capital: é assim que um mesmo produto (a habitação, por exemplo) será tratado, por sua vez, pelo mercado e pelo Estado e será, portanto, alternativamente produto de consumo individual ou coletivo (CASTELLS, 2006, p. 575).

Outra importante contribuição é a do sociólogo Jean Lojkine (1997), que procurou articular produção e “condições gerais de produção”, trabalho e meios de consumo coletivo (dos meios de transporte aos grandes equipamentos da cidade moderna) com os novos movimentos urbanos, promovendo o encontro entre o espaço urbano e o espaço político (local) para a construção de uma problemática acerca das “políticas urbanas”.

Para melhor compreensão do pensamento de Lojkine, Vêras (2000) esclarece que, do ponto de vista econômico, a cidade absorve uma parte do capital para investir no circuito da produção, realização e repartição da mais-valia, visando à ampliação do capital e à obtenção de meios de produção para os capitalistas. Por outro lado, a autora destaca que existem os aparelhos administrativos e políticos que também se apropriam da repartição da

mais-valia para pagar gastos gerais com a sociedade, inclusive, assegurando a reprodução das condições de produção, da cidade especificamente, e a administração das necessidades sociais. Nesse contexto:

Na segunda metade do século XX, essas necessidades passam a revelar-se sob a ótica dos “equipamentos coletivos”, zoneamento do território, higiene pública etc. Cabe lembrar aqui que a cidade influi nas condições de vida da população: a própria organização do espaço urbano, da infra-estrutura e dos “serviços” determina a qualidade de vida. Na reprodução da força de trabalho, esta tem de consumir e esse consumo pode-se dividir em individual (aqueles bens e serviços comprados individualmente, como alimentos, roupas, móveis, casas, atendimento médico, beleza) dependendo do dinheiro recebido em forma de salário. Há, porém, serviços que são de uso coletivo, mas aos quais o acesso é individual e para aqueles que possam pagá-los (e são organizados geralmente para estes): a chamada infra-estrutura urbana – água, esgoto, eletricidade –, os transportes coletivos, certas formas de lazer e divertimentos públicos. Há, também, uma série de bens e serviços cujo custo recai sobre a coletividade de pagantes de impostos: abertura de ruas, parques e praças, coleta de lixo, iluminação pública etc. O acesso a esses serviços se faz desigualmente pela valorização imobiliária, pois os terrenos e moradias melhor servidos são mais caros, causando assim a distribuição espacial da população (VÉRAS, 2000, p.77).

A realização de necessidades e seus impactos nas condições de vida da população não se revelam da mesma forma para todos no espaço urbano. Com a prevalência do acesso desigual a serviços e equipamentos, a discussão acerca dos bens de consumo coletivo e sua distribuição constituem esses novos conflitos que transpõem a dicotomia capital/trabalho e se firmam nas contradições cotidianas. Agravadas por um processo crescente de segregação espacial e aumento das desigualdades no acesso à infraestrutura urbana e a equipamentos coletivos essenciais, essas contradições manifestam-se por uma maior ou menor “socialização” e/ou “privatização” das relações urbanas, com reflexos e impactos na qualidade de vida.

A partir da interdependência de processos de produção, relações de consumo e relações sociais, as cidades se caracterizam não só pela concentração de meios de produção (do capital e da força de trabalho), base do desenvolvimento econômico, mas, também, pela emergência crescente de demandas por meios (bens) de consumo coletivo, base para o desenvolvimento social no meio urbano, ligado à esfera das condições gerais da produção.

Se a esfera do consumo coletivo estrutura o conjunto necessário para a reprodução da dimensão social no sistema capitalista, é através dela que se amplia a politização dos problemas urbanos e se configuram novas modalidades de conflito entre

grupos sociais no meio urbano. Compreendidos a partir de sua legitimidade social, os meios de consumo coletivo são necessidades sociais que só podem ser satisfeitas coletivamente e respondem globalmente a demandas suscitadas por meio da “socialização” de seu processo de consumo, embora suscitem, por outro lado, uma contradição com relação a suas despesas.

Do ponto de vista da medida capitalista de rentabilidade, elas permanecem, com efeito, despesas sem retorno [...]. O que constitui a importância mesma dos valores de uso dos meios de consumo coletivos se transforma em critério negativo do ponto de vista do seu processo de produção capitalista. Enquanto os meios de circulação social (crédito, bancos, etc.) compensam sua improdutividade pela necessidade de intervirem no nível da reprodução do capital produtivo, os meios de consumo coletivos, na medida em que só intervêm no nível da reprodução da força de trabalho, são, pois, classificados como “supérfluos”, do ponto de vista da reprodução do capital (LOJKINE, 1997, p. 154).

Nessa lógica capitalista, tem-se como consequência a valorização da rentabilidade econômica na reprodução do capital, com ausências e ineficiências no campo dos meios de consumo coletivo, o que compromete a promoção de melhores condições de vida no âmbito urbano. Para buscar modificar esse quadro, é importante considerar a análise do espaço urbano como palco privilegiado para transformação das crescentes contradições da fase atual do capitalismo, vinculando-o essencialmente a uma posição política, em que os papéis do Estado e das reivindicações coletivas no urbano assumem centralidade no debate necessário para promover mudanças.

Partindo de uma análise sociológica da questão urbana, Castells (2006, p. 351) aponta que sua essência “está no estudo da articulação específica dos processos designados como ‘urbanos’ com o campo da luta de classes e, por conseguinte, com a intervenção da instância política (aparatos do Estado) objeto e centro da luta política”. Esse campo se agrava à medida que os problemas urbanos tornam-se problemas políticos, explicitados pelo estreitamento das contradições e maior visibilidade da dominação de classe, principalmente na esfera do consumo, que será marcada “pelos efeitos da desigualdade social considerados como quase naturais” (CASTELLS, 2006, p.351).

Nesse contexto, o estudo da política urbana assume destaque e, para sua melhor compreensão, Castells (2006) enfatiza a planificação urbana e os movimentos sociais urbanos como campos analíticos que estão diretamente ligados. Segundo o autor, a planificação urbana e os movimentos sociais seriam definidos respectivamente como:

[Planificação Urbana] a intervenção do político sobre a articulação específica das diferentes instâncias de uma formação social no seio de uma unidade coletiva de reprodução de trabalho com a finalidade de assegurar sua reprodução ampliada, de regular as contradições não-antagônicas suscitadas e de reprimir as contradições antagônicas, assegurando assim os interesses da classe social dominante no conjunto da formação social e a reorganização do sistema urbano, de modo que se dê a reprodução estrutural do modo de produção dominante. [Movimentos Sociais Urbanos] um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, ao mesmo tempo, pela inserção dos agentes de apoio na estrutura urbana e estrutura social, e de tal modo que seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da correlação de forças na luta de classes, quer dizer, em última instância no poder do Estado (CASTELLS, 2006, p. 541).

Para Vêras (2000), a inserção de aspectos políticos nas contradições urbanas faz emergir o papel do Estado, que passa a mediar a distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo, especialmente em nível municipal, ordenando os equipamentos da vida cotidiana e, por outro lado, tentando regular os efeitos do conflito entre a incapacidade do capital em tornar rentáveis os meios de reprodução da força de trabalho, embora necessários no processo global, e as crescentes reivindicações sociais.

Premido de um lado pela necessidade que o capital tem de reprodução da força de trabalho e dos meios de consumo coletivo para tal e, de outro, pelas exigências das próprias massas populares, o Estado passa a comportar, além das funções políticas tradicionais (militares, administrativas, políticas), as “novas” – meios coletivos de consumo – habitação, urbanização, educação e cultura, transportes etc. (VÉRAS, 2000, p. 75).

Diante desse quadro, a crise urbana torna-se evidente e, segundo Lojkin (1997), agrava-se em função de três limites capitalistas ao processo de urbanização. O primeiro estaria relacionado à dificuldade de financiamento dos meios de consumo coletivo e seu efeito desigual sob os diferentes grupos sociais, principalmente pelo processo de segregação social no qual a localização do espaço torna-se fundamental. O segundo limite estaria ligado à concorrência anárquica entre os agentes que ocupam ou transformam o espaço urbano, com favorecimento dos interesses de grupos privados. O último, a dificuldade de realizar a função social da propriedade na organização do espaço urbano por causa da sobreposição da apropriação privada do solo urbano (uma fusão entre capital financeiro e renda fundiária) na definição do planejamento urbano. Para o mesmo autor:

Longe de suprimir a contradição entre os meios de reprodução do capital e meios de reprodução da força de trabalho, a política urbana vai exacerbá-la, tornando-se instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamento urbano, de acordo com seu grau de rentabilidade e de utilidade imediata para o capital. [...] Agente principal da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classes, o Estado monopolista vai, portanto, refletir ativamente as contradições e as lutas de classe geradas pela segregação social dos valores de uso urbanos (LOJKINE, 1997, p.193).

Se a organização da cidade é marcada pela lógica do capital, que contribui para a segregação socioespacial e desigualdade na distribuição e acessibilidade aos bens coletivos, como é possível pensar a cidade como objeto de estudo que é também espaço da vida e conquista da cidadania, uma vez que sua dimensão social vem sendo preterida ao longo de séculos e sua dimensão política é marcada pela sobreposição dos interesses econômicos nas ações do Estado, inclusive no direcionamento do planejamento urbano?

Mesmo permeado por limites neoliberais e centralizando as contradições capitalistas no processo de urbanização, o papel do Estado na organização política do espaço não pode ter sua função restrita aos interesses de setores privados hegemônicos. A dimensão política do espaço urbano também pode ser lugar da luta por demandas que atendam a necessidades básicas da população, numa perspectiva contra-hegemônica, a partir de múltiplas determinações sociais na configuração do urbano no cotidiano.

O espaço urbano passa a ser considerado, então, como resultado da prática social e humana através de categorias econômicas, estruturas de poder, formas ideológicas e ordenamentos jurídicos que constituem o ambiente construído, local onde se desenrolam os conflitos entre as classes sociais – abrangendo desde a produção ao consumo – e no qual há a separação entre a esfera do trabalho e a esfera da vida (HARVEY, 1980 *apud* VÈRAS, 2000).

É no âmbito do *viver* que se concentra essa discussão. Espaço onde se travam lutas urbanas cotidianas contra as “formas secundárias de exploração e apropriação” provocadas pelo capital (VÈRAS, 2000, p. 99), espaço de resistência e socialização, de residência e convivência, de mobilidade e liberdade, de oportunidades e acesso a equipamentos urbanos, de realização dos direitos sociais; enfim, da esfera do consumo coletivo dos bens e meios que são essenciais à melhoria da qualidade de vida de todo *cidadão* urbano.

Para Lefèbvre (2008), a impossibilidade do urbano para todos só pode ser superada através da prática social e de uma *urbanização crítica*, fazendo retornar o valor do

uso para além do valor da troca e, assim, promover a realização da vida urbana, que não elimina o confronto e a luta, mas, pelo contrário, enseja uma nova produção social do espaço em busca do *direito à cidade*.

Excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. Esse direito do cidadão (se se quiser falar assim: do “homem”) anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos. Do mesmo modo, o direito à cidade estipula o direito de encontro e de reunião; lugares e objetos devem responder a certas “necessidades”, em geral mal conhecidas, a certas “funções” menosprezadas, mas, por outro lado, transfuncionais: a “necessidade” de vida social e de um centro, a necessidade de funções lúdicas, a função simbólica do espaço [...] (LEFÈBVRE, 2008, p.32).

A vinculação de uma *urbanização crítica* em busca do *direito à cidade* aproxima essa nova produção social do espaço. Para Damiani (2009), a *urbanização crítica*, é parte de um processo necessário de desvendamento da produção do espaço, em que se reconhece a influência da acumulação capitalista na totalização do urbano pela economia, base do aprofundamento de crises sociais. Segundo a autora, a *urbanização crítica* surge para se contrapor à ideologia do planejamento tecnicista, da suposta ordem que fundamenta socialmente a urbanização desordenada, considerando, e não menosprezando, o sentido do caos espacial que prevalece na urbanização contemporânea. Através dela, é possível resgatar formas de subjetividade concreta, individual e social, contrapostas ao processo social abstrato dominante, que leve à percepção da crise social, com projetos sociais e políticos a seu propósito.

Embora o panorama das questões urbanas atuais siga o modelo de desenvolvimento baseado na perspectiva econômica, a contra-hegemonia da dimensão política no urbano, amparada pelas crescentes reivindicações coletivas, tem ensejado processos de reformas e mudanças, mesmo que lentas, em direção a novos modelos de planejamento urbano que priorizem o *espaço do viver* e, conseqüentemente, resultem em novas configurações sociais do quadro urbano.

Tal processo perpassa um novo paradigma na produção do espaço aliada à prática social. É caracterizado pela emergência de discussões acerca de outras formas de desenvolvimento urbano, centradas na dimensão social e no atendimento às especificidades e

necessidades da população de cada cidade através de um planejamento urbano mais participativo, ao invés de uma produção material do espaço apoiada no planejamento urbano tecnicista. Com reflexos no contexto urbano brasileiro, essas influências têm proporcionado novos debates acerca da questão urbana no país e de alternativas para solucionar suas contradições, problemas e impasses no campo da política urbana, no acesso ao consumo de bens coletivos e na busca por uma melhor qualidade de vida, assuntos que serão aprofundados nos tópicos seguintes.

1.2 Desenvolvimento social no contexto urbano: novos direcionamentos para a política urbana no Brasil

A partir do exposto anteriormente, a compreensão das relações sociais do capitalismo como relações de exploração e dominação irão se manifestar *no e pelo* espaço a partir de uma visão instrumental, na qual setores dominantes têm como base para a ação a forma de propriedade inerente às relações de produção – a propriedade privada do solo – que no plano institucional faz explodir contradições que conformam o destino espacial da sociedade para um “verdadeiro caos” (LEFEBVRE, 2008).

Hoje as classes dominantes se servem do espaço como de um instrumento. Instrumento para vários fins: dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos, organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas (LEFEBVRE, 2008, p.160).

A instrumentalidade do espaço aplicada ao campo da política urbana tem sido palco para o delineamento institucional de suas regras a partir de um controle tecnocrático, que organiza o espaço em função dos interesses da acumulação capitalista e, conseqüentemente, de uma preocupação estratégica para atingir um maior desenvolvimento econômico, sobrepondo-se às demandas coletivas.

No espaço estratégico, passam a vigorar a importância e o interesse das relações de força entre: “as ‘autoridades’, os grupos, as administrações, os capitais e capitalistas, as instituições, os povos, os Estados etc.”, no qual “a inerência do econômico ao político (e reciprocamente) ganha, assim, seu alcance e seu sentido” (LEFÈBVRE, 2008, p. 176).

Também no campo das teorias acerca do desenvolvimento aplicadas ao contexto político, nota-se, ao longo do tempo, que a incorporação do nível econômico como principal dimensão de seu processo de evolução, ditado pela expansão do modo de produção capitalista e revolução técnico-científica, deixou de lado transformações qualitativas necessárias no âmbito social.

Esse paradigma se impôs como uma ideologia a ser seguida pelos países periféricos dos anos 1950 em diante, pautado pelo discurso que reproduzia o crescimento econômico como único meio de sobrevivência possível para esses países e para a resolução de seus problemas, nos quais as condições sociais da população seriam melhoradas em consequência do próprio crescimento econômico.

A obsessão por esse crescimento e pela elevação do *padrão de vida* – sintetizados, respectivamente, pela busca da industrialização total com aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e pela elevação do PIB *per capita* como medida e garantia de bem-estar – negligenciou visões que iam além dos quantificadores econômicos e das realidades complexas que se formavam em razão desse rápido processo, principalmente no âmbito social.

Com o agravamento dos problemas sociais em decorrência desse modelo de desenvolvimento, ficou evidente que a centralidade no paradigma material precisava ser reexaminada, principalmente no final da década de 1970 e anos 1980, visto que a integração entre processos técnicos e aspectos econômicos, além de ter produzido efeitos perversos no meio ambiente, não incrementava qualidade de vida para contingentes expressivos da população, especialmente para os mais pobres. O debate crítico acerca do esgotamento epistemológico da concepção “economicista” de desenvolvimento intensificou-se a partir dos anos 1990, em especial nos países periféricos, como é o caso do Brasil, sendo reconhecido e legitimado por diversos organismos internacionais.

As principais análises procuram interpretar as consequências e os problemas causados por esse modelo que, no âmbito urbano – apesar de promover o crescimento econômico, com expansão capitalista da produção e do consumo – foi responsável pelo aumento dos impactos ambientais, da reprodução de desigualdades, da pobreza, da exclusão social, contribuindo, também, para o aumento da segregação socioespacial e acessibilidade desigual ao consumo de bens coletivos nas cidades. Tais esforços críticos refletiram-se em reformulações do paradigma acerca do desenvolvimento, ainda em construção, que busca

relacionar a interdependência dos fatores econômicos, políticos, sociais e ambientais nesse processo⁷.

Da superação da noção de desenvolvimento, unicamente sob o aspecto econômico, as concepções que se seguem complementam-se e concentram-se acerca de uma nova perspectiva valorativa de dimensões como liberdade, meio ambiente, justiça e humanidade. Embora assimile o crescimento econômico como parte integrante do desenvolvimento social, essa perspectiva se pauta, principalmente, pela preocupação com a qualidade de vida para além da racionalidade instrumental dos meios técnicos, incorporando em sua discussão uma racionalidade substantiva, ligada a valores indispensáveis à construção da dignidade social do ser humano e realização de suas capacidades (SEN, 2000; SACHS, 2004; VEIGA, 2005)⁸.

A noção substantiva de desenvolvimento social formaliza a incorporação permanente de valores construídos para proporcionar uma vida mais digna e cidadã, com ampliação das liberdades, possibilidades e oportunidades dos indivíduos na garantia dos seus direitos, em contraposição aos “direitos” do mercado e da valorização dos meios técnicos voltados à difusão da racionalidade material. Essencialmente, essa noção busca promover uma maior emancipação e autonomia dos países e de seus cidadãos.

No quadro urbano, a incorporação epistemológica da dimensão social ao paradigma do desenvolvimento econômico explicita violações de direitos cotidianamente – sobretudo das populações marginalizadas e adensadas nas periferias dos polos urbanos em todo o mundo – e resgata a importância das lutas urbanas e sua dimensão política, principalmente na busca pela superação de acesso e consumo desiguais de bens coletivos entre os grupos sociais.

O desvendamento da “ordem” subjacente ao modo de produção capitalista e das interações sociais reproduzidas pelo capital no espaço traduziu-se na “desordem” desses processos no urbano e na compreensão do planejamento colocado como um instrumento a serviço da manutenção de interesses hegemônicos. Lefèbvre (2008) expõe de maneira clara

⁷ Segundo Rodrigues (2009), o alargamento do debate acerca do desenvolvimento levou ao surgimento de várias adjetivações do termo: “nos anos sessenta ganha força a ideia de participação, a partir de experiências conduzidas nos países periféricos; nos anos setenta, é trabalhado o conceito de ‘ecodesenvolvimento’; nos anos oitenta, toma grande destaque o conceito de desenvolvimento sustentável; nos anos noventa, o conceito é revigorado com os adjetivos ‘humano’, ‘local’, ‘integrado’, ‘social’, entre outros”, sendo o desenvolvimento social aquele que coloca no centro questões como iniquidades sociais de gênero, raça/etnia, renda, emprego, acesso universal a bens de consumo coletivo etc.

⁸ Um exemplo concreto que se tem disseminado em fóruns de discussão por todo o mundo é a substituição do Produto Interno Bruto (PIB), como medida balizadora do desenvolvimento, pelo modelo de Felicidade Interna Bruta (FIB), proposto e colocado em prática pelo Butão, que prioriza os interesses da população e a sustentabilidade ambiental (DOWBOR, 2009).

essa desordem urbana ao descrever o problema da habitação nas cidades francesas, no início da década de 1970, na qual a dinâmica da interação entre burguesia, trabalhadores, Estado e espaço, embora guarde especificidades contextuais e temporais, pode ser aplicada à compreensão das questões urbanas em outros lugares, inclusive das cidades brasileiras.

No curso do processo acelerado de urbanização que transcorre há vinte anos, uma grande parte dos trabalhadores e das classes médias foi, portanto, alojada de uma maneira relativamente aceitável, mas sem invenção arquitetônica ou urbanística. Ao contrário, essa expansão das cidades é acompanhada de uma degradação da arquitetura e do quadro urbanístico. As pessoas, sobretudo os trabalhadores, são dispersadas, distanciadas dos centros urbanos. O que dominou essa extensão das cidades é a segregação econômica, social, cultural. O crescimento quantitativo da economia e das forças produtivas não provocou um desenvolvimento social, mas, ao contrário, uma deterioração da vida social. Os subúrbios são cidades explodidas e ruralizadas. Não se trata apenas de Paris. A urbanização da sociedade é acompanhada por uma deterioração da vida urbana: explosão dos centros, a partir de então privados de vida social, pessoas segregativamente repartidas no espaço. Estamos diante de uma verdadeira contradição. De um lado, a classe dominante e o Estado reforçam a cidade como centro de poder e de decisão política, do outro, a dominação dessa classe e de seu Estado faz a cidade explodir (LEFÈBVRE, 2008, p. 149).

Essa visão apresenta dilemas enfrentados pelo planejamento urbano que, de acordo com Cintra⁹ (1974, p.126 *apud* CARVALHO, 2009, p.29), sugerem a definição de modalidades específicas pautadas pela escolha na repartição dos benefícios coletivos entre a igualdade e a promoção do interesse geral *versus* a desigualdade e o favorecimento de algumas classes em detrimento de outras. Outro dilema seria o da “democracia *versus* autocracia e, nesse caso, as questões envolvidas relacionam-se com a distribuição dos recursos de poder e com os critérios de acesso ao processo de tomada de decisões públicas”. Dilemas que perpassam a história da política urbana desenvolvida no Brasil.

A sobreposição do econômico ao social na conformação das cidades nos moldes capitalistas chegou ao Brasil com a expansão do processo industrial, em meados do século XX. Transformando relações de poder e impulsionado no Estado brasileiro por um modelo desenvolvimentista, esse processo teve como reflexo, por um lado, o incentivo à industrialização com um intenso crescimento das cidades e, por outro, a reprodução de desigualdades históricas também no âmbito urbano, principalmente no controle de seu espaço,

⁹ CINTRA, Antônio Octávio. *Nota sobre os condicionantes políticos do planejamento urbano*. Cadernos do Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte, nº2. 1974. p. 115-138

o que contribuiu para o agravamento das contradições sociais e aprofundamento do quadro de exclusão no país.

A materialização do controle político do espaço derivado das forças econômicas se refletiu no predomínio de planos de desenvolvimento urbanos submetidos aos ajustes e planos econômicos, principalmente no período pós – 1964, durante a Ditadura Militar. Segundo Carvalho (2009, p. 33):

Não obstante a existência de experiências anteriores em planejamento urbano no Brasil, foi somente a partir da metade dos anos 60 que se iniciou uma etapa de proposição sistemática e da constituição de um sistema nacional de planejamento, ou de instituição de um processo continuado de planejamento urbano. As propostas desse período, identificadas com o regime político autoritário, marcaram-se por uma perspectiva nitidamente globalizante e foram reconhecidas por sua modalidade compreensiva.

Essa realidade foi, ao longo de décadas, um entrave ao desenvolvimento social nas cidades brasileiras. O crescimento da população urbana foi pressionado pelo modelo de desenvolvimento baseado na industrialização acelerada, que não se preocupou com os impactos sociais e problemas urbanos criados, centrado em um discurso que priorizava a configuração técnica do planejamento e a regulação do espaço em conformidade com os interesses do mercado e avanço do capital sobre as cidades, o que dificultou ações do Estado na sua dimensão pública e social.

A modalidade compreensiva característica da política urbana brasileira nesse período configura-se sob as influências de um urbanismo modernista e centralizado, base do modelo de planejamento tecnocrático. Para Carvalho (2009, p.29), esse modelo é reflexo de um projeto ideal de cidade, construído por um “círculo estreito de agentes participantes que o ‘determinam’ e fundado em valores e interesses socialmente restritos. Para sua realização, o pressuposto é a concentração de poder coerente a um processo de decisões tomadas de forma centralizada”, com a utilização das intervenções urbanísticas de iniciativa do Poder Público para criação de condições favoráveis ao incremento dos mercados imobiliário e financeiro. Ainda para essa autora, essas intervenções foram responsáveis por criar e recriar processos de segregação socioespacial, pautadas pelo entendimento de que:

[...] o problema urbano consistiria no funcionamento da cidade e na maximização dos investimentos privados, que se expressavam em uma mistura de usos urbanos vista como incompatível e na necessidade de equacionar adequadamente o congestionamento e adensamento urbano (CARVALHO, 2009, p.29).

Por meio desse modelo, os problemas sociais se intensificaram no meio urbano brasileiro, principalmente quando relacionados ao acesso à moradia e a serviços públicos urbanos de qualidade, prevalecendo a distribuição desigual de serviços e equipamentos pelas cidades, sem gerar grandes melhorias para a maior parte da população. Para Grazia de Grazia (1990), esse modo de ver e fazer as cidades foi responsável por distribuir os homens desigualmente no espaço e por subordinar os direitos políticos, os direitos individuais e a cidadania aos modelos de uma racionalidade econômica.

Frente a essa realidade, mudanças faziam-se necessárias e urgentes no âmbito urbano e essa discussão passou a desenvolver-se com maior força no final da década de 1980, momento de redemocratização e de intensas mobilizações sociais no país. Também, foi nesse período que se articulou um Movimento Nacional pela Reforma Urbana, destacando-se como pontos importantes abordados a função social da propriedade urbana e a necessidade de inserção de novos atores para um processo de gestão urbana participativo, caracterizando o espaço político das lutas urbanas no país¹⁰.

Evidenciou-se, assim, a relevância da discussão em torno de uma nova forma de intervenção urbanística para o Brasil. Nesse processo, a reforma urbana buscava um modelo mais igualitário de vida e, como identificado por Ribeiro (1990, p. 15):

[...] assumiu uma posição contrária à absoluta hegemonia exercida, até hoje, pela propriedade privada do solo urbano; aos múltiplos processos de privatização dos equipamentos coletivos, dos serviços públicos e da infraestrutura urbana; ao recuo da esfera pública no direcionamento do crescimento urbano, aos processos de repressão à luta desenvolvida pela população para o alcance de condições de sobrevivência no espaço urbano; aos processos de especulação com a terra urbana e à falta de visibilidade nas políticas urbanas.

Tal movimento teve influência de críticas, que cresciam em diversos países, direcionadas ao modelo de planejamento urbano vigente até então. Algumas dessas críticas foram deflagradas na obra da americana Jane Jacobs (2000) *Morte e Vida de Grandes Cidades*, escrita em 1961, que evidenciava o problema do distanciamento entre as propostas e intervenções nas cidades, e as dimensões sociais do ambiente construído e necessidades da população, agravado pela centralização do saber técnico-científico e valorização da

¹⁰ O Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) surgiu em meados dos anos 1980, ligado a setores da Igreja Católica, dos movimentos sociais, intelectuais, técnicos da área urbana e entidades organizadas em torno da política urbana, com o objetivo de discutir propostas para as cidades e participar de forma organizada do processo de elaboração da nova Constituição, baseando-se em novos instrumentos urbanísticos para se pensar e conduzir a política urbana no país.

aparência, que desconsiderava outros aspectos fundamentais para a compreensão do funcionamento real das cidades e de uma maior aproximação ao cotidiano.

Estruturava-se, assim, a base para outra modalidade de planejamento – o planejamento participativo – caracterizado, sobretudo, pela necessidade de repensar as formas predominantes de relação entre Estado e sociedade “em face das dificuldades enfrentadas pelo poder público para a provisão de serviços e equipamentos urbanos mediante canais de drenagem das demandas populares existentes” (CARVALHO, 2009, p.43).

O problema urbano é reconhecido como expressão da diversidade de demandas que configuram a realidade urbana, de sorte a corresponder à diversidade de interesses e necessidades dos grupos sociais. Ele pode, além disso, ser visto como expressão dos conflitos que decorrem da apropriação desigual dos benefícios coletivos produzidos na cidade, seja porque os recursos públicos são desigualmente alocados, seja porque a riqueza social é estruturalmente distribuída de forma desigual (CARVALHO, 2009, p.44).

Para a mesma autora, nessa perspectiva, a realidade urbana passa a ser vista com uma clara conotação social, na qual as ações públicas devem direcionar-se para reverter o quadro socialmente desigual na alocação de recursos públicos, através de medidas compensatórias a setores marginalizados, que visem diminuir distâncias sociais e criar instrumentos para viabilizar a participação popular ao longo de toda a cadeia decisória, elevando as possibilidades de conformação do espaço urbano na direção de políticas redistributivas (CARVALHO, 2009).

Aliado a esse debate, o novo rearranjo institucional e político com a redemocratização do país, junto às pressões dos movimentos sociais, possibilitaram para a área da política urbana um ambiente favorável a mudanças significativas no trato de suas principais questões e, com a Constituição de 1988, pôde-se desenvolver as bases para uma reforma urbana através dos artigos 182 e 183. A política urbana começava a ganhar contornos mais consistentes com o objetivo de solucionar a série de desequilíbrios no quadro brasileiro, apontando a busca pela reestruturação das cidades a partir da perspectiva democrática e de um novo modelo de planejamento.

O Estatuto da Cidade foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2001, através da Lei n. 10.257/01, para regulamentar os referidos artigos 182 e 183 do capítulo da política urbana inserido na Constituição Federal desde 1988. Tal estatuto tem como função básica garantir o pleno desenvolvimento da cidade, baseando-se nas funções sociais da cidade e da propriedade, através do estabelecimento de “normas de ordem pública e interesse social que

regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001). Além disso, busca-se estabelecer as diretrizes para que um modelo de gestão democrático e participativo seja incorporado às cidades.

Dessa forma, o Estatuto da Cidade pretende ser um novo padrão para a política urbana, fundado em orientações definidas pela reforma urbana, principalmente com relação à formulação de instrumentos jurídicos e urbanísticos que garantam uma nova lógica de universalização do acesso aos serviços e equipamentos urbanos; uma gestão para as cidades que priorize a dimensão política de participação de seus habitantes nos processos de planejamento; além da prevalência do interesse social sobre os interesses particulares que resulte na construção de um espaço urbano mais justo e equilibrado.

A superação da centralização da dimensão técnica no planejamento, através das novas possibilidades de intervenção do Estatuto da Cidade, desenvolve-se com a ampliação da gestão democrática, na qual a população se envolve diretamente na organização da cidade, aproximando-se da esfera política através da participação em conselhos de política urbana, na proposição de projetos, nas decisões relativas aos Planos Diretores¹¹ e leis orçamentárias, entre outras.

Nesse processo de regulamentação, o *direito à cidade*¹² é visto a partir de uma dimensão ampla, legitimado pelo direito de uso e ocupação do solo urbano, ao saneamento básico, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos, ao acesso ao mercado de trabalho, ao lazer, entre outros, integrado a mecanismos sociais de incremento da qualidade de vida, passando a exigir a redefinição de espaços urbanos, novas práticas de cidadania e reformulações de políticas públicas específicas no direcionamento das ações de planejamento urbano.

Embora o Estatuto da Cidade seja estruturado através de instrumentos urbanísticos, econômicos e jurídicos para promover “a garantia de direitos, a gestão democrática das cidades e a equidade social com a justa distribuição de benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização” (CARVALHO, 2009, p.52), sua execução na atual

¹¹ O Plano Diretor é o instrumento central da política urbana. De acordo com o Estatuto da Cidade, ele é parte do processo de planejamento municipal, que influencia a elaboração do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual a partir de suas diretrizes e prioridades. Dentre os instrumentos do planejamento municipal, destacam-se no art.4º, inciso III, a gestão orçamentária, o disciplinamento do parcelamento, do uso e ocupação do solo, o zoneamento ambiental, a gestão orçamentária participativa, planos, programas e projetos setoriais e os planos de desenvolvimento econômico-social.

¹² Conforme já citado, a expressão *direito à cidade* foi proposta por Henry Lefèbvre (1968) e significa o direito à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados.

conformação socioespacial, tanto das grandes cidades brasileiras como, recentemente, nas cidades médias, tem sido um intenso desafio.

O alcance social das políticas urbanas ainda se encontra distante da garantia de bem-estar dos cidadãos e acesso à cidade, em que se reconhece o peso da exclusão e segregação socioespacial, bem como de disputas entre os segmentos sociais acerca de suas necessidades e interesses. Para Ribeiro e Cardoso¹³ (1989 *apud* CARVALHO, 2009, p. 62):

De forma simplificada, esses interesses reúnem, de um lado, os cidadãos ou grupos que, por deterem parcelas da riqueza social, têm algo a ser preservado ou acrescentado. De outro lado, estão os setores sociais que desde sua origem são desiguais, dada a forma como estão inseridos nos processos de produção e apropriação da riqueza social. Esses últimos se identificam às camadas populares da sociedade, cujas estratégias de sobrevivência constituem-se nas evidências urbanas das situações de conflito. Trata-se de parcelas da população que, uma vez expulsas ou segregadas, habitam favelas ou cortiços, em periferias urbanas com limitações de acesso a serviços e equipamentos coletivos e, muitas vezes, em situações de irregularidade em relação à posse e propriedade da terra.

Apesar do Estatuto da Cidade representar uma possibilidade de contestação e inovação em direção a outro modelo de planejamento urbano, é uma lei que ainda carece de força e implementação prática. Segundo Maricato (2003), uma das principais dificuldades é a aplicação, de fato, dos novos instrumentos urbanísticos, sobretudo quando se deseja reestruturar o quadro de produção espacial fazendo cumprir a função social da propriedade, o que diminuiria o lucro especulativo.

Volta-se nesse ponto aos impasses discutidos anteriormente, principalmente no que se refere ao papel do Estado e suas ações para prover acesso aos bens coletivos, e às lutas urbanas cotidianas dos estratos sociais mais pobres, notadamente, na dificuldade de o Estado materializar as intervenções públicas para reduzir os efeitos dessas contradições no espaço urbano. Para Lefèbvre (2008), os custos sociais da negação *do direito à cidade* são muito mais elevados que os de sua realização, embora esse não seja o discurso predominante. Para o autor, a superação desses impasses dependeria de uma mudança profunda das relações sociais a partir de um modo de produção transformado, no qual a gestão e a produção coletiva do espaço fossem orientadas para o desenvolvimento social como seu fim último.

¹³ RIBEIRO, Luiz César, CARDOSO, Adauto. *Plano diretor e gestão democrática da cidade*. Seminário sobre Plano Diretor Municipal, 23-25 de agosto de 1989, FAU-USP, São Paulo.

O direito à cidade, tomado em toda a sua amplitude, aparece hoje como utopiano [...]. Os custos podem parecer exorbitantes, sobretudo se contabilizados nos marcos administrativos e burocráticos atuais.[...]. É óbvio que só um grande crescimento da riqueza social, ao mesmo tempo que profundas modificações nas próprias relações sociais (no modo de produção), pode permitir a entrada, na prática, do direito à cidade e de alguns outros direitos do cidadão e do homem. Um tal desenvolvimento supõe uma orientação do crescimento econômico, que não mais conteria em si sua “finalidade”, nem visaria mais a acumulação (exponencial) por si mesma, mas serviria a “fins” superiores (LEFÈBVRE, 2008, p.34).

Aplicada à realidade cotidiana das cidades brasileiras, inclusive de Montes Claros, a implantação de normas urbanísticas que servem a “*fins*” superiores se encontra defasada em relação aos usos urbanos e necessidades da população. Embora possam estar sinalizadas nessa nova modalidade de planejamento, as necessidades de parcela da população não são efetivadas na prática, ficando restritas às normas jurídicas de concepção do planejamento público, distantes da sua gestão por meio de instrumentos urbanísticos e formas de apropriação social do espaço. Invariavelmente, prevalecem impasses entre um modelo de gestão participativo, visando o bem-estar coletivo, e o tecnicismo – ainda predominante na execução do planejamento brasileiro – principalmente quando orientado para a satisfação de demandas corporativas, especialmente as imobiliárias, em detrimento da qualidade de vida da maioria da população no espaço urbano do país.

Frente às dificuldades, o debate acerca da implementação, de fato, desse novo modelo de planejamento urbano tem se ampliado e fortalecido, principalmente quando associado à perspectiva da qualidade de vida, temática tão presente hoje em dia nos mais variados campos. Nos dizeres de Lefèbvre (2008, p.150), diante da constatação de um crescente mal-estar que desperta a consciência de que “em meio à prosperidade capitalista relativa e ao crescimento da produção, há muita insatisfação”, muitas pessoas passaram a referir-se à “qualidade de vida”, qualidade do espaço ou com o querer “mudar a vida”. A preocupação com a qualidade de vida tem relação direta com a qualidade do espaço, esta última entendida a partir da ideia de um “um espaço social elaborado, complexo e exitoso, numa palavra, apropriado, e não somente dominado pela técnica e pelo poder político; o que estaria associado com o mudar a vida” (LEFÈBVRE, 2008, p. 150).

Para proporcionar essa mudança, Lefèbvre (2008) destaca que o crescimento econômico e o desenvolvimento social não podem mais se confundir e, apesar de durante muito tempo ter-se acreditado que o crescimento indefinido da produção e da produtividade

levaria ao desenvolvimento qualitativo, é preciso reconhecer que o crescimento quantitativo não levou a satisfação das principais necessidades.

Quando associada à busca de soluções para os problemas urbanos, a qualidade de vida passa a envolver uma mudança de valores acerca da forma como as cidades têm-se estruturado e relaciona-se diretamente a um modelo de desenvolvimento urbano que prioriza a justiça social, a ampliação de oportunidades e a melhoria das condições de vida da população, aproximando a cidadania do cotidiano urbano. Como um novo paradigma aliado à busca de um maior desenvolvimento social nas cidades, a temática da qualidade de vida urbana em interface com o planejamento urbano constitui-se em um campo recente de estudos, que pode contribuir para o direcionamento de ações integradas da política urbana com outras políticas, perfazendo uma nova forma de pensar e viver nas cidades.

1.3 A qualidade de vida como paradigma para um outro desenvolvimento urbano

Em função de sua complexidade, definir o tema da qualidade de vida coloca-se como um desafio particular, pois abrange diferentes abordagens e problemáticas. A expressão *qualidade de vida* não é nova, mas a sistematização da área enquanto campo de pesquisa em sua totalidade pode ser considerada como um fenômeno recente.

O campo da saúde foi o que mais se utilizou da pesquisa relacionada à qualidade de vida, principalmente no que se refere ao tratamento de pacientes com problemas crônicos de saúde; avaliação e decisão nas intervenções médicas e efeitos de determinados medicamentos nos indivíduos (YUAN; YUEN; LOW, 1999). Nos últimos anos, essa expressão ganhou cada vez mais espaço em outros campos de pesquisa e, particularmente, no campo do desenvolvimento, envolvendo a dimensão econômica, ambiental, social e urbana, e contemplando aspectos individuais, coletivos, materiais, imateriais, objetivos e subjetivos.

Embora a preocupação com a qualidade de vida tenha se incorporado em alguns discursos políticos e sociais a partir da década de 1960, no bojo do modelo economicista predominante, foi a busca pela elevação do PIB *per capita* que se impôs como referência nas décadas seguintes e superou a discussão da necessidade de mudanças quantitativas e qualitativas na forma como as questões relativas às condições de vida vinham sendo tratadas, principalmente das populações pobres.

Recentemente, com o agravamento dos problemas propiciados por esse modelo, a temática da qualidade de vida voltou a ganhar destaque, vinculada, principalmente, à

dimensão ambiental e social no contexto urbano, conforme visto no tópico anterior. Muitos estudos e pesquisas passaram a problematizar seu conceito e sua repercussão em relação a essas áreas, sendo consenso entre os pesquisadores notar a complexidade envolvida na delimitação de seus principais aspectos.

De fato, definir qualidade de vida não é uma tarefa simples, sobretudo se levarmos em consideração sua dimensão individual, pessoal e subjetiva – vinculada às diferentes percepções, valores, necessidades e desejos relacionados em uma mesma situação – que variam segundo condições culturais, temporais e espaciais diferenciadas. Somente por essa constatação, discutir qualidade de vida para se chegar a um denominador único seria uma tarefa praticamente impossível.

Por expressar uma área multidisciplinar do conhecimento, a qualidade de vida irá constituir-se em uma temática complexa, que envolve elementos do cotidiano do ser humano, sendo tomada como expressão de dimensões ligadas à construção de um estilo de vida, modo de vida ou condições de vida das pessoas e que, no senso comum, tem incorporado uma visão positiva em relação a esses termos, mesmo sendo difícil estabelecer definições claras acerca de seus aspectos.

Um primeiro passo, para maior delimitação, é compreender que a qualidade de vida está diretamente associada a uma melhoria no bem-estar das pessoas, tanto no plano individual quanto no coletivo e, nesse sentido, segundo Marques (2007), não pode ser analisada como algo a ser alcançado que depende exclusivamente da atitude individual do sujeito em mudar seus hábitos, mas deve centrar-se na busca por alternativas para a melhoria do nível de vida do maior número de pessoas possível, e isso não depende só do sujeito, embora os meios de comunicação e o mercado se apropriem cada vez mais desse discurso para promover produtos e convencer a população que, ao adquiri-los, também estão “adquirindo” uma maior “qualidade de vida”¹⁴.

Como forma de buscar sistematizar esse universo, a construção da compreensão da qualidade de vida tem-se desenvolvido com referências, concepções, construção de indicadores e procedimentos metodológicos vinculados a dois campos principais: o que envolve aspectos objetivos e o dos aspectos subjetivos. Para Marques (2007, p.23):

¹⁴ Para Marques (2007), esse discurso é muito corrente em ambientes comerciais, propagandas de alimentos e condomínios residenciais. Semelhante a esse uso pode ser, também, a associação da qualidade de vida à construção ideológica presente no *city-marketing* promovido em algumas cidades. Segundo Souza (2008, p. 303), algumas vezes o *city-marketing* pode não se constituir como um instrumento informativo confiável nas cidades por encontrar-se “deformado”, “resultado da tentativa de influenciar não apenas investidores e turistas em potencial, mas toda uma opinião pública, formando uma imagem de cidade conforme aos interesses e à visão de mundo de grupos dominantes”, que nem sempre corresponde à realidade, pois busca um discurso que esconde suas mazelas sociais.

Pontos de vista objetivos buscam uma análise ou compreensão da realidade pautada em elementos quantificáveis e concretos, que podem ser transformados pela ação humana. A análise desses elementos considera fatores como alimentação, moradia, acesso à saúde, emprego, saneamento básico, educação, transporte, ou seja, necessidades de garantia de sobrevivência próprias da sociedade contemporânea. Essa perspectiva se caracteriza como uma busca por dados quantitativos e qualitativos que permitem traçar um perfil de um indivíduo ou grupo em relação ao seu acesso a bens e serviços [...]. Com esse tipo de tratamento, torna-se possível estabelecer quadros de perfis socioeconômicos para ações voltadas à melhoria da Qualidade de Vida para os sujeitos envolvidos. A análise da Qualidade de Vida sob um aspecto subjetivo também leva em conta questões de ordem concreta, porém, considera variáveis históricas, sociais, culturais e de interpretação individual sobre as condições de bens materiais e serviços do sujeito. Não busca uma caracterização dos níveis de vida apenas sobre dados objetivos, mas relaciona-os com fatores subjetivos como emocionais, expectativas e possibilidades dos indivíduos ou grupos em relação às suas realizações, e a percepção que os atores têm de suas próprias vidas, considerando, inclusive, questões imensuráveis como prazer, felicidade, angústia e tristeza.

A ênfase que aqui será conferida à esfera objetiva da qualidade de vida, assim como de seus instrumentos e indicadores, não desconsidera a importância da esfera subjetiva nesse processo. Embora essas duas dimensões sejam complementares e difíceis de serem analisadas separadamente, a opção por priorizar a discussão com referência à percepção da qualidade de vida mais próxima de seus aspectos objetivos justifica-se pelas enormes dificuldades que o nosso país, e também a cidade de Montes Claros, tem em oferecer acesso integral à população aos bens e serviços que compõem esse campo, principalmente na dimensão do consumo de bens coletivos. De acordo com Marques (2007, p. 29), a compreensão acerca da esfera objetiva é importante em dois aspectos:

- 1) Como instrumento de avaliação das condições de vida das populações, indicando carências de serviços ou de assistência; 2) Como base para caracterização dos grupos em relação aos ambientes socioeconômicos em que estão inseridos. Considerando que a percepção de Qualidade de Vida do ser humano é vinculada tanto às suas subjetividades, quanto às possibilidades de realização do mesmo em sua vida, essa esfera de percepção se caracteriza como um primeiro passo para o entendimento desse campo de conhecimento.

A partir desse recorte, a busca por uma sistematização teórica e empírica acerca do conceito de qualidade de vida tem apresentado desdobramentos no campo do

desenvolvimento, principalmente quando vinculada à satisfação de necessidades humanas fundamentais e seus reflexos para expansão de um modelo que priorize as capacidades humanas, que contribua para a conquista de uma maior autonomia dos indivíduos e que amplie a cidadania.

Uma contribuição nesse aspecto foi relacionar o conceito de qualidade de vida com a satisfação das necessidades humanas – amplamente disseminado pelas experiências Social-Democratas Escandinavas na década de 1970 – que influenciou perspectivas e ações no sentido de compreender o bem-estar social e individual a partir de três verbos considerados básicos à existência humana: ter, amar e ser.

Essas três áreas foram definidas como princípios para a formulação de indicadores sociais, em que a esfera do ter (*having*) seria a das necessidades materiais e impessoais fundamentais para a sobrevivência e para evitar a miséria, com indicadores relacionados a recursos econômicos, condições de habitação, emprego, saúde e educação; a esfera do amar (*loving*) seria a das necessidades sociais, centrada nas relações com outras pessoas e formações de identidades sociais; e a esfera do ser (*being*) seria a das necessidades relativas ao crescimento pessoal, retratada por processos de integração com a sociedade e harmonização com a natureza, atividades coletivas, atividades políticas, oportunidades de lazer, entre outras (ALLARDT, 1993, p. 89-91).

Segundo Claudette Vitte (2002), a importância da experiência escandinava nas discussões sobre a qualidade de vida liga-se, fundamentalmente, às questões políticas no debate sobre bem-estar, no qual a dimensão da participação dos indivíduos nas decisões políticas e atividades coletivas influenciam a vida de todo o cidadão, sendo as políticas públicas um importante instrumento para focalizar os graus de desigualdade social existentes entre os diversos grupos sociais e impor patamares mínimos de bem-estar a serem assegurados coletivamente.

Ainda vinculada à discussão das necessidades humanas, outra reflexão foi discutida pelo economista Amartya Sen (1993), que traçou a relação entre desenvolvimento e qualidade de vida a partir de aspectos valorativos, éticos e morais em meio ao processo. Crítico da compreensão do desenvolvimento restrito ao crescimento econômico, Sen destaca que o fim último do desenvolvimento deve ser a própria vida humana, sendo o aumento do PIB e da renda *per capita* importantes apenas como meios para se atingir qualidade de vida.

Na perspectiva de Sen (1993), o desenvolvimento não deve ser vinculado somente à focalização de bens e de utilidade, mas ser definido em relação àquilo que os seres humanos podem fazer ou ser através de um conjunto de efetivações/funcionalidades humanas

(*functionings*) e da expansão das capacidades (*capabilities*) em desempenhar essas efetivações, tanto em níveis elementares quanto complexos.

Na reflexão de Sen, há a preocupação não somente com o desenvolvimento teórico normativo e empírico, mas também com a prática e as políticas de desenvolvimento, no qual o objetivo da ação pública seria entendido como ampliação da capacidade das pessoas de serem responsáveis por atividades e estados valiosos e valorizados que influem diretamente em seu bem-estar (CROCKER, 1993).

Assim, Herculano (1998) destaca que a qualidade de vida, na perspectiva de Sen, pode ser avaliada em termos de capacitação para alcançar funcionalidades. A capacitação de uma pessoa dependerá de um conjunto de fatores, incluindo-se aí características de personalidade, mas será influenciada, principalmente, pelos arranjos sociais, sendo que a intenção do autor – através do uso do termo capacitação – é a de enfatizar a análise política e social das privações.

A capacitação não se mede pelas realizações efetivas de uma pessoa, mas pelo conjunto de oportunidades reais que ela tem em seu favor. A qualidade de vida não deve, portanto, ser entendida como um mero conjunto de bens, confortos e serviços, mas, através destes, das oportunidades efetivas das quais as pessoas dispõem para ser. Oportunidades dadas pelas realizações coletivas, passadas e presentes (HERCULANO, 1998, p.7).

Apesar de a discussão sobre qualidade de vida ser influenciada por diversos aspectos, inclusive subjetivos, a compreensão de sua associação à efetivação de oportunidades e escolhas pelos indivíduos, através de realizações coletivas, a aproxima de uma posição política que, no contexto urbano, reflete-se nos direcionamentos para ações de planejamento urbano e políticas públicas que contribuam para sua melhoria e ampliação, em estreita ligação com seus aspectos objetivos.

Essa perspectiva recente é enfatizada por Herculano (1998) pela sua possibilidade em tornar o conceito de qualidade de vida um instrumental sociológico, um novo campo não só de estudos, mas de intervenção, definido pelo estudo substantivo, descritivo e normativo das condições de vida social, econômica e ambiental. O conceito de qualidade de vida é então explicitado como:

[...] a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de

informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpo, higidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como a preservação de ecossistemas naturais (HERCULANO, 1998, p. 17).

Efetivar essas condições nas cidades para que seus habitantes possam realizar suas potencialidades e atingir uma maior qualidade de vida tem sido cada vez mais difícil. As diferenças marcantes e constitutivas de espaços segregados nas cidades brasileiras distanciam esse conceito de uma dimensão realmente cidadã no urbano.

A cidade deveria ser o lugar de efetivação de direitos e deveres, o lugar do cidadão, onde “os sinais de cidadania, da igualdade de condições, de acessos, de direitos e deveres comuns a todos deveriam estar inscritos por toda a parte e ser reconhecidos em todos os pontos, mas não é necessariamente o que acontece” (SANTANA, 2000 *apud* VITTE, C. 2009, p.99)¹⁵. Muitas vezes, o que se vê nas cidades é justamente o contrário: à cidadania contrapõe-se a exclusão com suas múltiplas adjetivações refletidas, sobretudo, no acesso ao consumo de bens coletivos. Diante dessa realidade, assegurar o direito a uma vida com mais qualidade restringe-se ao consumo individual de bens e condições materiais de uma minoria da população.

É justamente nesse ponto que Claudete Vitte (2002) retoma a importância da política em ocupar lugar central na discussão sobre o presente e o futuro das cidades e da cidadania como ação coletiva, afirmativa e cotidiana na construção e efetivação de direitos, dando centralidade à questão social no debate sobre políticas de intervenção no espaço urbano e práticas de planejamento urbano na atualidade. Para a mesma autora, a discussão sobre qualidade de vida passa a ser uma das premissas norteadoras do desenvolvimento e do bem-estar, devendo ser considerada como um direito de cidadania.

Nessa perspectiva, outra importante contribuição é dada por Souza (2008), para quem uma das tarefas ao se lidar com o planejamento e a gestão urbanos como pesquisa social aplicada é a de integrar a reflexão sobre aquilo que, sinteticamente, deve ser a finalidade do planejamento e da gestão – o *desenvolvimento urbano*, ou a *mudança social positiva da e na cidade*.

Para Souza (2008), o desenvolvimento urbano é entendido como desenvolvimento socioespacial pensado a partir de dois pilares complementares: um aumento da justiça social e uma maior qualidade de vida, enfatizando a busca por maior autonomia individual e coletiva

¹⁵ SANTANA, Marco Aurélio. Memória, cidade e cidadania. In: COSTA, I. T. ; GONDAR, J. (Orgs.). *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

das pessoas como determinante desse processo e uma análise que contemple não só as relações sociais, mas, igualmente, a espacialidade na discussão.

Entre justiça social e qualidade de vida deve ser enxergada uma relação de *complementariedade essencial*: qualquer dos dois, se tomando isoladamente e sem o outro, é insuficiente para servir de base para avaliações e estratégias de desenvolvimento sócio-espacial; cada um dos dois calibra e complementa o outro. Sem a consideração da exigência de justiça social, falar em qualidade de vida cada vez melhor para um número cada vez maior de pessoas pode, perfeitamente, mascarar a permanência ou mesmo o aumento de desigualdades gritantes de acesso aos recursos e meios de satisfação de necessidades, ainda que o patamar geral se eleve para a maioria ou mesmo para todos (SOUZA, 2008, p.72).

Embora a discussão da qualidade de vida possa ser influenciada por uma série de definições e aspectos, é com referência à promoção de uma maior justiça social e efetivação da cidadania que se compreende sua interface no âmbito urbano e se busca resgatar a centralidade na dimensão social para um verdadeiro *desenvolvimento urbano*.

A partir dessa visão, no trato de discussões teórico-metodológicas acerca da qualidade de vida e de sua relação com o planejamento e gestão urbanos, partilhar-se-á da ideia destacada por Claudete Vitte e Tânia Keinert (2009, p.10) de que, embora a análise da qualidade de vida possa se legitimar no debate por sua dimensão objetiva, individual e, mais recentemente, subjetiva, opta-se por concentrar esforços no avanço da análise da dimensão política da qualidade de vida, que “envolve aspectos relativos ao planejamento e às práticas de gestão pública, à democracia, ao fortalecimento da cidadania, à luta e garantia dos direitos fundamentais da pessoa, bem como dos direitos sociais” e, mais especificamente, do direito ao lazer no espaço urbano.

A qualidade de vida urbana, então, passa a ser apreendida não apenas em nível pessoal ou de uma dimensão individual e subjetiva, mas vincula-se diretamente à sua dimensão coletiva. Levando-se em conta o grau de adequação das características espaciais, ambientais e sociais da cidade às metas, planos e aspirações dos indivíduos, o que deverá ser priorizado é a ligação da qualidade de vida com o desenvolvimento urbano no sentido de aproximá-la ao cotidiano de seus habitantes, com o objetivo de efetivar suas capacidades e ampliar suas possibilidades de escolhas em um ambiente urbano mais justo, humano, cidadão e ambientalmente sustentável.

A qualidade de vida urbana será uma expressão que abrange o conceito de qualidade de vida e também o de qualidade ambiental, mas, além disto, será o conceito espacialmente localizado, reportando-se ao meio urbano, às cidades (NAHAS, 2009, p.126).

Dada a ênfase na dimensão política, a qualidade de vida urbana legitima a preocupação com questões que interferem diretamente nas condições de vida e bem-estar da população urbana, principalmente a partir da garantia de acesso ao consumo de bens coletivos, abarcando áreas que envolvem não só aspectos econômicos, mas também, sociais, ambientais, de cidadania, de serviços urbanos, de habitação, de mobilidade e transporte, de segurança, de educação, de saúde, de lazer, entre outros.

Assim, a melhoria da qualidade de vida da população tem ligação direta com o atendimento de demandas sociais e várias têm sido as tentativas de construção de instrumentos para sua mensuração no âmbito urbano. Através de sistemas de indicadores de qualidade de vida urbana, muitas cidades, por iniciativa de seus gestores públicos ou organizações da sociedade civil, buscam inserir essa temática no desenvolvimento de ações estratégicas para o direcionamento do planejamento e políticas públicas relacionadas às diversas áreas, principalmente através de diagnósticos de desigualdades intraurbanas.

Esses sistemas, em essência, se desenvolvem com base em metodologias preocupadas em construir diferentes indicadores para comparar regiões de uma mesma cidade, redes de cidades ou países, com o objetivo de aprimorar técnicas de mensuração e compartilhar experiências no âmbito do planejamento urbano e das políticas públicas que dependem do real conhecimento dos problemas a serem enfrentados para sua eficácia, inclusive no campo do lazer, ponto em que se aprofunda a discussão do presente trabalho.

CAPÍTULO 2

LAZER E QUALIDADE DE VIDA URBANA: CONSTRUINDO INDICADORES

2.1 Mensuração da qualidade de vida urbana: sistemas de indicadores e dimensão intraurbana

Da discussão global à intervenção local, a preocupação com a qualidade de vida urbana tem sido evidenciada em diversos países do mundo. Algumas de suas características já foram expostas no capítulo anterior, porém, quando se pretende aprofundar o tema no sentido de viabilizar sua mensuração e aplicação no cotidiano urbano através de indicadores, faz-se necessário esclarecer alguns aspectos conceituais importantes, como o próprio entendimento do que seja um indicador.

Herculano (1998, p.11) expõe que “os indicadores constituem informações condensadas, simplificadas, quantificadas, que facilitam a comunicação, comparações e o processo de decisão”. No campo social, a mesma autora acrescenta que “os indicadores sociais propõem-se, ainda, a ser um incentivo para a mobilização da sociedade a fim de pressionar os que tomam as decisões”, sendo úteis para a construção de um futuro mais desejável.

No mesmo sentido, segundo Januzzi (2009, p.133), *indicador social* é:

uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para a pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

A construção desses indicadores não é simples e envolve uma série de escolhas, que irão influenciar as propriedades e critérios selecionados para sua operacionalização, de

acordo com a aplicação a que se destinam e a área temática a que se referem. Dentre essas propriedades e critérios, Januzzi (2002, p.55-56) aponta que:

Além de sua relevância para a discussão da agenda da política social, de sua validade em representar o conceito indicado e da confiabilidade dos dados usados na sua construção, um indicador social deve ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta, deve ser sensível a políticas públicas implementadas, específico a efeitos de programas setoriais, inteligível para os agentes públicos-alvo das políticas, atualizável periodicamente, a custos factíveis, ser amplamente desagregável em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos e gozar de certa historicidade para possibilitar comparações no tempo.

A década de 1960 é considerada por muitos pesquisadores como o marco inicial na construção de indicadores sociais devido às tentativas de organização de sistemas de informações mais abrangentes acerca das condições de vida das populações de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, em contraposição à ênfase que era dada ao crescimento econômico, que restringia a compreensão das transformações e impactos das políticas de desenvolvimento na realidade social, principalmente dos países e populações mais pobres.

Apesar desses esforços, Januzzi (2009) diz que, somente em meados da década de 1980, o campo dos indicadores sociais passou a ser associado intrinsecamente com a consolidação de atividades de planejamento do setor público, aprimorado por esforços conceituais e metodológicos que resultaram em novas experiências de formulação e implementação de políticas públicas, bem como por iniciativas de Universidades, sindicatos, centros de pesquisa e agências vinculadas a Sistemas de Planejamento Público.

Segundo o mesmo autor (2002), esse campo, no Brasil, tem sido influenciado na última década pela descentralização administrativa e tributária em favor dos municípios e da institucionalização do processo de planejamento público em âmbito local pela Constituição de 1988, o que favorece uma crescente demanda por informações sociais e demográficas para fins de formulação de políticas públicas municipais, e desenvolvimento de sistemas de estatísticas municipais com interfaces para sistemas georreferenciados¹⁶.

Diversos municípios de médio e grande porte passaram a demandar com maior frequência uma série de indicadores sociodemográficos às agências estatísticas, empresas de consultoria e outras instituições ligadas ao planejamento público, com o objetivo de subsidiar a elaboração de planos

¹⁶ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é uma das principais fontes de informação para construção de indicadores municipais desse tipo no país.

diretores de desenvolvimento urbano, de planos plurianuais de investimentos, para permitir a avaliação dos impactos ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos, para justificar o repasse de verbas, para disponibilizar equipamentos ou serviços sociais para públicos específicos por exigência legal (para portadores de deficiências, por exemplo) ou por pressão política da sociedade local (melhoria dos serviços de transporte urbano, por exemplo) (JANUZZI, 2002, p. 53).

Porém, Januzzi (2002, p.70) chama a atenção para o fato de que os indicadores sociais possuem limites que podem estar relacionados à baixa capacidade técnica dos gestores para operacionalizá-los, à ineficiente cobertura espacial das análises, à construção de variáveis muito sintéticas que prejudicam a compreensão real das diferenças, entre outros, e que devem ser levados em consideração na definição das prioridades sociais e na alocação de recursos do orçamento público, mas que, se bem empregados, “podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, a formulação e a implementação de políticas”. Um outro limite, para o autor (2002), é que não se deve superestimar o papel e a função desses indicadores, pois apenas o fato de terem sido produzidos não é suficiente para garantir a formulação e implementação das políticas, já que estas dependerão da mobilização e do papel desempenhado pelos agentes responsáveis pela sua execução.

Relacionados à temática da qualidade de vida como uma forma mais abrangente para agrupar temas que compõem o universo da realidade social no âmbito urbano, sistemas de indicadores de qualidade de vida urbana têm se desenvolvido para auxiliar o setor público, principalmente nas atividades de diagnóstico dos problemas, carências e necessidades das cidades e de suas populações e, conseqüentemente, influenciar processos de tomada de decisão, áreas prioritárias para investimento, alocação de recursos, atendimento de demandas, entre outros.

As discussões em torno da mensuração da qualidade de vida guardam relação direta com o debate travado entre modelos os de desenvolvimento e a busca por novos indicadores capazes de ampliar a compreensão da qualidade de vida para além da esfera econômica, com o intuito de agregar outros elementos que permitam o alcance de uma vida mais digna para todos os indivíduos.

Ao aproximar a temática da qualidade de vida urbana à construção de sistemas de informações como instrumentos para subsidiar ações de planejamento urbano e direcionamento de políticas públicas, dois aspectos metodológicos são fundamentais: no primeiro, deve-se construir uma racionalização do conceito de qualidade de vida com o

objetivo de operacionalizar a busca por indicadores válidos; no segundo, deve-se definir o local ao qual o objeto de pesquisa se vincula para proceder à realização de diagnósticos e análises territorializados.

Por ser uma temática complexa, a racionalização do conceito de qualidade de vida no âmbito urbano é essencial para operacionalização de seus indicadores. Ao discutir a proposta de criação do Observatório de Qualidade de Vida de Santo André (OQVSA), no Estado de São Paulo, os autores envolvidos no processo entendem por operacionalização “a busca de indicadores concretos, empíricos, capazes de traduzir e permitir encontrar na prática os conceitos teóricos e as variáveis envolvidas na temática em questão”, com o objetivo de se alcançar uma definição concreta na qual se referencie os indicadores para medi-la (KARRUZ; KEINERT, R; KEINERT, T., 2002, p. 96).

Ainda para esses autores, no caso do OQVSA, e também de outros, faz parte do delineamento conceitual acerca da implantação do sistema de informações sobre qualidade de vida urbana reconhecer que certo reducionismo na definição conceitual e implantação do sistema é necessário, pois “a transformação de um conceito em um indicador invariavelmente implica uma perda, a qual deve-se estar disposto a bancar, caso contrário não se terá indicadores e não se poderá aferir a QV em determinada localidade” (KARRUZ; KEINERT, R; KEINERT, T., 2002, p. 97).

Por expressar uma área multidisciplinar do conhecimento, em interface com diversas áreas e dimensões, a qualidade de vida no âmbito urbano está relacionada ao atendimento de necessidades básicas e acesso aos bens de consumo coletivo ou “bens de cidadania” (aspectos objetivos), a percepções da população acerca de diferentes temáticas que influenciam o bem-estar (aspectos subjetivos) e a questões ligadas ao meio ambiente (aspectos ambientais).

No desenvolvimento de sistemas de informações locais sobre qualidade de vida urbana, o ideal seria que todas essas dimensões fossem contempladas, porém, por se tratar de uma área de conhecimento relativamente recente, da gama de possibilidades temáticas envolvidas em sua definição e do recorte conceitual necessário para viabilizar a construção de indicadores, grande parte desses sistemas tem contemplado a mensuração de aspectos objetivos e ambientais num primeiro momento; outros, já mais avançados, após o levantamento objetivo, iniciam pesquisas levando também em consideração aspectos subjetivos; e há, em menor número, pesquisas desenvolvidas estritamente sobre bases subjetivas, através de dados referenciados por escalas de percepção da população sobre diversos temas pertinentes à qualidade de vida.

Para Nahas (2008, p. 96), quando se trata da formulação de indicadores para instrumentalizar o planejamento urbano – particularmente no nível municipal – “o conceito de qualidade de vida urbana resulta do enfoque no desenvolvimento das cidades e seus problemas socioambientais e da necessidade de monitorar seu desenvolvimento no nível local”, levando-se em consideração, sobretudo, o contexto em que as pessoas vivem com o objetivo de captar, não só, o acesso social a determinados bens e serviços – entendido como o reflexo do acesso a “bens de cidadania”, “considerados essenciais à satisfação das necessidades básicas de uma sociedade num determinado período de tempo” – mas também, expressar a oferta de serviços no espaço, desenvolvendo uma abordagem espacial do acesso da população a tais bens, “sinalizando a localização geográfica dos mesmos”.

Para a mesma autora, a formulação de indicadores urbanos que avaliem a oferta disponível para a população, enfatizando a acessibilidade, possibilita ao Poder Público identificar “prioridades setoriais e também espaciais, para que suas políticas, programas e investimentos resultem em melhoria da qualidade de vida que a cidade oferece a seus moradores”; embora esbarre na dificuldade de lidar nas grandes cidades e, também, mais recentemente nas cidades médias, “com as profundas diferenças em seu interior, nos mais diversos aspectos” (NAHAS, 2008, p.96).

Nessa situação, torna-se indispensável a construção de indicadores georreferenciados no espaço intraurbano, permitindo também ao gestor público local a identificação de prioridades espaciais para certos investimentos, especialmente localização de equipamentos sociais que promovam um acesso equitativo a serviços e bens, promovendo a inclusão e a equidade (NAHAS, 2008, p.96).

A organização de dados georreferenciados, especialmente na dimensão intraurbana, a partir de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) aplicados ao estudo urbano, é fundamental para conhecer a configuração espacial das cidades. Segundo Leite (2006, p. 22):

Essa técnica é um ramo do geoprocessamento bastante utilizada hoje e de suma importância para estudos geográficos de correlação, visto que consegue combinar dados de diferentes fontes e espacializar essas informações em um mapa. Portanto, o SIG é instrumento essencial para análises complexas que envolvem uma grande quantidade de dados, que depois de combinadas e processadas fornecem ao usuário novas informações que podem ser retiradas através de gráficos, tabelas e principalmente mapas.

Destaca-se, nesse ponto, o outro fundamento metodológico indispensável à construção de indicadores de qualidade de vida urbana. Através da realização de diagnósticos e análises territorializados, o espaço urbano passa a ser compreendido a partir das diferenças que conformam a acessibilidade desigual a bens e serviços. Esses indicadores, enquanto instrumentos de planejamento, possibilitam detectar desigualdades espaciais e proporcionar linhas estratégicas de ação para melhorar o bem-estar da população, principalmente nas áreas mais carentes das cidades, aproximando a qualidade de vida urbana à dimensão política.

A qualidade de vida urbana, como processo planejado, pode definir-se como uma política de Estado de natureza política, técnica e administrativa, que analisa o grau de satisfação das necessidades dos indivíduos em um espaço concreto, através das componentes de necessidades básicas, com a finalidade de detectar as desigualdades espaciais do bem-estar e desta forma proporcionar as bases para orientar as políticas, estratégias e ações a serem instrumentalizadas, visando a melhorar os níveis de qualidade de vida e a um melhor manejo dos recursos naturais (CAMARGO MORA, 1997 *apud* KARRUZ; KEINERT, R.; KEINERT, T., 2002, p.98)¹⁷.

De acordo com as ideias discutidas no primeiro capítulo, as desigualdades espaciais são reflexos da influência da dinâmica capitalista no território¹⁸. Segundo Vitte (2009, p.111), por ser “o produto de um processo político e social, portanto histórico, de construção e transformação da natureza pela sociedade” e “condição material reveladora das condições de vida e da maior ou menor presença do poder público na vida das pessoas e de seus lugares”, o território no modo de produção capitalista “expressa-se de maneira desigual, seja na agregação de equipamentos e valor ou mesmo na densidade e qualidade da infraestrutura e dos serviços de uso coletivo” (VITTE, 2009, p. 120).

O território também será constituído do espaço onde as pessoas vivem – espaço vivido e de cidadania – e a compreensão dos diferentes territórios que compõem o espaço urbano será fundamental para o conhecimento da realidade social. A partir da dificuldade do Estado em garantir acesso equitativo a bens de consumo coletivo nos territórios, devido à dominação da lógica capitalista sobre as relações socioespaciais e intervenção econômica no espaço, o desenvolvimento de indicadores de qualidade de vida urbana, que levem em

¹⁷ CAMARGO MORA, Maria Gabriela. *La calidad de vida em Venezuela*. Espacio y sociedad. Lima: PUC, n. 9, 1997. p. 69-73.

¹⁸ Nesse ponto, compreende-se que a dimensão conceitual atribuída ao *território*, é semelhante à discussão do espaço desenvolvida no primeiro capítulo e, como consequência, território aqui será entendido como sinônimo de espaço.

consideração as diferenças territoriais, são fundamentais para compreender o território como objeto de intervenção política.

As cidades, enquanto espaço de produção e vivência, sempre foram temas de estudo nas mais diferentes áreas do conhecimento, entretanto, seus métodos de análise se caracterizaram, quase sempre, por generalizações, que as interpretaram a partir de uma totalidade, também importante, mas que deixaram o espaço intraurbano em segundo plano. Para Villaça (2001), essa situação reflete-se na pouca atenção que tem sido dispensada ao estudo do espaço intraurbano, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico.

Para além das medidas caracterizadas como genéricas do espaço urbano, verifica-se uma tendência maior, a partir dos anos 1990, em trazer para o debate o tema da dimensão intraurbana, que se caracteriza pela busca de uma análise das desigualdades internas dos territórios urbanos, que têm apresentado uma forte tendência à segregação socioespacial. Nesse quadro, as regiões periféricas continuam desprovidas de condições básicas para a sobrevivência, em que o território vivido se restringe a condições precárias de habitação, negligenciando seus espaços de vivência e convivência. Para Dirce Koga (2003, p. 105), “não somente a vida cotidiana parece fragmentar-se através das distâncias que separam a casa do trabalho, dos serviços e do lazer, como também as relações sociais de proximidade parecem restringir-se”.

No desenvolvimento de pesquisas de qualidade de vida urbana, a preocupação com o levantamento de dados territorializados – tendo a dimensão intraurbana como pressuposto metodológico central – é importante para romper com a produção de análises gerais baseadas na média dos dados agregados, que pouco auxilia o direcionamento efetivo de políticas públicas para redução das muitas desigualdades socioespaciais existentes, sobretudo nas grandes e nas médias cidades brasileiras.

No processo de construção de indicadores, deve-se dar atenção especial à definição de unidades espaciais de cálculo para o dimensionamento das disparidades no interior dessas cidades. Segundo Nahas (2009, p.126), a construção de indicadores georreferenciados em unidades espaciais intraurbanas previamente definidas é fundamental para compreender os diferentes e desordenados processos de ocupação do solo nas cidades, que produziram um mosaico espacial profundamente desigual em múltiplos aspectos e setores, cuja compreensão “é fundamento indispensável ao planejamento municipal voltado para a formulação de políticas públicas que promovam a redução de tais desigualdades”.

Para o delineamento metodológico necessário, ressalta-se na experiência do OQVSA, a importância conferida ao tratamento dos dados coletados a partir da espacialização

de seus resultados, obtida pelo georreferenciamento e produção de mapas, que possibilita recorrer a estruturas de processamento eletrônico de dados para permitir “a captura, o armazenamento, a manipulação, a análise, a demonstração e o relato de dados referenciados geograficamente” (KARRUZ; KEINERT, R.; KEINERT, T., 2002, p.101).

Outra contribuição metodológica importante é referenciada pela experiência da cidade de Curitiba, através do Projeto “Construindo Qualidade de Vida em Curitiba”, que busca contemplar o maior número de áreas do contexto urbano para que o máximo das potencialidades desse espaço seja explorado e expresso em termos de indicadores de impacto na vida da população e no ambiente da cidade (RIBEIRO; MELLO, 2002). Ainda para essas autoras:

A análise dos diferenciais intraurbanos consolida uma prática de avaliação sistemática da qualidade de vida da população urbana, visando a repensar no desenvolvimento de uma cidade com contradições explícitas: de um lado, cria e organiza as estruturas que permitam seu bom funcionamento; de outro, procura dar acesso a cada habitante a uma vida digna e com qualidade (RIBEIRO; MELLO, 2002, p.182).

A construção de indicadores para a compreensão da realidade urbana nas cidades reforça a afirmação de que a mensuração da qualidade de vida é um importante instrumento para dimensionar aspectos e problemas que interferem na promoção de um maior desenvolvimento urbano. Como pontos cruciais para a monitoração da vida urbana a partir de indicadores de qualidade de vida na dimensão intraurbana, essas autoras destacam, entre outros, a necessidade de:

Caracterização dos diferenciais intraurbanos do município, estabelecendo-se índices de qualidade de vida para cada microárea (bairro) e para o município como um todo, num dado período de tempo; [...] detecção das áreas que necessitam de maior intervenção, segundo os pontos de vista social, econômico, de infra-estrutura, ambiental ou de formulação de políticas específicas mais includentes; construção de mapas temáticos de maneira a propiciar uma maior visualização das faixas e distribuição da qualidade de vida da cidade; viabilização de subsídio ao planejamento urbano e criação de políticas específicas para o município; [...] disseminação de informações analíticas a respeito dos resultados totais ou locais nas áreas específicas para que essas informações estimulem a transformação da realidade local (RIBEIRO; MELLO, 2002, p.183).

A partir dessa constatação, a contribuição de indicadores intraurbanos de qualidade de vida urbana – utilizando ferramentas de geoprocessamento de dados na produção

de diagnósticos de situação espacializados para seus diversos temas – mostra-se como um assunto emergente e relevante, principalmente quando associado ao novo modelo de planejamento urbano preconizado pelas diretrizes do Estatuto da Cidade, no caso do Brasil.

Embora não seja objetivo do trabalho aprofundar a análise na construção metodológica desses sistemas de indicadores, sinalizar alguns aspectos operacionais gerais a serem levados em consideração nessa discussão é importante para subsidiar a parte empírica proposta, principalmente, no destaque conferido à dimensão intraurbana para a compreensão das desigualdades socioespaciais e direcionamento de ações para o planejamento e políticas públicas territorializadas.

A preocupação com problemas decorrentes de um crescimento urbano desordenado e aumento de desigualdades intraurbanas não são mais exclusividade das metrópoles e das grandes cidades brasileiras e, dessa forma, o desenvolvimento desses indicadores torna-se uma ferramenta valiosa para a promoção de um novo modelo de planejamento urbano também nas cidades médias.

Diante desse quadro, é importante desenvolver e aprofundar pesquisas que contemplem a discussão da qualidade de vida urbana também em Montes Claros, levando em consideração as desigualdades socioespaciais em seu interior. Nesse sentido, a construção de indicadores intraurbanos para dimensionar aspectos que interferem na qualidade de vida da população pode ser uma ferramenta na promoção de uma *mudança social positiva na e da cidade* em diversas áreas, inclusive no campo do lazer.

Existem atualmente muitos exemplos que podem ser pesquisados sobre iniciativas coletivas ou individuais de cidades que tem procurado desenvolver sistemas de informação sobre qualidade de vida urbana com base em indicadores objetivos e subjetivos. Algumas dessas experiências serão detalhadas na discussão específica dos indicadores de lazer propostos para análise no próximo tópico deste capítulo.

Antes, porém, é pertinente ressaltar que a área da qualidade de vida urbana que assume destaque nesse trabalho é a de sua vinculação aos aspectos relacionados ao lazer, principalmente na existência de espaços públicos disponíveis para vivência físico-esportiva – que mantêm relação direta com o planejamento urbano e as políticas públicas de esporte e lazer nas cidades – e são fundamentais para garantir a democratização do lazer no âmbito urbano.

2.2 Configuração do lazer no espaço urbano: o debate da qualidade de vida como instrumento para sua democratização

O campo de estudos do lazer nos últimos anos tem se desenvolvido como uma área multidisciplinar que contempla diversos temas, dentre eles aspectos ligados à sua compreensão como um fenômeno social e sua dimensão cultural; os elementos necessários à sua delimitação conceitual; os conteúdos culturais envolvidos em suas práticas; seu campo de formação e atuação profissional; seu entendimento como um direito social e os desdobramentos dessa perspectiva no desenvolvimento de políticas públicas específicas.

Nessas discussões, o lazer estabelece uma relação direta com a promoção da qualidade de vida, porém, na maioria dos trabalhos que fazem menção a essa associação, esse tema não aparece de forma aprofundada, principalmente no campo empírico. O que predomina na discussão teórica, quando esta aparece de forma sistematizada, é seu reconhecimento como campo importante à melhoria da qualidade de vida ora associada à busca pelo desenvolvimento humano, ora à sua dimensão vinculada ao bem-estar e à promoção da saúde, proporcionados pela atividade física como prática de lazer¹⁹.

Quando analisado em interface com o âmbito urbano, assim como existem diferentes abordagens para o delineamento do estudo das cidades, também o campo de estudos do lazer pode ter influência de diversas áreas do conhecimento, dialogando com a História, a Antropologia, a Sociologia, a Educação Física, entre outras, e, inclusive, pode se desenvolver sob influência de um referencial marxista, aqui destacado, o que aproxima a compreensão do lazer a ser desenvolvida, em interface com a qualidade de vida e o espaço urbano, de muitas questões já apontadas no primeiro capítulo.

Para Padilha (2006, p.12), entender o lazer a partir da abordagem marxista pressupõe, entre outras características, ver que a sociedade não é harmônica, mas permeada

¹⁹ Na pesquisa bibliográfica realizada, no primeiro campo de análise destaca-se o trabalho de Castellani Filho (1996), *Lazer e Qualidade de Vida*, em que se reconhece o lazer como um dos elementos indicadores da qualidade de vida de um povo, mas que, no conjunto da discussão dos entraves à realização de um desenvolvimento humano no contexto mundial e nacional, sua vivência é influenciada pelo incremento de ações no universo das iniciativas privadas e pela dificuldade do Estado em promover um *lazer comunitário*. Outro trabalho de referência para a discussão proposta é de Cláudia Bonalume (2002), *O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida*, que problematiza acerca da busca pela qualidade de vida e da compreensão do lazer nesse processo, que é influenciado pela dicotomia desenvolvimento econômico e social. No segundo campo, o trabalho de Markus Nahas (2006), *Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida*, é referência no que tange a conceitos e sugestões para a construção de um estilo de vida ativo. Outro trabalho nessa linha foi a publicação organizada por Roberto Vilarta (2004), *Qualidade de vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física*, a partir de um debate intersetorial sobre formas de implantação de políticas pública de saúde integradas ao campo do lazer para melhoria da qualidade de vida e maior interação entre família, comunidade e sociedade.

por contradições e conflitos, formada por classes sociais distintas, cujas condições materiais determinam, não só a existência, mas também a forma de lazer de cada classe, em que “não há o mesmo lazer para todos, ainda mais porque, na sociedade capitalista, tudo é potencialmente transformado em mercadoria, inclusive o lazer que passa a ser comprado e vendido no mercado”.

Nesse contexto, para proceder à inserção do lazer no debate sobre qualidade de vida é importante ressaltar dois pontos. No primeiro, identifica-se a necessidade de superação da vigente compreensão do lazer somente como mercadoria, que tem reflexos nas práticas e, sobretudo, nos espaços de lazer nas cidades (lazer enquanto bem de consumo individual). No segundo, discute-se a emergência de uma perspectiva contra-hegemônica, com a ampliação do conceito de lazer a partir de seu entendimento como um direito social (lazer enquanto bem de consumo coletivo).

Inicialmente, é relevante, ainda, expor que nesse trabalho parte-se da compreensão do lazer entendido como um fenômeno moderno, que se desenvolveu em estreita relação com o processo de industrialização no contexto urbano²⁰. Tal processo foi responsável pela geração de mudanças e transformações na produção e no cotidiano, influenciadas diretamente pelos interesses das classes dominantes, detentoras dos meios produtivos e do domínio do capital, com reflexos em todas as esferas da vida social, conforme visto anteriormente.

Desse modo, o surgimento do lazer esteve ligado às transformações advindas da Revolução Industrial, principalmente através da organização do trabalho nas fábricas, da luta e conquista pelos operários da redução da jornada de trabalho, e da necessidade de controle das elites burguesas desse tempo de não-trabalho conquistado, porém restrito ao que será considerado lícito²¹.

²⁰ Existem diversas teorias acerca da origem do lazer, inseridas no tempo e a partir das relações humanas que são nele construídas. Segundo Gomes (2004), partindo-se das dúvidas e controvérsias que marcam os estudiosos do assunto, a indagação principal quanto à origem do lazer seria a de identificar se esse fenômeno sempre existiu, com ocorrência datada desde a Antiguidade Clássica, ou se ele é representado como um fenômeno típico das modernas sociedades urbano-industriais. Mascarenhas (2001) também contribuiu para esses esclarecimentos ao considerar a importância de se realizar uma diferenciação entre *lazer* e *ócio*, tidos como sinônimos em muitos estudos. Para esse autor, o mais correto seria relacionar o termo *ócio* às manifestações correntes das fases antigas da história (ócio associado ao tempo desocupado, restrito à vida dos filósofos; ócio incorporado ao modelo romano no qual o trabalho assume uma forma positiva e o tempo fora dele era destinado à recuperação do trabalhador; ócio disseminado pelo cristianismo na Idade Média, restrito à imposição da Igreja Católica na conduta moral e controle das festas e divertimentos, e valorização do ócio pela nobreza; e ócio visto como algo improdutivo e associado ao vício, altamente prejudicial ao trabalho, difundido pelo valor ético e religioso das idéias puritanas na reforma protestante, que influenciará o surgimento do lazer).

²¹ Como no início da Idade Moderna o ócio era visto como algo pejorativo e perigoso (exemplificado pelo alcoolismo, jogos de azar e outros vícios), resultado da incorporação dos valores protestantes à construção do discurso pela burguesia de sua compreensão como um mal à sociedade – tanto para os trabalhadores quanto para o sistema capitalista – o lazer surge como mecanismo de controle sobre o “tempo livre” dos operários, que, segundo Gomes (2006, p.175), incorporou em seu significado etimológico a ideia de uso desse tempo para atividades saudáveis, uma vez que, a palavra lazer “é proveniente do latim *licere/licet*, termos criados pela antiga

Apesar de surgir em meio às reivindicações presentes na luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho, a institucionalização do lazer não foi arquitetada diretamente pelos seus próprios beneficiários. Ao contrário, surgiu como uma apropriação desse tempo “livre”, não pelos trabalhadores, mas pelos interesses econômicos e hegemônicos das elites capitalistas, que passaram a influenciar suas práticas e características, apesar da busca constante por sua ressignificação e maior emancipação no campo das lutas políticas, numa perspectiva contra-hegemônica²².

Nessa direção, o entendimento conceitual de lazer que se associa à qualidade de vida não é o mesmo do seu surgimento. Ao partir de uma perspectiva contra-hegemônica que, segundo Mascarenhas (2000), pressupõe uma transformação social, base para uma nova cidadania, o conceito de lazer será construído através da noção de liberdade, responsabilidade, participação e organização política. Dessa forma, o lazer se constitui como:

um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassando por relações de hegemonia. Desta forma, dentro de uma perspectiva crítica e de emancipação dos grupos populares, o lazer pode ser entendido também como tempo e espaço para o exercício da cidadania e prática da liberdade (MASCARENHAS, 2000, p.58).

Apesar desse direcionamento conceitual, quando se considera a interação do lazer com a sociedade capitalista atual e sua complexidade, o lazer enquanto exercício da cidadania e prática da liberdade ainda está distante de se materializar no espaço das relações cotidianas, sobretudo no âmbito urbano, e longe de proporcionar, através de uma vivência crítica de sua prática, mais qualidade de vida, embora se encontre algumas práticas de resistência em contextos específicos²³.

Compreendido como um fenômeno social dentro de um processo capitalista em constante transformação, o lazer tem sido influenciado pelas transformações das relações de

civilização romana com o significado de lícito, permitido, poder, ter o direito”.

²² Nesse sentido, é importante reconhecer que esse tempo disponível não é tão “livre” assim. Segundo Gomes (1998), se esse tempo assumir como funções básicas apenas a compensação de frustrações ou recuperação das energias para o exercício laboral, desprovido de crítica ou reflexão, contribuirá apenas para a manutenção da estrutura social vigente através de uma prática alienada [principalmente quando associada a um consumo desenfreado]. Por outro lado, é preciso que essas experiências de lazer sejam vivenciadas como oportunidades de reconquista de valores perdidos na extenuante situação de exploração, que compreende o lazer sob uma outra ótica, configurando-o como um instrumento de luta, resistência, de organização coletiva e como possibilidade de desenvolver a liberdade e a felicidade.

²³ Como exemplo, cita-se a pesquisa etnográfica realizada por José Guilherme Magnani (2003), *Festa no Pedaço*: cultura popular e lazer na cidade, na qual o autor busca compreender a importância do lazer na vida diária da população de bairros periféricos e das diferentes formas de desfrutá-lo.

trabalho, agravadas pela precarização e intensificação da exploração da força de trabalho²⁴, e pelo predomínio da lógica capitalista em interface com o mercado em suas práticas e manifestações, entendido apenas como mais uma mercadoria do mundo contemporâneo.

No contexto urbano, a interação desse lazer com a vida social, com as características da cidade e com os espaços disponíveis para sua prática problematizam sua vivência a partir da desigualdade de condições materiais ao seu consumo, da dificuldade de acesso a suas práticas, enfim, das oportunidades escassas que o meio urbano oferece para o desenvolvimento de um outro tipo de lazer para a grande maioria da população.

Diante desse quadro, um importante instrumento de combate à *precarização* das próprias vivências de lazer foi a intensificação de sua discussão, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, como um direito social, integrante do exercício da cidadania e da busca por mais qualidade de vida, passando a estar presente em importantes documentos²⁵.

Apesar desse movimento, o direito ao lazer no Brasil, embora previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e na maioria das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais – ao lado de outros direitos sociais como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a segurança, a previdência social – e considerado um instrumento para desenvolver valores e alcançar cidadania, na realidade enfrenta muitas dificuldades para ser considerado de fato um direito social presente e legitimado nas cidades brasileiras.

Ser assegurado juridicamente não é sinônimo de que o lazer seja garantido como um direito social e de que tenha sua prática democratizada, ainda mais em função da situação de pobreza de parte significativa da população, que sem alcançar condições básicas de sobrevivência e existência, coloca a concretização do direito ao lazer em segundo plano, o que contribui, de maneira geral, para que essa área seja uma das menos desenvolvidas nas administrações públicas brasileiras (MUNHOZ, 2008).

A prevalência dessa visão cria dificuldades para sua reivindicação, inclusive no âmbito estatal. Marcellino (2007) analisa que o lazer tem adquirido uma posição inferior em relação aos outros direitos sociais, subordinado a uma “hierarquia de necessidades” que só prejudica sua legitimidade e possibilidades. Os reflexos negativos daí decorrentes são

²⁴ Embora a dimensão das relações de trabalho em interface com o lazer não seja parte específica dos apontamentos propostos, as modificações na reestruturação produtiva, tanto de países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, possuem reflexos importantes na configuração do lazer. Segundo Vera Lúcia Navarro (2006), a adoção de novas tecnologias e de novas formas de organização da produção resultaram na intensificação do ritmo de trabalho e na sua terceirização, o que acarretou um quadro de retrocesso e precarização das condições e relações de trabalho, além de aumento do desemprego, com implicações na redução do “tempo livre” do trabalhador e agravamento das suas condições de vida e saúde.

²⁵ Destaca-se, aqui, o lazer como um direito humano, legitimado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo XXIV (ONU, 1948).

facilmente constatados nas deficientes políticas públicas do setor. Para completar esse quadro, o lazer ainda é visto de modo pejorativo por muitas pessoas, relacionado à preguiça, ao desperdício de tempo e à improdutividade, e não relacionado à sua dimensão como um fator de desenvolvimento social, que contribui para a busca de uma formação integral do ser humano e para a melhoria da qualidade de vida no conjunto da sociedade²⁶.

Outra dificuldade é que o próprio campo de sistematização do esporte e do lazer no desenho institucional do Estado e a sua agenda de responsabilidades ora aparecem como setores vinculados à educação, cultura, turismo, juventude, meio ambiente etc., ora como um setor de estrutura e institucionalidade próprias, com formatos variados (secretariais, subsecretarias, diretorias, coordenadorias e gerências), o que evidencia a fragilidade no processo de consolidação da área e de suas políticas públicas (LINHALES *et al*, 2008).

Para se tentar mudar essa realidade na área de acesso ao lazer, Saldanha Filho (2003) enfatiza o papel que as políticas públicas assumem, compreendidas como construções participativas de uma coletividade que visam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos. Apesar dos conflitos, ações e contradições que formam os processos de consolidação do direito ao lazer através de suas políticas públicas específicas, é no seio destas que se têm buscado desenvolver o lazer e também o esporte, visando a uma maior democratização de suas práticas e a ampliação de suas dimensões na construção da cidadania²⁷.

A atuação do Estado brasileiro nas questões referentes ao lazer, na esfera nacional, com desdobramentos na estadual e municipal, pode ser mais bem explicitada através das finalidades e ações desempenhadas pelo Ministério do Esporte, instituído em 2003, que é responsável pela construção de uma Política Nacional de Esporte e Lazer, e tem como missão formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano.

Através da realização de Conferências Nacionais de Esporte (2004, 2006, 2010)²⁸, o Ministério do Esporte tem discutido e implementado ações através de programas de governo específicos para democratizar a prática do lazer, principalmente com relação à temática de seus espaços. Dentre essas ações, propõe-se a realização de diagnósticos acerca da estrutura

²⁶ Embora haja sinais de um processo inverso de valorização das práticas de lazer na mídia e, principalmente, quando se aprofunda sua discussão no cotidiano dos grupos urbanos. Outro fato importante é a presença constante do tema do lazer nas experiências de Orçamento Participativo nas cidades, que prioriza a participação popular na composição do orçamento municipal, elegendo-se por meio deste as principais demandas de cada região da cidade.

²⁷ O sentido dessa democratização deve estar ligado à superação de uma prática funcionalista ou assistencialista das atividades de lazer. Deve promover o lazer como uma “questão de cidadania, de participação cultural”, que considere seus aspectos sociais, educativos, e “revolucionários” (MARCELLINO, 1996).

²⁸ Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp>>.

esportiva e de lazer para ações articuladas entre os diversos níveis da administração pública e também de uma articulação com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, com o objetivo de construir, modernizar, revitalizar, preservar, otimizar e maximizar os espaços e equipamentos para o esporte e o lazer com segurança e qualidade, visando aos interesses e às necessidades da população (BRASIL, 2004).

Além disso, registra-se, nessas conferências, a importância da desconcentração dos espaços e equipamentos públicos e privados como medidas para priorizar o acesso de comunidades com populações em situação de vulnerabilidade ou exclusão social e do papel atribuído ao regime de colaboração entre União, estados e municípios, com ênfase na municipalização para a consolidação do esporte e do lazer como direitos sociais, valorizando a acessibilidade, descentralização, intersetorialidade e multidisciplinaridade das ações esportivas e de lazer²⁹ (BRASIL, 2006).

No aprofundamento da questão das políticas públicas locais destinadas a esse setor, Saldanha Filho (2003) considera que, na maioria das cidades, quem gesta as políticas de esporte e lazer é a Secretaria de Esporte e Lazer. Segundo o autor, são muitos os problemas de implantação dessas políticas. Além das dificuldades financeiras que se apresentam nas diferentes instâncias, não fazem parte da cultura política a discussão e priorização na área de esporte e lazer. As políticas esportivas e as vivências de lazer, apesar de serem direitos constitucionais e fazerem parte da vida cotidiana do cidadão, não têm a necessária atenção dos fóruns de políticas públicas, como tem as políticas de educação, saúde, habitação, segurança etc.

Sem dúvida esse é um dos maiores desafios das gestões municipais no planejamento e execução de suas políticas de esporte e lazer. A falta de legitimidade do lazer e delimitação de sua área de atuação, conforme já exposto anteriormente, aliada a uma constante escassez de recursos orçamentários, bem como pela falta de um planejamento bem definido e de metas claras de ação, formam a atual situação de muitas gestões municipais.

Para Saldanha Filho (2003), a tarefa do Estado em desenvolver o lazer e o esporte se viabiliza prioritariamente através do planejamento e execução de políticas públicas, as quais, quando consolidadas a partir de concepções e diretrizes claras, constituem elementos importantes para a materialização nas administrações públicas de gestões de políticas que garantam as condições necessárias para atender às demandas na área, de modo a implementá-lo efetivamente como direito do cidadão. Além do mais, é dever do Estado, e mais

²⁹ Dentre essas ações há diversos programas, entre eles: Esporte e Lazer da Cidade –PELC; Segundo Tempo; Projetos Esportivos Sociais e Bolsa-Atleta. Maiores informações:< <http://www.esporte.gov.br/default.jsp>>.

especificamente do município, promover a democratização das oportunidades de acesso às práticas de esporte e lazer nos espaços públicos que a tanto são destinados.

A questão do espaço público de lazer, nesse sentido, pode ser colocada no âmbito municipal como um dos pilares para a construção de uma política de lazer eficaz, que se dá a partir da articulação de diversas esferas e interesses que permeiam as relações políticas, mercadológicas e sociais no contexto urbano, com ênfase no resgate da funcionalidade do espaço público de lazer da cidade como componente da qualidade de vida.

Investigar o lazer no espaço urbano e a relação de seus espaços públicos com a qualidade de vida possibilita ampliar a discussão na área e contribuir para o direcionamento de políticas públicas e ações de planejamento no campo do lazer, principalmente pelas potencialidades que a construção de indicadores enseja no conhecimento da realidade social.

Pela centralidade que o espaço de lazer ocupa na discussão de suas políticas e por ser parte integrante das experiências e atividades de lazer, sendo o meio pelo qual elas acontecem, não só as categorias de trabalho e tempo irão influenciar o lazer, mas também, o espaço passa a se constituir como uma categoria imprescindível. Para Marcellino (2006, p.66), o essencial dessa discussão é compreender que “democratizar o lazer implica democratizar o espaço”, de modo que:

[...] ao tempo disponível corresponda um espaço disponível. E se a questão for colocada em termos da vida diária da maioria da população, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano. As cidades são os grandes espaços e equipamentos de lazer.

Porém, quando se insere o lazer como um direito no espaço urbano, os problemas se intensificam. Existem muitas barreiras que dificultam o acesso ao lazer. A lógica do mercado dita quem pode ter acesso ao lazer, que hoje é visto mais como uma mercadoria, um “bem” individual a ser consumido por quem tem dinheiro, do que como um direito coletivo. Essa situação é vista com clareza por Gomes (2006, p.179), ao afirmar que “o lazer se mescla com o consumo e, aos direitos de cidadania, se sobrepõem os direitos de consumidor”. É difícil encontrar nas cidades opções de lazer que não envolvam gastos substanciais, além das muitas dificuldades para acessá-las.

A maioria das cidades possui um número insuficiente de locais públicos para o lazer no atendimento à população. Além da evidente falta de espaços públicos específicos para o lazer, esses espaços, quando existentes, passam por outros problemas no âmbito urbano, tais como sua má distribuição pelas diferentes regiões da cidade; sua utilização,

manutenção e conservação; a concorrência com os empreendimentos da iniciativa privada e o domínio do lazer como mercadoria, movido pela lógica do capital e por um consumismo desenfreado.

Com relação à má distribuição desses equipamentos específicos na cidade, Gomes (2006, p.74) afirma que “a tensão entre público e privado interfere, necessariamente, no trato com o espaço urbano e, conseqüentemente, no trato com o espaço de lazer”, o que compromete o acesso da população a bens de consumo coletivo e prejudica a qualidade de vida em interface com o lazer em diferentes regiões da cidade.

Ao aprofundar a análise no espaço público de lazer nas cidades, vê-se que as possibilidades de acesso ao mesmo muitas vezes é hierarquizada e privatizada, sendo recorrente no meio urbano, a existência de espaços públicos de lazer privilegiados, destinados a uma minoria ligada às elites, localizados em bairros cuja população possui maior poder aquisitivo. Por outro lado, é evidente a escassez de espaços e equipamentos públicos de lazer de qualidade nas periferias pobres. Além disso, a concorrência desigual que o espaço privado de lazer impõe sobre o espaço público, acaba por levar esse último a um processo de deterioração e abandono cada vez maior.

Desse modo, tem-se de um lado a cidade dividida em zonas ricas, com desenho urbanístico e localizações privilegiadas, com atenção constante do poder público e concentração de benefícios e equipamentos culturais e esportivos; do outro lado, bem distante, encontram-se subúrbios e periferias, carentes de infraestrutura, de recursos, de serviços e de equipamentos, visivelmente abandonados, fragmentados e desgastados. Para Melo e Alves Júnior (2003), existem duas cidades dentro de uma única, na qual uma parte da população usufrui de todas as benesses e a outra fica afastada de tudo e só participa da cidade quando se coloca como força de trabalho a serviço da primeira.

Além disso, Castellani Filho (2006, p.125) considera que o lazer, mais recentemente, inserido na lógica da sociedade de consumo como um “tempo e espaço de fruição dos interesses da indústria do entretenimento”, restringe seu acesso somente àqueles portadores de condições socioeconômicas que possibilitem sua aquisição. O que é valorizado no lazer cotidiano não são atividades populares que fomentam o encontro, o convívio, a discussão, a participação etc., mas aquelas que possibilitam o consumo de diversas mercadorias, dentre elas, as manifestações culturais e esportivas desenvolvidas naqueles espaços em que o direito ao lazer é substituído pelo ato de consumir.

No mesmo contexto, Mascarenhas (2004), ao expor a desintegração do direito ao lazer, coloca que o problema do direito de consumidor se sobrepõe aos chamados direitos de cidadania, levando o lazer a se manifestar como objeto de conquista no mercado.

Os bens e serviços de lazer tornam-se acessíveis apenas para uma minoria, apresentando-se como um tipo muito específico de propriedade. Somente de posse desse 'direito', adquirido numa relação de compra e venda efetuada no mercado, nem sempre de modo direto, que o cidadão-consumidor, como 'proprietário', pode valer-se do direito ao consumo, usufruindo, desfrutando, fruindo ou gozando de um determinado complexo de experiências lúdicas proporcionadas por aquilo que doravante convencionaremos chamar por 'mercolazer', forma contemporânea e tendencial de manifestação do lazer como mercadoria (MASCARENHAS, 2004, p.8).

Nessa perspectiva, é cada vez mais visível nas cidades a falta de espaços públicos para o lazer e o predomínio da oferta de espaços e equipamentos para o lazer mercadoria. Marcellino (2007, p.19) complementa esse pensamento ao dizer que "se o lazer é colocado pela sociedade capitalista enquanto um momento de consumo, o espaço para o lazer também é visto como um espaço para o consumo", seguindo uma tendência que leva à privatização de seus equipamentos, espaços de convívio e áreas verdes.

A sobrevivência de espaços públicos destinados ao lazer irá depender, então, diretamente da ação do poder municipal em reconhecer sua importância e promover sua ocupação pelas comunidades, principalmente das populações mais pobres, para que uma apropriação do espaço diferente possa acontecer. Também, depende da própria relação que a comunidade já estabelece com os mesmos. Restringir o lazer à dimensão privada é desistir de promover uma cidade mais justa e humana.

Na busca pela consolidação do *direito à cidade*, e conseqüentemente, do direito ao lazer, a cidade deve ser pensada dentro de uma dimensão ampla e humana, que, para além da sua materialidade física, se corporifica em seus próprios cidadãos e nas relações sociais que acontecem em seu espaço cotidiano, buscando fazer com que a cidadania de fato faça parte da cidade.

Integrado a questões ligadas a trabalho, educação, saúde, habitação, infraestrutura urbana, transporte, entre outras, o lazer e sua política extrapolam a mera execução de atividades. Especificamente com relação a seus espaços públicos, a política de lazer passa a buscar um diálogo com outras áreas, estando diretamente relacionada à questão urbana do uso

do solo, à construção e otimização dos equipamentos destinados a sua prática e ao uso desses espaços enquanto locais de interesse coletivo.

Nessa discussão, o tema do lazer se insere no âmbito das políticas urbanas, realçando a necessidade de uma política de investimento dirigida para superar a falta de espaços e de políticas públicas para sua ocupação, que se legitima, principalmente, quando o espaço de lazer se caracteriza como “espaço de encontro, convívio, do encontro com o ‘novo’ e com o diferente, lugar de práticas culturais, de criação, de transformação e de vivências diversas, no que diz respeito a valores, conhecimentos e experiências (GOMES, 2006, p.73).

Espaços públicos como praças, quadras esportivas ou parques urbanos podem ser fundamentais para combater a mercadorização do lazer no ambiente urbano. Embora presente nas cidades brasileiras, esses espaços têm passado cada vez mais despercebidos e abandonados, tanto pelo Poder Público quanto pela própria comunidade, vítimas do descaso, do vandalismo, da falta de segurança e da violência.

Vinculado à esfera da vida, de seus valores humanos e de suas potencialidades sociais, o lazer e seus espaços públicos são essenciais para o desenvolvimento de uma maior qualidade de vida. Nessa direção, as políticas de lazer devem se preocupar não só com a criação e manutenção de espaços públicos, mas também, em viabilizar atividades que possam envolver a comunidade e facilitar o seu acesso.

Dumazedier (1974, p.170-1) define o espaço de lazer, então, como um espaço social no qual acontecem relações específicas entre seres, grupos, meios e classes. Para ele:

este espaço é determinado pelas características da população que o utiliza, pelo modo de vida dos diferentes meios sociais que o freqüentam. Deverá ao mesmo tempo respeitar, desenvolver as diversidades culturais destes indivíduos para escapar à uniformização, à padronização, ao tédio social. Deverá também reduzir as diferenças, as disparidades, os desequilíbrios culturais que privam algumas esferas sociais de tudo o que a cultura urbana poderia lhes proporcionar.

A partir do momento em que o espaço público de lazer é incorporado na experiência cotidiana do indivíduo e adquire um significado, a apropriação desse patrimônio público passa a não ser tarefa exclusiva do Poder Público, mas se expande para toda a comunidade, que também se sente responsável por ocupar e cuidar desse espaço. E, para que esse espaço possa ser, de fato, apropriado pela comunidade, ele deve ser, desde o seu processo de planejamento, discutido com a população que pretende atender para que suas aspirações e necessidades sejam respeitadas.

Assim, para se buscar a democratização do lazer na cidade, é fundamental que se envolva o poder público municipal e a comunidade. Gomes (2006, p.181-2) complementa essa realidade dizendo que é possível, por meio de ações e inserções mais comprometidas com a construção de uma nova sociedade, mais justa, solidária e humana, buscar “humanizar” a cidade. Para ela, a cidade, em vez de ser orientada apenas pelo desempenho do trabalho, necessita “expandir as possibilidades para que o lazer possa ser usufruído por todos os seus habitantes, com dignidade e criticidade, valorizando o ser humano que a constitui ao mesmo tempo em que é constituído”. A autora ainda diz que o lazer pode deixar de ser restrito a um consumo alienado, para se transformar de fato em uma prática social que representa uma das dimensões da vida em sociedade.

Com isso, instrumentos que auxiliem a democratização do lazer no espaço urbano devem ser constantemente buscados para que a ampliação de espaços e condições disponíveis possibilite o aumento da prática de atividades, e sua ocupação possa ocorrer de forma consciente e participativa, potencializando as experiências no âmbito do esporte e lazer na cidade.

Para concluir, Pellegrin (2004a, p. 72) expõe que a discussão do espaço de lazer e de seus equipamentos na cidade pode ser assim definida:

os equipamentos de lazer fazem parte do desenho da cidade moderna, isto é, são formas urbanas concretas sobre as quais operam forças de ordem econômica e política. Dessa maneira, ao mapear uma cidade e os equipamentos de lazer que nela existem, contrastes urbanos diversos se fazem claros aos nossos olhos: áreas nas quais os equipamentos são abundantes, variados e bem conservados e áreas nas quais eles são raros, mal conservados, áreas de fácil acesso e áreas de difícil acesso, equipamentos superlotados e equipamentos subutilizados. Enfim, há vários contrastes possíveis de ser percebidos e que revelam que: 1) a lógica do capital se estende também sobre a distribuição dos equipamentos urbanos em geral, inclusive os de lazer [...]; 2) a rede urbana de equipamentos de lazer opera estreitamente ligada à dinâmica das outras redes de equipamentos, de transporte, habitação, etc., o que deve ser levado em conta pela Administração Pública ao desenvolver o planejamento urbano.

Aprofundar o conhecimento da realidade do lazer nas cidades é fundamental para o seu desenvolvimento enquanto área da qualidade de vida e muitos sistemas de indicadores de qualidade de vida urbana têm procurado inseri-lo como uma das variáveis a serem pesquisadas, levando em consideração, principalmente, a distribuição de equipamentos culturais, de infraestrutura esportiva, de parques, de praças e outros, pelas cidades. Ao expor

as desigualdades intraurbanas, o levantamento de indicadores, também no campo do lazer, torna-se uma ferramenta valiosa para o direcionamento de políticas públicas específicas e para ações integradas de planejamento urbano, a serem aprofundados a seguir.

2.3 Indicadores de lazer nos sistemas de qualidade de vida urbana: a ênfase nos equipamentos públicos de lazer

A elaboração de diagnósticos de necessidades no campo do lazer, segundo Müller (2002), é um dos instrumentos que iniciam ações de planejamento e concepção de políticas públicas setoriais de esporte de lazer e que contemplam indicadores sobre dados que podem ser históricos, político-administrativos, demográficos, de perfil psicográfico e de mapeamento de recursos.

As informações históricas podem ser a identidade, a vocação, a origem do povo, a evolução da cidade etc. Os dados político-administrativos são o plano de governo, as leis sobre o lazer, o modo de constituição das unidades administrativas para a área, a identificação dos recursos programáticos isto é, seus programas e eventos públicos e privados, metodologia empregada pelo governo ou órgão privado de participação nas decisões de planejamento e orçamento, entre outros. Os dados demográficos buscam informações sobre o processo de urbanização, grau de escolaridade, distribuição dos gêneros (sexos), faixas etárias, estado civil, segmentos especiais da população, entre outras. O perfil psicográfico da população identifica os hábitos, as atitudes, as motivações que levam as pessoas a participarem de uma experiência de lazer. O mapeamento de recursos busca o conhecimento sobre recursos: físicos; humanos; equipamentos ou materiais; financeiros (BRAMANTE, 1997 *apud* MÜLLER, 2002, p.23)³⁰.

Além dessas informações, o lazer como uma área de investigação relacionada à qualidade de vida urbana pressupõe, ainda, a construção de indicadores para diagnosticar: suas práticas; tempo disponível para essas práticas; seus espaços e sua distribuição; escalas de percepção da população quanto à satisfação de diversos aspectos que influenciam sua vivência individual e coletiva.

Por ser um tema amplo, assim como acontece com a qualidade de vida urbana, a racionalização do conceito de lazer é necessária para operacionalizar a construção de seus indicadores. Diga-se de passagem, esse procedimento ocorre não só com o lazer, pois grande parte desses sistemas de indicadores é composta por diversas áreas temáticas que, se não

³⁰ BRAMANTE, Antônio Carlos. Qualidade no gerenciamento do lazer. In: BRUHNS, Heloísa (Org.). *Introdução aos Estudos do Lazer*. Campinas: UNICAMP, 1997.

passarem por um processo de racionalização conceitual, impedirão a construção de indicadores concretos, capazes de mensurar a realidade empírica a ser investigada.

No caso específico do lazer, salienta-se que a dimensão espacial assume um papel de destaque para o direcionamento de suas políticas públicas, além de ser a dimensão contemplada com maior recorrência pela maioria dos sistemas de qualidade de vida, inclusive nos que aqui serão expostos. Antes, porém, para uma melhor definição conceitual de lazer associada à investigação da qualidade de vida urbana proposta, é importante perguntar: quais são os conteúdos envolvidos nas práticas de lazer e quais são os espaços ligados a essas práticas?

Por ser o tema do lazer bastante amplo e por envolver diversos conteúdos culturais, o espaço para sua manifestação dependerá do tipo de atividade desenvolvida no mesmo. Dentre os espaços de lazer disponíveis na sociedade contemporânea, podem existir uma pluralidade de locais tanto públicos como privados: bibliotecas, centros culturais, teatros, cinemas, museus, galerias de arte, *shoppings*, clubes, academias, quadras, ginásios, parques, praças, dentre outros³¹.

Para uma maior compreensão da relação do espaço com o lazer, é interessante inseri-la na perspectiva dos interesses culturais, conforme a classificação das atividades de lazer feita pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier³² (1980). Na sua tipologia, Dumazedier (1980, *apud* MELO; ALVES JUNIOR, 2003) procurou classificar as atividades de lazer baseando-se no interesse central desencadeador da busca de determinada atividade pelo indivíduo, ou seja, daquilo que o motivaria a procurar esta ou aquela atividade. Em sua classificação, esses interesses centrais seriam de cinco tipos: interesses físicos (relacionados às atividades físico-esportivas em geral), interesses artísticos (envolvendo a arte em suas mais diversas formas de apresentação), interesses manuais (derivados da manipulação de objetos e produtos, estando entre suas práticas: a jardinagem, a costura, a culinária, os *hobbies* em geral etc.), interesses intelectuais (ligados ao exercício do ato de raciocinar, como jogos de xadrez, dama, gamão, bridge ou palestras e cursos desvinculados do trabalho) e interesses sociais (relacionados aos encontros entre indivíduos em espaços de convivência, festas, bares e restaurantes).

³¹ No contexto da sociedade informacional, destaca-se ainda o espaço virtual, o ciberespaço, no qual há práticas de lazer relacionadas à mídia eletrônica como os videogames, jogos de computador, redes de comunicação social na internet, entre outros. Essa área, apesar de se constituir como um campo importante e recente de estudos do lazer, com desdobramentos de pesquisas em todo o mundo, inclusive no Brasil, não será contemplada nesse trabalho, que se concentra na análise dos espaços públicos de lazer, voltados para vivência físico-esportiva.

³² DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

Dessa forma, identifica-se que, dependendo do interesse central que desencadeia a escolha da atividade de lazer pelo indivíduo, também um espaço determinado será requerido para tal manifestação. Na análise dos indicadores de lazer aqui contemplada e na pesquisa de campo realizada no último capítulo, dá-se ênfase à estrutura do espaço de lazer urbano destinada aos interesses físico-esportivos, por estarem diretamente relacionados ao campo de atuação dos profissionais de Educação Física e por possuírem uma relação intrínseca com o espaço no qual se manifestam.

Entende-se, também, que os interesses físico-esportivos possuem uma estreita relação com as políticas setoriais de esporte e lazer, com o uso dos espaços públicos disponíveis e com a busca de maior qualidade de vida para a população através da construção de um estilo de vida saudável³³, proporcionado pela prática do esporte e da atividade física, em sua dimensão recreativa, dissociada da busca pelo alto rendimento e explicitada pelo seu “potencial socializador, sua capacidade aglutinadora, oxigenando as vidas das pessoas com seu sentido lúdico” (CASTELLANI FILHO, 2007, p.120).

Devido à pluralidade de conteúdos culturais e de espaços para sua realização, outros pesquisadores do lazer levantam a importância de se classificar seus espaços e equipamentos³⁴ como *específicos* e *não-específicos*. Essa classificação baseada na obra de Renato Requixa³⁵ e Luiz Octávio de Lima Camargo³⁶ é analisada tanto por Marcellino (2006) quanto por Gomes (2006).

Os equipamentos *específicos* seriam aqueles que na origem foram construídos com a finalidade de abrigar atividades e programas de lazer, podendo ser subdivididos em três modelos: microequipamento especializado (de pequenas dimensões, destinado a interesses bem específicos do lazer, para atender a uma população restrita, distribuídos por toda a cidade

³³ Nesse sentido, uma questão que se torna referência para a discussão do lazer com a qualidade de vida é abordada por Renato Marques (2007) em sua dissertação *Esporte e Qualidade de Vida: reflexão sociológica*, que enfatiza a íntima relação entre a qualidade de vida, a área da saúde e a prática de atividade física. Quando a saúde é definida como “um estado de amplo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doenças e enfermidades” (Organização Mundial de Saúde, 1995), o autor destaca que a relação entre saúde e qualidade de vida passa a depender da cultura da sociedade em que está inserido o sujeito, além de ações pessoais (esfera subjetiva) e de programas públicos ligados à melhoria das condições de vida da população (esfera objetiva), na qual a prática de atividades físicas e esportivas contribui para a promoção da saúde.

³⁴ Compreende-se que não há uma distância muito grande entre esses dois termos. Para Pellegrin (2004, p.73), o equipamento de lazer seria a “edificação ou instalação onde acontecem eventos e atividades de lazer de um modo geral”, também relacionado aos termos *equipamento social* e *equipamento público* na área do planejamento urbano. Já o espaço de lazer seria uma dimensão mais ampla, que engloba o equipamento de lazer, tendo neste a materialidade física de que necessita para o tipo de atividade a ser desenvolvida. Quando essa temática se insere no quadro das políticas e do planejamento de lazer no espaço urbano, passa a ser vinculada a rede de equipamentos de lazer, vazios urbanos e áreas verdes. De forma geral, o importante é perceber que ambos falam de um mesmo assunto e que nesse trabalho serão compreendidos e tratados a partir de uma estrita vinculação entre eles.

³⁵ REQUIXA, Renato. *Sugestão das diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

³⁶ CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *Recreação pública*. Cadernos de Lazer 4. São Paulo: SESC, 1979.

e relacionado a práticas de lazer diárias); equipamento médio de polivalência dirigida (de dimensões e capacidade de atendimento maiores, voltado para interesses mais variados, usualmente frequentado durante a semana e nos fins de semana) e o macroequipamento polivalente (grandes dimensões para receber um grande número de pessoas, com amplas áreas verdes, voltado para vivência de diversos interesses do lazer, com o pico de uso nos fins de semana) (MARCELLINO, 2006; GOMES, 2006).

Já os equipamentos *não-específicos* seriam aqueles que originalmente não foram construídos para a prática das atividades de lazer, porém acabaram se configurando como tais, tendo sua destinação específica alterada, de forma total ou parcial, em razão de determinadas circunstâncias, transformando-se em espaços para o lazer, como a casa, o bar, a rua, a escola, entre outros³⁷ (MARCELLINO, 2006; GOMES, 2006).

Feitos esses apontamentos, existem muitas experiências de metodologias e desenhos organizacionais de monitoramento da qualidade de vida urbana que integram o lazer como uma de suas temáticas. Pela variedade de procedimentos operacionais envolvidos, optou-se por desenvolver uma análise mais geral de quatro desses sistemas considerados importantes (*Global City Indicators; The Quality of Life Project – da Nova Zelândia; Sistema de Monitorização de Qualidade de Vida Urbana da cidade de Porto; Programa Bogotá como Vamos*) e específica de outros dois (*Índice de Qualidade de Vida Urbana–IQVU de Belo Horizonte; Movimento Nossa São Paulo*), que serão utilizados como base para o desenvolvimento da aplicação de indicadores de lazer relacionados à qualidade de vida proposta para a cidade de Montes Claros, no quarto capítulo.

Dentre essas iniciativas de sistematização de informações sobre qualidade de vida urbana, foram identificadas experiências nacionais e internacionais, que contemplam indicadores objetivos ou objetivos/subjetivos, a maioria georreferenciados a partir de uma divisão intraurbana das cidades, num levantamento que atenta para a constituição da temática do lazer voltada para a vivências físico-esportiva.

³⁷ Dentre os espaços não-específicos que foram citados, é interessante destacar o espaço doméstico, que definitivamente hoje é o espaço majoritário das práticas de lazer, independentemente da renda ou classe social e, justamente por isso, passa a constituir-se como um espaço aglutinador de contrastes e diferenças marcantes. Como possíveis causas para que a casa se torne, em muitos casos, o lugar onde as pessoas mais vivenciam o lazer, Pellegrin (2004a), pontua dois extremos: de um lado têm-se as pessoas que possuem uma dificuldade grande de acesso aos equipamentos específicos, tendo seu lazer restrito à televisão; de outro lado, encontram-se aquelas pessoas que possuem uma rede própria de equipamentos de lazer no interior de suas casas ou em condomínios fechados de alto padrão (horizontais ou verticais), favorecendo sua permanência no ambiente privado. No mesmo sentido, Marcellino (2006) também expõe que, como consequências das questões políticas e econômicas que envolvem o espaço – dentre elas a violência e a falta de segurança que impedem a escolha do lazer das pessoas – a casa hoje figura como principal equipamento de lazer.

Nesse ponto, é importante salientar que, embora todas contemplem o levantamento de indicadores relacionados aos interesses culturais³⁸, também considerados como parte integrante do conceito de lazer, por opção metodológica, a análise restringiu-se ao conjunto dos primeiros e, por isso, a temática do lazer poderá aparecer vinculada à expressão esporte, sem prejuízo de seu significado. Daí adotar, daqui em diante, esporte/lazer como sinônimos, entendendo o esporte como uma das dimensões do lazer³⁹. Além desse esclarecimento, é importante, ainda, salientar que esses indicadores foram pesquisados em diferentes contextos, sendo corrente o aparecimento do lazer relacionado a termos próximos, como, por exemplo, à recreação⁴⁰.

No contexto internacional, o *Global City Indicators (Programa de Indicadores Urbanos Global)*⁴¹ é uma boa referência por constituir-se em uma rede de mais de 80 cidades em diferentes partes do mundo, inclusive das cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Florianópolis, e tem como objetivo ajudar a monitorar e a melhorar seus desempenhos nas questões referentes à qualidade de vida urbana.

Esse programa busca estimular entre as cidades o desenvolvimento de um conjunto de mais de 90 indicadores urbanos padronizados e distribuídos por 22 temas, que contemplam as áreas de: Serviços Urbanos; Participação Cívica; Cultura; Lazer; Economia; Meio ambiente; Habitação; Equidade Social; Bem-estar Subjetivo; Tecnologia e Inovação. A metodologia tem por base dados coletados pelo Programa de Indicadores Urbanos do UN-HABITAT / ONU e de outros programas já desenvolvidos, com a intenção de construir indicadores que sejam suficientemente

³⁸ No campo dos interesses culturais, destaca-se o trabalho coordenado por Victor Melo e Fabio Peres (2008) acerca da Distribuição de Equipamentos Culturais na América Latina, em quatro países (Brasil, Argentina, Colômbia e Venezuela). O estudo procurou comparar a acessibilidade da população de seis cidades a esses equipamentos, evidenciando concentrações e desigualdades.

³⁹ Vinculado ao lazer, o esporte aqui é entendido a partir de sua classificação enquanto esporte de participação (de modo voluntário, compreendendo modalidades esportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente). Além dessa modalidade, existem também o esporte educacional (praticado nos sistemas de ensino, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer); e o esporte de rendimento (regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados) (BRASIL, 1998). Mais recentemente, alguns pesquisadores têm ampliado a discussão acerca das dimensões do esporte, somando a esta classificação a compreensão do esporte-espetáculo como uma das suas formas de manifestação.

⁴⁰ Assim como a diferenciação entre lazer e esporte tem sido objeto de diversas pesquisas, alguns estudiosos também têm se dedicado a aprofundar o debate acerca da diferença entre recreação e lazer. Em linhas gerais, o termo da recreação estaria mais associado ao caráter técnico e operacional das atividades propostas (MARCASSA, 2004), enquanto o lazer seria um termo mais abrangente, que contempla não só atividades recreativas, mas também outras atividades articuladas à esfera da cultura, do trabalho e da vida cotidiana.

⁴¹ Disponível em: www.globalcityindicators.org

padronizados de modo a permitir a comparação entre as cidades e a verificação por terceiros (GLOBAL CITY INDICATORS, 2002; 2010).

Nesse programa, o esporte/lazer é associado ao termo recreação (*recreation*), entendido como um importante aspecto da vida na cidade, que contribui para a saúde dos habitantes e vitalidade de uma cidade, sendo um serviço oferecido por muitas cidades através de parques, campos, quadras, ginásios, lagos, jardins etc., e por um departamento de recreação. Essa variável é analisada a partir de uma dimensão objetiva, direcionada pela mensuração da “*quantidade per capita de metros quadrados de espaço de lazer público*” e pela “*porcentagem dos gastos com lazer público em relação ao orçamento municipal total*”. Além desses dois indicadores, é sinalizado, como indicador desejável a ser desenvolvido nesse campo, numa dimensão qualitativa, um “*Indicador do nível de uso dos espaços de lazer*” (GLOBAL CITY INDICATORS, 2010).

Na experiência da Nova Zelândia – *The Quality of Life Project* – como indicador objetivo, propõe-se o termo Espaço Público Aberto (*Open Space*) – justificando-se que o acesso a áreas para brincadeiras e espaços abertos para esporte e recreação é um importante ingrediente para compreender como as pessoas se sentem sobre o lugar onde vivem, brincam e se divertem no seu tempo de lazer. Além disso, dizem que o espaço público aberto pode contribuir para a manutenção da saúde geral e para o bem-estar de uma comunidade (tradução livre). A operacionalização desse indicador é realizada pela construção da “*razão entre área de espaço público aberto/ 1000 habitantes*”. Na análise desses resultados, essa experiência destaca que a disponibilidade de espaços públicos pode afetar a satisfação das pessoas com a aparência e sentimento com relação à cidade, qualidade do ar, acesso a lazer e recreação. Mesmo que não haja nenhuma variação na quantidade de espaço público, seu uso pode ser afetado por um crescimento no número de pessoas que o utilizam através de mudanças na população, aumento populacional, disponibilidade de outras opções de lazer e recreação (tradução livre) (THE QUALITY OF LIFE PROJECT, 2010).

Outro indicador objetivo calculado diz respeito à área da Atividade Física (*Physical Activity*) e avalia a porcentagem de população ativa, ou seja, parcela que realiza ou participa de atividades físicas de algum tipo de lazer ou esportes. Como indicador subjetivo, na área “*Access to Leisure and Recreation opportunities*” – largamente definido como acesso a parques, praias, clubes, esportes, cafés, galerias e outras atividades de lazer – propõe-se uma escala de satisfação da população com seu acesso a oportunidades de

lazer e recreação, variando de “*muito satisfeito*”; “*satisfeito*”; “*neutro*”; “*insatisfeito*”; “*muito insatisfeito*” (THE QUALITY OF LIFE PROJECT, 2010).

No *Sistema de Monitorização de Qualidade de Vida Urbana* da cidade de Porto, em Portugal, também há a existência de indicadores objetivos e subjetivos para o esporte/lazer, concentrados no tema “*Desporto e Tempos Livre*”. Na dimensão objetiva, os indicadores propostos concentram-se na área “*Equipamentos Desportivos*” e referem-se a: “*Equipamentos desportivos Pavilhões por 1000 hab.*”; “*Piscinas por 1000 hab.*”; “*Outras instalações desportivas por 1000 hab.*”. A dimensão subjetiva foi contemplada por uma pesquisa de percepção, posterior à coleta dos dados objetivos, para a apreciação da situação da cidade a partir das áreas temáticas para avaliação da Qualidade de Vida. No caso da área “*Desporto e Tempos Livre*”, a população avaliou em sua região de moradia os “*Espaços recreativos e de lazer (se muito bom; bom; mau; muito mau)*” e os “*Locais para a prática desportiva (muito bom; bom; mau; muito mau)*” (CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 2010).

O programa “*Bogotá Como Vamos*” é tido como uma referência para sistemas de monitoramento de qualidade de vida na América Latina. Surgiu na Colômbia em 1997, como um exercício de cidadania para investigar, observar e direcionar ações da Administração Distrital e do plano de desenvolvimento urbano nas questões relacionadas à qualidade de vida em diversas áreas, levando em consideração tanto indicadores técnicos quanto indicadores que envolvem a percepção dos cidadãos (BOGOTÀ COMO VAMOS, 2010).

Na área do lazer, o programa tem como indicador objetivo o “*Promedio de espacio público peatonal por habitante*” definido como “*a cantidad de espacio público medida en metros cuadrados per-cápita disponible por cada habitante de la ciudad*”. “*En esta contabilización se incluyen andenes, alamedas, plazas, plazuelas, áreas de cesión, antejardines y demás espacios destinados para el libre tránsito y disfrute de los peatones*”. Na dimensão qualitativa, foi realizada a “*Calificación ciudadana a parques y zonas verdes*”, que variava de 1 a 5, e respondia a pergunta específica para medir a percepção da população sobre a qualidade dos parques e das zonas verdes públicas do seu bairro: “*¿Cómo califica Ud. estos parques y zonas verdes públicas de 1 a 5 siendo 1 muy malo y 5 muy bueno?*” (BOGOTÀ COMO VAMOS, 2010).

As experiências nacionais da cidade de Belo Horizonte e de São Paulo serão detalhadas com mais rigor. A escolha dessas duas cidades justifica-se não só pela importância no país, mas principalmente porque essas são tidas como referência na produção de

indicadores de qualidade de vida urbana não só no contexto nacional, uma vez que a metodologia de construção do Índice de Qualidade de Vida Urbano (IQVU) da Prefeitura de Belo Horizonte foi utilizado como parâmetro para a construção do IQVU – BRASIL, e os sistemas produzidos pelo *Movimento Nossa São Paulo* da cidade de São Paulo são tidos como referência para todo o país; mas também pela sua relevância no contexto internacional, como cidades-piloto do Programa de Indicadores Urbanos Global (*Global City Indicators*).

O IQVU é tomado como referência para a análise por ser uma ferramenta desenvolvida desde 1994 pela Prefeitura de Belo Horizonte, tendo sido aplicada nos anos de 1996, 2000 e 2006, estruturada a partir de 38 indicadores com base em dados prioritariamente quantitativos, agrupados em 23 componentes e estes em 10 variáveis representativas das dimensões mais importantes da Qualidade de Vida Urbana – Abastecimento, Cultura, Educação, Esportes, Habitação, Infraestrutura, Meio Ambiente, Saúde, Serviços Urbanos e Segurança Urbana. Cada variável recebe um peso específico de acordo com a sua importância relativa e compõe o índice que varia de 0 a 1, no qual quanto maior o índice, melhor é a qualidade de vida analisada em cada uma das 81 Unidades de Planejamento (UP), previamente elaboradas pelo Plano Diretor do município. Esse sistema permite a mensuração das condições de vida nos locais intraurbanos de Belo Horizonte, classificando as regiões da cidade e influenciando o estabelecimento de prioridades na gestão dos recursos, em bases objetivas (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2010).

A experiência da cidade de São Paulo é analisada a partir dos indicadores construídos pelo *Movimento Nossa São Paulo* (2007), que foi lançado em maio de 2007 com base em experiências bem sucedidas de cidades como Bogotá. O movimento também participa da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis⁴², que promove a troca de informações e conhecimentos entre os integrantes no aprendizado mútuo, apoio e fortalecimento de cada experiência local na busca por um outro modelo de desenvolvimento das cidades. Tem como uma de suas finalidades a realização de estudos e pesquisas no monitoramento da qualidade de vida na cidade através da coleta de indicadores.

Assim, o *Movimento Nossa São Paulo* auxilia a Administração Municipal e capacita os cidadãos na compreensão dos problemas urbanos relacionados à discussão da qualidade de vida na cidade, com o uso de indicadores quantitativos e qualitativos. Dentre seus programas e iniciativas, destacam-se o *Programa de Indicadores e Metas*⁴³ e a *2ª Edição*

⁴² Disponível em: <http://rededecidades.ning.com/>

⁴³ Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio>

da Pesquisa de percepção “Viver em São Paulo”/2009⁴⁴ do Observatório do Cidadão; e o IRBEM – Indicadores de Referência de Bem- Estar no Município/ 2010; 2011⁴⁵.

O Observatório Cidadão disponibiliza um conjunto de indicadores sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais sobre a cidade de São Paulo, que são constantemente atualizados, avaliados e divulgados para monitorar a qualidade de vida na cidade, as políticas sociais e a gestão pública municipal, influenciando as políticas públicas no município. Esses indicadores quantitativos são trabalhados não só com as médias da cidade, que podem ser extremamente desiguais, mas também com a segmentação regional através de indicadores das 31 subprefeituras, sendo possível acessar análises comparativas de cada indicador (NOSSA SÃO PAULO, 2010).

A forma como cada sistema é estruturado irá refletir diretamente na construção das variáveis relacionadas ao esporte/lazer. Assim, como a metodologia de construção do IQVU – BH tem como base a estruturação de indicadores mais objetivos, a área do esporte/lazer irá se inserir numa lógica mais quantitativa. Já no caso do conjunto de indicadores no Movimento *Nossa São Paulo*, o esporte/lazer se insere nas duas perspectivas, com ênfase na dimensão mais subjetiva e indicadores qualitativos de percepção.

No IQVU–BH (2006), a variável para essa área é colocada no item 4, com a nomenclatura *Esportes*. Acreditamos que a escolha da nomenclatura *Esportes* como síntese das práticas de lazer voltada para vivência físico-esportiva se dá com base na estrutura organizacional da administração municipal, na qual é a Secretaria Municipal Adjunta de *Esporte* (SMAES/PBH) a responsável por implementar a gestão de programas não só esportivos, mas também de lazer. A estrutura do indicador foi construída com base na identificação da variável *Esporte*, tendo como componente de análise os *Espaços públicos para recreação*. O cálculo do indicador proposto foi feito a partir da relação entre *Quadras, campos e pistas de Cooper por 1.000 habitantes [(número de quadras, campos e pistas/população) x 1.000]*, a partir dos dados disponibilizados pela SMAES/BH⁴⁶.

A análise da variável *Esportes* pode contribuir para a compreensão da distribuição dos equipamentos esportivos pela cidade e da relação entre número de equipamentos disponíveis e população local/ entorno, verificando aquelas áreas que precisam de mais

⁴⁴ Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/files/PesquisaIbope2009.pdf>

⁴⁵ Disponível em: http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/Pesquisa_IRBEM_Ibope.pdf

⁴⁶ Após esse cálculo, o indicador foi corrigido pela “medida de acessibilidade”, que aumenta a complexidade dos cálculos do IQVU devido à consideração de influências cruzadas. Segundo Nahas *et al* (2006, p.15), “quando a população residente num determinado local utiliza serviços ofertados em outro, ocorre simultaneamente um aumento da distância da disponibilidade ofertada de serviços para esta população e diminuição para aquela. A acessibilidade (aqui entendida como possibilidade espacial de acesso) a uma dada oferta de serviço decresce com o tempo de deslocamento, que por sua vez está diretamente relacionado com a distância a ser percorrida”.

investimentos. Por outro lado, como a base de dados é extremamente objetiva, a verificação de questões que envolvem aspectos mais qualitativos de análise – como o grau de uso desses espaços ou o estado de conservação – não é contemplada.

Na análise das iniciativas do *Nossa São Paulo*, o conjunto de 133 indicadores do *Programa de Indicadores e Metas* escolhidos para avaliar a qualidade de vida na cidade de São Paulo, disponível no Observatório do Cidadão, aborda o esporte/lazer dentro da área temática com a nomenclatura *Esporte*, tendo como fonte a Secretaria Municipal de Esporte (SEME). Como sua dimensão é mais quantitativa, a avaliação se dá a partir de cinco indicadores: *Equipamentos esportivos* (porcentagem dos equipamentos públicos de esporte em cada subprefeitura, sobre o total do município, sendo considerado equipamento esportivo um elemento específico para prática de esporte, como piscina, quadra, ginásio, pista de atletismo, entre outros); *Unidades esportivas* (porcentagem das unidades públicas de esporte em cada subprefeitura, sobre o total do município, sendo que cada unidade esportiva pode conter diversos equipamentos esportivos); *Acesso à vaga pública para prática desportiva* (porcentagem de ocupação das vagas públicas para prática desportiva orientada); *Educadores desportivos* (porcentagem de educadores desportivos sobre as vagas oferecidas para atividades públicas de prática desportiva orientada) e *Vagas oferecidas* (total de vagas públicas para a prática desportiva orientada).

Estão disponíveis no *site* do Movimento os dados para os dois primeiros indicadores, que permitem comparar as 31 subprefeituras no que se refere à distribuição desses espaços na cidade; identificação das três subprefeituras melhores e das três piores; bem como expressa o *fator de desigualdade subprefeituras* (que significa quantas vezes a subprefeitura com classificação mais baixa está pior do que aquela com classificação mais alta). A análise dos dados é construída de forma bem similar ao indicador proposto no IQVU – BH.

Já com relação à dimensão mais qualitativa, a *2ª Edição da Pesquisa de percepção “Viver em São Paulo”/2009* do Observatório do Cidadão, construiu indicadores de percepção referentes à área do esporte/lazer disponibilizados com a nomenclatura de *Atividades Culturais e de Lazer*. Conforme colocado anteriormente, o presente trabalho não tem como objetivo investigar a área dos interesses culturais do lazer, portanto, a análise se concentra nos itens que estabelecem relação com os interesses físico-esportivos.

Algumas das questões referentes às atividades culturais e de lazer foram construídas com base numa escala de satisfação de 1 a 10, em que 1 significa que a pessoa está totalmente insatisfeita, e 10 significa que a pessoa está totalmente satisfeita,

contemplando assuntos como: *oportunidade e condição da população de participar de atividades de esporte; oportunidade e condição da população participar de atividades de lazer e recreação; espaços e equipamentos públicos para atividades de lazer e recreação; espaços e equipamentos públicos para atividades de esporte.*

Com relação às atividades esportivas, buscou-se analisar questões referentes a: *% da população que tem próximo de casa quadra esportiva; se a pessoa pratica ou não alguma atividade esportiva.* Com as respostas, foi montando um perfil de quem pratica atividade esportiva, levando em consideração variáveis como sexo, idade, escolaridade e renda familiar, além do local onde essas atividades acontecem (clube; rua; praças/parque público; escolas/universidades; academia; quadra esportiva; local onde mora – residência/prédio/casa). Com relação às atividades de lazer, foi construída uma frequência nos últimos 12 meses em que a população realizou atividades específicas de lazer (muitas vezes; poucas vezes; nenhuma), estando entre as atividades propostas se *passeou em parques e praças; assistiu a eventos esportivos.*

Embora as questões contempladas na pesquisa de percepção de 2009 seja um avanço para a forma como a questão do esporte/lazer vem sendo tratada nos sistemas de indicadores urbanos, ao trabalhar com as médias na cidade a pesquisa não teve como avaliar as desigualdades existentes entre as diferentes regiões. Porém, os seus resultados produzem diagnósticos importantes acerca das principais áreas em que a população mostra-se insatisfeita e os avanços nas áreas em que a satisfação tem crescido, podendo servir como um direcionamento para as ações da política setorial de esporte e lazer no município.

Com o objetivo de aprofundar ainda mais a discussão, o *IRBEM – Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município* é o mais novo instrumento lançado pelo Movimento *Nossa São Paulo*, que procura avaliar questões relativas à qualidade de vida urbana com recorte proporcional ao perfil e número de moradores por região, permitindo assim uma melhor interpretação dos seus resultados e levando em consideração as diferentes regiões da cidade⁴⁷.

O *IRBEM* utiliza a mesma escala de satisfação para a população e busca identificar com relação ao *Esporte* questões como: *frequência com que realiza atividades esportivas; proximidade de equipamentos públicos para atividades de esporte; frequência com que se praticam esportes na escola.* Na área do *Lazer e Modo de Vida*, a escala de satisfação busca avaliar, dentre outros: *tempo disponível que possui para lazer; frequência*

⁴⁷ Em janeiro de 2011, foram lançados os resultados da segunda pesquisa do IRBEM (2010).

com que faz atividades físicas; frequência com que vai a clubes ou espaços de lazer e recreação.

A comparação, mesmo que de forma ampla, entre esses sistemas de indicadores pesquisados nas respectivas cidades evidencia que, na área do esporte/lazer, a dimensão objetiva ainda tem primazia na construção de indicadores, enfatizando a relação entre estrutura física para realização dessas atividades e sua distribuição na cidade. Por outro lado, existem tentativas iniciadas, de forma mais sistematizada como na cidade de São Paulo, que têm buscado agregar à dimensão quantitativa, análises que também levem em consideração aspectos qualitativos baseados na percepção e satisfação da população, não só com relação à estrutura física, mas também com relação ao tempo disponível para essas atividades, à frequência de realização, ao grau de importância que assumem na qualidade de vida, ao nível de bem-estar que propiciam, entre outros, aproximando o conceito de qualidade de vida urbana a uma dimensão mais subjetiva, também necessária para a compreensão do fenômeno do lazer no âmbito urbano.

Sem desconsiderar a importância da dimensão cultural do lazer e dos aspectos subjetivos, a proposta de aplicação de indicadores para relacionar lazer e qualidade de vida urbana na cidade de Montes Claros, além de ter sua delimitação conceitual associada às vivências físico-esportivas, será construída com base em dados objetivos, que procurarão analisar a distribuição dos espaços públicos disponíveis para essas práticas na cidade, complementadas por informações obtidas na pesquisa de campo. Porém, alguns aspectos subjetivos serão contemplados por fontes de dados secundários e problematizados à medida que se desenvolve um panorama acerca do lazer e de suas vivências no contexto urbano de Montes Claros. Além disso, a construção dos indicadores será operacionalizada com base na proposta de divisão intraurbana da cidade, analisada a partir de sua espacialização em 26 Regiões de Planejamento, com metodologia a ser detalhada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

O CASO DA CIDADE DE MONTES CLAROS /MG

3.1 Montes Claros/MG enquanto uma cidade média

A temática das cidades médias tem aparecido frequentemente em estudos e reportagens, especialmente associada à ideia de que seus habitantes desfrutam de uma melhor qualidade de vida, tanto em relação aos grandes centros urbanos como às pequenas cidades do seu entorno e região. Do ponto de vista imaginário dos possíveis moradores metropolitanos ou interioranos, Amorim Filho e Serra (2001, p.1) apontam que:

O morador dos grandes centros urbanos, principalmente nos países subdesenvolvidos, quando ‘capturado’ por essa informação, pode encantar-se com alguns dos atributos divulgados dessas cidades, tais como: menores índices de criminalidade; reduzido tempo despendido para se ir ao trabalho; menores níveis de poluição atmosférica; aluguéis geralmente mais acessíveis; e maior e mais próxima oferta de áreas verdes. Sob o ângulo de grande parte da população interiorana, rural ou semirural, as cidades médias podem ser valorizadas pela oferta de emprego, ou mesmo de subemprego, pela existência de infra-estrutura básica, pelas oportunidades de acesso à informação, pelos melhores recursos educacionais. Enfim, pela existência de bens e serviços essenciais à ascensão material e intelectual de seus moradores.

No limiar entre as grandes cidades, que já possuem um extenso referencial teórico-científico – principalmente associado ao fenômeno das metrópoles – e as pequenas cidades, que ainda são pouco discutidas fora de sua interface com a região em que estão inseridas, a qualificação das cidades médias a partir de atributos específicos têm tido um papel relevante diante da tendência de seu crescimento populacional urbano nos últimos anos, sobretudo no Brasil.

Nesse campo, Pereira (2005, p. 1) destaca que a noção de cidade média, embora seja uma terminologia discutida por diversos autores, ainda não possui uma definição teórica muito precisa, sendo comum encontrar nos estudos sobre esse tema expressões como “cidade intermediária”, “cidade regional”, “cidade de médio porte”, “centros regionais e sub-regionais”.

Além da dificuldade de se estabelecer um consenso conceitual, muitos estudos enfatizaram, inicialmente, apenas a caracterização dessas cidades tendo como base o tamanho demográfico, critério ainda utilizado de forma expressiva, apesar de algumas variações na definição das faixas populacionais. Segundo Pereira (2005, p.2), esse critério é bastante utilizado por instituições oficiais, como no caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “que considera como médias as aglomerações urbanas com população entre 100.000 e 500.000 habitantes”.

Na tentativa de construção de um conceito, percebe-se que há outros critérios também importantes que devem ser considerados no estudo das cidades médias para sua melhor compreensão. Embora o tamanho demográfico seja uma variável indispensável, o aprofundamento da discussão teórica tem buscado incorporar novos indicadores e relações para classificar essas cidades, que além do número da população leve também em consideração suas funções, posição e influência na região na qual se inserem, dinâmicas interurbanas e intraurbanas, problemas sociais, diversidade e complexidade de atividades econômicas e de serviços, grau de infraestrutura urbana, índices de qualidade de vida, entre outros aspectos (PEREIRA, 2007).

No contexto urbano brasileiro, verifica-se uma tendência na variação populacional dos municípios nas últimas décadas, com crescimento significativo da população urbana nas cidades médias, reflexo da dinâmica urbana e da atração que estas exercem de acordo com suas características no campo econômico, social, educacional, cultural e outros. Segundo Maricato (2006), tal fenômeno começou a ser identificado a partir dos anos 1980, momento em que as cidades médias passaram a apresentar taxas de crescimento populacional superiores às das metrópoles.

Essa nova característica do crescimento urbano confirmou-se na passagem da década de 1990 para 2000, com base nos dados do Censo⁴⁸ disponibilizados pelo IBGE (2000), quando as cidades entre 100 mil a 500 mil habitantes passaram a ter taxa de crescimento anual de 1,91%, enquanto que as cidades com mais de 500 mil habitantes cresceram com taxa anual de 1,41% .

⁴⁸ Conforme definição do próprio IBGE (2010), “os censos populacionais produzem informações que permitem conhecer a distribuição territorial e as principais características das pessoas e dos domicílios, acompanhar sua evolução ao longo do tempo, e planejar adequadamente o uso sustentável dos recursos, sendo imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimento, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo. Constituem a única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos - distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanos - cujas realidades socioeconômicas dependem dos resultados censitários para serem conhecidas”.

Nos dados do Censo 2010, verifica-se que o crescimento populacional brasileiro na última década continuou a se concentrar mais nas cidades médias do que nas grandes metrópoles. Com uma população total de 190.732.694 pessoas⁴⁹, distribuída por 5.565 municípios, os dados confirmam a elevação da taxa de brasileiros que vivem em áreas urbanas, que passou de 81,25 % ou 137.953.959 pessoas (2000), para 84,35% ou 160.879.708 pessoas (2010), mas registram, por outro lado, uma diminuição na participação dos municípios com mais de dois milhões de habitantes em relação ao total da população, passando de 14,8% há dez anos, para 14,5% do total da população no ano de 2010.

Esse dado expõe o crescimento urbano em direção contrária ao das grandes metrópoles do país, com ênfase no crescimento total da população residente em municípios com população entre 100 mil e dois milhões de habitantes, que subiu de 36,1% (2000) para 40,3% (2010), sendo que os municípios na faixa populacional entre 100 mil e 500 mil habitantes tiveram maior percentual de crescimento (2,12%), passando de 39.628.005 habitantes para 48.567.489 habitantes, o que corresponde a 25,5% da população total do país. Além desse dado, é importante ressaltar que o número de municípios nessa faixa populacional aumentou de 193 para 245 municípios.

Já os municípios menores, com menos de 100 mil habitantes, apesar de constituírem 94,7% do total de municípios brasileiros, continuam fonte de fluxos migratórios para outras regiões, sendo os que mais perdem participação no total de habitantes. Em 2000, representavam 48,9% da população, com um decréscimo em 2010 para 45,3%. Segundo comentário do presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, sobre os resultados preliminares do Censo 2010 pode-se verificar que:

As áreas que mais absorvem população no Brasil não são mais os grandes municípios, as grandes metrópoles, mas na verdade são as cidades de porte médio, ou até grandes, mas não metropolitanas [...] Atualmente, o Brasil tem como característica marcante, observada no Censo, a importância demográfica, social e também econômica das cidades de porte médio (IBGE, 2010).

Também com base nos dados preliminares do Censo 2010, pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010) produziram um relatório no qual apontam que esse impulso no crescimento das cidades médias está relacionado ao preço elevado da terra nas grandes capitais, o que leva as pessoas e empresas a procurarem municípios vizinhos, e também ao surgimento de novos focos de atividade econômica e oferta

⁴⁹ Dado contabilizado em 1º de agosto de 2010, considerada data de referência para o Censo 2010.

de serviços nessas cidades e em outras cidades polos, exercendo uma maior atração da população.

A Figura 1 evidencia essa tendência de expansão de cidades acima de 250 mil habitantes em todo o país. Nesse contexto, destaca-se a cidade de Montes Claros, objeto de análise deste trabalho, única na região do Norte Minas Gerais a ter população superior a 100 mil habitantes. Atualmente, o município apresenta uma população de 361.971 habitantes, estando 95,17% da população na área urbana (344.479 habitantes) e 4,83% na área rural (17.492 habitantes). Do Censo de 2000 (289.183 habitantes) para 2010, verifica-se que a cidade de Montes Claros teve crescimento populacional urbano correspondente a 19,12% ou 55.296 habitantes. Esse crescimento está diretamente relacionado à sua caracterização e influência como polo regional, o que faz de Montes Claros a 6ª maior cidade em população do Estado de Minas Gerais, e a 9ª no PIB relacionado ao setor de comércio e serviços (FJP, 2010).

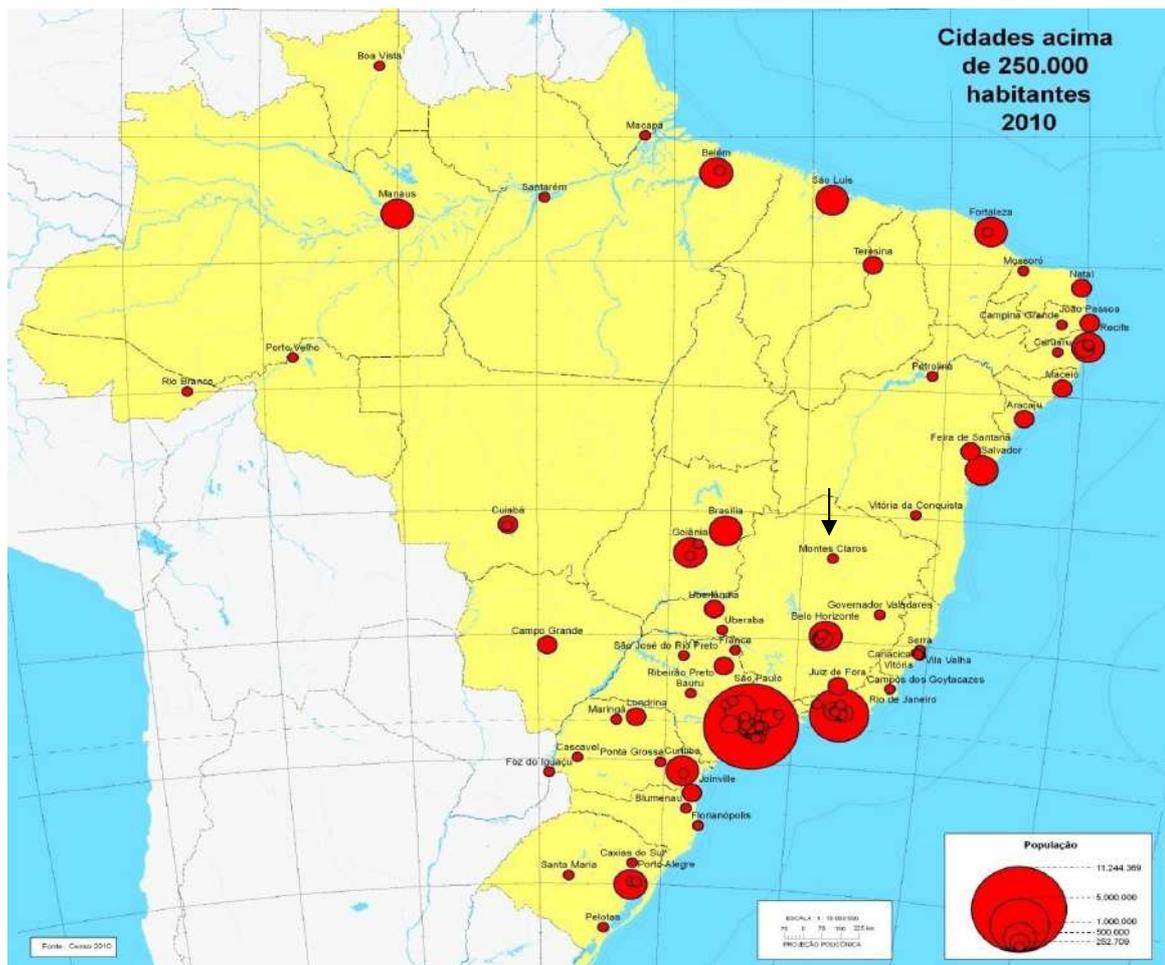


Figura 1: Cidades acima de 250.000 habitantes 2010.
 Fonte: IBGE, Censo 2010.

Se por um lado essa dinâmica de crescimento urbano contribui para a desconcentração do desenvolvimento econômico e social em direção a outras áreas do país, por outro, ela é preocupante, uma vez que, segundo pesquisadores do IPEA, as cidades médias apresentam mais problemas de orçamento e capacidade gerencial em oferecer serviços para a população, o que leva à necessidade de se investir em planejamento para não comprometer o futuro e repetir os mesmos erros das metrópoles em áreas como saneamento, saúde e outras (IPEA, 2010). Nesse sentido, o investimento no conhecimento sobre os fatores que influenciam a qualidade de vida também nas cidades médias torna-se fundamental.

A aproximação de questões referentes ao planejamento no âmbito das cidades médias não é, todavia, resultado da atual tendência de crescimento dessas cidades. Na verdade, o incentivo ao desenvolvimento das cidades médias na história do planejamento urbano regional brasileiro teve início, de forma mais enfática, na década de 1970, através do II Programa Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1974) e seus desdobramentos.

A dinâmica urbana intensificada pela política desenvolvimentista do início da Ditadura Militar, baseada na industrialização acelerada, gerou a metropolização de grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, e instaurou um desequilíbrio no sistema urbano do país, com aumento dos problemas urbanos nessas aglomerações. Havia a necessidade de uma melhor estruturação do sistema urbano para um maior equilíbrio regional com manutenção da taxa de crescimento econômico, dinamização da economia para outras regiões, novas oportunidades de emprego e retenção da população em suas regiões de origem. Na base dessa nova política urbana nacional estava o projeto das Cidades de Porte Médio como estratégia de desconcentração e interiorização de atividades produtivas para a formação de uma rede urbana nacional mais equilibrada em termos de desenvolvimento regional e organização territorial, com consequente melhoria na distribuição espacial da população⁵⁰.

Segundo Steinberger e Bruna (2001, p.52), o Programa Cidades de Porte Médio, que vigorou por 10 anos aproximadamente, de 1976 a 1986, tinha como objetivo beneficiar cidades médias que pudessem atender ao direcionamento da política nacional por meio de ações interurbanas (ligadas à expansão da capacidade produtiva e de mercado das cidades selecionadas através da localização de equipamentos terciários de alcance regional e de

⁵⁰ Nesse contexto, Amorim Filho e Serra (2001) destacam o Programa Nacional de Cidades de Porte Médio, iniciado em 1976, e o Projeto Especial Cidades de Porte Médio, desenvolvido a partir de 1977 pelo Ministério do Interior, com recursos do Bird (Contrato de Empréstimo 1720-BR), que tinha como princípio o fortalecimento da infraestrutura de cidades e aglomerados urbanos com potencialidades para contribuir com o desenvolvimento nacional.

incentivos para atrair capitais industriais) e ações intraurbanas (previstas para as áreas carentes de tais cidades).

Essas ações concentraram-se em modelos de desenvolvimento regional preconizados por agências e programas de incentivo à industrialização em novos núcleos urbanos que poderiam se constituir em polos secundários na hierarquia urbana, como ocorreu no caso de Montes Claros, que teve seu processo de urbanização em formação fortemente influenciado por essa política na década de 1970 e 1980, contribuindo para sua adequação aos moldes industriais.

3.2 Desdobramentos no contexto urbano e configuração territorial

Até meados do Século XX, Montes Claros, que teve um processo de formação histórica e econômica atrelado a atividades pecuárias, contava com a maioria da população na zona rural – o que começou a ser modificado com a chegada da Ferrovia em 1926 – quando a cidade estreitou relações comerciais com outros centros do país, como Belo Horizonte e Rio de Janeiro, resultando em um impulso inicial ao seu desenvolvimento e já se posicionando como principal centro político e econômico da região do Norte de Minas Gerais e importante entreposto comercial (LEITE, PEREIRA, 2008).

Porém, o grande fluxo migratório para Montes Claros ocorreu a partir da década de 1970, período em que a cidade passou por um processo de industrialização específico, incentivado por recursos fiscais e financeiros da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), autarquia federal criada pelo Governo para atender aos interesses da política desenvolvimentista nacional de fomentar a industrialização em áreas consideradas periféricas do país, sendo a Região Nordeste uma dessas. Caracterizada como uma área de fronteira, entre o Sudeste e o Nordeste, a incorporação do Norte de Minas Gerais à Região Nordeste se deu pela proximidade significativa de suas características físicas, sociais e econômicas a essa região (PEREIRA, 2007).

Incluída no Programa Cidades de Porte Médio e escolhida como sede das cidades mineiras que faziam parte da área de atuação da SUDENE, Montes Claros consolidou-se como centro regional, ampliando sua importância sobre as demais cidades da região ao se configurar como núcleo de investimentos no setor industrial, o que provocou mudanças na sua economia, nas atividades de comércio e serviços, no aporte populacional, na infraestrutura urbana e na dinâmica de ocupação do solo urbano.

Se por um lado esse processo gerou um maior crescimento econômico para Montes Claros e consolidou sua posição enquanto polo regional, por outro, trouxe consequências que comprometeram o seu desenvolvimento social. Com o acentuado processo de migração campo-cidade, muitos migrantes, atraídos pela industrialização e busca de melhores condições de vida na cidade, não conseguiram ser absorvidos como mão-de-obra qualificada para esse setor, ficando à margem da economia capitalista em expansão e, conseqüentemente, com dificuldades para se integrarem à nova dinâmica produtiva e procederem a uma ocupação “formal” do solo urbano.

A expansão urbana acelerada aumentou o contingente populacional da cidade de 43.097 habitantes em 1960, para 155.483 habitantes em 1980, registrando um significativo aumento da população em 20 anos, enquanto que a população rural diminuiu de 59.020 habitantes para 22.075 habitantes no mesmo período, segundo dados do IBGE (1980).

Com a intensa urbanização e a conseqüente expansão territorial, houve na cidade um crescimento também da sua periferia. Assim como outras cidades brasileiras, também em Montes Claros, o processo de ampliação da malha urbana ocorreu sem obedecer a um planejamento efetivo o que deu origem a um tecido urbano hoje bastante fragmentado. O rápido processo de urbanização, agravado pela falta de planejamento, resultou numa diferenciação espacial intraurbana, com várias áreas demarcadas por focos de pobreza com infraestrutura básica deficiente, gerando, conseqüentemente, uma série de problemas de ordens socioeconômica e ambiental. Porém, outras áreas da cidade tiveram uma atenção maior do poder público municipal e os agentes imobiliários, sendo, portanto, essas áreas ocupadas por população de médio e alto poder aquisitivo (LEITE; PEREIRA, 2008, p. 52).

Diante dessa realidade, para tentar minimizar um pouco desses efeitos, o Programa Cidades de Porte Médio também obteve recursos para ampliação da integração de áreas sociais ao desenvolvimento econômico, porém sem a mesma efetividade prática, o que resultou em ações estratégicas e pontuais insuficientes ante a complexidade dos problemas urbanos em formação. Dentre esses recursos, destacam-se os que foram investidos:

na melhoria da estrutura econômica e social da cidade, envolvendo ações de ampliação da rede de saneamento básico, pavimentação de ruas, construção de equipamentos sociais, como postos de saúde e praças de lazer, bem como construção de núcleos habitacionais, remoção de favelas e legalização da posse da terra em áreas de invasão. Tais ações tiveram como foco principal a Zona Norte, nas proximidades do Distrito Industrial e Zona Sul, regiões onde o crescimento populacional foi mais intenso no período (PEREIRA, 2005, p.9).

Paralelo ao desenvolvimento industrial, o crescimento da população urbana teve reflexos no desenvolvimento do setor de serviços, que passou a absorver parte significativa da mão-de-obra. Em 1990, embora a população urbana continuasse a aumentar, passando para 250.573 habitantes, houve menor crescimento industrial, com a redução de empreendimentos e abandono de indústrias na área do Distrito Industrial da cidade. Esse fenômeno ocorreu em diversas localidades em função da crise econômica que atingiu o país, inclusive com redução dos investimentos estatais nas políticas de desenvolvimento regional.

Mesmo com essa redução de investimentos, o setor industrial ainda contribui para a economia local através de grandes grupos distribuídos em ramos de atividades diversificados como de medicamentos (Novo Nordisk); produtos veterinários (Vallée); tecidos (Coteminas); cimento (Lafarge); alimentos (Somai) e outros, além de empreendimentos de médio e pequeno porte; porém, esse setor não será mais o principal da economia local. A partir do final da década de 1990, o setor de serviços, que já vinha em um processo de expansão, assume a posição de principal responsável pela dinamização da economia e geração de trabalho e renda na cidade.

Embora o ritmo de desenvolvimento tenha diminuído para o setor secundário, o que se percebe é que, Montes Claros, nas últimas décadas, tem-se firmado como centro comercial e de prestação de serviços principalmente no que se refere ao setor educacional e saúde. O setor terciário tem-se destacado como o principal responsável pelo papel regional desse município. O comércio, a expansão de atividades de apoio, transportes, setores financeiros, comunicação, saúde, educação, cultura e diversão despontam como as atividades mais importantes na composição da economia municipal (LEITE, 2003, p. 124 *apud* PEREIRA, 2005, p.5).

Essa expansão do setor de serviços em Montes Claros também foi acompanhada por um movimento migratório das cidades da região, mantendo a tendência de crescimento da população urbana evidenciada desde a década de 1970, que em 2000 chegou a 289.183 habitantes. A centralidade do setor de serviços na dinâmica da economia de Montes Claros é evidenciada pela concentração da maior parte de seu PIB no setor de serviços e comércio que, segundo dados da Fundação João Pinheiro (2008), corresponde a 64,1% do total.

Esse setor emprega boa parte da população e é o maior fator de atração da cidade diante da região do Norte de Minas, principalmente no que se refere à saúde, à educação e ao comércio. Além disso, a cidade está localizada em um importante entroncamento rodoviário⁵¹,

⁵¹ Segundo dados organizados pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Montes Claros está localizada em um importante entroncamento rodoviário do país, que conta com a BR-135, BR-365, BR-251,

o que atrai outros investimentos para a cidade e facilita o processo de migração, consolidando-a como o maior centro urbano da região⁵². Toda essa dinâmica de crescimento econômico e demográfico ao longo de décadas influenciou diretamente sua configuração territorial.

Ainda com crescimento populacional urbano acelerado na presente década, conforme dados do IBGE (2010), as consequências de anos de ocupação físico-territorial orientada por interesses econômicos de grupos específicos, além de regulada por um planejamento urbano constituído apenas de ações pontuais e imediatas, estão disseminadas pelas dificuldades de estruturação urbana da cidade, especialmente, do Poder Público em enfrentar os crescentes problemas, muito semelhantes aos das grandes cidades, como: marginalização das populações mais pobres; formação de ocupações irregulares sem infraestrutura básica; demanda maior do que a oferta por serviços públicos ligados à habitação, saneamento, asfaltamento e equipamentos públicos; logística de transporte público e mobilidade urbana deficientes; aumento da violência e falta de segurança, e outros.

Todos esses efeitos foram decorrentes do crescimento físico-territorial de Montes Claros marcado por uma expansão horizontal de forma descontínua, principalmente a partir dos anos de 1970, influenciada, sobretudo, pela dinâmica do mercado fundiário caracterizada pela especulação imobiliária, formação de vazios urbanos, concentração da população de renda alta em áreas específicas e marginalização de grande parte da população em áreas mais periféricas e menos dotadas de infraestrutura, com ocorrência de algumas invasões e processos de favelização, o que contribuiu para uma fragmentação socioespacial no interior da cidade (PEREIRA, LEITE, 2005).

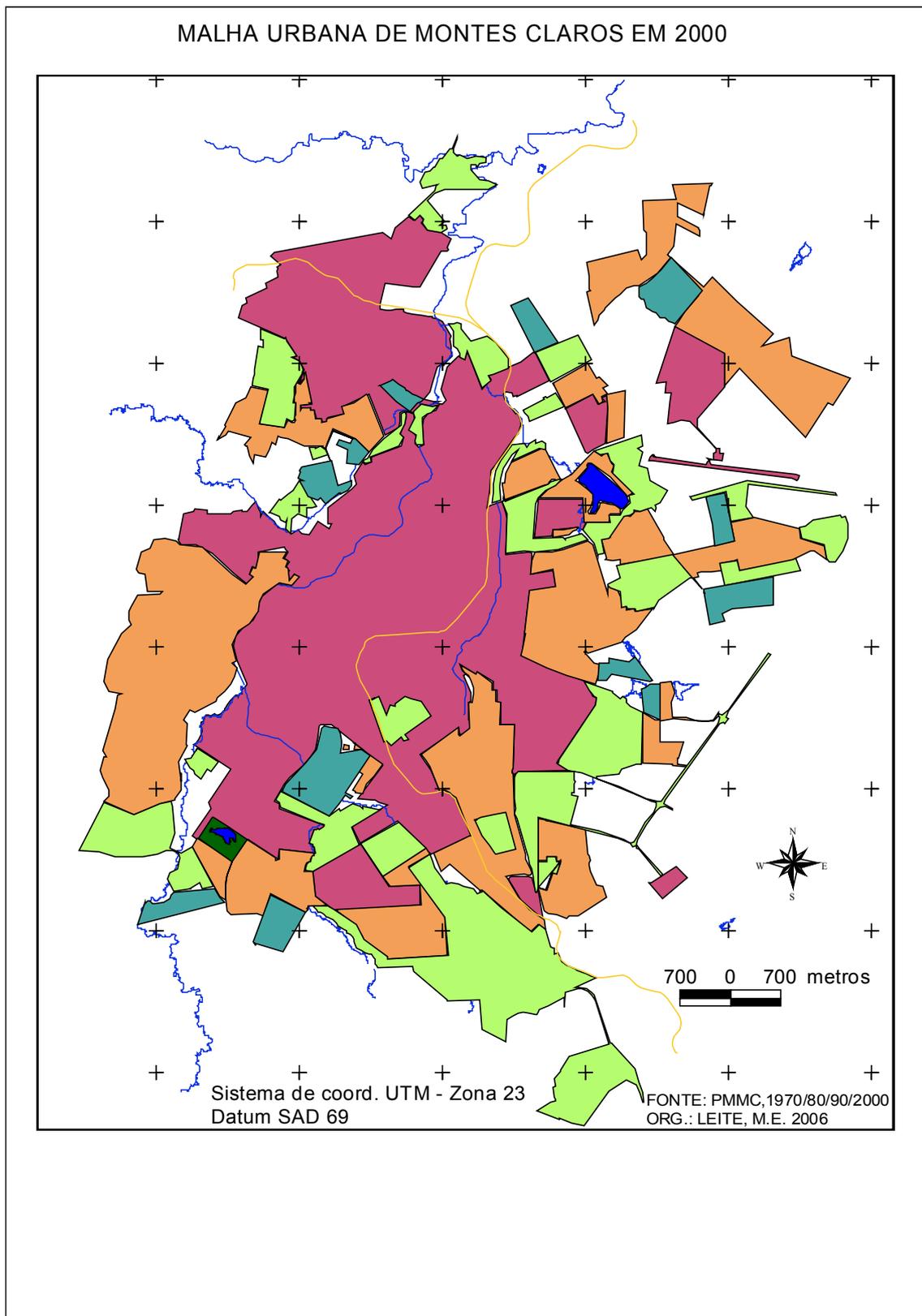
Na discussão sobre o papel do planejamento urbano em Montes Claros a partir de 1970, verifica-se a sobreposição da dimensão técnica e centralizada, através de um “suposto” controle e ordenamento territorial guiado pelos interesses privados em expansão, o que negligenciou grande parte dos interesses públicos e, sobretudo, dos aspectos sociais e de acesso a bens de consumo coletivo por toda a população. Em meio aos conflitos de interesses, a determinação da expansão capitalista na configuração do espaço urbano de Montes Claros refletiu-se no desigual acesso à infraestrutura urbana pelos diferentes grupos sociais, o que

MGT-122, MGT-308 (Juramento) e MGT-251 (Coração de Jesus) além da sua malha viária municipal ser constituída por, aproximadamente, 5.500 km de estradas vicinais, que ligam a sede do município aos distritos e diversas comunidades rurais. É servida, ainda, por linhas regulares de ônibus municipais, intermunicipais e interestaduais (PMMC, 2006).

⁵² Para aprofundamento do tema da cidade de Montes Claros/MG, enquanto uma cidade média e de suas relações com a região em que está inserida, consultar trabalho de PEREIRA, A. M., *Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais*, 2007.

contribuiu para um processo de segregação socioespacial corroborado por ações e omissões do próprio Poder Público.

Baseando-se na localização geográfica e no processo histórico de desenvolvimento, Leite (2006) propõe uma análise do processo de ocupação e crescimento horizontal de Montes Claros a partir de seis grandes regiões: Centro, Centro-Oeste, Norte, Sul, Leste e Oeste, ressaltando que, até por volta de 1970, a ocupação urbana restringia-se à área central e bairros adjacentes, passando por mudanças significativas a partir de então, conforme evidenciado no Mapa 1.



Mapa 1: Malha Urbana de Montes Claros em 2000.
Fonte: LEITE, M.E., 2006.

Em linhas gerais, Leite (2006) aponta que a região Norte foi a que mais cresceu na década de 1970, devido à implantação do Distrito Industrial, somando um contingente de migrantes considerável a dois bairros já bastante populosos na época (Renascença e Santos Reis) e criação de oito novos bairros e três áreas invadidas, com habitações precárias no que tange a infraestrutura básica (favelas). A região Sul da cidade também teve um processo de expansão significativo no início da década de 1980, principalmente devido à localização geográfica e a proximidade com importantes vias de acesso como a BR 135 e a BR 365, que ligam Montes Claros a outras cidades da região, o que influenciou seu processo de ocupação por migrantes das regiões vizinhas e ocupação irregular de algumas áreas.

Essas duas regiões receberam investimentos do Projeto Cidade de Porte Médio para melhoria das condições de habitação e saneamento básico, principalmente da população de baixa renda, além da ampliação de serviços e equipamentos urbanos, o que valorizou determinadas áreas, sobretudo na região Sul, com desenvolvimento urbano-social acima da média e formação diversificada do comércio, como no bairro Major Prates e Maracanã. Essas melhorias foram importantes, mas não suficientes para solucionar os crescentes problemas com novos loteamentos e surgimento de outras ocupações sem muita infraestrutura (LEITE, 2006).

As regiões Oeste e Leste da cidade tiveram um ritmo de crescimento menos acelerado. Na verdade, segundo Leite (2006), a região Centro-Oeste desde a década de 1970 já concentrava a população de classe média alta da cidade, abrangendo bairros dotados de boa infraestrutura como Todos os Santos, São Luis, Melo e Santa Maria. Mais acima do Rio Vieira, existiam três outros bairros com população predominantemente de renda mais baixa. A região Leste foi a que teve um processo de ocupação pouco significativo na década de 1970, com moderada ocupação dos muitos vazios urbanos na década de 1980, como a formação do bairro Independência, e intensificação do surgimento de novos bairros nos loteamentos vazios a partir dos anos de 1990 e 2000, destacando-se como a região de maior crescimento atual da cidade, caracterizada, principalmente, por população de renda mais baixa e por apresentar baixos indicadores de infraestrutura (LEITE, 2006).

Nos anos 2000 e início da década de 2010, outras áreas também apresentam ocupação significativa dos vazios urbanos, embora sejam contrastantes no que se refere ao padrão de construção e localização diferenciada das classes sociais. De um lado, identifica-se o bairro Ibituruna, no Sudoeste da cidade, dotado de boa infraestrutura e beleza paisagística privilegiada, é onde se concentra boa parte da população de maior renda da cidade. Esse bairro foi loteado na década de 1980, porém só passou a ter uma maior ocupação a partir da

década de 1990, intensificada na década de 2000, com o surgimento de novos condomínios residenciais fechados e de alto padrão.

Semelhante processo ocorreu recentemente no extremo Sul da cidade, à margem da BR -135, com a aprovação do loteamento do maior condomínio residencial da cidade, com cerca de 500 lotes em seu interior, expandindo o novo perímetro urbano da cidade nessa direção⁵³. Outro processo marcante tem sido o crescimento da verticalização da cidade, com a disseminação de prédios de médio/alto padrão localizados, principalmente, em Avenidas da região Centro-Oeste da cidade.

Do outro lado, tem-se a ocupação por população de renda mais baixa de áreas extremas do perímetro urbano, caracterizadas por deficiências na infraestrutura urbana e carências de serviços e equipamentos urbanos, como na região Norte, a exemplo dos bairros Castelo Branco, Industrial, Village do Lago; na região Sul, nos bairros Santa Rafaela, Santo Amaro, Santo Inácio, e outros, além de novos bairros na região Leste.

Diante dessa contextualização, marcada por um processo de ocupação do solo urbano fragmentado e heterogêneo, com uma divisão socioeconômica da cidade em áreas segregadas com maior ou menor grau de infraestrutura, além da perspectiva continuada de crescimento populacional urbano, por ser polo de atração econômica e de serviços na região do Norte de Minas, verifica-se que o investimento em Planejamento Urbano na cidade de Montes Claros é imprescindível para promover a melhoria da qualidade de vida, principalmente no que se refere ao acesso da população de renda mais baixa aos bens de consumo coletivo.

Seguindo a exigência do artigo 182 da Política Urbana do país (1988), que torna obrigatório a existência do Plano Diretor para Municípios acima de 20.000 habitantes, e orientações do Estatuto da Cidade (2001), o Plano Diretor mais recente do Município de Montes Claros (2001), que foi baseado no Plano Diretor do Município de Belo Horizonte (1996)⁵⁴, embora sinalize alguns dos desafios que a cidade tem pela frente – como na área de habitação, sistema viário e de transporte público, ocupação irregular de áreas verdes, formação de centralidades etc. – está restrito a proposições gerais de ordenamento da política

⁵³ Lei Nº 4243, de Julho de 2010.

⁵⁴ Segundo Gomes (2007), através de informações obtidas junto à SEPLAN (PMMC), o Plano Diretor foi elaborado apenas para cumprir as exigências da Legislação Federal e não foi acompanhado de um diagnóstico atual sobre a cidade e nem mesmo houve consulta e participação popular na sua elaboração. Para essa autora, esse Plano Diretor, portanto, “não é um instrumento confiável de análise, já que não responde às reais necessidades da população do município, como deveria ser o Plano Diretor Participativo, preconizado pelo Estatuto da Cidade”. Embora se reconheça a gravidade da constatação apresentada, por ser o Plano Diretor em vigor no município, esclarece-se que ele ainda é o principal instrumento de direcionamento da Política Urbana.

de desenvolvimento urbano na cidade, sem análises mais específicas ou atribuição de responsabilidades.

Instituído na Câmara Municipal pela Lei nº. 2921/01, o Plano Diretor de Montes Claros é definido como o instrumento básico para a política de desenvolvimento urbano, “sob o aspecto físico, social, econômico e administrativo, tendo em vista as aspirações da coletividade e de orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada no desenvolvimento sustentável do município” (Art. 1º). A partir do que foi discutido até aqui, destaca-se dentre os seus objetivos (Art. 3º):

- I - ordenar o pleno desenvolvimento do Município no plano social, adequando a ocupação e o uso do solo urbano à função social da propriedade;
- II - melhorar a qualidade de vida urbana, garantindo o bem-estar dos munícipes;
- III - promover a adequada distribuição dos contingentes populacionais, conciliando-a às diversas atividades urbanas instaladas;

No trato específico do ordenamento da ocupação e do uso do solo urbano, conforme diretrizes colocadas no Art.4º, o mesmo deve ser feito visando à utilização racional da infraestrutura urbana, preocupando-se com a descentralização das atividades urbanas e com a disseminação de bens, serviços e infraestrutura no território urbano e, ainda, levando em consideração os aspectos locais e regionais. Além desses aspectos, deve-se pautar pelas questões relacionadas ao atendimento das necessidades de saúde, educação, desenvolvimento social, esporte, lazer e turismo, entre outros, da população.

Após as disposições iniciais contidas no Capítulo I, segue-se a estruturação do Plano Diretor, buscando especificar cada tema proposto, destacando-se dentre eles os relacionados às funções sociais da propriedade e ao desenvolvimento urbano, estabelecendo diretrizes para diversas políticas setoriais que integram o conjunto da intervenção pública na estrutura urbana, como a política urbana especificamente, a política de segurança pública, de transportes, de meio ambiente, de saneamento, habitacional, de saúde, de educação, de cultura e de esporte e lazer.

Embora sinalize importantes aspectos em busca de um desenvolvimento sustentável, o planejamento urbano de uma cidade não é feito somente das diretrizes presentes em seu Plano Diretor. A articulação entre normas, regulamentos, instrumentos e, principalmente, ações, requer “vontade política” – entendida como uma posição firme do

Poder Público Municipal na garantia dos interesses públicos e sociais, em detrimento de interesses políticos e econômicos privilegiados, respeitando-se as diretrizes para a promoção das funções sociais da propriedade e da cidade – e ainda requer um conhecimento específico dos problemas, necessidades e demandas da cidade e de sua população para que o Poder Público, de fato, possa interferir na realidade do desenvolvimento urbano e promover uma maior justiça social e qualidade de vida para seus habitantes.

A produção desse conhecimento advém do cruzamento de informações entre o Poder Público, a sociedade civil e a própria população, garantido por um processo de gestão democrática e transparente. Nesse sentido, o acesso à informação é um dos pilares para o exercício da cidadania e implantação de um modelo de gestão municipal que privilegie uma relação com a sociedade e a cidade.

Segundo Vaz (2002), dentre os vários tipos de sistemas de informação que podem ser desenvolvidos pelas Prefeituras Municipais, existem os Serviços de Apoio ao Planejamento, que enquadram desde cadastros físico-territoriais, como sistemas de acompanhamento de indicadores sociais e de qualidade de vida, como também utilizam ferramentas de geoprocessamento para produzir dados de acordo com cada região da cidade.

Conforme discutido nesse trabalho, a produção de indicadores de qualidade de vida urbana, apesar de recente, pode se transformar em uma importante fonte de informação acerca da realidade urbana e contribuir para o entendimento da informação enquanto direito, o que amplia o diálogo entre a gestão pública, a sociedade civil e a própria população.

Nesse processo, o levantamento de informações e diagnósticos acerca da realidade intraurbana da cidade de Montes Claros ao mesmo tempo em que é necessário, diante da complexidade das questões urbanas colocadas que comprometem a qualidade de vida da população, mostra-se como um desafio particular ao seu próprio planejamento, devido à falta de dados sistematizados e padronizados em muitos setores da Administração Pública, o que compromete a gestão urbana e o direcionamento de políticas públicas, inclusive, no campo do lazer. A partir dessa constatação, identificar uma forma de divisão intraurbana para analisar algumas dessas questões no contexto urbano de Montes Claros torna-se fundamental.

3.3 As Regiões de Planejamento como proposta de divisão intraurbana

Partindo do entendimento de que o conhecimento da realidade intraurbana pode auxiliar o Poder Público no diagnóstico de problemas, carências e necessidades da população,

influenciando processos de tomada de decisão para investimentos, destinação de equipamentos públicos, espacialização de políticas públicas, e outras ações que visem contribuir para a melhoria da qualidade de vida em todas as regiões de uma cidade, produzir informações com base em uma divisão intraurbana para a cidade de Montes Claros, embora seja fundamental para o seu desenvolvimento urbano, não é uma tarefa simples.

Ressalta-se que na cidade de Montes Claros não há uma padronização oficial instituída pelo Poder Público Municipal – como nos moldes das Unidades de Planejamento (UP), de Belo Horizonte, ou das Subprefeituras, no caso de São Paulo – que poderia ser utilizada como base para produção de informações e intervenções localizadas, permitindo uma maior articulação e gerenciamento de dados e ações integradas entre as diversas Secretarias Municipais existentes e as diferentes regiões da cidade⁵⁵. No *site* da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Coordenação (SEPLAN)⁵⁶ existe uma base cartográfica digital com diversos Mapas Temáticos disponibilizada para consulta, inclusive do Mapa Urbano da cidade, com a espacialização de vários equipamentos como escolas, postos de saúde, praças e outros, mas não se verifica uma maior correlação dos dados expostos a uma dimensão intraurbana.

Oficialmente, existem duas formas de divisão intraurbana para Montes Claros: a divisão com base nos mais de 174 loteamentos, usada pela Prefeitura, e a divisão com base nos mais de 271 setores censitários, utilizada pelo IBGE para a coleta de dados do censo demográfico (LEITE, 2006). Percebe-se que o grande número de loteamentos e setores censitários praticamente inviabiliza a proposição de indicadores de qualidade de vida urbana para cada unidade isolada, o que justifica o agrupamento dessas unidades territoriais muito pequenas e numerosas a partir de uma regionalização específica.

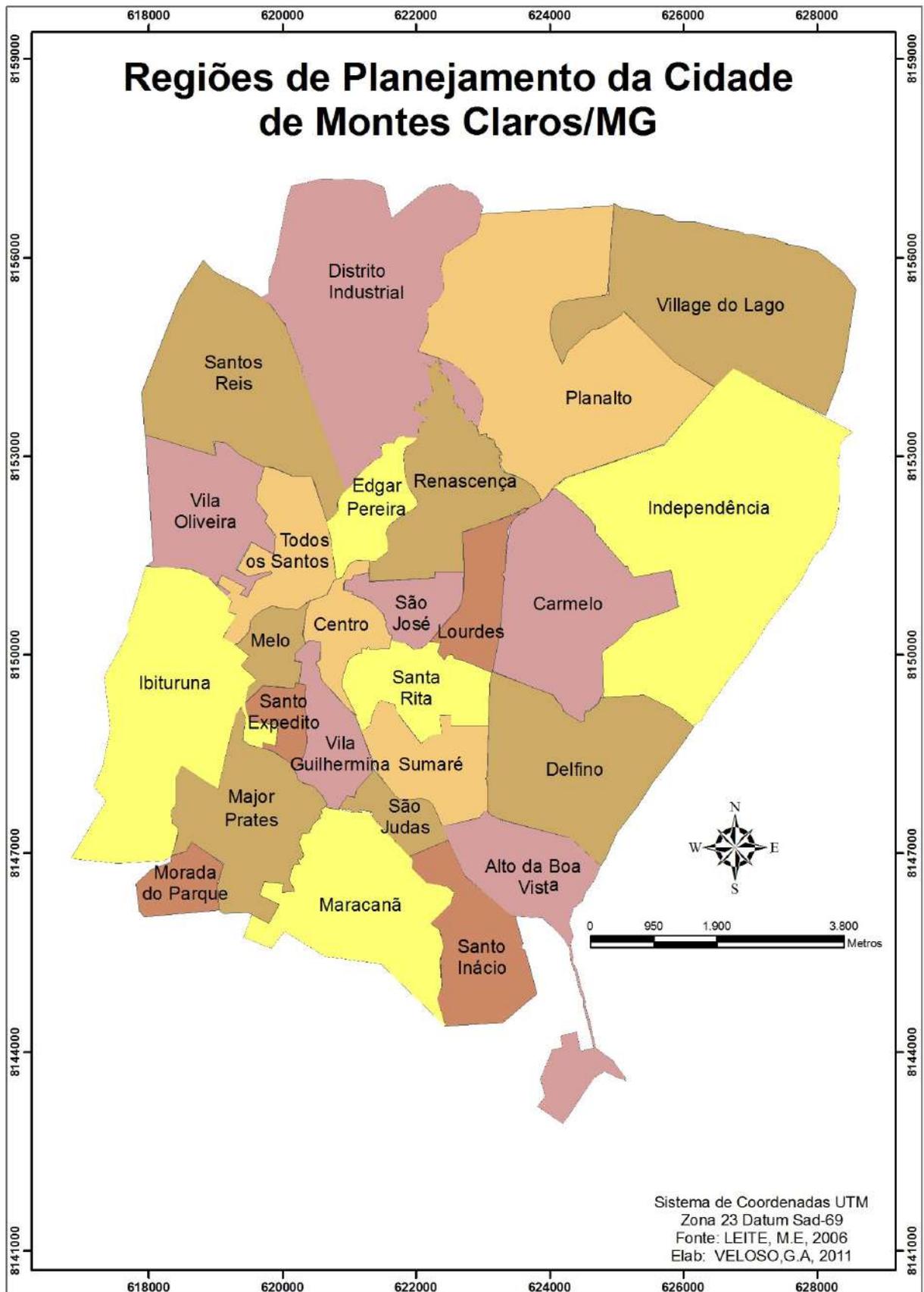
Porém, Leite (2006, p.46) identifica uma incompatibilidade no cruzamento entre o Mapa dos bairros e loteamentos da Prefeitura e o Mapa com os setores censitários do IBGE, pois não há o mesmo padrão de divisão interna, o que resulta em uma organização territorial diferente para cada uma dessas divisões. Para solucionar o problema e apresentar uma

⁵⁵ No ano de 2007, a Prefeitura de Montes Claros buscou produzir uma regionalização do município a partir de 13 Polos Regionais (12 na área urbana e 1 na área rural, subdividido em 4 setores administrativos), com a implantação de uma Unidade Administrativa Intersetorial (UAI) em cada polo. Essa regionalização era parte de uma estrutura organizacional de Governança Solidária proposta para Montes Claros, em que se buscava uma maior articulação entre a Prefeitura, a sociedade civil e a população. Um dos objetivos foi o de implantar a experiência de gestão democrática, através do Orçamento Participativo. Buscava-se também a implantação de um Sistema de Monitoramento regional integrado de políticas públicas. Porém, esse projeto de regionalização não teve continuidade no início da gestão 2009, o que dificulta o acesso e atualização das informações produzidas, embora o Mapa com os Polos Regionais definidos e principais bairros ainda esteja disponível no site da Prefeitura. Mesmo assim, essa proposta de regionalização tem sido utilizada como opção diretiva para alguns estudos e pesquisas acadêmicas sobre a cidade de Montes Claros.

⁵⁶ Informações disponíveis em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/planejamento/paginas/mapas.htm>

regionalização para a cidade de Montes Claros com informações espaciais, demográficas e socioeconômicas integradas, o mesmo autor propõe outro recorte para o espaço intraurbano, tendo como critérios: a semelhança socioeconômica de cada região construída a partir do agrupamento dos setores censitários do IBGE e segundo os dados apresentados no Censo (2000); a localização geográfica, levando em consideração a distribuição das classes sociais na cidade; a divisão informal utilizada pelos moradores, que divide a cidade em grandes regiões⁵⁷, identificadas e nomeadas a partir da influência dos bairros com maior desenvolvimento econômico na área delimitada, conforme ilustra o Mapa 2.

⁵⁷ Apesar dos vários conceitos existentes sobre região e formas de regionalização (PEREIRA, 2007), o termo inserido no contexto das Regiões de Planejamento, proposta por Leite (2006), está relacionado à busca de uma classificação, baseada no uso de métodos quantitativos e de uma metodologia operacional para determinar o perfil socioeconômico de diferentes áreas na cidade de Montes Claros.



Mapa 2: Regiões de Planejamento da cidade de Montes Claros/MG (2006)

A partir da dificuldade apresentada para sistematização de informações sobre a realidade intraurbana da cidade de Montes Claros com base em uma regionalização oficial da Prefeitura e, destacando a importância da existência de uma divisão intraurbana para construção e operacionalização de indicadores de qualidade de vida urbana, optou-se por utilizar nesse trabalho a proposta de regionalização intraurbana elaborada por Leite (2006) e descrita acima, na qual a cidade de Montes Claros foi dividida em 26 Regiões de Planejamento.

A metodologia construída através da sobreposição dos setores censitários do IBGE aos novos recortes do espaço intraurbano permite caracterizar essas regiões a partir da maior fonte de dados existentes sobre a situação de vida da população de cada Município no Brasil, uma vez que dentre as informações demográficas e socioeconômicas disponibilizadas pelo IBGE nos Censos, que acontecem de 10 em 10 anos, encontram-se dados sobre características do domicílio, como acesso a saneamento, e informações diversas sobre os moradores, como renda e escolaridade, por exemplo.

Na proposta de Leite (2006, p.52), para cada região foi espacializado o “número de setores censitários, número de domicílios, população (total, masculina e feminina), número de idosos, renda *per capita*, número de analfabetos, anos médios de estudo, acesso à água tratada, rede de esgoto e coleta de lixo”. Tais informações permitem traçar um perfil de cada região⁵⁸. Além disso, a forma como a regionalização foi delineada pode servir de base para incorporação de dados de outras fontes e pesquisas, ampliando o número de informações sobre a realidade intraurbana da cidade de Montes Claros.

No caso do presente trabalho, o objetivo de construir um diagnóstico sistematizado para o campo do lazer na cidade a partir dessa proposta de divisão intraurbana possibilita correlacionar a pesquisa de campo não só à dimensão espacial, mas a outras variáveis – como nível de renda e distribuição populacional – que podem interferir diretamente na configuração das vivências de lazer, de seus espaços e de suas políticas públicas nas diferentes regiões da cidade. Nesse sentido, destacam-se as análises relacionadas aos Mapas 3 e 4.

Verifica-se que a caracterização de cada uma dessas Regiões de Planejamento a partir da distribuição populacional por faixa de renda e densidade demográfica tem relação direta com a localização geográfica e processo histórico de formação e desenvolvimento de

⁵⁸ Embora o IBGE tenha lançado os resultados parciais do Censo/2010, esclarece-se que o resultado do universo por setores censitários tem previsão para divulgação apenas em setembro/2011, o que impossibilita a utilização dos dados do Censo de 2010 nessa pesquisa. Dessa forma, os indicadores demográficos e socioeconômicos do Censo de 2000 compõem a base a ser utilizada para os dados regionalizados nesse trabalho.

seus bairros, conforme identificado no Mapa 1, sobre a expansão da Malha Urbana de Montes Claros da década de 1970 a 2000, e análise contextual subsequente.

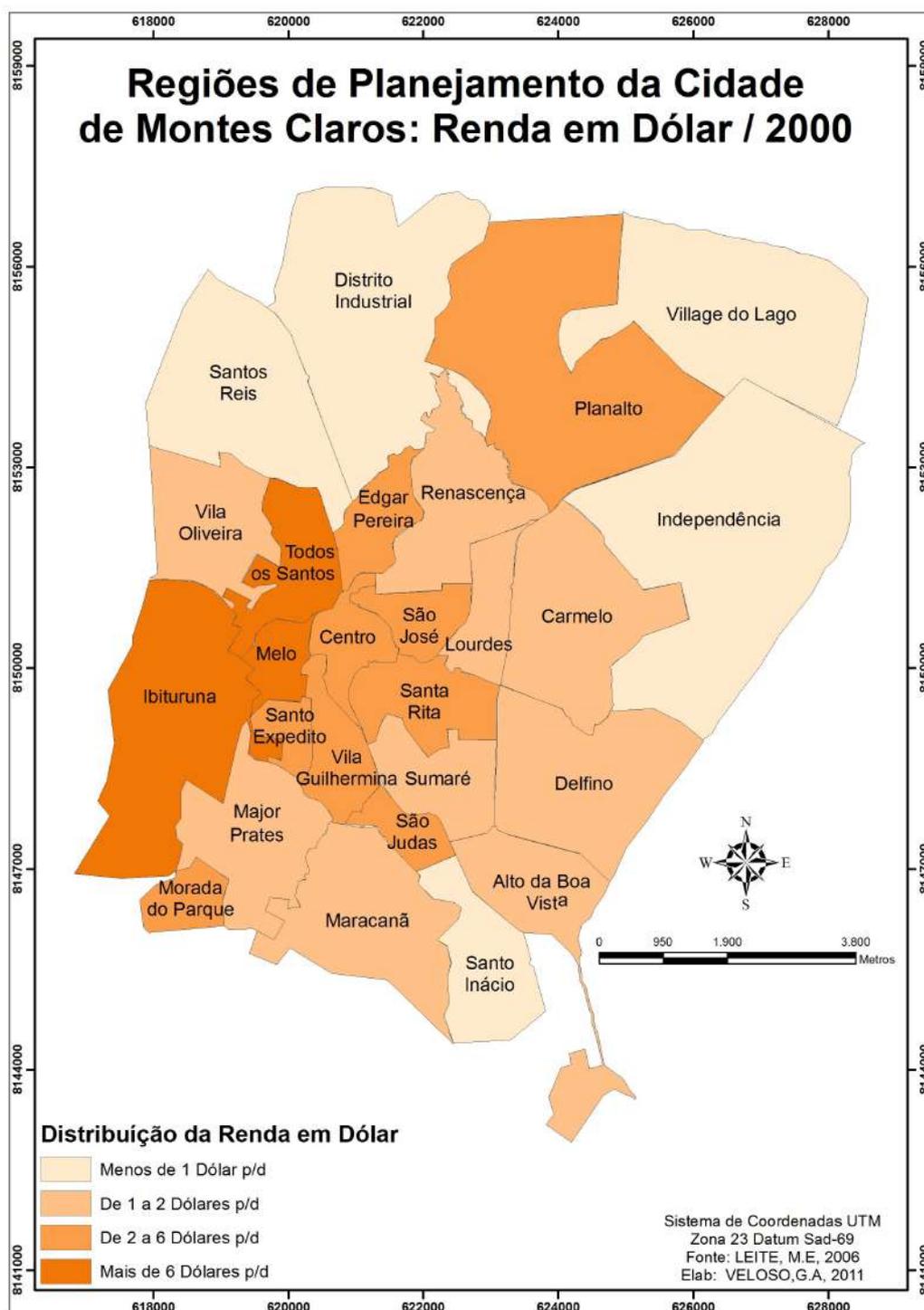
No que se refere à renda, optou-se por classificar as Regiões de Planejamento com base na equiparação realizada por Leite (2006, p. 145), ao converter a renda *per capita* das Regiões de Planejamento em real (Quadro 1) – disponível a partir da média de renda calculada com base nos dados agrupados dos setores censitários (2000), dividida pela população de cada região – para dólar (valor cotado em 1º de Agosto de 2000, data referência para coleta de dados do IBGE), o que possibilitou usar a classificação do PNUD/ONU para definir as áreas que na média apresentam renda muito baixa (menos de 1 dólar por dia); renda baixa (de 1 a 2 dólares por dia); renda média (de 2 a 6 dólares por dia) e renda alta (mais de 6 dólares por dia), conforme Mapa 3.

Quadro 1: Renda (Real) per capita das Regiões de Planejamento – 2000

Região de Planejamento	Valor (Real/per capita) IBGE (2000)	Região de Planejamento	Valor (Real/per capita) IBGE (2000)
Village do Lago	48,92		
Santo Inácio	58,53	São Judas	132,09
Santos Reis	63,96	Santa Rita	151,81
Distrito Industrial	64,14	Planalto	183,85
Independência	65,14	Edgar Pereira	220,98
Alto da Boa Vista	71,45	Vila Guilhermina	223,30
Maracanã	80,84	Santo Expedito	287,11
Delfino	81,90	São José	350,09
Carmelo	94,05	Morada do Parque	390,38
Renascença	106,79	Centro	442,19
Vila Oliveira	118,52	Todos os Santos	552,75
Major Prates	124,74	Ibituruna	642,44
Lourdes	126,71	Melo	787,09
Sumaré	130,01		

Fonte: LEITE, M.E. 2006

Org.: VERSIANI, I. V. L., 2011.



Mapa 3: Regiões de Planejamento da Cidade de Montes Claros: Renda em Dólar/2000.

Dessa forma, confirma-se a desigualdade de distribuição de renda da cidade de Montes Claros e seu reflexo na ocupação físico-territorial, retratado pela tendência de periferização das classes de renda mais baixa, como nas regiões do Santos Reis, Distrito Industrial, Village do Lago, Independência e Santo Inácio, com exceção da periferia Sudoeste, onde se concentra a região do Ibituruna, uma das regiões de renda mais alta. Outras regiões

que concentram população de renda baixa são: Vila Oliveira, Renascença, Lourdes, Carmelo, Delfino, Alto da Boa Vista, Maracanã e Major Prates.

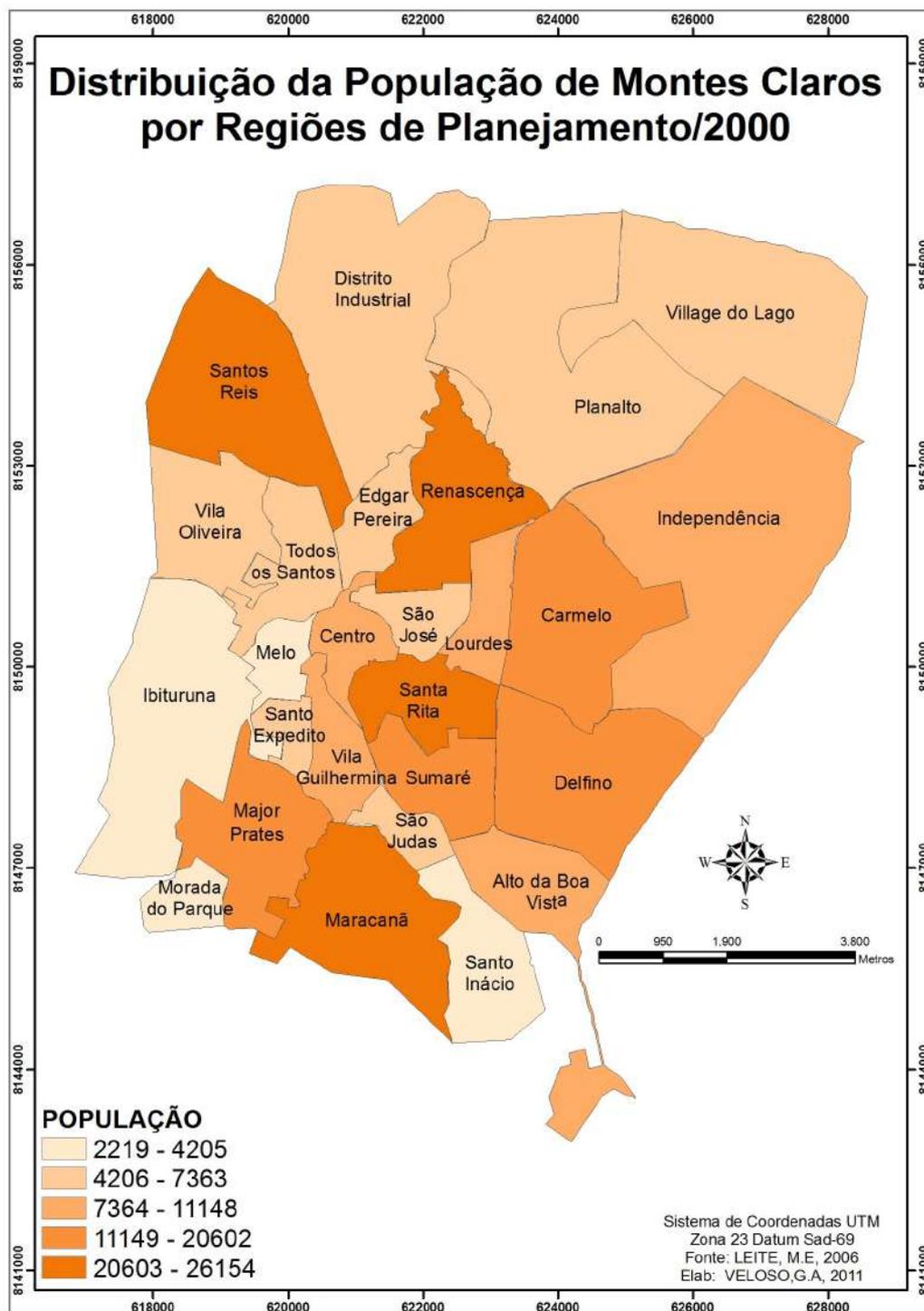
Quanto mais a região se aproxima da área central, verifica-se um aumento na renda. Enquadram-se como de renda média as regiões do São Judas, Santa Rita, Planalto, Edgar Pereira, Vila Guilhermina, Santo Expedito, São José, Morada do Parque e Centro. Porém, mesmo agrupadas dentro de uma mesma categoria, as três últimas regiões se destacam das outras por apresentarem renda significativamente mais elevada, podendo ter sua classificação equiparada a uma renda média tendendo para alta. A região do Morada do Parque tem uma formação histórica peculiar, pois teve sua origem diretamente ligada à destinação da área para a construção de um conjunto habitacional de classe média. Já a região do Planalto caracteriza-se pela presença de contrastes, com ocupação de população de renda mais elevada, casas e antigas chácaras de alto padrão no Bairro Jaraguá, e ocupação de população com renda mais baixa em outros bairros. Junto à região do Ibituruna, destacam-se as regiões do Melo e do Todos os Santos, que tradicionalmente, desde a década de 1970, concentram população com renda mais alta.

No cruzamento dos dados disponíveis sobre renda com outros indicadores socioeconômicos levantados por Leite (2006) pode-se, por exemplo, verificar a desigual distribuição de infraestrutura urbana disponível em cada região. Tomando como base o índice de acesso à rede de esgoto por domicílio, que tem impacto direto na qualidade de vida da população, identifica-se que as regiões de planejamento com menor índice estão entre as mais pobres, com destaque para a região do Independência, que apresenta menor índice de domicílios com esse acesso (48%), seguido pelo Distrito Industrial (64%) Santo Inácio (70%), Vila Oliveira (75%) e Village do Lago (80%). Nas outras regiões, os índices são superiores a 88%. Segundo Leite (2006, p. 143):

As regiões que apresentam as maiores rendas per capita são as mesmas regiões que constam os melhores índices ao saneamento básico, os maiores níveis de estudo e os menores números de analfabetos, bem como as maiores proporções de idosos sobre a população total. Mostrando assim, que a região centro-oeste da cidade é a área com melhor condição de vida dos moradores, sendo destaque as regiões de planejamento do Melo, Todos os Santos e Ibituruna que apresentam os melhores indicadores sociais.

Outra variável que merece ser destacada em relação à pesquisa de campo a ser realizada é a Distribuição da População por Regiões de Planejamento (Mapa 4), uma vez que

a maior ou menor concentração populacional pode ensejar uma maior ou menor acessibilidade aos equipamentos urbanos coletivos, conforme será analisado nos próximos tópicos.



Mapa 4: Distribuição da População de Montes Claros por Regiões de Planejamento /2000

Acompanhando o processo de formação histórica dos bairros que compõem cada região, destacam-se como regiões mais populosas da cidade acima de 20.000 habitantes:

Maracanã, Renascença, Santos Reis, Santa Rita e Delfino. Sob esse aspecto, Leite (2006) ressalta que a distribuição da população pode ser outro parâmetro para se verificar desigualdade socioeconômica, uma vez que a população em uma região está distribuída de acordo com a condição social dos moradores, o que gera desigualdades internas e pode servir como base para constatação do grande número de pessoas com renda baixa na cidade de Montes Claros.

Essa constatação é possível, se analisarmos a quantidade de habitantes nas regiões mais carentes de infraestrutura dessa cidade, pois a cidade é, em síntese, o reflexo da situação social de seus habitantes, cuja desigualdade se expressa na forma de ocupação do solo. [...] Portanto, as regiões de planejamento com maior número de habitantes são áreas, nas quais o preço do solo urbano é baixo, devido à deficiência nos serviços de infraestrutura e devido à localização periférica, determinando com isso, sua ocupação por uma população de baixa renda nessas áreas. Dessa mesma forma, as regiões de planejamento menos populosas são áreas com alto valor do solo, por apresentarem boa infraestrutura e alto padrão de vida (LEITE, 2006, p.152).

A criação dessa regionalização permite não só expor as desigualdades socioeconômicas intraurbanas na cidade de Montes Claros, mas também, possibilita correlacionar os dados disponibilizados, a partir dos setores censitários do IBGE agrupados em Regiões de Planejamento, a outros indicadores e informações de outras fontes. Dessa forma, além de contribuir para a construção de uma rede de informações intraurbanas acerca de Montes Claros, essa regionalização pode servir de base para o diagnóstico e direcionamento de ações de planejamento urbano e políticas públicas nas mais diversas áreas da Administração Municipal, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida urbana da população em todas as regiões.

Ao buscar inserir a discussão de indicadores de qualidade de vida urbana para o campo do lazer, com o recorte acerca da distribuição dos equipamentos públicos de lazer em Montes Claros, espera-se produzir um diagnóstico regionalizado sobre esse campo, contribuindo para uma rede de informações intraurbanas, que tanto pode ser utilizado pelo Poder Público Municipal, por organizações da sociedade civil ou pela própria população, na busca pela melhoria da qualidade de vida urbana e democratização das vivências físico-esportivas nos espaços públicos de lazer nas diferentes regiões da cidade.

CAPÍTULO 4

DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LAZER PARA ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA URBANA EM MONTES CLAROS/MG

4.1 Delimitações metodológicas para pesquisa de campo: os equipamentos públicos de lazer e a aplicação dos indicadores

A existência de alguns modelos de indicadores de qualidade de vida urbana que buscam correlacionar dados levantados com a área do lazer, conforme observado no segundo capítulo, pode ser um meio de se aprofundar questões referentes a esse campo integrado ao planejamento urbano e às políticas públicas, o que contribui para aproximar o debate à promoção de melhores condições de vida para a população, tendo o lazer como uma de suas variáveis.

Nesse intuito, a incorporação da discussão da qualidade de vida urbana e aplicação de indicadores para o levantamento acerca da distribuição dos equipamentos públicos de lazer para vivência físico-esportiva, na dimensão intraurbana da cidade de Montes Claros, pode contribuir para esse debate como mais uma experiência para auxiliar e aprofundar a troca de informações e o desenvolvimento desse campo recente de estudos.

O detalhamento da metodologia que foi desenvolvida na pesquisa de campo e aplicação dos indicadores propostos tem como objetivo esclarecer a forma de delineamento do estudo, que se caracterizou pelo levantamento de dados quantitativos e qualitativos, além de utilizar análise documental e consultas a outras fontes para tecer as principais considerações acerca das informações coletadas.

A partir dos esclarecimentos acerca da proposta de regionalização para a cidade de Montes Claros, outro ponto metodológico importante a ser destacado é a definição relacionada aos equipamentos públicos de lazer. Para esclarecer o que seriam considerados equipamentos públicos de lazer, seguiram-se as discussões teórica e empírica levantadas no tópico 2.3, nas quais apenas os *equipamentos específicos de lazer* que tinham relação com a vivência físico-esportiva foram mapeados.

Dessa forma, embora o município conte com equipamentos como quadras esportivas, por exemplo, em algumas das 25 Escolas Municipais da Zona Urbana e 26 da Zona Rural, e dos 10 Centros de Convívio, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de

Educação⁵⁹, além das quadras das Escolas Estaduais ou dos equipamentos de Centros Esportivos de Universidades Públicas, como da Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) ou do Campus Regional da Federal de Minas Gerais (UFMG), esses espaços não foram considerados na pesquisa.

Essa opção justifica-se pelo entendimento de que a finalidade principal da maioria desses espaços está relacionada ao conteúdo educativo. Além disso, a acessibilidade a esses espaços é restrita a públicos específicos ou permitida mediante autorização prévia, o que dificulta o seu uso enquanto espaço público para o lazer por toda a população, embora possam ser utilizados de forma complementar para vivência do lazer em algumas ocasiões ou como local de implantação de alguns programas vinculados à Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL), que serão aprofundados no tópico sobre a interface das políticas públicas de esporte e lazer da cidade com alguns desses equipamentos.

Seguindo esse critério, um espaço específico de lazer na cidade mostrou-se peculiar ao delineamento da pesquisa. Trata-se do complexo esportivo da Praça de Esportes, conhecido também como Montes Claros Tênis Clube (MCTC). Embora localizado em área institucional do município, é difícil definir o status jurídico do que seria esse complexo esportivo, uma vez que ele se configura como uma entidade pública, vinculada ao Poder Público Municipal, porém, administrado pelo MCTC, com estatuto e gestão próprios.

Embora seus equipamentos esportivos pertençam ao município e existam projetos vinculados à SEJEL, através de convênios em suas dependências (como o Projeto Social Correios/CBDA de Natação, *Raias do Futuro*), seu status pode ser equiparado ao de um clube esportivo privado, no qual a entrada é restrita a associados (mediante pagamento de taxa mensal de R\$20,00), participantes dos projetos existentes ou sócio-atletas das equipes de treinamento de algumas modalidades de esporte competitivo da cidade. Essa situação restringiu a incorporação de seus equipamentos na pesquisa, embora se proceda a observações pontuais acerca de seus equipamentos em alguns momentos.

Outra delimitação metodológica importante a ser destacada é quanto à análise do lazer vinculado à qualidade de vida *urbana*. Assim, no levantamento do número dos equipamentos públicos de lazer não foram contabilizadas as 11 quadras poliesportivas distribuídas nos distritos rurais, sendo contabilizados apenas os equipamentos existentes dentro do perímetro urbano definido a partir da regionalização proposta por Leite (2006).

⁵⁹ Informações obtidas no site da Prefeitura Municipal de Montes Claros/MG, link da Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/educacao/index.htm>>. Acesso em: Jan. 2011.

De acordo com a metodologia descrita na consulta aos indicadores objetivos de lazer propostos pelos sistemas de qualidade de vida urbana e analisados com maior rigor no tópico 2.3 – do *Observatório Cidadão* do Movimento Nossa São Paulo e do IQVU de Belo Horizonte – constatou-se que a principal fonte de dados para a construção dos indicadores foram as Secretarias Municipais de Esporte dos respectivos municípios.

No caso de Montes Claros, essa etapa foi um desafio particular ao desenvolvimento da pesquisa. Apesar de a SEJEL ter se disponibilizado a fornecer informações diversas necessárias à pesquisa e contar com uma seção específica relacionada às Unidades de Esporte e Lazer, percebeu-se que as informações estavam dispersas, sem uma sistematização padronizada. Nessa seção, particularmente, foram consultadas duas listas com dois tipos de equipamentos públicos cadastrados (Campos de Futebol e Quadras Poliesportivas). Evidenciou-se ainda, a existência de fotos desses equipamentos, um relatório em construção sobre o estado de conservação dessas quadras poliesportivas e planilhas de custo de reforma de algumas quadras encaminhadas pela Secretaria de Obras.

A partir da lista que continha os campos de futebol cadastrados no município, um funcionário do setor informou quais estavam em área urbana e quais estavam em área rural. Dos que estavam no perímetro urbano, também foram informados quais se localizavam em área institucional, em área verde ou em área particular, embora em alguns desses campos não se tivesse certeza da definição da área. Além dessas informações, registraram-se também quais desses campos eram gramados, quais tinham alambrado e quais possuíam iluminação própria.

A outra lista era formada pelo levantamento das quadras poliesportivas existentes nas praças e áreas institucionais nos bairros, que são de responsabilidade direta da SEJEL. Como o relatório sobre o estado de conservação e planilha de reforma das quadras existentes está em elaboração (envolvendo diversos aspectos como situação do piso, alambrado, muretas, pintura geral, iluminação e equipamentos esportivos), não foi possível ter acesso a esses relatórios completos. Dessa forma, na pesquisa de campo desses equipamentos procedeu-se a uma avaliação desses aspectos de forma independente, apresentada na discussão qualitativa desses equipamentos (4.2).

Para conferência dos dados informados e levantamento da existência de outros equipamentos, que se enquadravam na delimitação proposta, partiu-se do cruzamento das informações obtidas junto à seção de Unidades de Esporte e Lazer com a pesquisa de campo posterior. Os dados das listas preliminares foram georreferenciados no Programa de Imagens por Satélite geradas pelo *Google Earth* (2009), para identificação da localização e roteiro das

visitas de campo (Exemplo: Fig. 2). Por meio dessa ferramenta, também foram identificados espaços que poderiam ter outros tipos de equipamentos públicos de lazer para vivência físico-esportiva (Exemplo: Fig. 3).



Figura 2: Quadra e Campo de Futebol
Fonte: Imagem *Google Earth*, 2009



Figura 3: Praça Nosso Lar - Sumaré
Fonte: Imagem *Google Earth*, 2009

Essa etapa da pesquisa foi particularmente interessante, pois possibilitou uma visualização panorâmica dos espaços de lazer para vivência físico-esportiva na cidade, inclusive da identificação de complexos esportivos privados, como de alguns clubes, academias, condomínios fechados, entre outros (Fig. 4, 5, 6 e 7). Nesse ponto, a Praça de Esportes/Montes Claros Tênis Clube (MCTC) merece destaque por ser o único complexo esportivo na região central da cidade; com um ginásio, um campo de futebol, quadras esportivas variadas e piscinas.



Figura 4: Identificação do MCTC
Fonte: Imagem *Google Earth*, 2009



Figura 5: Identificação da Unimontes
Fonte: Imagem *Google Earth*, 2009



Figura 6: Identificação de Condomínio Fechado
Fonte: Imagem *Google Earth*, 2009



Figura 7: Identificação do Max-Min Clube
Fonte: Imagem *Google Earth*, 2009

Embora a definição de *espaços públicos para recreação* do IQVU-BH considere como equipamentos “quadras, campos e pistas”, e a definição de *equipamento público esportivo* utilizada pelo *Observatório Cidadão* seja caracterizada como “um elemento específico para a prática de esporte, como piscina, quadra, pista de atletismo, entre outros”; a definição proposta para a cidade de Montes Claros procurou ajustar-se às especificidades dos equipamentos existentes nas diferentes regiões.

Essa adequação resultou em uma definição do que seria equipamento de lazer/esporte um pouco mais abrangente do que a considerada pelos outros dois modelos. O processo foi realizado de acordo com os tipos de equipamentos públicos de lazer identificados na pesquisa de campo que tinham relação com vivências físico-esportivas na cidade, inclusive de uma vivência lúdica para as crianças. A partir dessas considerações, na definição dos equipamentos públicos de lazer específicos a serem incorporados para aplicação dos indicadores propostos foram considerados equipamentos variados, agrupados em sete categorias: quadras esportivas; ginásios; campos de futebol; barras de ginástica; pistas de caminhada; pistas de *skate* e *playgrounds*.

Para cada uma dessas categorias estabeleceram-se critérios para sua delimitação. Foram consideradas como quadras esportivas, as quadras poliesportivas da lista da SEJEL, inclusive adotando-se a mesma nomenclatura para identificação no mapa temático específico dessa categoria; e outras quadras identificadas na pesquisa de campo, como as de peteca e uma de futebol de areia, todas localizadas em praças e áreas institucionais nos bairros.

Com relação aos campos de futebol, procedeu-se ao georreferenciamento com base na lista disponibilizada pela SEJEL e no tipo de área em que estão localizados (se área institucional, se área verde ou se área particular/indefinida aberta à utilização pública). Porém,

para incorporação nos indicadores propostos, somente foram considerados os campos localizados em área do Poder Público Municipal (institucional ou área verde).

No caso dos ginásios públicos, apenas os que estão em funcionamento foram contabilizados para cálculo do número total de equipamentos da cidade e por região. Porém, verificou-se que a utilização do Ginásio Poliesportivo Tancredo Neves é restrita a eventos específicos. Dessa forma, embora contabilizado no número total de equipamentos, para o cálculo do Índice de Qualidade de Vida-Lazer ele não foi considerado, uma vez que tem sido utilizado apenas em duas situações: como espaço para consumo pela população do lazer esportivo, enquanto competição; ou para as crianças do Programa Segundo Tempo.

Com relação às outras categorias, foram consideradas como pistas de caminhada aqueles locais construídos ou adaptados com uma estrutura minimamente evidenciada para essa prática. Na definição das barras de ginástica, foram considerados os conjuntos de barras para ginástica e alongamento distribuídos pela cidade que tivessem no mínimo três tipos de equipamentos diferentes. Já com relação aos *playgrounds*, foram considerados os locais que tivessem no mínimo dois brinquedos. No caso das pistas de *skate*, foram consideradas as rampas existentes em duas praças.

O georreferenciamento desses equipamentos foi realizado no *Software ArcGis 9.3* (Fig. 8), no Laboratório de Geoprocessamento do Curso de Geografia da Unimontes.

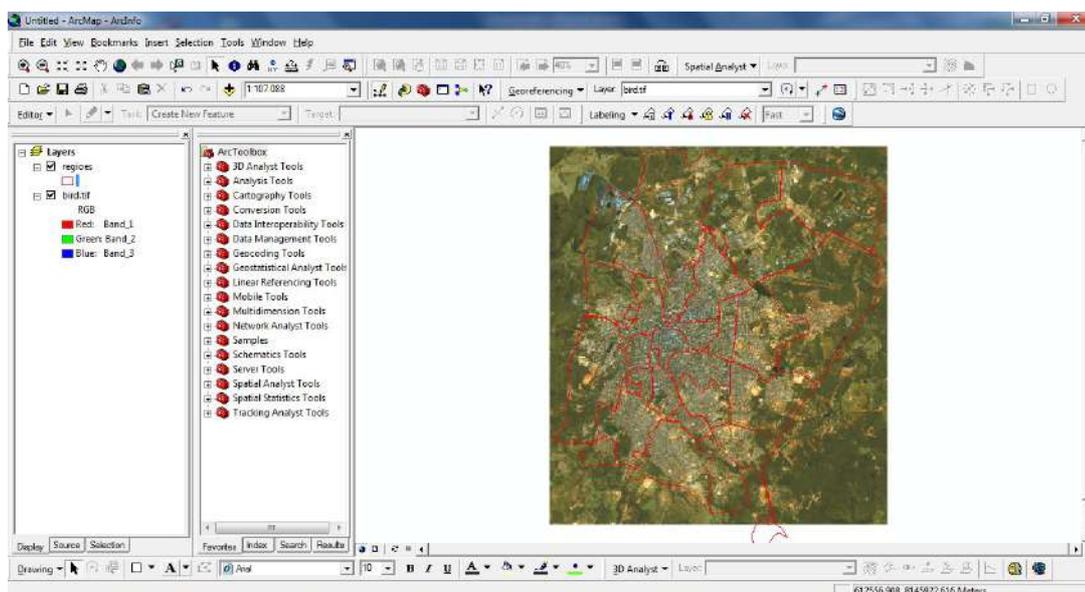


Figura 8: Visualização Imagem *QuickBird* e Regiões de Planejamento no *Software ArcGis 9.3*

Nesse processo, utilizou-se a imagem *Quick Bird* da cidade de Montes Claros de 2005 e o *shape* das regiões de Planejamento (LEITE, 2006). Com a utilização desse *Software* foi possível criar um banco de dados georreferenciados desses equipamentos por Regiões de Planejamento, que posteriormente foi utilizado para a produção dos mapas e indicadores a serem apresentados.

A avaliação da relação do lazer com a qualidade de vida urbana na cidade de Montes Claros, a partir da aplicação de indicadores específicos na área, foi influenciada em parte pela metodologia utilizada pelo *Observatório Cidadão* referente ao indicador elaborado para os *Equipamentos Esportivos* e pela metodologia de cálculo utilizada pelo IQVU – BH para variável *Esporte*. Além desses dois pontos, elaborou-se um indicador relacionado ao *fator de diversidade de equipamentos*, aplicado a cada região.

Conforme visto no tópico 2.3, a metodologia utilizada pelo *Observatório Cidadão* para os equipamentos esportivos analisa sua distribuição em São Paulo com base no cálculo da porcentagem de equipamentos públicos de esporte em cada subprefeitura, sobre o total do município, produzindo uma análise comparativa entre as subprefeituras, destacando as três subprefeituras em melhor situação e as três piores. Também é calculado o *fator de desigualdade subprefeituras*. O indicador é obtido calculando-se a razão entre a proporção de equipamentos da subprefeitura com classificação mais alta em relação ao total de equipamentos do município e a proporção de equipamentos da subprefeitura com classificação mais baixa em relação ao total do município.

Essa influência aplicada à cidade de Montes Claros resultou no cálculo do indicador referente à porcentagem do número de equipamentos públicos de lazer existentes em cada região de planejamento, sobre o total da cidade, com posterior análise comparativa entre as regiões. Também foi calculado o *fator de desigualdade regiões*, inclusive para as que apresentaram indicador igual a zero, entendendo-se que se ela possui zero equipamento, seu fator de desigualdade é exatamente igual à porcentagem da região com melhor classificação.

Além desses indicadores, também foi calculado o *fator de diversidade de equipamentos* para cada região de planejamento. Esse indicador foi construído com base na atribuição de valor igual a 1 para cada categoria de equipamento presente na região de planejamento, com exceção das quadras esportivas, em que esse valor de 1 foi desmembrado para cada tipo de quadra, por exemplo: quadra poliesportiva (1); quadra poliesportiva coberta (1); quadra de peteca (1) e quadra de futebol de areia (1), perfazendo um total de diversidade de equipamentos na cidade que varia de 0 a 10.

A metodologia utilizada para a variável *Esporte* do IQVU-BH permite conhecer o índice referente ao número de *espaços públicos para recreação* existentes por 1.000 habitantes em cada uma das 81 Unidades de Planejamento (UP) de Belo Horizonte. Conforme descrito no tópico 2.3, o cálculo é realizado a partir da relação entre *Quadras, Campos e Pistas de Cooper por 1.000* [(número de quadras, campos e pistas/ população) x 1.000].

Aplicado à cidade de Montes Claros, a adequação metodológica teve como resultado a produção do *Índice de Qualidade de Vida para o Lazer* (IQV-Lazer), que permite conhecer o índice referente ao número de equipamentos públicos de lazer existentes por 1.000 habitantes em cada região de planejamento. Esse índice é calculado de forma semelhante à utilizada pelo IQVU-BH, partindo-se da relação entre o número de equipamentos públicos pré-definidos (quadras, ginásios, campos, barras de ginástica, pistas de caminhada, *skate* e *playgrounds*) por 1.000 habitantes [(número de equipamentos/população da região) x 1.000].

A apresentação da sistematização dos dados e análise dos indicadores levantados foi realizada a partir da produção de quadros, tabelas e mapas correlacionados a variáveis como renda e distribuição populacional, a serem expostos no tópico seguinte. Além da apresentação dos dados objetivos, procedeu-se a uma análise qualitativa dos equipamentos georreferenciados com base na visita de campo e registro imagético desses equipamentos, o que permitiu tecer considerações específicas acerca do seu estado de conservação e de sua infraestrutura, e alguns apontamentos mais amplos sobre seus usuários e formas de apropriação.

No último tópico, buscou-se identificar se esses equipamentos públicos de lazer levantados na pesquisa são utilizados por algum programa de política pública de esporte e lazer desenvolvido sob responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer, ou através de convênios e parcerias desta firmados com o Governo Federal, estadual ou outras entidades.

Do levantamento feito acerca das atividades realizadas ao longo do ano de 2010 junto à SEJEL, foram selecionados seis programas (DANT/Caminhar com Saúde; Idoso em Ação; Dança para Todos; Ginga Aê Comunidade; Viva Vôlei e Segundo Tempo). Após a identificação dos locais em que esses programas aconteciam, foram produzidos dois Mapas para espacialização dos programas: um relacionado aos equipamentos mapeados na pesquisa e, outro, com o mapeamento de outros locais. Na espacialização dos programas, também foram identificados os locais de um evento específico realizado pela SEJEL, o Festival de Férias Popular/Julho, por ter relação direta com a utilização das praças e quadras de alguns bairros, enquadrado, nesse caso, também na categoria de programa.

4.2 Distribuição de equipamentos públicos de lazer para vivência físico-esportiva por Regiões de Planejamento

Um dos fatores para mensurar qualidade de vida urbana é a identificação do número de espaços e equipamentos públicos de lazer existentes em uma cidade. Apesar do esforço para construção de indicadores no campo do lazer e esporte, Santos (2009) considera que “no que diz respeito aos equipamentos de lazer, não há na literatura nenhum dado mais consistente sobre como avaliá-los”⁶⁰. Assim, as análises que aqui serão feitas sobre a distribuição desses equipamentos públicos e sua relação com a qualidade de vida urbana em Montes Claros não têm a pretensão de buscar comparar a cidade com outras realidades existentes no país ou no exterior, nem mesmo com os indicadores construídos para São Paulo ou Belo Horizonte, pois, conforme ressaltado, a definição do que foi considerado equipamento público de lazer para fins de delimitação desse estudo não é exatamente a mesma de nenhuma das fontes consultadas.

Por um lado, essa ponderação pode ser considerada uma limitação ao próprio trabalho, na medida em que busca na singularidade a essência de sua própria significação. Por outro, ela possibilita lidar com as especificidades dos equipamentos públicos de lazer existentes em Montes Claros, na tentativa de compreender, mesmo que através de indicadores objetivos, a dimensão intraurbana do cotidiano das vivências de lazer nos espaços públicos disponíveis na cidade. Se não se pode precisar o número ideal de equipamentos públicos de lazer que uma cidade deve ter, pode-se, pelo menos, afirmar que quanto menor o número de equipamentos disponíveis, menores são as oportunidades que seus habitantes têm em usufruir de práticas de lazer em espaços públicos.

Assim como nas grandes cidades e seguindo a influência das relações capitalistas nas práticas e espaços de lazer, há também em Montes Claros uma sobreposição cada vez maior do lazer enquanto mercadoria ao lazer público, principalmente da influência dos

⁶⁰ Nesse aspecto, embora não diretamente relacionado ao campo da qualidade de vida urbana, o próprio Santos (2009, p.2) propõe uma série de indicadores para investigação da realidade esportiva na cidade de Porto Alegre/RS, com o objetivo de melhorar o nível de informação sobre os espaços esportivos para o lazer. Como indicadores são propostos: o tamanho da área esportiva construída; área esportiva útil (aquelas áreas que podem ser utilizadas com finalidades esportivas sem terem sido projetadas para tal tarefa); a quantidade total de área disponível; o potencial esportivo de cada espaço público (a capacidade que a área tem de absorver maior ou menor volume de atividades esportivas); a densidade esportiva das áreas escolares (capacidade das escolas de absorver o maior número de usuários por metro quadrado); a diversidade de espaços esportivos (total de modalidades esportivas que o espaço permite); a quantidade de área esportiva por habitante e o índice de conforto esportivo (área dos espaços cobertos).

*Shoppings Centers*⁶¹ como prática de lazer nos finais de semana, com seus cinemas, centros de diversão e recreação, lojas, restaurantes e lanchonetes. Além disso, a formação de condomínios fechados com complexos de lazer em seu interior, um número crescente de academias de ginástica e campos privados de futebol *society*, a existência de clubes esportivos privados, entre outros espaços e equipamentos, expõem as facilidades e diversidade de práticas de lazer de parte da população, ou seja, daquela que tem condições materiais para vivenciar o lazer vinculado, principalmente, à sua dimensão do consumo.

Do outro lado encontra-se a parcela majoritária da população, que no contexto de uma cidade que tem alta concentração de pessoas com renda baixa ou muito baixa, não só dependem dos espaços públicos de lazer para vivenciar suas práticas físico-esportivas cotidianas, como, em muitas situações, tem nesses espaços a única prática de lazer acessível. Nesse aspecto, o papel do Poder Público Municipal torna-se peça fundamental na promoção do direito ao lazer, principalmente no que se refere à oferta de espaços públicos de lazer “qualificados, diversificados, próximos à residência e com conforto ambiental” para toda a população (SANTOS, 2009, p. 4).

A partir dessas considerações, o número de 81 equipamentos públicos de lazer voltados para a vivência físico-esportiva, encontrado na pesquisa de campo realizada em dezembro/2010, deve ser analisado levando em consideração o contexto de uma cidade que apresenta ritmo de crescimento acelerado, com uma população de mais de 344 mil habitantes distribuídos por aproximadamente 190 loteamentos (2008)⁶², e altos níveis de segregação social e espacial. Quando se insere a discussão no âmbito intraurbano, objetivo desse trabalho, a difícil tarefa de comparar e analisar o número encontrado para a cidade como um todo parece diluir-se diante de situações extremas, agravadas pelo já exposto quadro de fragmentação e exclusão de algumas áreas no que se refere à infraestrutura urbana e equipamentos coletivos.

Em linhas gerais, é importante considerar que os dados obtidos da aplicação dos indicadores para avaliar a qualidade de vida urbana no campo do lazer seguem uma tendência próxima a dos indicadores socioeconômicos e demográficos das regiões mais pobres da cidade, expostos por Leite (2006), na qual se evidencia uma maior carência de infraestrutura

⁶¹ Uma breve consideração acerca desse aspecto é a existência de dois *Shoppings* na cidade. O Montes Claros *Shopping Center* é o mais antigo, inaugurado na década de 1990, passou por um processo recente de expansão e é o maior de toda a região, com três salas de cinema. O outro é o Ibituruna *Shopping Center*, inaugurado no ano de 2009 e localizado na região Sudoeste da cidade. Foi projetado para atender a esse público da cidade e conta com quatro salas de cinema.

⁶² Segundo informações obtidas junto à SEPLAN (PMMC), durante os anos de 2005 a 2008 foram aprovados cerca de 15 loteamentos.

de acordo com o decréscimo da renda. Porém, em casos específicos, outras variáveis irão interferir nesse processo. Dessa forma, a variação do número de equipamentos distribuídos por regiões, dentro de uma mesma classe de renda, pode ser grande, o que limita, em parte, a análise com base apenas no indicador numérico, sendo importante também levar em consideração o contexto de formação dos bairros, a distribuição populacional, o fator de diversidade e o estado de conservação dos mesmos, a serem apresentados ao longo deste tópico.

A Tabela 1 apresenta os dados obtidos para os indicadores de distribuição de equipamentos públicos de lazer sobre o total da cidade e o respectivo fator de desigualdade entre as regiões. Ressalta-se que para melhor correlação entre os indicadores levantados, as regiões foram agrupadas segundo o aspecto da renda evidenciado no Mapa 2, separadas por um traço.

Tabela 1: Indicadores de Distribuição de Equipamentos Públicos de Lazer (E.P.L.)

Regiões de Planejamento	Número Total E.P.L.	% de E.P.L. sobre Total da cidade	Fator Desigualdade Regiões	População/hab. IBGE (2000)	% População Sobre Total da cidade
Village do lago	2	2,5	4,1	7036	2,5
Santo Inácio	0	0	10	3215	1,1
Santos Reis	7	8,6	1,2	25860	9,1
Distrito Industrial	1	1,2	8	5661	2
Independência	1	1,2	8	7880	2,8
Alto da Boa Vista	2	2,5	4	10198	3,6
Maracanã	7	8,6	1,2	26154	9,2
Delfino	4	5	2	20602	7,3
Carmelo	5	6,2	1,6	18126	6,4
Renascença	2	2,5	4	26074	9,2
Vila Oliveira	4	5	2	5940	2,1
Major Prates	8	10	1	17209	6,1
Lourdes	3	3,7	2,7	11148	3,9
Sumaré	4	5	2	14747	5,2
São Judas	4	5	2	5313	1,9
Santa Rita	2	2,5	4	22765	8
Planalto	4	5	2	5021	1,8
Edgar Pereira	2	2,5	4	6003	2,1
Vila Guilhermina	1	1,2	8	8528	3
Santo Expedito	0	0	10	6293	2,2
São José	4	5	2	7363	2,6
Morada do Parque	3	3,7	2,7	2219	0,8
Centro	0	0	10	7671	2,7
Todos os Santos	5	6,2	1,6	5125	1,8
Ibituruna	3	3,7	2,7	3260	1,1
Melo	3	3,7	2,7	4205	1,5
Montes Claros	81	100	-	283616	100

Fonte: Pesquisa de Campo, dez. 2010.

Org. VERSIANI, I.V.L., 2011.

Nota: O dado da população total referente à cidade de Montes Claros de 283.616 habitantes, retirada do IBGE (2000), pode suscitar dúvida, uma vez que no Censo (2000) o IBGE indica que a população urbana da cidade era de 289.193 habitantes. Porém, nessa contagem, os setores censitários das sedes dos distritos rurais também são contabilizados como população urbana. Assim, a adequação feita por Leite (2006) ao perímetro urbano proposto excetua os setores censitários dos distritos da zona rural na contagem, o que resulta em um número total da população um pouco menor.

Analisa-se que a média da cidade é de aproximadamente três equipamentos por região, porém, só a do Major Prates (8), a do Maracanã (7) e a do Santos Reis (7) juntas apresentam 22 equipamentos, ou seja, quase 27,2% do total de equipamentos da cidade, o que eleva consideravelmente o número de equipamentos nessas faixas de renda. Se por um lado esse dado pode ser considerado positivo, uma vez que as três melhores regiões estão

localizadas em áreas de renda muito baixa ou baixa, por outro, ele é preocupante, uma vez que são áreas muito populosas e de dimensões territoriais grandes, o que gera um impacto direto na acessibilidade da população a esses equipamentos. Outro fato a ser considerado é que essas áreas receberam incentivos do Programa Cidades de Porte Médio na década de 1980. Assim, o número de equipamentos de lazer encontrado tem relação com algumas das praças construídas nessa época, sendo emblemático os exemplos da Praça Beato Francisco Coll (1984), no bairro Maracanã, e a Praça Evangelista Batista (1987), no bairro Major Prates.

O fato de a região do Major Prates ser a que tem o maior número de equipamentos de lazer é também influenciado pela presença em sua área de um dos quatro Parques Urbanos Municipais existentes. O Parque Municipal Milton Prates (196.000,00 m²), inaugurado em 1969, é o mais completo de todos em termos de equipamentos de lazer, apesar da situação de abandono de alguns (Dez./2010), conforme será discutido na análise qualitativa da distribuição de cada categoria de equipamento. Dois outros Parques Urbanos encontram-se localizados na região do Ibituruna em função das áreas de preservação ambiental existentes. O Parque Florestal da Sapucaia (376.600,00 m²), criado em 1987, está localizado próximo a Serra do Mel e passou por um processo de revitalização em 2010, inclusive da área do *playground* infantil. O outro é o Parque Guimarães Rosa (463.500,00 m²), criado em 1989 e possibilitado a partir do remanejamento de áreas verdes loteadas às margens do Rio Vieiras, com 65% de sua área cercada. O quarto é o Parque das Mangueiras ou João Botelho (40.000,00 m²), localizado na região do Sumaré, criado em 2006 a partir do resgate de uma área verde, que antes servia como um depósito de ferro-velho e que foi transformado em espaço de lazer. Ressalta-se que o único equipamento específico de lazer encontrado no Parque é o campo de futebol⁶³.

Os Parques Urbanos são importantes para aproximar a população de um maior contato com a natureza, práticas de lazer recreativas, contemplativas, que envolvem também o descanso e a saúde. Embora esses Parques não tenham sido inseridos como uma categoria de equipamento de lazer específica para a vivência físico-esportiva, pois sua finalidade inicial é a preservação ambiental, os equipamentos existentes em seu interior, que atendiam à delimitação proposta, foram contabilizados. Nessa breve descrição, é interessante colocar que

⁶³ Informações sobre área e data de criação dos Parques Municipais retiradas do site da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA/PMMC). Outra fonte de informações acerca dos Parques Urbanos em Montes Claros/MG pode ser consultada no trabalho desenvolvido por QUINTINO, C.F.B., 2008, intitulado *Geotecnologias aplicadas na identificação de áreas com potenciais para Parques Urbanos em Montes Claros (MG)*, no qual a autora faz o levantamento da localização dos atuais Parques Urbanos da cidade e de possíveis áreas de implantação para novos parques, ressaltando a importância desses espaços para o equilíbrio ambiental e melhor qualidade de vida da população.

muitos estudos sobre Lazer e Meio Ambiente enfatizam a importância dos Parques Urbanos e das Áreas Verdes para a qualidade de vida da população de uma cidade, sendo que a taxa ideal recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 12 metros quadrados de área verde por habitante⁶⁴.

Além do destaque das três melhores regiões, o fato de outras cinco regiões de renda baixa possuírem número de equipamentos igual ao da média, como na do Lourdes (3), ou acima dela, como na do Delfino (4), Vila Oliveira (4), Sumaré (4) e Carmelo (5), pode ser analisado como um aspecto positivo para a qualidade de vida dessas regiões. Porém, novamente, quando se cruza esses números com a extensão territorial de algumas dessas regiões, o número de habitantes, o *fator diversidade de equipamentos* ou o estado de conservação dos mesmos, os dados encontrados corroboram a discussão teórica apresentada, na qual os equipamentos mais bem conservados e diversificados encontram-se, geralmente, nas regiões cuja população possui melhor poder aquisitivo.

Outro ponto que suscita contradição à vinculação entre número de equipamentos e renda pode ser identificado no caso específico da distribuição de equipamentos de lazer abaixo da média da cidade (2, 1, ou 0) existentes em regiões com renda média. Sob esse aspecto, cinco das nove regiões inseridas nessa faixa de classificação de renda enquadram-se nessa categoria. São elas: Santa Rita (2), Edgar Pereira (2), Vila Guilhermina (1), Santo Expedito (0) e Centro (0), com destaque para a região do Santa Rita, que é a quarta mais populosa da cidade.

A inexistência de equipamentos nessas regiões, ou o número muito baixo, pode estar correlacionado ao processo de ocupação físico-territorial mais antigo e à falta de espaços vazios e áreas institucionais disponíveis. A proximidade com a região central da cidade influencia no valor do solo urbano e na especulação imobiliária dos poucos terrenos vazios restantes, o que dificulta a oferta de áreas para implantação de novos equipamentos. Dessa forma, mesmo sendo regiões de renda média, a soma do número de equipamentos das regiões de renda baixa será superior à soma dos seus equipamentos.

As outras quatro regiões com renda média que possuem número de equipamentos igual ou superior à média são: Morada do Parque (3); São Judas (4); Planalto (4) e São José

⁶⁴ Embora não seja objeto específico deste trabalho, quando se calcula essa taxa para a cidade de Montes Claros, tendo como base a recomendação da OMS e as áreas dos Parques Urbanos Municipais, percebe-se que a região do Ibituruna, uma das regiões de menor densidade populacional, apresenta uma taxa bem superior, com média de 257 m²/ habitante, o que reforça sua localização privilegiada pela proximidade a grandes áreas de reserva ambiental; seguida pela região do Major Prates, com 11,4 m²/ habitante e do Sumaré, com uma taxa média de 2,71 m²/ habitante.

(4). Já as regiões de renda mais alta da cidade possuem 11 equipamentos, distribuídos entre: Ibituruna (3); Melo (3) e Todos os Santos (5). Nessas regiões, há que se destacar o baixo número de população residente comparado com outras regiões da cidade, a diversidade de equipamentos, além do bom estado de conservação da grande maioria.

Sobre as três regiões que apresentam pior porcentagem de equipamentos sobre o total da cidade, excetuando-se as de renda média referidas, o bairro Santo Inácio (0), Independência (1) e Distrito Industrial (1), são exemplos da correlação entre renda e infraestrutura. A região do Distrito Industrial ainda apresenta uma peculiaridade, uma vez que foi uma área zoneada para atender à demanda de implantação de indústrias e não para moradia. Além dessas regiões, a do Village do Lago (2), do Alto da Boa Vista (2) e do Renascença (2) também podem ser inseridas nessa categoria, com o agravante de que a do Renascença é a segunda região mais populosa da cidade. A falta de equipamentos nessas regiões pode estar associada a um processo de ocupação mais recente, desvinculado de ações de planejamento urbano pontuais para garantir acesso à infraestrutura e a equipamentos urbanos de todo tipo, com exceção do Renascença, área de ocupação mais antiga e que mesmo assim apresenta carências.

Conforme colocado, deve-se tomar cuidado com a simples análise do número total de equipamentos sem se considerar a influência de outras variáveis em cada uma dessas regiões. A Tabela 2 explicita uma dessas contradições. A distribuição da porcentagem de equipamentos pelas diferentes regiões quando agrupadas em classes de renda evidencia um baixo número de equipamentos para as cinco regiões de renda muito baixa, agravado pelo fato dessas regiões concentrarem mais de 17% da população. No outro extremo, percebe-se que as três regiões de renda mais alta apresentam a mesma porcentagem de equipamentos, porém para apenas 4,4 % da população. Quando se incorpora o fator populacional à análise, percebe-se com maior clareza a desigualdade no acesso aos equipamentos disponíveis entre essas duas regiões extremas.

Ainda com base na Tabela 2, na análise dos equipamentos entre as regiões de renda baixa e média há um relativo equilíbrio quando se incorpora o fator populacional, pois ao mesmo tempo em que as nove regiões de renda baixa concentram 48,1% dos equipamentos, elas também concentram quase 53% da população, proporção semelhante a das outras nove regiões de renda média, que concentram 24,7% dos equipamentos e 25,1% da população.

Tabela 2: Distribuição de Equipamento Público de Lazer (E.P. L) segundo classificação por renda (dólar)

Classificação por renda (dólar/2000)	Regiões	E.P.L	% E.P. L	População (2000)	%População
Muito Baixa	5	11	13,6%	49652	17,5%
Baixa	9	39	48,1%	150198	53%
Média	9	20	24,7%	71176	25,1%
Alta	3	11	13,6%	12590	4,4%

Fonte: Pesquisa de Campo, Dez./ 2010

Org. VERSIANI, I.V.L., 2011.

Com relação ao *fator de desigualdade* entre as regiões, evidenciado na Tabela 1, em função da existência de algumas que não possuem equipamentos públicos e/ou possuem, porém com acessibilidade restrita, o maior fator de desigualdade será justamente a porcentagem referente à região de maior concentração de equipamentos, ou seja, a da região do Major Prates. Assim, as regiões que apresentam o maior fator de desigualdade são: Santo Inácio (10); Santo Expedito (10) e Centro (10), seguidas pelas regiões que apresentam apenas um equipamento: Distrito Industrial (8); Independência (8); Vila Guilhermina (8). Logo depois, o índice cai pela metade, referente às regiões do Village do Lago (4); Alto da Boa Vista (4); Renascença (4); Santa Rita (4) e Edgar Pereira (4), que possuem dois equipamentos. A partir daí, o índice de desigualdade tende a se aproximar do 1, valor de referência, variando de 2,7 a 1,1 – dependendo da porcentagem de equipamentos da região sobre o total da cidade, nas quinze regiões restantes.

Assim, percebe-se que o *fator de desigualdade* entre as regiões, para mais da metade delas é relativamente baixo, excetuando-se as seis regiões sem equipamento ou com apenas um equipamento, e as cinco subsequentes, que possuem apenas dois equipamentos. Esse dado pode ser visto com otimismo. Apesar da influência de outras variáveis, no que diz respeito ao número total de equipamentos entre as regiões, não há uma discrepância muito acentuada para mais da metade delas, porém é importante lembrar que a média da cidade também é baixa.

Por outro lado, além da distribuição populacional, o *fator de diversidade de equipamentos*, conforme mostra o Quadro 2, terá impacto direto nas vivências cotidianas de lazer da população, evidenciando maiores desigualdades do que as percebidas apenas pelo número total de equipamentos ou *fator de desigualdade* da maioria. Quanto maior a

diversidade de equipamentos existentes em uma região, maiores são as oportunidades de lazer da população como um todo, envolvendo crianças, jovens, adultos e idosos, de ambos os sexos, o que pressupõe a existência não só de quadras poliesportivas ou campos de futebol, mas também de uma série de outros equipamentos, sintetizados nesse trabalho pelas quadras de peteca, ginásios, pistas de *skate*, pistas de caminhada, barras de ginástica e *playgrounds*.

No quadro geral de equipamentos percebe-se que as quadras poliesportivas descobertas (31) são o tipo de equipamento público de lazer em maior número, distribuídas por 19 regiões. Já o número de quadras poliesportivas cobertas é muito baixo, com a existência de apenas duas, uma na região do Major Prates e a outra na do Maracanã. Com relação aos outros tipos de quadras, as de peteca (4) estão presentes em quatro regiões e somente a região do Morada do Parque tem uma quadra de futebol de areia. O número de Ginásios também é baixo, apenas dois.

Em segundo lugar no número de equipamentos estão os campos de futebol em área institucional (14) e área verde (3), presentes em quatorze regiões, concentrados nas regiões de renda muito baixa ou baixa. Embora identificados, os campos de futebol em área particular cadastrados junto à SEJEL não foram incorporados ao cálculo dos indicadores, assim como os localizados em área indefinida, destacados em vermelho. Outros equipamentos também aparecem em menor número, como as barras de ginástica (10) e os *playgrounds* (9), além das pistas de caminhada (3) e pistas de *skate* (2). Com relação a esses equipamentos mais diversificados, percebe-se que a maior parte está concentrada em regiões de renda alta e média (15), seguidos pelas regiões de renda baixa (8). Nas regiões de renda muito baixa, há apenas um equipamento mais diversificado, localizado na região dos Santos Reis.

Quadro 2: Distribuição de Equipamentos Públicos de Lazer por Categoria para Cálculo do Fator de Diversidade

Regiões de Planejamento	Fator Diversidade Regiões	E.Público de Lazer (Total)	Quadr a Poli.	Q. Poli. Coberta	Quadra Peteca	Quadra F.Areia	Camp o Inst.	Campo Verde	Campo Part.	Campo Indef.	Ginásio	Pista Caminhada	Barras Ginástica	Pista Skate	Playground
Village do lago	2	2	1					1	1						
Santo Inácio	0	0							3						
Santos Reis	3	7	5				1						1		
Distrito Industrial	1	1					1		3	1					
Independência	1	1	1						1						
Alto da Boa Vista	2	2	1					1							
Maracanã	6	7	2	1	1		1						1	1	
Delfino	2	4	2				1	1	1						
Carmelo	3	5	2				2		1	1	1				
Renascença	2	2	1				1		1						
Vila Oliveira	4	4	1				1						1		1
Major Prates	6	8		1	1		2		1		1		2		1
Lourdes	2	3	2				1								
Sumaré	3	4	2				1			1			1		
São Judas	4	4	1		1								1		1
Santa Rita	2	2	1												1
Planalto	3	4	2				1			1			1		
Edgar Pereira	1	2	2												
Vila Guilhermina	1	1	1												
Santo Expedito	0	0													
São José	4	4	1		1							1			1
M. do Parque	3	3	1			1									1
Centro	0	0													
Todos os Santos	5	5					1					1	1	1	1
Ibituruna	3	3										1	1		1
Melo	2	3	2												1
Montes Claros	De 0 a 10	81	31	2	4	1	14	3	12	4	2	3	10	2	9

Além de serem os equipamentos mais numerosos, as quadras poliesportivas dos bairros também são os equipamentos mais bem distribuídos na cidade, conforme retrata o Mapa 5. Mesmo assim, verifica-se que essa distribuição é insuficiente para atender às demandas de algumas regiões e registra-se uma carência nas regiões periféricas. Uma importante fonte de dados para confirmar essa constatação foi a consulta popular do Orçamento Participativo (OP), realizada em 2007, pela Prefeitura Municipal de Montes Claros (PMMC).

O Orçamento Participativo foi um instrumento lançado pela Administração Municipal (2005-2008), com base em experiências de outras cidades, tendo como objetivo promover uma gestão mais democrática e participativa – a partir das diretrizes presentes tanto no Estatuto da Cidade (2001) quanto no seu Plano Diretor (2001) – no qual a participação popular é fundamental para compor o Orçamento Municipal, elegendo-se por meio do OP as principais demandas e necessidades de cada bairro. Para sua operacionalização, o Município foi dividido em treze Polos Regionais, sendo que um desses polos era vinculado à zona rural. Na zona urbana, tinha-se um total de 159 bairros, divididos nos seguintes polos: Centro (14); Cintra (12); Delfino Magalhães (14); Independência (13); JK (14); Major Prates (15); Maracanã (14); Renascença (7); Santos Reis (20); Vila Oliveira (12); São Judas (15); Alto São João (9).

Na análise das demandas por polos, observa-se que as referentes aos espaços e equipamentos públicos de lazer aparecem em todos eles, embora nem sempre na mesma ordem de prioridade. Dentre essas demandas, é recorrente a vinculação à: “construção de campo de futebol”; “melhoramento do campo de futebol com gramado, alambrado e vestiário”; “construção de praça”; “construção de praça com quadra e parquinho”; “construção de área de lazer”; “construção de quadra poliesportiva”; “reforma e iluminação de quadra poliesportiva”, entre outros⁶⁵. Apenas no bairro Augusta Mota, na região do Major Prates, aparece como prioridade número um a solicitação de retirada do Campo do Globo, que está localizado no meio de várias casas, para construção de outro equipamento público, como praça ou escola.

Porém, quando se analisa as demandas por bairro, Pereira, da Silva e Nascimento (2010)⁶⁶ identificam que em 70 bairros não houve nenhuma reivindicação relacionada ao

⁶⁵ Esses dados foram obtidos em 2008, de uma relação na qual se apresentam as demandas por polo, bairro, ordem de prioridade e conteúdo, organizada pela então Secretaria Adjunta de Esporte e Lazer – que em 2007, por meio de um processo de reforma administrativa, passou a ser vinculada à Secretaria de Educação, o que não mais se efetiva a partir de 2009.

⁶⁶ O capítulo escrito por esses autores, *O Lazer no Orçamento Participativo*, integra o livro resultante da Pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas do Lazer – LUDENS, que reúne pesquisadores

lazer; por outro lado, em 89 bairros (55,9%), o lazer foi pelo menos citado, sendo que o número de bairros em que ele aparece como uma questão prioritária foi de 59 bairros (37%).

Segundo os mesmos autores:

Todos os equipamentos requeridos pela população podem servir à realização de diferentes atividades e, nesse sentido, é difícil precisar qual é o conteúdo do lazer que determina as escolhas [...]. Porém, o grande número de bairros que requerem “quadra”, “campo” e “praça com quadra” revelam uma preocupação explícita com atividades físico-esportivas (PEREIRA; DA SILVA; NASCIMENTO, 2010, p. 60-61).

Esse interesse é confirmado quando se analisa os dados referentes ao Capítulo 3 da pesquisa realizada pelo grupo LUDENS acerca da percepção da população de Montes Claros com relação às práticas de lazer. Para Souza Neto *et al* (2010, p.67-68), com relação às “Atividades que os entrevistados afirmam fazer no tempo livre”, 42,6% das respostas válidas apontam os conteúdos físicos, seguidos pelos interesses sociais (21,9%). Quando se questiona as “Atividades que os entrevistados gostariam de fazer”, também prevalecem os conteúdos físicos com 56,4% das respostas válidas. Os autores enfatizam que parte desses resultados advém da vinculação social existente entre lazer e esporte, muito disseminada no senso comum, o que pode restringir a vivência do lazer a partir de outros conteúdos e influenciar a percepção da população.

A mesma percepção é identificada no Capítulo 4 da referida pesquisa, quando se analisa a perspectiva da população com relação aos “Locais existentes para a prática de lazer nos bairros”, em que 31,3% identificam a praça; 24,9% identificam a quadra; 24,2% apontam que não há nenhum equipamento no bairro e 7,6% identificam o campo de futebol (DA SILVA *et al*, 2010, p. 87-88). Chama-se a atenção para o fato de que muitas vezes as quadras estão localizadas nas próprias praças dos bairros. Para evidenciar essa associação, a localização das quadras no Mapa 5 foi realizada de duas formas: apenas o nome do bairro, o que indica que há somente a construção da quadra, sem uma área de lazer mais ampla; ou a referência à Praça, identificada conforme nomenclatura utilizada pela SEJEL, em que se prioriza o nome do bairro, exemplo: ao invés de Praça do Rotary, identifica-se Praça do São

(alunos, professores e egressos) do curso de Educação Física e História da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Intitulado: *Políticas e Vivências de Lazer na cidade: o caso de Montes Claros/MG*, esse livro torna-se uma importante referência para o presente estudo, pois, através da pesquisa realizada com uma amostra de 1144 pessoas, é possível discutir algumas percepções e perspectivas da população levantadas correlacionadas aos equipamentos públicos de lazer mapeados. Além desse capítulo, destaca-se o Capítulo 3: *A prática do lazer na cidade: a percepção da população*, e o Capítulo 4: *Lazer, política e espaços públicos na perspectiva da população*.

Luís. Ainda com relação a esse tópico, a pesquisa indaga se a população “Frequenta habitualmente esses locais”, em que 54,9% das respostas válidas afirmam que NÃO, enquanto 45,1% afirmam que SIM.

Dentre os motivos que levam as pessoas a não frequentarem esses espaços de lazer nos bairros, o estado de conservação e infraestrutura desses equipamentos pode ser um fator de influência. No caso das quadras, percebe-se que das 42 demandas do OP organizadas pela Secretaria Adjunta de Esporte e Lazer (2008), 19 bairros solicitam reformas e melhoramentos nas quadras poliesportivas. Esse tipo de demanda foi comprovado na pesquisa de campo (2010), quando se verificou condições precárias de uso em quadras de várias regiões. Com o objetivo de avaliar a infraestrutura de cada quadra poliesportiva, foi elaborado um quadro baseado no registro da pesquisa de campo, no qual foram atribuídos pesos para seis aspectos: cobertura (2); piso (3); iluminação (1,5); pintura geral (1); alambrado (1,5) e potencial esportivo (2) – que significa quantos equipamentos esportivos há na quadra.

Porém, a quantidade de variáveis que influenciavam a “nota” de alguns aspectos era grande. Por exemplo, se na quadra não há iluminação em funcionamento, mas há postes e refletores; se há alambrado em toda a quadra ou só nos fundos; se ele está deteriorado; se há marcação no chão da quadra; se há pintura das muretas e alambrados; se os equipamentos esportivos estão completos; se estão em bom estado; entre outros. Dessa forma, ao se distribuir os pesos, foram feitas adequações para atender a essas especificidades.

Após se estabelecer uma “nota” de forma subjetiva para cada quadra poliesportiva, procedeu-se a uma equiparação dessas “notas” com a análise visual dos registros imagéticos. Essa etapa buscou uma maior coerência interna entre as quadras de um mesmo grupo, ao mesmo tempo em que fosse possível construir uma heterogeneidade entre os mesmos grupos.

Ao final, as quadras foram classificadas a partir de três conceitos para a análise de sua infraestrutura: **ruim** sendo as quadras que possuem, em geral, uma situação precária do piso, falta de equipamentos esportivos, alambrados e pintura geral; **razoável** sendo as quadras que, na maioria, apesar de possuírem equipamentos esportivos, os mesmos encontram-se deteriorados, assim como os alambrados, quando existentes, e piso com danificações; **boa**, quando as quadras possuem praticamente todos os requisitos em bom estado e iluminação própria ou da praça. Abaixo, as Figuras 9, 10, 11 exemplificam cada um desses conceitos, respectivamente.



Figura 9: Exemplos de Quadras com infraestrutura ruim

Autor: VERSIANI, I.V.L./ Dez.2010

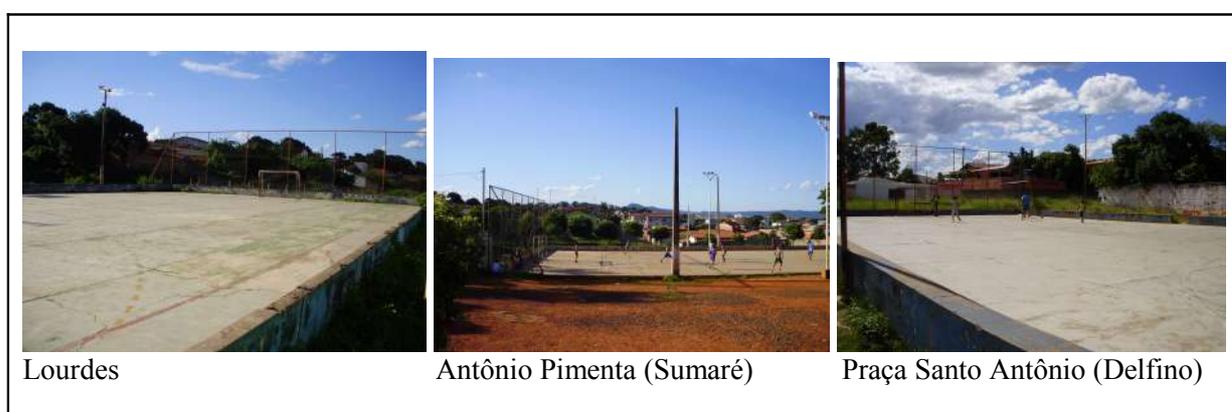


Figura 10: Exemplos de Quadras com infraestrutura razoável

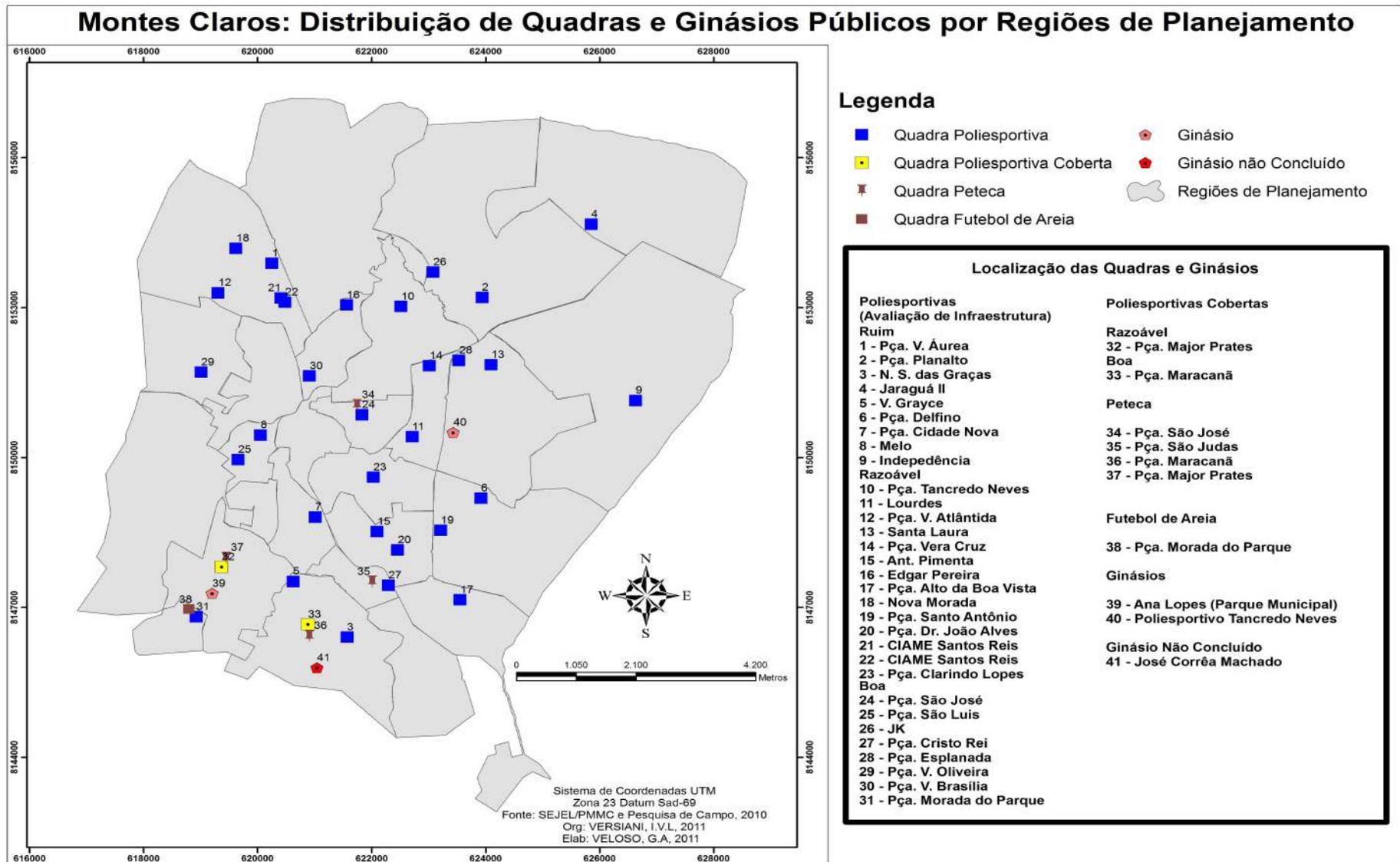
Autor: VERSIANI, I.V.L./ Dez.2010



Figura 11: Exemplos de Quadras com infraestrutura boa

Autor: VERSIANI, I.V.L./ Dez.2010

Essa classificação está apresentada no quadro do Mapa 5, que também contempla a localização das quadras esportivas e ginásios.



Mapa 5: Distribuição de Quadras e Ginásios Públicos por Regiões de Planejamento (2010)

Percebe-se que seis, das nove quadras com classificação de infraestrutura ruim, estão localizadas em bairros de renda baixa ou muito baixa, tendência semelhante à classificação das quadras com infraestrutura razoável. Das quinze quadras com essa classificação, apenas duas estão localizadas em bairros de renda média. Assim, das 24 quadras classificadas como ruim ou razoável, 19, quase 80%, estão localizadas em área de renda baixa ou muito baixa. Por outro lado, verifica-se que seis, das nove quadras poliesportivas com infraestrutura boa, estão localizadas em bairros de renda média e alta.

Se o número total de equipamentos em cada região de Montes Claros pode suscitar dúvidas se há a priorização de áreas de renda média/ alta em função das áreas de renda mais baixa e baixa no que se refere à distribuição de equipamentos públicos de lazer, a análise da infraestrutura e conservação dessas quadras, por outro lado, não deixa dúvida de que, se o número desses equipamentos não é maior, a qualidade de sua infraestrutura é superior em quase todas. O mesmo fato ocorre, de maneira mais marcante ainda, quando se analisa a situação dos *playgrounds*.

Outro aspecto importante a ser enfatizado é a existência de apenas duas quadras poliesportivas cobertas (Fig. 12). A cobertura das quadras possibilita uma ampliação de seu uso, tanto devido à proteção do sol ou da chuva durante a prática esportiva/recreativa, como também de realização de outras atividades pela própria comunidade, potencializando seu uso pela população. O mesmo fato ocorre com as quadras que possuem iluminação da praça ou iluminação própria, pois se amplia sua utilização no horário noturno, além de aumentar a sensação de segurança da população no local.



Quadra Coberta - Praça Maracanã



Quadra Coberta - Praça Major Prates

Figura 12: Quadras Poliesportivas Cobertas
Autor: VERSIANI, I.V.L./ Dez.2010

No Mapa 5 também são identificadas a localização dos Ginásios Públicos. O maior Ginásio da cidade é o Poliesportivo Tancredo Neves (Fig.13), na região do Carmelo, com capacidade para aproximadamente 8.000 pessoas e com equipamentos esportivos para quatro modalidades: futsal, handebol, basquete e voleibol. Em 2009, esse Ginásio passou por uma reforma para ser a sede do time de voleibol profissional que disputa o segundo ano do Campeonato da Superliga Masculina, organizada pela Confederação Brasileira de Vôlei. O outro é o Ginásio Ana Lopes (Fig.14), na região do Major Prates. Localizado dentro do Parque Municipal, o Ginásio possui equipamentos para a prática do futsal e handebol.



Figura 13: Ginásio Tancredo. Neves
Autor: VERSIANI, I.V.L./Dez. 2010.



Figura 14: Ginásio Ana Lopes
Autor: VERSIANI, I.V.L./Dez. 2010.

Há ainda o Ginásio José Corrêa Machado (Fig.15), na região do Maracanã, que durante a pesquisa de campo encontrava-se com as obras suspensas.



Figura 15: Ginásio. José Corrêa Machado
Autor: VERSIANI, I.V.L./Dez. 2010.

As quatro quadras de peteca localizam-se ao lado das quadras poliesportivas em Praças de quatro bairros (Exemplo: Fig.16) e podem também ser utilizadas também para

prática do voleibol. A única quadra de futebol de areia está localizada na região do Morada do Parque (Fig. 17).



Figura.16: Quadra Peteca (Praça Major Prates)
Autor: VERSIANI, I.V.L./ Dez. 2010.



Figura 17: Fut. de Areia (Praça Morada do Parque)
Autor: VERSIANI, I.V.L./ Dez. 2010.

Com relação aos campos de futebol de várzea, pode-se considerar que essa é uma categoria de equipamento de lazer que corre sério risco de extinção nas grandes e médias cidades brasileiras, por ser diretamente afetada pelo crescimento urbano acelerado, expansão da malha urbana, invasões, especulação imobiliária e aprovação de novos loteamentos a qualquer tempo. Antes distantes, hoje em número reduzido, o campo de “várzea” praticamente não se encontra mais na várzea, ele está dentro da cidade, próximo das casas, cercado por ruas, avenidas e interesses divergentes.

De um lado, as crianças, jovens e adultos que fazem do campo local de encontro, convívio, brincadeira, esporte, enfim, de lazer. Do outro, agentes imobiliários a serviço da especulação capitalista para a construção de novas casas, novos prédios, novos empreendimentos. Em meio à disputa de interesses inerentes ao crescimento da cidade, o jogo “fora de campo” não tem sido favorável à preservação do significado histórico, afetivo e/ou simbólico dessas áreas, muitas vezes corroborado pelo próprio Poder Público Municipal, que nos locais onde funcionavam os campos aprovam loteamentos ou projetos sem nenhum questionamento ou, pior, compactuam com trocas de áreas institucionais agora “valorizadas” por outras mais distantes para atender a interesses específicos, que não são os interesses coletivos.

Diante dessa realidade, não é por acaso que na cartilha elaborada pela Conferência Estadual de Esporte do Estado de Minas Gerais (2010)⁶⁷, que contém as Linhas Estratégicas do Plano Decenal de Esporte e Lazer indicadas pela III Conferência Nacional de Esporte,

⁶⁷ Utilizada como referência para discussão dos temas e propostas na Etapa Municipal da III Conferência Nacional de Esporte, com o tema: *A força do Esporte transforma a realidade*, realizada em abril de 2010.

existe um tópico sobre Infraestrutura Esportiva no qual se destaca, dentre as ações que devem ser implementadas pelo Poder Público, o “tombamento dos campos de várzea como área de preservação”.

Os campos de futebol da cidade de Montes Claros também “sobrevivem” com dificuldades em meio ao crescimento urbano e à especulação imobiliária. Tal é a complexidade que cerca a existência e permanência dessas áreas como campos de futebol, que foi grande a dificuldade para proceder à classificação da área em que estavam localizados.

Os primeiros esforços foram concentrados na lista da SEJEL e em informações fornecidas pelo funcionário responsável pela manutenção desses equipamentos, que sinalizou haver problemas com a identificação de algumas áreas, não sendo possível afirmar, com certeza, se determinado campo estava em área institucional, verde ou particular. Ainda nessa fase, foi informado que nos últimos cinco anos, 11 campos, aproximadamente, deixaram de existir. Um foi destinado para a construção de outro equipamento público (escola) e os outros para loteamentos solicitados pelos proprietários. Algumas dessas situações foram verificadas quando se procedeu à identificação desses campos com utilização das imagens de satélite do *Google Earth* e, também, no próprio desenvolvimento da pesquisa de campo. As figuras 18 e 19 retratam um pouco da realidade encontrada.



Figura 18: Campo extinto (Região Independência)
Fonte: *Google Earth*/2009



Figura 19: Campo extinto (Região São Judas)
Autor: VERSIANI, I.V.L., Dez./2010

Conforme definido, para cálculo dos indicadores somente seriam inseridos como equipamento público de lazer os campos que estivessem localizados em área institucional ou verde da cidade. Diante da incerteza da situação de alguns campos tentou-se obter essas informações junto a diversos setores na Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

(SEPLAN/PMMC), até que na Seção de Informações Geográficas, um funcionário se dispôs a ajudar na conferência da área onde se localizavam os 16 campos mais problemáticos. Essa conferência foi realizada com base na planta de loteamento e cadastro técnico, na qual foram observadas diferenças com relação ao cadastro das áreas de alguns campos junto a SEJEL. Ao final, identificaram-se 14 campos em área institucional e três em área verde, além de 16 campos em área particular ou indefinida.

Apesar de os campos em área particular serem apropriados para uso coletivo da população do seu entorno, a velocidade com que a ocupação dos vazios urbanos tem ocorrido em algumas regiões indica que esses campos serão loteados em breve. Porém, como forma de registrar o problema iminente em muitas regiões, eles também foram identificados no Mapa 6. Além dos campos em área particular, os campos inseridos em área ainda “não loteada” ou indefinida não foram contabilizados. Nesse ponto, o campo do bairro Dr. João Alves (Fig. 20), na região do Sumaré, é um exemplo da disputa de interesses que cercam muitos desses campos, pois segundo informação obtida no processo de conferência, trata-se de uma área em que existe “litígio judicial”. Outro exemplo de campo em situação similar é o Campo do bairro Castelo Branco (Fig.21), próximo a uma área não loteada oficialmente e que foi invadida na região do Distrito Industrial, localizado ao lado da rede elétrica da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), de propriedade do estado.



Figura 20: Campo Dr. João Alves (Sumaré)
Autor: VERSIANI, I.V.L. / Dez.2010



Figura 21: Campo Castelo Branco (D. Industrial)
Autor: VERSIANI, I.V.L. / Dez.2010

Na distribuição dos campos de futebol no Mapa 6, percebe-se que a maior concentração está em regiões que ainda possuem grandes vazios urbanos, à espera de valorização dos terrenos e instalação de infraestrutura para serem loteados. Nas regiões mais

valorizadas, como áreas próximas do centro, de ocupação mais antiga, ou na “periferia” sudoeste, há alguns lotes vagos, mas não existem campos de futebol.

De acordo com Mapa elaborado por Leite (2006), a partir de fonte da SEPLAN (PMMC), a maioria dos grandes vazios urbanos está localizada na parte Leste da cidade, nas regiões do Delfino, Carmelo e Independência. Há também grandes vazios urbanos mais ao nordeste, na região do Village do Lago, e um na região do Planalto. Mais ao Sudeste, há grandes vazios urbanos na região do Santo Inácio e Alto da Boa Vista.

A região do Distrito Industrial é a que tem o maior número de campos de futebol no geral, muito em função dos campos apropriados pela população, nos terrenos de indústrias que estão fora dos muros das fábricas, ou em áreas particulares ainda disponíveis para implantação de novas indústrias. Além dos cinco campos identificados a partir da lista da SEJEL, na pesquisa de campo também foi identificado um outro, de menor proporção, localizado ao lado do Campo do Eldorado⁶⁸, e outras áreas de lazer com campos, quadras e piscinas dentro dos clubes para funcionários de algumas empresas. Desses cinco campos, apenas o campo do Industrial está em área institucional, o que é preocupante para a população dos bairros que os utilizam.

A segunda região que concentra o maior número de campos de futebol é a do Carmelo, com dois campos em área institucional, além de contar com outros dois campos em área particular e/ou indefinida. Logo em seguida aparece a região do Major Prates, com dois campos em área institucional e um em área particular, e a do Delfino, com um campo em área institucional, um em área verde e outro em área particular. A região do Santo Inácio pode ser considerada uma das mais problemáticas da cidade, pois não há nenhum tipo de equipamento público de lazer, apenas a existência de três campos em área particular, situação semelhante à do Independência, que possui apenas uma quadra poliesportiva e um campo de futebol, com metade dele em área verde e metade em área particular, portanto não contabilizado.

Nas outras regiões que possuem campos, a existência de pelo menos um em área verde ou institucional é, de certa forma, uma segurança para a população que os utiliza, embora essa situação dependa de uma posição firme do Poder Público Municipal na sua garantia e proteção, o que nem sempre pode acontecer. Porém, os campos de futebol em área verde (Fig.22) dependem de autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) para qualquer medida de manutenção e somente poderão ser considerados campos, de fato, e passar por melhorias efetivas a partir de um processo com base na lei de desafetação.

⁶⁸ Esse tipo de constatação não ocorreu apenas na região do Distrito Industrial. Também na região do Planalto foi encontrado outro terreno em situação similar, indicando que esse tipo de situação pode existir em outras regiões. Em função da delimitação desse estudo, apenas os campos da Lista da SEJEL foram mapeados.



Figura 22: Exemplos de Campos em Área Verde
 Autor: VERSIANI, I.V.L., Dez.2010.

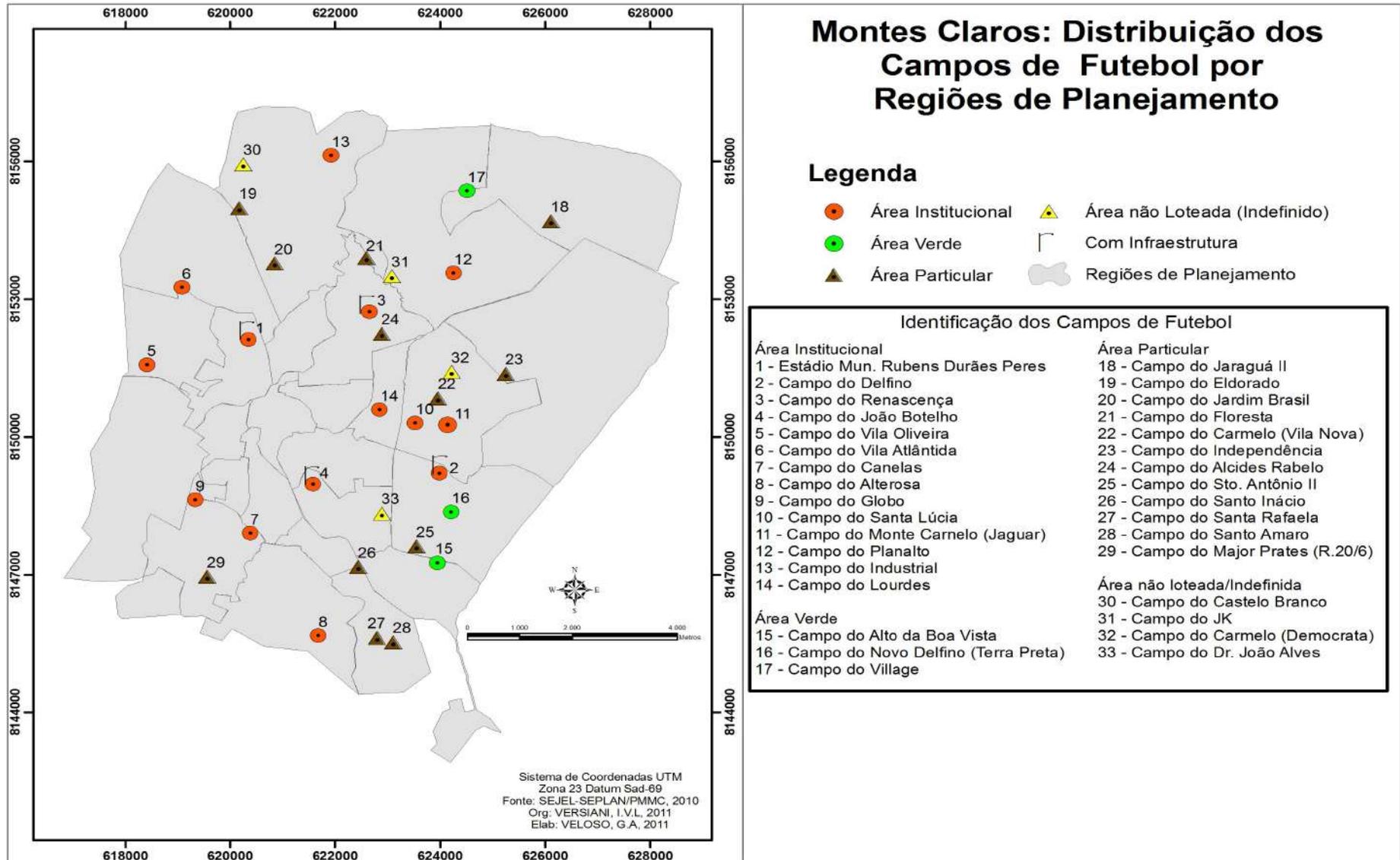
Já nos campos em área institucional, a intervenção do Poder Público para benfeitorias pode ser mais incisiva. Dos 14 campos nessa classificação, apenas quatro apresentam algum tipo de infraestrutura, o que foi identificado no Mapa 6 por um símbolo específico. Por infraestrutura nos campos entende-se a presença de algum desses aspectos: gramado, iluminação própria, alambrado e/ou vestiários. No caso dos quatro campos (Fig. 23), o da região do Todos os Santos é o mais bem estruturado. Chamado de Estádio Municipal Rubens Durães Peres, possui todos esses aspectos, além de arquibancada.

A importância da preservação dos campos em áreas do Município extrapola o âmbito das políticas públicas locais. Esse fato pode ser verificado quando se destaca que a implantação da iluminação desses quatro campos teve participação direta do Programa Campos de Luz, uma parceria da CEMIG com o governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado e de Governo, que consiste na realização de obras de iluminação e adequação de equipamentos em campos de futebol amador e em campos de comunidades carentes, sendo que dos pré-requisitos para inclusão do programa é que as áreas pertençam à Prefeitura ou estejam localizadas em área pública.



Figura 23: Campos de Futebol em área institucional com infraestrutura
Autor: VERSIANI, I.V.L./ Dez. 2010.

Assim como o discutido acerca da iluminação das quadras públicas, a iniciativa desse Programa tem como objetivo contribuir para melhorar a prática esportiva e de atividades culturais nas comunidades, ampliando também a possibilidade de utilização desses campos à noite, o que promove uma maior apropriação desses espaços pela comunidade e aumenta a sensação de segurança dos moradores do entorno. Além disso, melhora as condições de treino e jogo de alguns dos muitos times de futebol de várzea da cidade, que são fundamentais para a preservação dessa vivência de lazer no cotidiano de alguns bairros, principalmente na região periférica da cidade.



Mapa 6: Distribuição dos Campos de Futebol por Regiões de Planejamento (2010)

O número relativamente mais alto de quadras poliesportivas e campos de futebol, e a presença em mais da metade das regiões, favorece uma melhor distribuição desses dois tipos de equipamentos. Por outro lado, os outros equipamentos públicos de lazer identificados na pesquisa de campo, por estarem presentes em menor número nas regiões de planejamento, serão os principais indicativos de desigualdades percebidas no levantamento do *fator de diversidade de equipamentos*.

Embora a existência de quadras poliesportivas e campos de futebol seja importante, principalmente do ponto de vista da população identificado nas demandas do OP, na visita de campo percebeu-se que esses equipamentos são utilizados por públicos bem específicos. Mesmo não tendo sido objeto direto de análise desse trabalho, e por isso, servindo apenas como um apontamento mais amplo, notou-se que o público majoritário que utiliza as quadras nos bairros são crianças mais velhas e jovens do sexo masculino, fenômeno semelhante à utilização dos campos de futebol, também por homens adultos, enquanto que as crianças menores, as meninas, as mulheres e os idosos praticamente não utilizam esses equipamentos de forma espontânea, evidenciando a necessidade de uma maior diversidade de equipamentos e programas para atender a esses públicos nas diferentes regiões, principalmente naquelas de renda mais baixa e baixa, que praticamente não possuem determinados tipos de equipamentos.

Um desses equipamentos são os *playgrounds* públicos, também conhecidos como parquinhos infantis, geralmente formados por conjuntos de brinquedos para serem utilizados por crianças até 12 anos, importantes para o lazer infantil nos bairros. Presente em apenas nove regiões, o que já é um dado alarmante diante de uma população tão numerosa e do grande número de bairros, sete desses equipamentos estão localizados em regiões de renda média e alta. As exceções são os dois *playgrounds* existentes: um localizado na Praça da região da Vila Oliveira e o outro, no Parque Municipal, região do Major Prates. Além dessa constatação, quando se analisa a infraestrutura e o estado de conservação desses *playgrounds*, tomando como parâmetro a renda média e o número de habitantes da região em que eles estão localizados, as diferenças são ainda mais consideráveis, principalmente na região do Santa Rita, que embora esteja classificada como região de renda média é a quarta mais populosa.

Dos nove *playgrounds*, o da Praça do Clarindo Lopes, na região do Santa Rita, e o da Praça da Vila Oliveira são os que estão em piores condições de uso, além de contar com um número muito reduzido de brinquedos (Fig.24). Já o do Parque Municipal, apesar de ter uma maior diversidade de brinquedos, também apresenta problemas em alguns, podendo ser classificado como em situação razoável (Fig.25).



Figura 24: *Playgrounds* em situação precária de infraestrutura e conservação
 Autor: VERSIANI, I.V.L./Dez. 2010.



Figura 25: *Playground* do Parque Municipal Milton Prates (Major Prates)
 Autor: VERSIANI, I.V.L./ Dez. 2010.

Os outros cinco *playgrounds* estão localizados em bairros de renda média e alta. O estado de conservação desses equipamentos está melhor do que os que foram apresentados. Na Praça do Cristo Rei, região do São Judas, há um *playground* integrado em madeira, com cerca de quatro brinquedos. O *playground* da Praça do Morada do Parque tem cerca de seis brinquedos. Na Praça do Todos os Santos, o *playground* possui por volta de nove brinquedos. Os destaques são os *playgrounds* da Praça do São José, que tem cerca de 12 brinquedos (Fig.26), e na Praça da Rosa Mística, região do Melo, com 20 brinquedos (Fig.27). Por último, o *playground* do Parque Florestal da Sapucaia é o maior, com brinquedos variados e amplas áreas livres para as crianças (Fig.28).



Figura 26: *Playground* Praça São José
Autor: VERSIANI, I.V.L./Dez. 2010.



Figura 27: *Playground* Praça Rosa Mística (Melo)
Autor: VERSIANI, I.V.L./Dez. 2010.



Figura 28: *Playground* do Parque Florestal da Sapucaia (Ibituruna)
Autor: VERSIANI, I.V.L./Dez. 2010.

O Mapa 7 evidencia a concentração desse tipo de equipamento na região Centro-Sudoeste da cidade e os registros imagéticos expõem ainda mais a desigualdade quando se verifica que nas três regiões de maior renda da cidade há três *playgrounds* totalizando cerca de 50 brinquedos. Ao percorrer as regiões na visita de campo, realizada durante período de férias escolares, era grande o número de crianças brincando nas portas das casas e ruas de vários bairros, sobretudo nas regiões mais carentes de infraestrutura e renda.

Como foi exposto, o espaço doméstico e o espaço da rua podem ser apropriados pela população para diferentes vivências do lazer, embora não se constituam em equipamentos específicos para essas práticas. Além disso, as condições materiais das famílias irão influenciar em um maior ou menor acesso das crianças e jovens a determinadas vivências, especialmente daquelas ligadas ao lazer enquanto consumo – dos equipamentos no “quintal” das próprias residências aos videogames e computadores, da ida ao clube ou do passeio ao *Shopping Center*, para brincar nos centros de diversão, ir ao cinema e/ou lancher.

Se nem todos têm as mesmas condições para “consumir” o lazer, vivenciá-lo nos espaços que deveriam ser disponibilizados pelo Poder Público na cidade poderia ser uma opção. Assim, a existência de *playgrounds* nos bairros pode ampliar as possibilidades de lazer infantil, principalmente das crianças menores que residem em bairros de renda muito baixa ou baixa, além de se tornarem mais uma área de lazer comunitário, que favorecem a convivência e a interação social das crianças e de suas famílias, estreitando laços de solidariedade. Nesse sentido, uma melhor oferta e distribuição desse tipo de equipamento pode transformar a qualidade de vida do lazer infantil em muitas regiões da cidade.

Da mesma forma, os equipamentos públicos como as pistas de *skate* são fundamentais para a prática do lazer por jovens. Vivência diretamente associada a um estilo de vida urbano e das diferentes “tribos” presentes nas grandes cidades, é cada vez mais comum ver pela cidade de Montes Claros jovens reunidos para essa prática, o que também confirma a influência do “urbano”, não somente nas taxas de crescimento da população, mas também nos modos de vida da população. A existência de duas pistas de *skate*, uma na Praça do bairro Maracanã (Fig.29) e outra na Praça do bairro Todos os Santos (Fig.30), como ponto de encontro para jovens dessas e de outras regiões da cidade, é um indicativo de que a construção desse tipo de equipamento pode também ser uma demanda dos jovens de outros bairros, daí a importância de se ouvir a população jovem do bairro antes de se efetivar qualquer projeto de reforma de praça ou construção de novas praças e equipamentos.



Figura 29: Pista de *Skate* Praça do Maracanã
Autor: VERSIANI, I.V.L./Dez. 2010



Figura 30: Pista de *Skate* Praça do Todos os Santos
Autor: VERSIANI, I.V.L./Dez. 2010

Também pelo Mapa 7, evidencia-se que outro equipamento escasso e concentrado nas regiões com renda mais alta são as pistas de caminhada. A prática da caminhada tem crescido consideravelmente em várias regiões da cidade. Cada vez mais disseminada nos meios de comunicação e pela medicina preventiva por sua estrita vinculação a um estilo de

vida saudável, que contribui para o bem-estar e para evitar uma série de doenças, esse tipo de atividade física tem sido indicada para diferentes faixas etárias, principalmente para adultos e idosos de ambos os sexos, se tornando uma das práticas de lazer mais vivenciadas pela população.

Em Montes Claros, pode-se dizer que não existem “pistas” públicas de caminhada e corrida, como nos moldes da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, ou do Parque do Ibirapuera, em São Paulo, por exemplo. O que mais se assemelha a uma pista de caminhada é a chamada “Avenida do Cooper”, na região Sudoeste da cidade, que vai da Praça dos Jatobás até o Parque Municipal Milton Prates. Na divisa com as regiões do Major Prates e Ibituruna, a Av. Mestra Fininha, ou “Avenida do Cooper”, é um espaço de referência para prática da caminhada ou da corrida na cidade, mesmo com o passeio desnivelado em alguns trechos e grande fluxo de automóveis em determinados horários. Há um projeto de reestruturação dessa pista, que pôde ter seu início confirmado na época da pesquisa de campo, com a identificação de melhoramentos na iluminação (Fig.31).



Figura 31: Pista de Caminhada Avenida Mestra Fininha (Ibituruna)
Autor: VERSIANI, I.V.L. Dez./2010.

Os outros dois pontos que foram considerados como “pistas” de caminhada estão localizados em duas praças. O formato da Praça do São José favorece a existência da pista à sua volta, pois ela ocupa cerca de quatro quarteirões (Fig.32). Essa pista também é um espaço de referência para prática da caminhada da população do bairro e da região. A outra pista

identificada está localizada na Praça do Todos os Santos e, embora ainda de pequena dimensão, também contorna toda a praça, sendo utilizada pela população local (Fig.33).



Figura 32: Pista de Caminhada (São José)
Autor: VERSIANI, I.V.L./Dez. 2010



Figura 33: Pista de Caminhada (Todos os Santos)
Autor: VERSIANI, I.V.L./Dez. 2010

Como forma de suprir essa carência, o que se verifica é uma intensa apropriação da população da calçada de avenidas largas que cortam a cidade, além do passeio de algumas praças de maiores dimensões. Com o objetivo de sinalizar essa tendência, foram identificados no Mapa 7, além das três “pistas” consideradas, outros locais de caminhada disseminados por diversas regiões da cidade. Ressalta-se que a identificação desses outros locais de caminhada não tem o objetivo de esgotar todos os espaços em que essa prática ocorre, uma vez que esse é um processo muito dinâmico e cada vez mais disseminado por diferentes locais.

O fenômeno da prática da caminhada/corrída como vivência de lazer em Montes Claros não apresenta uma distinção de nível de renda ou escolaridade, sendo uma das práticas de lazer mais democráticas na cidade, estando presente em regiões com indicadores socioeconômicos contrastantes. Porém, o que se evidencia é uma diferença significativa na infraestrutura dos locais e condições em que a população realiza essa prática, uma vez que nas regiões com renda média e alta, houve um maior investimento do Poder Público Municipal nesse aspecto.

Assim, o prolongamento da “Reta do *Cooper*” na Avenida José Corrêa Machado (região do Ibituruna, Melo e Todos os Santos), parte da Avenida Sidney Chaves (região do Edgar Pereira) e da Avenida Deputado Esteves Rodrigues (região do Melo e Centro) podem ser exemplos de Avenidas dotadas de melhor infraestrutura (Fig.34).

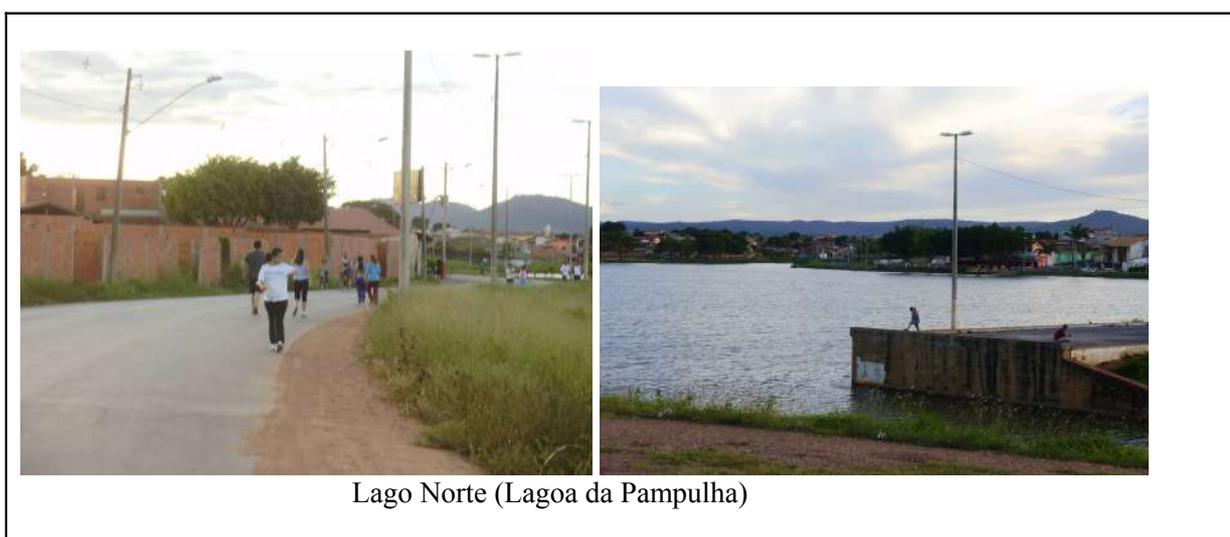


Avenida Sidney Chaves

Avenida José Corrêa Machado

Figura 34: Avenidas com boa infraestrutura para prática da caminhada (Proteção do Córrego)
 Autor: VERSIANI, I.V.L./Dez. 2010

No outro extremo, identifica-se, por exemplo, as precárias condições em que a população realiza essa atividade em volta da Lagoa da Pampulha (região do Carmelo e do Independência) e na Avenida Antônio Lafetá Rebelo, mais conhecida como Córrego das Melancias (região do Carmelo) (Fig.35 e 36).



Lago Norte (Lagoa da Pampulha)

Figura 35: Lago Norte (Lagoa da Pampulha), com infraestrutura precária para prática da caminhada
 Autor: VERSIANI, I.V.L./Dez. 2010



Figura 36: Avenida Antônio Lafeté Rebelo, com infraestrutura precária para prática da caminhada
 Autor: VERSIANI, I.V.L./Dez. 2010

Ainda na região do Planalto, identifica-se também a apropriação da ciclovia construída na Avenida Governador Magalhães Pinto (Fig.37), para maior segurança dos ciclistas devido à intensidade do fluxo de carros e caminhões, mas que em horários como nos finais de tarde tem sido utilizada, majoritariamente, para a prática de caminhada da população do entorno.



Figura 37: Ciclovia Avenida Governador Magalhães Pinto
 Autor: VERSIANI, I.V.L./Dez. 2010

Diretamente associada à prática da caminhada ou da corrida como vivência físico-esportiva do lazer, as barras de ginástica e/ou alongamento existentes na cidade podem ser

utilizadas como equipamento público de lazer complementar a essa atividade ou para prática de exercícios físicos específicos. Depois das quadras poliesportivas e campos de futebol, as barras de ginástica são os equipamentos mais numerosos, embora também seja evidenciada uma maior concentração desses equipamentos na região sudoeste da cidade. No Mapa 7, esses equipamentos foram identificados a partir de duas classificações: barras de ginástica em amarelo são aquelas formadas por um conjunto de no mínimo três tipos diferentes, dentre eles barras paralelas, para flexão, para alongamento e banco de abdominal, compondo um total de nove equipamentos que foram contabilizados para cálculo dos indicadores; barras de ginástica em vermelho (insuficientes), são formadas por apenas um tipo de barra ou estão em condições muito precárias. Apesar de mapeadas, não foram contabilizadas.

Sete conjuntos de barras estão localizados em praças no interior dos bairros, construídos seguindo, geralmente, o mesmo padrão (Fig.38). com exceção da Praça da Vila Oliveira (Fig.39) e da Praça São Vicente (Santos Reis), que possuem equipamentos mais simples. Os outros três conjuntos estão localizados próximos a locais de caminhada muito frequentados, como as barras de ginástica da “Avenida do *Cooper*” e da Rotatória próximo ao Aeroporto (Fig.40). Embora insuficientes, também aparecem próximo a locais de caminhada na Praça do São José, na Av. Deputado Esteves Rodrigues e no Córrego das Melancias (Fig.41).



Figura 38: Conjunto de Barras São Judas
Autor: VERSIANI, I.V.L. Dez./2010



Figura 39: Conjunto de Barras Vila Oliveira
Autor: VERSIANI, I.V.L. Dez./2010



Fig.40: Conjunto de Barras Rotatória Aeroporto
Autor: VERSIANI, I.V.L. Dez./2010

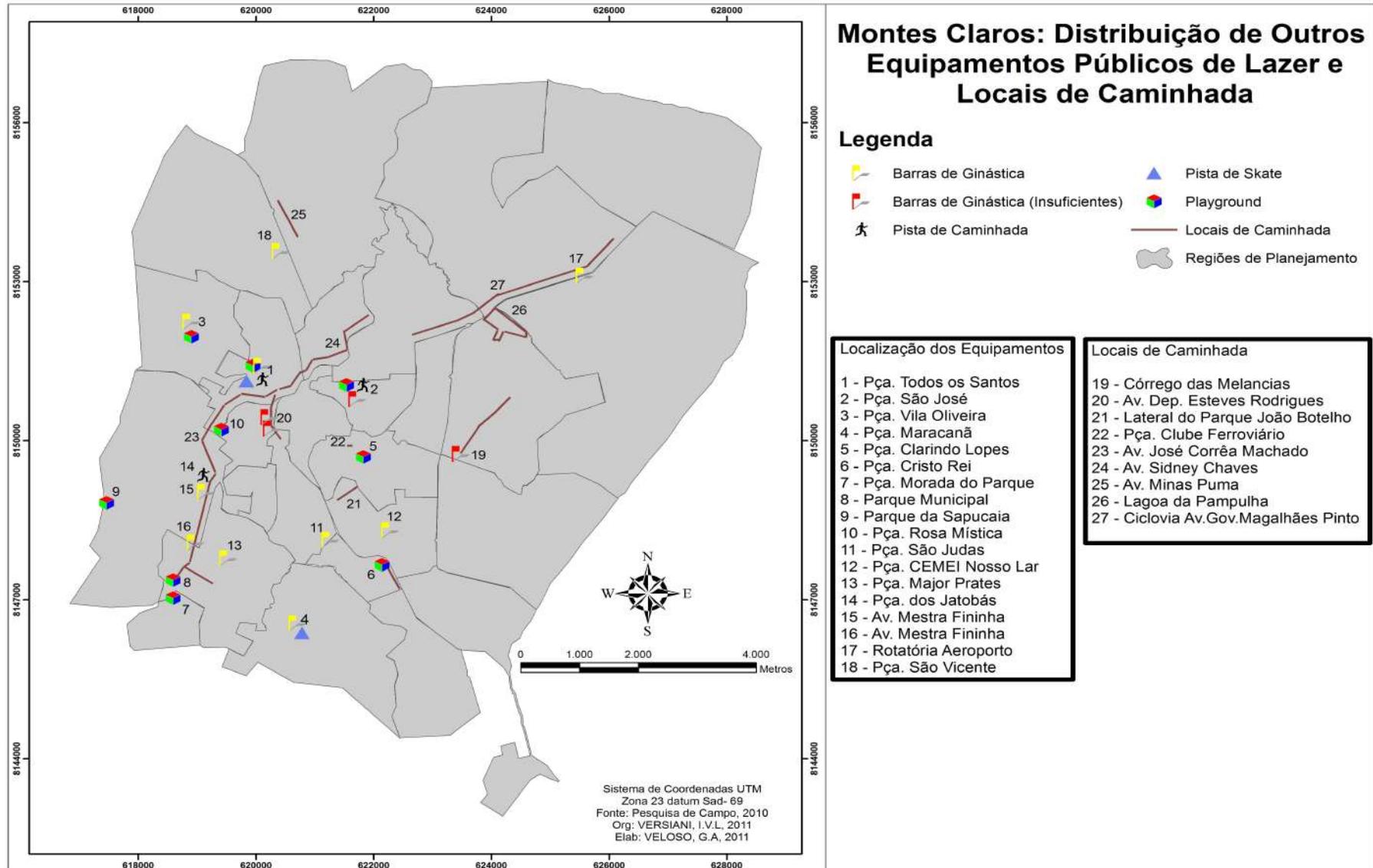


Fig.41: Barra Insuficiente Praça São José
Autor: VERSIANI, I.V.L. Dez./2010

Com relação ao Córrego das Melancias, as condições das barras identificadas são muito precárias para atender a grande de demanda de pessoas que fazem caminhada nesse local. Foi verificado que, próximo às “barras” existentes, há espaço para implantação de novos equipamentos para ginástica e alongamento (Fig.42).



Figura 42: Área com barras insuficientes no Córrego das Melancias
Autor: VERSIANI, I.V.L. Dez./2010.



Mapa 7: Distribuição de outros Equipamentos Públicos de Lazer e Locais de Caminhada (2010)

A partir da apresentação desses três Mapas Temáticos, o que se pode perceber com relação específica ao *fator de diversidade de equipamentos* é que as regiões que têm uma maior diversidade são as que possuem seus equipamentos localizados em áreas institucionais implantadas que, de fato, podem ser chamadas de áreas de lazer, com praças dotadas de infraestrutura como iluminação, jardins, bancos, mesas e de pelo menos três equipamentos específicos. No outro extremo, há praças que somente têm a quadra, e há áreas institucionais apenas com a quadra e nada no entorno. A região com maior número de equipamentos, a do Major Prates, é também a que apresenta o maior grau de diversidade identificado na cidade (6), junto com a região do Maracanã (6).

Com relação à diversidade dos equipamentos do Major Prates (6), além de dois campos de futebol em área institucional, a Praça do bairro centraliza três equipamentos: quadra poliesportiva coberta, quadra de peteca e barras de ginástica. Há também o conjunto de barras de Ginástica na Av. Mestra Fininha. Essa região ainda é beneficiada pela presença do Parque Municipal Milton Prates, com o Ginásio Ana Lopes e um *playground*. Os outros equipamentos existentes no parque (um campo de futebol, três quadras de peteca/vôlei e duas quadras poliesportivas) não foram contabilizados por estarem atualmente desativados (Fig.43). Diante de um impasse entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, responsável pela manutenção e conservação das Praças, Parques e Áreas Verdes da cidade, e a SEJEL, responsável pelas quadras, campos e outros equipamentos, esse espaço para vivência físico-esportiva está subutilizado (Dez./2010).



Figura 43: Equipamentos de Lazer desativados no Parque Municipal Milton Prates
Autor: VERSIANI, I.V.L. Dez./2010.

No caso da região do Maracanã (6), há a Praça com quadra poliesportiva coberta, quadra de peteca, pista de *skate* e conjunto de barras de ginástica, além de espaços livres que podem ser apropriados para práticas diferentes. Também há um campo em área institucional e mais duas quadras poliesportivas no bairro, além do ginásio em construção.

A outra região a ser destacada é a do Todos os Santos (5), que além do campo de futebol com melhor estrutura, também conta em sua Praça do bairro com uma pista de *skate*, um *playground*, uma pista de caminhada e barras de ginástica. Identifica-se um cuidado dos próprios moradores com a praça, que segundo informações obtidas no local, foi recentemente pintada através de um movimento de revitalização promovido pelos moradores do bairro.

Nos mesmos moldes, apresenta-se a Praça da região do São Judas (4), com uma quadra poliesportiva, uma quadra de peteca e um *playground*, que tem a sede da Associação de Bairro na própria praça, o que contribui para sua manutenção e maior envolvimento da população. Há, ainda, uma praça menor na região com um conjunto de barras de ginástica. Na região do São José (4), há na praça do bairro uma quadra poliesportiva, uma quadra de peteca, uma pista de caminhada e um *playground*. Também se percebe um envolvimento da Associação de Bairro no cuidado com essa Praça e uma apropriação significativa de seus equipamentos pela população do próprio bairro e de bairros adjacentes.

Por último, destaca-se a região da Vila Oliveira (4), que, excetuando a região do Maracanã e Major Prates, com suas peculiaridades, é a única região periférica da cidade que apresenta uma praça dotada de diversidade de equipamentos, embora com estrutura precária do *playground* e barras de ginástica, além de ter próximo uma quadra poliesportiva em bom estado de conservação.

Ainda dentre os equipamentos localizados em praças nos bairros, apesar de possuir apenas três equipamentos específicos para vivência físico-esportiva, a Praça da região do Morada do Parque também merece ser destacada. A quadra poliesportiva é uma das mais bem conservadas da cidade (Fig.44), além de contar com quadra de futebol de areia, *playground* e um espaço cultural. A peculiaridade com relação a essa praça é que, embora esteja localizada em uma área institucional, sua gestão se dá mediante participação ativa e controle da Associação de Bairro, que também promove escolinhas de esportes⁶⁹.

⁶⁹ O exemplo do tipo de gestão da praça e quadras do Morada do Parque pode ser uma tendência para viabilizar uma maior interação entre a comunidade e os espaços públicos de lazer existentes nos bairros, além de contribuir para sua manutenção e conservação. Porém, não deixa de ser uma forma de privatização do espaço público, que passa a não ter uma acessibilidade tão irrestrita. Embora não se tenha a pretensão de aprofundar essa questão, ou de verificar se esse tipo de experiência é mais positiva ou negativa, tal fenômeno parece se repetir em outras cidades. Santos (2009, p.2), por exemplo, sinaliza que “em Porto Alegre, o debate sobre o fechamento de praças



Figura 44: Quadra Poliesportiva na Praça do Morada do Parque
 Autor: VERSIANI, I.V.L. Dez./2010.

Outra tendência identificada é que se diminui a diversidade de equipamentos ao mesmo tempo em que se diminui a renda média da região, principalmente no que se refere à presença de *playgrounds* e pistas de caminhada. Excluindo-se aquelas regiões em que não há equipamentos, o *fator de diversidade de equipamentos* das regiões com renda baixa da cidade está restrito, em sua maioria, à existência de dois equipamentos: a quadra poliesportiva e o campo de futebol, ou somente um desses. Além do Major Prates, Maracanã e Vila Oliveira, na região do Carmelo há a incorporação Ginásio Poliesportivo Tancredo Neves aos dois campos públicos e às duas quadras poliesportivas existentes (3); na região do Santos Reis há quadras poliesportivas, um campo de futebol e um conjunto de barras de ginástica (3); e na região do Santa Rita há uma quadra e um *playground* (2). As outras oito regiões possuem somente campos de futebol ou quadras poliesportivas, sendo que a infraestrutura das quadras é precária em todas, com exceção da Quadra do bairro Esplanada, construída em 2007.

Conforme destacado, o número de equipamentos públicos de lazer, o *fator de desigualdade*, o *fator de diversidade* e a distribuição populacional irão influenciar a qualidade de vida dessas regiões no que se refere às vivências físico-esportivas, sobretudo das regiões com população de renda baixa e muito baixa. Com o objetivo de sintetizar essa discussão na dimensão intraurbana de Montes Claros, propõe-se como indicador o Índice de Qualidade de

e parques é bastante embrionário e não é capaz de sinalizar ainda uma tendência capaz de constituir um contraditório empírico”.

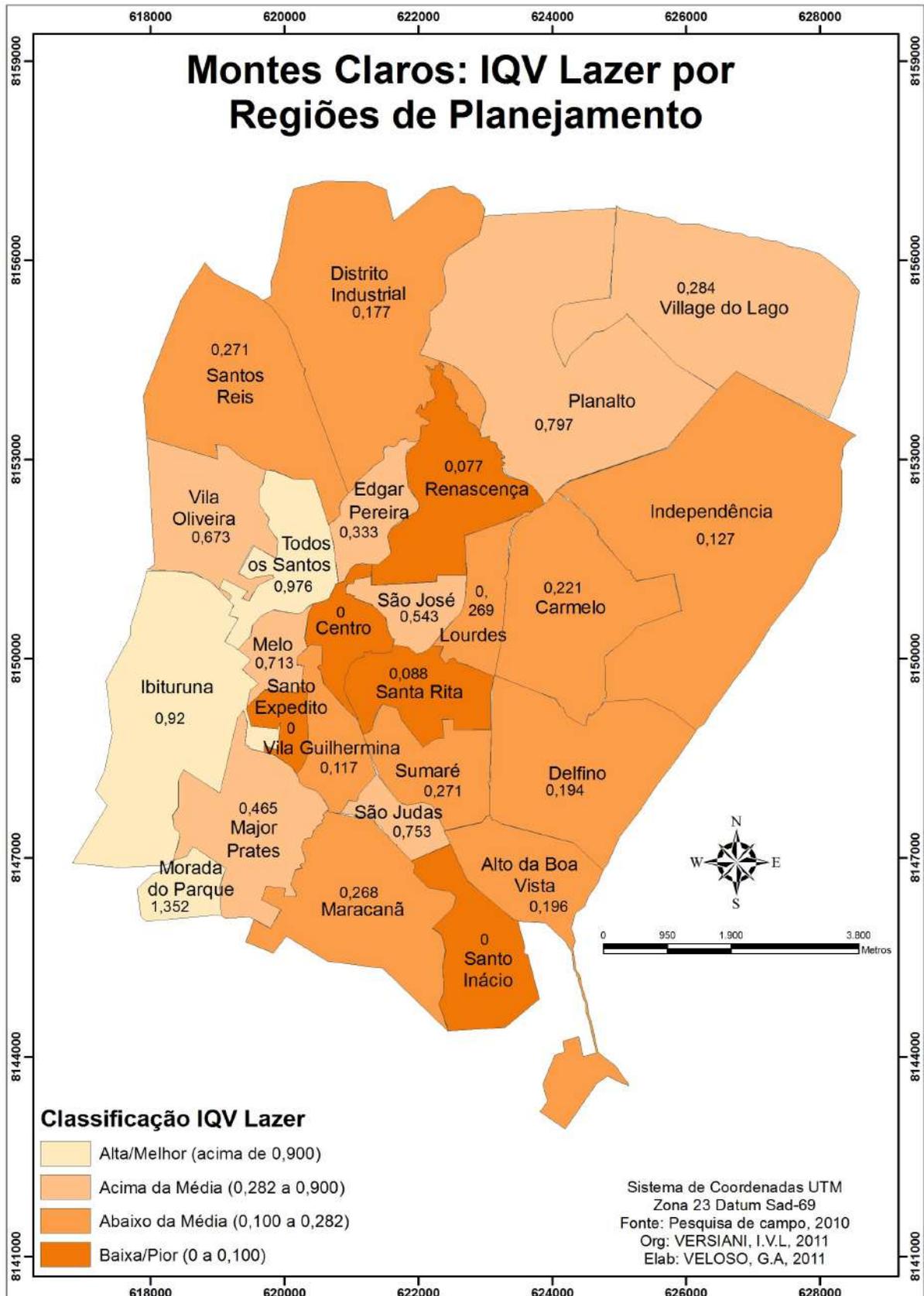
Vida de Lazer (IQV-Lazer) aplicado a cada uma das regiões de planejamento, evidenciando-se as análises que podem ser feitas a partir do cruzamento desse indicador com os outros indicadores levantados.

O cálculo do IQV-Lazer para as Regiões de Planejamento foi realizado a partir do número total de equipamentos da região dividido pela sua população, por 1000 habitantes. Porém, como a acessibilidade ao Ginásio Poliesportivo Tancredo Neves atualmente está restrita a competições esportivas de alto nível, ele não foi incorporado ao número de equipamentos da região do Carmelo, nem ao número total da cidade, uma vez que ele não pode ser utilizado pela população em geral para prática direta de esportes ou atividades. Dessa forma, o IQV-Lazer foi calculado a partir de um número total de 80 equipamentos, sendo que para a região do Carmelo foi considerado um total de quatro equipamentos, e não cinco.

Também foi realizado o cálculo do IQV-Lazer para a cidade, a fim de se estabelecer uma classificação e comparação com base na média encontrada. Nota-se que a média para a cidade foi de 0,282 equipamentos para cada 1000 habitantes. Esse dado foi calculado com base nos dados populacionais do IBGE (2000) e será utilizado como referência, uma vez que os dados populacionais das regiões também são relativos ao Censo 2000.

Porém, a partir dos novos dados gerais do IBGE (2010), percebe-se que esse índice será menor ainda, uma vez que houve um aumento da população urbana, sendo de aproximadamente 0,232 equipamentos para cada 1000 habitantes. Tal diminuição também deverá acontecer em todas as regiões, principalmente nas que receberam o maior fluxo de população nos últimos 10 anos. Assim, se os índices encontrados em algumas regiões já são baixos, se comparados com os melhores, a tendência é que ao serem atualizados pelos dados populacionais intraurbanos do Censo de 2010, quando disponibilizados, a situação de algumas regiões irá piorar, uma vez que os dados dos equipamentos se referem ao ano de 2010.

A partir da média da cidade, os índices foram agrupados em quatro faixas de classificação: baixa/pior (variação de 0 a 0,100); abaixo da média (de 0,100 a 0,282); acima da média (0,282 a 0,900) e alta/melhor (acima de 0,900), conforme evidencia o Mapa 8. A análise do IQV-Lazer possibilita dimensionar o impacto do total de habitantes de uma determinada região correlacionado com o número de equipamentos, identificando-se, assim, áreas prioritárias para investimento.



Mapa 8: Montes Claros: IQV Lazer por Regiões de Planejamento (2010)

De acordo com o Mapa 8 e as faixas de classificação definidas, observa-se que cinco regiões estão classificadas com IQV-Lazer baixo ou pior. Excetuando-se as regiões com zero equipamentos (Centro, Santo Expedito e Santo Inácio), as duas regiões com piores índices serão a do Renascença (0,077) e do Santa Rita (0,088), ambas com mais de 20.000 habitantes, sendo que a do Renascença é a segunda mais populosa.

No outro extremo, identifica-se a região do Morada do Parque como a que tem o melhor IQV-Lazer da cidade, com 1,35 equipamentos para cada 1000 habitantes, sendo também a menos populosa. Em seguida, apresenta-se a região do Todos os Santos (0,976) e Ibituruna (0,92), que também são menos populosas. Se essas regiões com melhor classificação forem tomadas como parâmetro para uma situação ideal na cidade, verifica-se que os desafios do Poder Público Municipal para melhorar a qualidade de vida urbana no que se refere ao campo do lazer são proporcionais à sua dimensão territorial e populacional.

Existem 10 regiões que apresentam índice menor do que a média. Com exceção da Vila Guilhermina (0,117), que é uma região de renda média, todas as outras são de renda baixa ou muito baixa. Quando se observa no Mapa a localização dessas regiões, percebe-se que seis estão localizadas na periferia, com destaque para a região do Maracanã (0,268), que apesar de possuir o segundo maior número de equipamentos, é a mais populosa, o que influencia o seu IQV-Lazer estar classificado abaixo da média. As outras regiões são: Independência (0,127); Distrito Industrial (0,177); Delfino (0,194); Alto da Boa Vista (0,196); Carmelo (0,221); Lourdes (0,269); Santos Reis (0,271); Sumaré (0,271).

As únicas regiões de renda baixa ou muito baixa acima da média são: a região do Village do Lago (0,284), com densidade populacional ainda baixa; a região da Vila Oliveira (0,673), que possui uma praça bem estruturada, campo de futebol e quadra poliesportiva; e a região do Major Prates (0,465), por ser a que apresenta o maior número de equipamentos e diversidade, embora seu índice seja um dos mais baixos nessa faixa de classificação, devido à grande concentração populacional. As outras regiões acima da média são: a região do Edgar Pereira (0,333), São José (0,543), Melo (0,713), São Judas (0,753) e Planalto (0,797).

Chama-se a atenção, ainda, para a potencialidade, hoje aparentemente pouco explorada, da Praça de Esportes enquanto Centro Esportivo para significativa melhoria do IQV-Lazer da cidade de Montes Claros, em especial das regiões do São José e do Centro, a depender de sua localização inserida para cálculo do índice, uma vez que na regionalização proposta por Leite (2006), a Praça estaria localizada na região do São José, embora ela seja mais comumente associada à região central da cidade. Assim, caso a Praça pudesse ser incorporada, a inclusão de seus equipamentos no IQV-Lazer Municipal faria o índice saltar de

0,282 para 0,324 equipamentos para cada 1000 habitantes, enquanto que o da região do Centro iria de zero para 1,564 equipamentos, ou o da região do São José iria de 0,543 para 2,173 equipamentos.

A partir desses números, verifica-se o impacto que Centros Esportivos diversificados podem ter na vivência da prática físico-esportiva e, conseqüentemente, na qualidade de vida dos usuários, o que revela a necessidade de se discutir amplamente um maior acesso da população a equipamentos desse tipo e, principalmente, de democratização do uso da Praça de Esportes, o que poderia, inclusive, servir de resgate para a importância que aquele espaço possui no contexto histórico-cultural de Montes Claros.

Outro dado importante que pode interferir na análise do IQV-Lazer de uma região é o índice das regiões vizinhas. Por exemplo, a existência de regiões vizinhas com índices próximos de zero ou iguais a zero, pode influenciar negativamente o índice de uma região próxima que seja melhor, pois a falta de equipamentos em uma determinada região pode levar a população daquela área a utilizar equipamentos existentes nas regiões próximas, aumentando assim o número de usuários de um mesmo equipamento. De maneira inversa, o índice de uma região pode ser influenciado positivamente quando, apesar de apresentar índice de baixo valor, ela se localizar próximo a outra região que tem oferta maior de equipamentos.

Nesse sentido, exemplos emblemáticos na cidade podem ser o IQV-Lazer da região do São José sendo negativamente influenciado pela utilização de seus equipamentos pela população residente na região do Centro, que de maneira inversa reflete-se positivamente no IQV-Lazer do Centro; ou da região da Vila Guilhermina, quando sua quadra é utilizada pela população da região do Santo Expedito.

Além desse aspecto, se o *fator de diversidade de equipamentos* for levado em consideração para analisar o IQV-Lazer das regiões, verifica-se que uma maior ou menor presença de equipamentos variados em uma região influencia positivamente ou negativamente o índice calculado. Ou seja, quanto maior o *fator de diversidade de equipamentos* na região, maiores são as opções de lazer da população residente, como verificado nas regiões do Major Prates, Maracanã, Vila Oliveira, São José e Todos os Santos, por exemplo.

Assim, o IQV-Lazer pode ser um instrumento para auxiliar o Poder Público Municipal no direcionamento de investimentos, equipamentos e programas de esporte e lazer, nas diferentes regiões da cidade. Quando correlacionado à dimensão qualitativa das análises, também permite identificar, de acordo com o critério populacional ou da renda da região, por exemplo, quais os equipamentos deveriam ser reformados primeiro, quais tipos de equipamentos deveriam ser implantados em uma região com o objetivo de aumentar seu *fator*

de diversidade, quais ações deveriam ser realizadas para diminuir o *fator de desigualdades* entre as regiões, entre outros aspectos.

Porém, é necessário ressaltar que só a existência de um maior número ou uma maior diversidade de equipamentos não garante, necessariamente, a melhoria da qualidade de vida urbana de uma população no campo do lazer. Nesse sentido, as políticas públicas de esporte e lazer têm um papel importante para fomentar experiências e atividades que aproximem seus diversos conteúdos ao cotidiano dos moradores de cada bairro, no sentido de desenvolver uma educação para e pelo lazer, além de promover uma maior participação da própria população no cuidado e conservação desses espaços e equipamentos. Assim, compreender como as políticas de esporte e lazer do município integram os equipamentos públicos existentes em suas ações pode ser um caminho para potencializar formas de apropriação e novas vivências nas diferentes regiões da cidade.

4.3 Políticas de Esporte e Lazer em interface com os equipamentos públicos

As dificuldades de implementação do lazer como direito social, essencial à configuração do *direito à cidade* em uma dimensão ampla, se reproduzem no âmbito municipal, senão da mesma forma com que atingem as normatizações federais e estaduais, de forma mais evidente ainda, pois é no município que a maioria dos problemas se materializa no cotidiano de seus moradores.

Quando se parte da inserção do lazer, de fato, no planejamento urbano como um instrumento de melhoria da qualidade de vida, compreender melhor essa questão passa pelas diretrizes e instrumentos presentes nas políticas urbanas e Planos Diretores dos municípios. No município de Montes Claros, a aproximação da realidade empírica pesquisada à análise das diretrizes para o campo do esporte e lazer em seu Plano Diretor (2001) evidencia que há, ainda, uma distância significativa entre o texto legal e a execução das ações.

Conforme colocado anteriormente, o Plano Diretor do município de Montes Claros (2001) foi baseado no Plano Diretor do município de Belo Horizonte (Lei 7.165/1996), porém, no caso específico do campo do lazer e do esporte, ele é cópia literal do art.39 da referida Lei, com o mesmo conteúdo e número de diretrizes, além da mesma ordem em que elas aparecem. A única mudança diz respeito ao inciso IV, em que a “Lagoa da Pampulha e Serra do Curral” foram substituídas pela “região do Lago Norte e Parques Municipais”. Reconhece-se que muitos dos problemas de Montes Claros, no que toca à questão dos espaços

públicos de lazer, são semelhantes à realidade de Belo Horizonte⁷⁰, mas o Plano Diretor deveria ser um instrumento para direcionar a política urbana do município de acordo com suas especificidades. Dessa forma, embora utilizadas como parâmetros para a discussão proposta, ressalta-se a falta de legitimidade desse Plano Diretor (2001) em retratar as necessidades da população com base em um diagnóstico atual sobre o município, ficando restrito a normatizações gerais.

Como no Plano Diretor de Belo Horizonte (1996), o capítulo específico que trata da Política do Esporte e do Lazer está localizado na Seção III, que contempla as diretrizes sociais e faz parte do Capítulo III sobre Diretrizes. A presença de uma subseção (V) específica para tratar das questões ligadas ao esporte e ao lazer mantida no Plano Diretor de Montes Claros (2001) é um avanço significativo para o campo, pois a temática do esporte e lazer é tratada separadamente de outras áreas, e embora continue a manter relações específicas com muitas delas, como saúde, educação e meio ambiente, sua especificidade foi enfatizada. O art. 38 traz as diretrizes para a política do esporte e do lazer a serem desenvolvidas pelo município, incentivando a prática esportiva, recreativa e de esporte competição. Dentre elas, destacam-se as que estabelecem uma relação direta com os espaços destinados às vivências do esporte e lazer na cidade.

Pode-se observar, ao analisar esses incisos, que a preocupação com os espaços e equipamentos de esporte e lazer se faz de acordo com alguns dos aspectos abordados, contemplando a preocupação com “a distribuição espacial de recursos, serviços e equipamentos, segundo critérios de contingente populacional, objetivando a implantação de estádios municipais e de áreas multifuncionais para esporte e lazer (inciso II)”, bem como com “a implantação de campos de futebol e áreas de lazer em todas as regiões do Município (inciso X)”. Além desses dois pontos, ainda se destaca a necessidade de “promover a acessibilidade aos equipamentos e às formas de esporte e lazer, mediante oferta de rede física adequada (inciso III)” e a promoção de ações específicas “que tenham por objetivo consolidar a Região do Lago Norte, Parques Municipais como complexo recreativo e de turismo ecológico (inciso IV)”.

Porém, a partir dos dados apresentados, não é difícil confirmar que as deficiências ainda são muito grandes. Verifica-se que a distribuição de equipamentos, pelo menos, não tem seguido o critério de contingente populacional, conforme mostra os dados do IQV-Lazer das regiões, sendo que as regiões mais populosas da cidade encontram-se com índices abaixo da

⁷⁰ Para maiores informações sobre a interface do Lazer com a Política Urbana na realidade de Belo Horizonte, consultar o trabalho de SILVEIRA, A.C.C., (2010): *Um olhar sobre a Política Urbana de Belo Horizonte: há espaço para o Lazer dentro do Planejamento urbano?*

média (Maracanã, Renascença, Santos Reis, Santa Rita, Delfino e Carmelo). Quanto à instalação de Estádios Municipais e áreas multifuncionais de lazer, o que foi constatado é que existe apenas um Estádio Municipal e as áreas multifuncionais de lazer são exceções à regra, presentes em praças de poucas regiões, geralmente, de maior renda.

Os dados do IQV-Lazer também confirmam que em algumas regiões o número de equipamentos para cada 1.000 habitantes é tão baixo que chega a ser próximo de zero. Por último, quanto à consolidação da Região do Lago Norte (Lagoa da Pampulha), na região do Independência, ou dos Parques Municipais como complexos recreativos, pode-se dizer que o Parque Florestal da Sapucaia, na região do Ibituruna, recebeu algum tipo de melhoria efetiva em seus espaços. O Parque Municipal também recebeu melhorias, porém, o seu *playground*, como verificado na pesquisa de campo, precisa novamente de reparos. Já no Parque João Botelho, evidencia-se que não houve, até a data da pesquisa de campo, investimento em área de recreação específica .

A preocupação com a infraestrutura esportiva de uma cidade, seus equipamentos e formas de gestão, tem sido discutida sistematicamente nas Conferências Nacionais de Esporte (2004, 2006, 2010), com desdobramentos nas etapas Estaduais e Municipais. Dentre as metas e ações definidas na Plenária Final em Julho de 2010, salienta-se a “destinação de áreas e loteamentos e empreendimentos imobiliários, bem como desapropriação e tombamento de imóveis, para cumprimento do interesse público, revertendo-os para a prática de esporte e lazer”.

Essa preocupação está diretamente relacionada a uma política de ordenação do solo urbano e dos instrumentos urbanísticos disponibilizados pelo Estatuto da Cidade, como o “direito à preempção”⁷¹. Assim como nas grandes cidades, Montes Claros já começa a apresentar um número cada vez menor de áreas verdes e áreas destinadas à construção de equipamentos de lazer, influenciado pela crescente aprovação de loteamentos e especulação imobiliária. Apesar de ter-se instituído no município a exigência legal de destinação de uma parte do loteamento para essas finalidades, nem sempre, na prática, se verifica esse cumprimento⁷². Tal situação expõe novamente as contradições entre o papel do Poder Público

⁷¹ Trata-se de preferência instituída em favor do município na aquisição de imóveis urbanos que forem alienados onerosamente por particulares em áreas que interessam ao planejamento urbano. Segundo o Estatuto da Cidade, no Art. 26, o Poder Público Municipal pode exercer esse direito sempre que necessitar de áreas para “ [...] VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes” (BRASIL, 2001).

⁷² Segundo a Lei Nº 3.720, de maio de 2007, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e Loteamentos fechados no Município de Montes Caros, no Capítulo IV, acerca dos requisitos urbanísticos (Art. 21, II e III), ficam estabelecidos como critérios mínimos para o dimensionamento de áreas públicas dos loteamentos: “Espaços Livres (áreas verdes e áreas de lazer) mínimo de 7,5% (sete e meio por cento) da área total” e “Áreas de uso institucional (destinadas a equipamentos da administração pública, saúde, educação, cultura etc.) mínimo de 5% (cinco por cento) da área total”.

Municipal na regulação do solo urbano e os fortes interesses privados de grupos hegemônicos específicos. Ao final, é o interesse vinculado aos bens de consumo coletivo que, geralmente, fica preterido.

Com o objetivo de fortalecer uma política de criação, manutenção e ocupação desses espaços é fundamental envolver o Poder Público Municipal e suas diversas Secretarias, como de Planejamento, Saúde, Segurança, Esporte e Lazer, além de promover uma política de gestão compartilhada com as próprias associações comunitárias nos bairros. Porém, para que isso se efetive, além da garantia de uma rede física adequada, é preciso ter uma articulação de programas e ações que levem a uma mudança na maneira como as pessoas veem esses espaços e deles se apropriam.

Também nesse sentido, o Plano Diretor de Belo Horizonte (1996) e, conseqüentemente, o de Montes Claros (2001) estabelecem como diretrizes a necessidade de “orientar a população para a prática de atividades em áreas verdes, parques, praças e áreas livres (inciso VII)” e de “manter sistema de animação esportiva, por meio de calendário de eventos e da instalação de novas atividades permanentes (inciso VIII)”.

Esses dois últimos incisos são de fundamental importância para que o acesso ao lazer seja, de fato, ampliado no âmbito da cidade, estabelecendo, também, as bases sobre as quais os programas de lazer devem se assentar, principalmente quando destacam a necessidade de orientar a população para as práticas e vivências de lazer nos espaços públicos, além da importância de se desenvolver atividades em caráter permanente, e não somente como eventos isolados. A demanda por “implantação de projeto com atividades de cultura, esportes e lazer” apareceu nos registros do OP de quatro bairros.

Diante das diretrizes do Plano Diretor (2001) e analisando-se a estrutura e as funções da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer, verifica-se que a mesma é a responsável pelo desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer na cidade. Tal política contempla não só a parte de projetos, ações e programas para a área, como também dialoga com o processo de planejamento urbano, uma vez que é de responsabilidade dessa Secretaria, dentre outras atribuições:

Articular e implementar as políticas públicas e sociais de juventude, esporte e lazer, quanto a assistência social, trabalho e renda e promoção da cidadania; Planejar, coordenar, controlar e executar programas e atividades de práticas esportivas, recreativas e de lazer, inclusive mediante incentivos às práticas organizadas pela população e de desenvolvimento comunitário; [...] Implantar e manter equipamentos destinados à prática de esportes, recreação e lazer (SEJEL/PMMC, 2010).

Para efetivar essas atribuições, a parte de esporte e lazer no Organograma da Secretaria está estruturada através do Conselho Municipal de Esporte e Lazer⁷³; Assessoria Estratégica de Desenvolvimento de Convênios e Parcerias; Divisões e Seções subordinadas ao Secretário Adjunto de Esporte e Lazer, conforme identificadas na Figura 45.

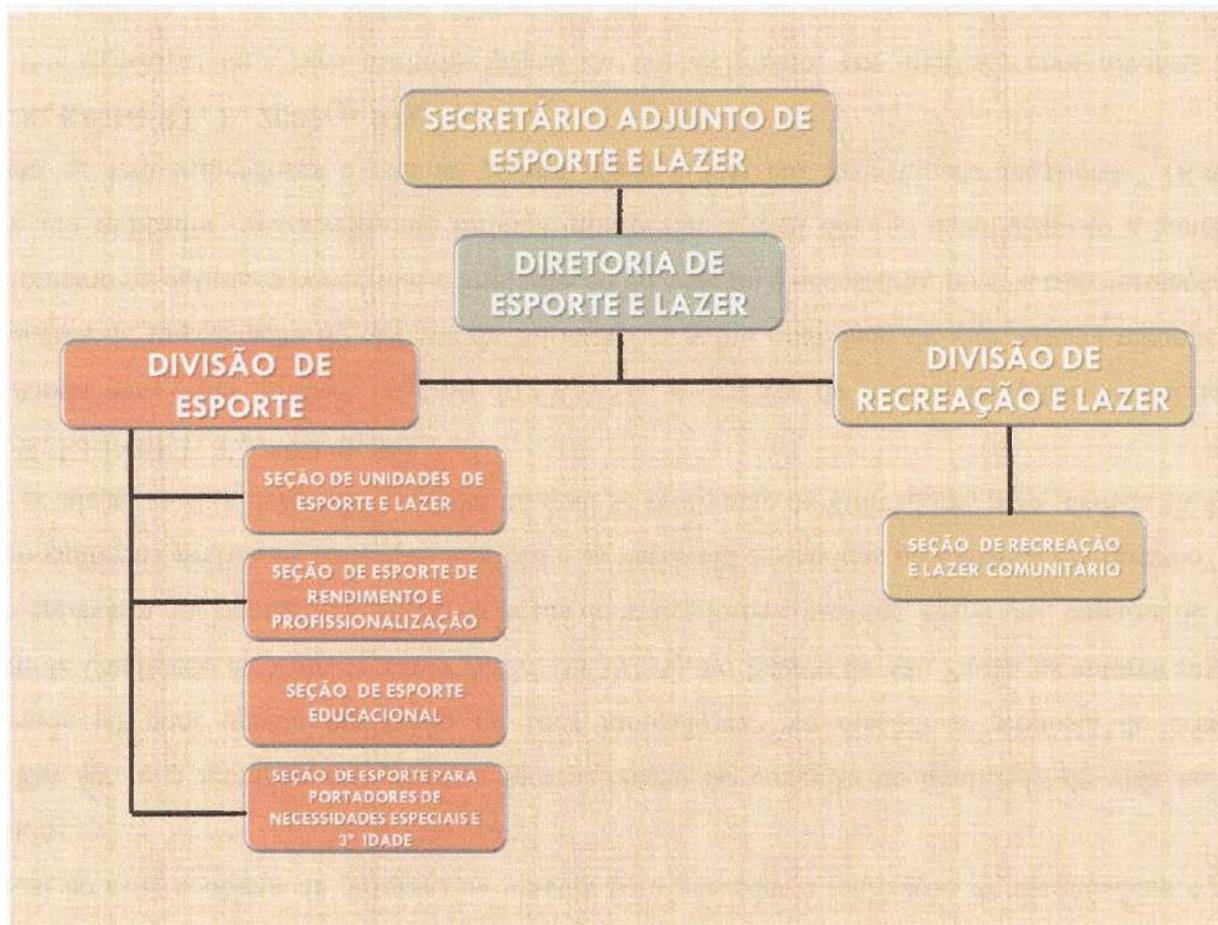


Figura 45: Organograma das Divisões e Seções vinculadas ao Secretário Adjunto de Esporte e Lazer da SEJEL/PMMC.

Fonte: SEJEL/PMMC, 2010

Cada uma dessas seções é responsável pelo desenvolvimento de ações e programas específicos. Nesse sentido, para finalizar a discussão proposta acerca do lazer em interface com a Qualidade de Vida Urbana, pretendeu-se investigar, mesmo que de forma ampla, se na cidade de Montes Claros há programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de

⁷³ Lei 4.166/ 2009. De acordo com o Art.2º da referida Lei, “o Conselho Municipal de Esportes e Lazer é órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo em questões relacionadas à política municipal de esportes, lazer e recreação, cabendo-lhe, no âmbito da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer, institucionalizar a relação entre a Administração Pública e os setores da sociedade civil ligados à área esportiva”.

Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL) que utilizam, de alguma forma, os equipamentos e espaços mapeados. Com recorte temporal referente ao ano de 2010, foi feito um levantamento junto à SEJEL dos Programas realizados⁷⁴, identificando-se seis programas que utilizaram de alguns desses equipamentos. Além desses programas, destaca-se um evento que também teve seus locais especializados, o *Festival de Férias Popular*, por utilizar, prioritariamente, as praças e quadras dos bairros⁷⁵, equiparado à categoria de Programa para melhor sistematização das informações. O Quadro 3 apresenta um breve resumo de cada um desses programas.

Quadro 3: Programas de Esporte e Lazer selecionados para especialização

Programa /Locais	Descrição
DANT/ Caminhar com Saúde (18 Núcleos) - Praça do Bairro - Quadra do Bairro - Avenidas de Caminhada - Escola Pública - Salão de Igreja	Parceria com a Secretaria Municipal da Saúde, através do Programa DANT (Doença e agravos não transmissíveis). O Programa Caminhar com Saúde busca a melhoria da qualidade de vida da população através da prática da atividade física, com realização de caminhada orientada, alongamento, ginástica aeróbica e localizada, relaxamento. As atividades são complementadas com avaliação física e aferição de pressão arterial. Ainda visa promover uma maior socialização entre os participantes. Número aproximado de 1385 participantes.
Idoso em Ação: Vivendo com Saúde (7 Núcleos) - Praça do Bairro - Salão de Igreja - Escola Pública - MCTC (Praça de Esportes)	Parceria com o Governo de Minas Gerais e com o Montes Claros Tênis Clube (MCTC), o Programa visa estimular a reinserção social do idoso através da prática da atividade física e atividades sócio-culturais como dança, ginástica, alongamento, atividades recreativas, passeios e jogos. Contribui para a melhoria da qualidade de vida desse público específico em alguns bairros de Montes Claros. Número aproximado de 600 participantes.
Dança para Todos (5 Núcleos) - Praça do Bairro - Associação de Bairro - Escola Pública - Salão de Igreja	O Programa visa oportunizar aos moradores dos bairros o contato com a prática da dança, desenvolvida por meio da dança moderna e da dança de salão. <i>O Projeto “Dança para Todos” é uma prática corporal a favor da qualidade de vida em todas as idades e classes sociais.</i> Vínculo de alguns núcleos às Associações de Bairro. Número aproximado de 300 participantes.

⁷⁴ Nesse ponto, registra-se a existência de outros programas, embora não mapeados por não terem relação direta com a utilização de algum dos espaços e equipamentos discutidos, além de eventos como Torneios, Campeonatos e Festivais.

⁷⁵ Dentre os eventos, outro que se destaca são as Ruas de Lazer. Apesar de serem atividades que acontecem esporadicamente, elas também utilizam, prioritariamente, espaços públicos como as praças e as ruas dos bairros, sendo o tipo de evento melhor distribuído e que acontece em maior número na cidade de Montes Claros. No ano de 2010, foram realizadas mais de 70 Ruas de Lazer, tanto na zona urbana quanto rural, além de uma Programação Especial durante o mês de Outubro (Mês das Crianças).

<p>Ginga Aê Comunidade (4 Núcleos) - Praça do Bairro - Escola Pública - Projeto Social</p>	<p>O Programa é realizado através de aulas práticas e teóricas acerca dos fundamentos da capoeira, discussões de temáticas sócio-afetivas, dinâmicas de grupo, aulas de musicalidade, rodas de capoeira, oficinas de confecção de berimbau e encontros entre os alunos do Projeto e grupos de capoeira da cidade. Número aproximado de 350 participantes.</p>
<p>Segundo Tempo (18 Núcleos Urbanos e 4 Rurais) - Quadra do Bairro - Escola Pública - Clube</p>	<p>O Programa é Desenvolvido em Parceria com o Ministério do Esporte. É um Programa Estratégico do Governo Federal que tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. Vinculado às Escolas Públicas. Número aproximado de 2000 participantes.</p>
<p>Viva Vôlei (6 Núcleos) - Quadra do Bairro - Escola Pública - Clube de Empresa</p>	<p>O Programa é um Projeto da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), através do Instituto Viva Vôlei, em parceria com o Poder Público Municipal e empresas na cidade de Montes Claros. Atende a crianças e adolescentes de comunidades carentes, na faixa etária de sete a 14 anos. Através da iniciação esportiva ao voleibol, tem como diretrizes socializar e educar os participantes, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e construção de valores éticos e morais. Número aproximado de 500 participantes.</p>
<p>Colônia de Férias Popular (12 Núcleos) - Praça e Quadra do Bairro - Escola Pública - Clube de Empresa</p>	<p>Evento em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Associação de Promoção e Ação Social (APAS). Tem como objetivo <i>valorizar a comunidade em geral, oportunizando vivências múltiplas indispensáveis à formação da criança, através de momentos de alegria, civismo, convivência social, criatividade, cultura, lazer, divertimento, vida esportiva, recreação e complemento alimentar</i>. Faixa etária de quatro a 17 anos. Número aproximado de 3000 crianças. Realizado em Julho/2010.</p>

Fonte: SEJEL/PMMC, Dez. 2010.

Org.: VERSIANI, I.V.L., 2011.

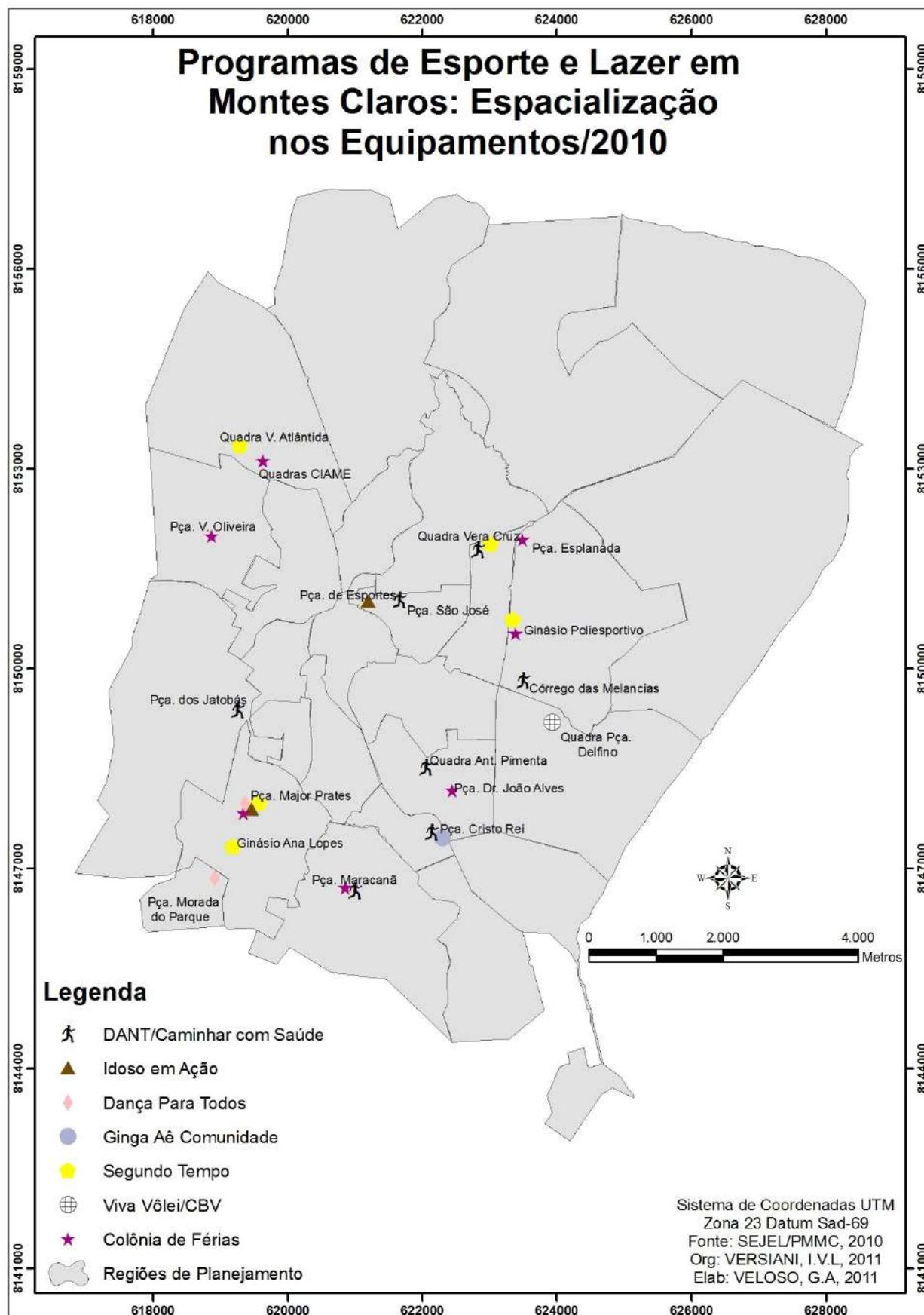
Embora não seja objetivo do trabalho detalhar aspectos avaliativos relacionados à eficiência ou eficácia desses programas, percebe-se que há uma diversificação das atividades, distribuídas por diferentes públicos atendidos, além de parcerias firmadas com o Governo Federal, Governo Estadual, outras Secretarias Municipais, entidades e empresas. Com relação aos locais utilizados por esses programas, ressalta-se a diversidade de locais, com destaque para as quadras e/ou praças dos bairros e escolas públicas, que aparecem em todos eles. Os Mapas 9 e 10 foram elaborados com o objetivo de espacializar esses programas para verificar quais os locais utilizados nas diferentes regiões de planejamento.

No Mapa 9, deu-se ênfase aos espaços e equipamentos discutidos ao longo da pesquisa. Como destacado, o evento da Colônia de Férias utiliza diretamente algumas das

quadras e praças existentes nos bairros de seis regiões. O outro Programa que também utiliza os espaços e equipamentos mapeados é o DANT/Caminhar com Saúde, que tem seis núcleos localizados em Praças e um localizado próximo às barras de ginástica no Córrego das Melancias. Já o Programa Segundo Tempo, apesar de ser vinculado diretamente ao esporte educacional e ter a maioria de seus núcleos em Escolas Públicas, foi mapeado por também funcionar em dois Ginásios, na quadra coberta da Praça do Major Prates e, complementarmente, nas quadras do bairro Vila Atlântida (ao lado do Centro de Convívio) e do bairro Vera Cruz (ao lado da escola). Verifica-se, também, que a Praça do Major Prates é a que concentra o maior número de Programas (3), seguida pela Praça do Cristo Rei (2). Nas outras praças destacadas há a existência de um Programa e/ou evento da Colônia de Férias.

Outro espaço que foi destacado é o da Praça de Esportes (MCTC), que além do *Programa Raias do Futuro* (CBDA), também possui um núcleo do Programa Idoso em Ação, sendo utilizada também por outros núcleos do mesmo programa para atividades específicas. Pelas potencialidades da Praça de Esportes como um centro esportivo e pelo número de equipamentos públicos mapeados, identifica-se que alguns espaços são subutilizados pelo Poder Público Municipal.

Um desses espaços são as quadras públicas dos bairros. Apesar de serem os equipamentos públicos de lazer mais bem distribuídos, são poucos os programas que utilizam diretamente seus espaços. Além dessa categoria de equipamento, também não foi identificado nenhum programa voltado, especificamente, para utilização dos campos de futebol de várzea. Nesse ponto, destaca-se que, apesar das dificuldades, existem escolinhas de futebol de iniciativa dos próprios moradores, tanto em alguns campos de futebol como em quadras públicas de alguns bairros, que poderiam ser incorporadas a algum programa público específico de incentivo a esse tipo de iniciativa, potencializando as experiências de lazer em diferentes regiões.



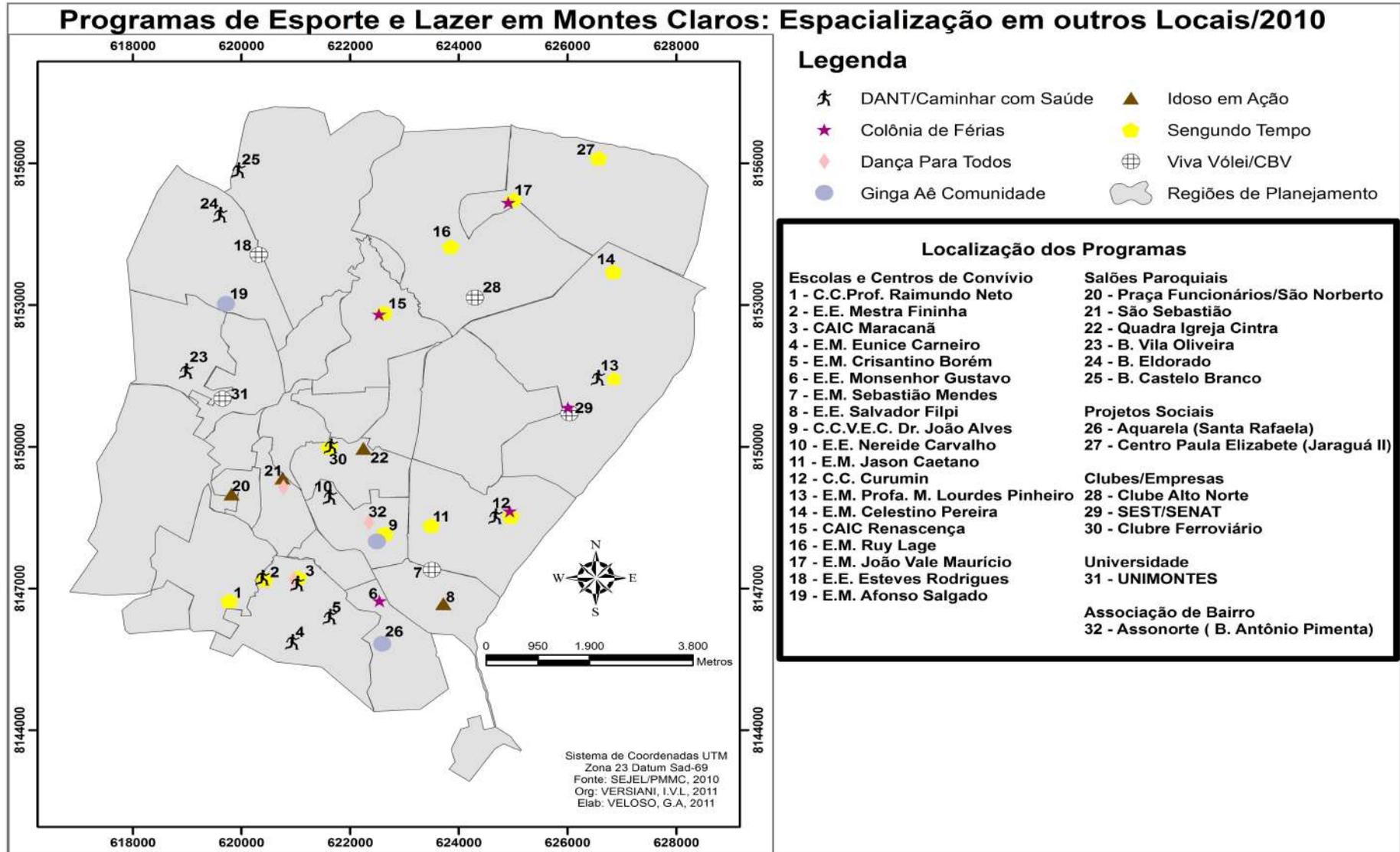
Mapa 9: Programas de Esporte e Lazer em Montes Claros: Espacialização nos Equipamentos / 2010

Em outras regiões, conforme identificado, há a carência de espaços e equipamentos específicos para a prática do lazer, porém, essa falta de espaços não impede que o Poder Público desenvolva programas e atividades em outros locais não-específicos, como retrata o Mapa 10.

Um desses locais, capaz de diminuir a lógica excludente de acesso ao lazer em algumas regiões, é o espaço das escolas municipais – e também estaduais – que pode ser utilizado como centros esportivos e de cultura para desenvolver o lazer em potencial, através do uso de suas quadras, bibliotecas, salas e pátios, pois as escolas se encontram em grande número e bem distribuídas em toda a cidade. Com relação à utilização das escolas, Ferreira (2003) diz que a valorização dos espaços próximos às residências é extremamente importante para se criar vínculos e raízes, nos quais a comunidade pode melhorar as condições existentes e desenvolver-se culturalmente. Além disso, a autora ainda expõe que:

O espaço de lazer não depende somente de locais específicos, depende muito mais de diretrizes e ações significativas. A escola é um espaço importante pelas instalações existentes, pela localização, pela forma como a comunidade pode apropriar-se deste local com objetivos adequados e com propostas de acordo com a demanda dos interesses dos grupos e, principalmente, por ser o local mais indicado para a compreensão do lazer como veículo de educação (FERREIRA, 2003, p.32).

Além das escolas públicas, os centros de convívio também são utilizados pelo Poder Público Municipal para o funcionamento de alguns programas de esporte e lazer, assim como salões de igrejas, sedes de projetos sociais, clubes, empresas, espaços na Universidade e vinculados às Associações de Bairro. A utilização de outros locais e parcerias com entidades diversas aproxima os programas de esporte e lazer das comunidades, especialmente daquelas regiões em que há carência de infraestrutura. Tal constatação é evidenciada no Mapa 10, quando se observa a presença de programas em quase todas as regiões, principalmente nas regiões mais periféricas da cidade.



Mapa 10: Programas de Esporte e Lazer em Montes Claros: Especialização em outros Locais/ 2010

Nessa breve apresentação da espacialização dos programas selecionados, pode-se perceber uma preocupação do Poder Público Municipal em distribuí-los por diferentes regiões, especialmente em regiões com renda mais baixa e baixa, embora não deixe de oferecer programas em regiões de renda média e alta. Dessa forma, é importante reconhecer que as Políticas Públicas de Esporte e Lazer em uma cidade devem ser feitas para atender a todos.

Porém, diante da escassez de recursos orçamentários e de carências explícitas, nem sempre esse princípio pode ser colocado em prática, o que legitima a existência de critérios para definição de áreas prioritárias para alocação de recursos e destinação de programas, principalmente quando se considera a dimensão socioeconômica e a situação de vulnerabilidade social de determinados bairros. Segundo Hourcade e Gutierrez (2004, p.90):

Podemos dizer que o lazer, publicamente oferecido, deve atender às reais necessidades de cada comunidade e estar centrado nos benefícios humanos e sociais correspondentes, segundo os critérios de utilidade social, recursos disponíveis e oferta de serviços. E seu objetivo primeiro deve ser o de aumentar a gama de possibilidades de um lazer de qualidade, acessível e adaptado à realidade de cada grupo social.

Diante desses aspectos, para o Lazer ser incorporado à experiência cotidiana de cada comunidade, as Políticas Públicas de Esporte e Lazer devem ser discutidas com os próprios moradores, para que atenda aos anseios e necessidades dos diferentes grupos e faixas etárias que compõem a população de uma região. Ao se estreitar esses laços, potencializam-se as chances para que haja, de fato, uma maior apropriação dos equipamentos existentes e dos programas oferecidos.

Quando se pretende oferecer um lazer de qualidade, assim como uma diversidade de equipamentos, é importante que também exista uma diversidade de programas. Quanto mais diversificados forem os programas presentes nas regiões, maiores são as oportunidades da população em vivenciar os diversos interesses que compõem o lazer em seu cotidiano, tanto para crianças e adolescentes quanto para adultos, idosos e portadores de necessidades especiais.

No caso da cidade de Montes Claros, a sistematização de informações que envolvem o Lazer em interface com a qualidade de vida urbana, segundo alguns dos critérios levantados como as condições de vida dessas regiões ou o fator populacional, podem contribuir para o processo de planejamento, elaboração, distribuição e implantação de

Políticas Públicas de Esporte e Lazer, relacionadas não só à estrutura física, mas também aos programas e ações que buscam promover uma maior ocupação e apropriação desses equipamentos e espaços pela população.

Assim, o IQV-Lazer, o levantamento dos equipamentos disponíveis, sua distribuição e estado de conservação, a espacialização de alguns dos programas existentes podem ser instrumentos para auxiliar o Poder Público Municipal no direcionamento de investimentos e implantação de novos núcleos ou programas, beneficiando, diretamente, aquelas regiões em que população se encontra mais exposta aos riscos sociais e carências de todos os tipos, contribuindo para uma maior democratização das vivências de lazer nas diferentes regiões da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tensões inerentes a sobreposição da lógica capitalista à produção do espaço urbano evidenciam conflitos e dificuldades do Estado em lidar com os interesses privados hegemônicos, sobretudo os imobiliários, e com a crescente demanda por bens de consumo coletivo, principalmente nas áreas periféricas das cidades. Esse quadro amplia os problemas decorrentes de um crescimento urbano desordenado com aumento de desigualdades intraurbanas, não sendo mais exclusividade das metrópoles e das grandes cidades brasileiras, o que revela a necessidade de construção de indicadores para o conhecimento da realidade e promoção de novas ações no planejamento urbano também nas cidades médias, como é o caso de Montes Claros, que já apresenta problemas semelhantes, especialmente a partir da década de 1980.

No campo do lazer, o levantamento de informações relacionadas aos espaços e equipamentos públicos existentes para sua vivência em uma cidade pode ser fundamental para um melhor direcionamento de ações de planejamento urbano e de políticas públicas de esporte e lazer, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida urbana, principalmente para a população que não possui condições materiais suficientes para consumi-lo a todo instante.

Nesse contexto, pretendeu-se inserir essa discussão na cidade de Montes Claros, tomando como base a aplicação de alguns indicadores relacionados à distribuição de equipamentos públicos de lazer para vivência físico-esportiva, com o objetivo de melhor compreender alguns aspectos que podem influenciar a qualidade de vida urbana em interface com o campo do lazer nessa cidade.

O conjunto de indicadores construídos com base na experiência de Sistemas de Indicadores de Qualidade de Vida Urbana de outras cidades resultou no levantamento do número total desses equipamentos em Montes Claros, bem como de sua distribuição nas regiões de planejamento da cidade, além do *fator de desigualdade* entre as regiões, do *fator de diversidade de equipamentos* e de um índice, o IQV-Lazer. Além desses indicadores, também foram feitas inferências qualitativas sobre a infraestrutura e o estado de conservação de alguns equipamentos, e algumas considerações sobre percepções da população e público usuário dos equipamentos.

Apesar da impossibilidade de se estabelecer um parâmetro comparativo do número total de equipamentos de Montes Claros com outras cidades médias ou mesmo com grandes cidades brasileiras, as diferenças se tornam claras quando se procede a comparações

entre as diferentes regiões que configuram o *mosaico* socioespacial da cidade, principalmente quando se insere a renda média da região e a distribuição populacional correlacionada à distribuição dos equipamentos.

Na análise do IQV-Lazer, percebeu-se que as regiões de menor renda apresentam um número de equipamentos insuficientes para atender às demandas da população, apesar do número relativamente mais alto de equipamentos identificado nas regiões de renda baixa, que concentra quase 50% do total da cidade. Além disso, a maioria dessas regiões está localizada na periferia da cidade, apresentando altas concentrações populacionais. Outro fator importante é que já são áreas carentes de alguns serviços e equipamentos públicos. Assim, o IQV-Lazer da maioria dessas regiões acompanha os baixos indicadores socioeconômicos que conformam as condições de vida da população residente.

No outro extremo, regiões com renda média e alta, com exceção daquelas regiões que não possuem equipamentos ou possuem apenas um, apresentam IQV-Lazer bem superior ao da média da cidade, além de serem regiões dotadas de boa infraestrutura e serviços públicos. Além disso, o alto valor do solo urbano e a dimensão territorial menor influenciam o número de população residente, fazendo com que a maioria dessas regiões não apresente grandes concentrações populacionais.

Em linhas gerais, com relação ao *fator diversidade de equipamentos*, o que se verificou é que a maior diversidade de equipamentos depende diretamente da presença de áreas institucionais implantadas, projetadas para atender a vivências físico-esportivas e lúdicas diferenciadas e não somente a construção de uma única quadra poliesportiva. Esses espaços de lazer, com mais de um equipamento e dotados de boa infraestrutura, estão localizados, em sua maioria, nas regiões de renda alta e média mais alta. Nas regiões de renda muito baixa e baixa são praticamente inexistentes, com poucas exceções. Nessas regiões, o que predomina são os campos de futebol, muitos em área particular, e as quadras poliesportivas em condições precárias de uso.

Além disso, percebe-se que a maior parte dos campos de futebol está localizada nas periferias da cidade, muito em função da presença, ainda, de vazios urbanos nessas áreas. Com relação a essa categoria de equipamento de lazer, ressalta-se que a complexidade de questões envolvidas no surgimento e extinção dos campos de várzea, das diferentes formas de apropriação desses terrenos pela população, da pluralidade de significados que eles ensejam no cotidiano das comunidades do seu entorno, da importância dos times organizados e das escolinhas que são mantidas pelos próprios moradores, entre outras, são assuntos que merecem investigações mais aprofundadas.

Com relação às pistas de caminhada e *playgrounds*, constata-se que são os equipamentos mais restritos, localizados, predominantemente, em áreas de poder aquisitivo mais elevado. No caso específico dos *playgrounds*, importantes para a vivência lúdica das crianças, percebeu-se uma nítida concentração desses equipamentos em regiões de maior poder aquisitivo e uma completa ausência em regiões de renda muito baixa ou baixa, com uma única exceção na região da Vila Oliveira. Tal constatação evidencia uma das mais sérias desigualdades percebidas na pesquisa de campo, sobretudo pelo número de crianças pequenas que brincavam nas portas das casas e ruas de bairros sem nenhum tipo de equipamento.

Há que se ressaltar, ainda, que a prática da caminhada e da corrida tem ganhado cada vez mais adeptos em diferentes regiões da cidade. Porém, as condições em que algumas pessoas realizam essas atividades ainda estão longe de ser ideais. Apesar da falta de equipamentos específicos, procedeu-se à identificação de alguns locais mais conhecidos para a prática da caminhada na cidade, mas evidencia-se que um levantamento mais completo da quantidade desses locais, das condições de infraestrutura e dos problemas de acessibilidade enfrentados pela população, bem como do perfil desses usuários, dos horários mais utilizados, entre outras questões, podem ser desdobramentos para estudos futuros, o que requer visitas de campo e instrumentos de pesquisa mais específicos.

Nesse ponto, dois locais se destacam: o conhecido Córrego das Melancias (Avenida Antônio Lafeté Rebelo), por ser uma das Avenidas com maior número de usuários para prática da caminhada e por estar inserida em uma região de renda baixa, carente de melhor infraestrutura em muitos aspectos, deveria ser considerada como uma área para investimento em melhorias pelo Poder Público Municipal; e a área da Lagoa da Pampulha (Lago Norte), que por sua dimensão, beleza paisagística, número de usuários e característica das regiões do entorno, também deveria ser considerada para maiores investimentos em equipamentos.

Já com relação ao estado de conservação e infraestrutura dos equipamentos, no caso das quadras poliesportivas e *playgrounds*, as diferenças são marcantes, seguindo a tendência de se priorizar as regiões da cidade com renda média e alta. Esse tipo de situação não é uma exceção da cidade de Montes Claros. Na verdade, é a regra com que os equipamentos públicos de lazer vêm sendo tratados pelo Poder Público Municipal na maioria das cidades brasileiras. Outro problema é que em algumas regiões, segundo relatos de moradores, traves de gol, alambrados e fiação elétrica até existiam, mas foram furtados. Em outras regiões, as praças dos bairros são vistas com desconfiança pela população, uma vez que se tornaram ponto para consumo e venda de drogas.

Nesse ponto, também se destaca a importância de ações integradas entre a Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL), as Associações de Bairro e os órgãos responsáveis pela Segurança Pública na cidade para promover uma maior conservação e apropriação desses equipamentos por parte da população. Sem que ocorra uma incorporação desses espaços ao cotidiano urbano, a chance de gestões compartilhadas se auto-sustentarem é praticamente inexistente.

De acordo com Jacobs (2000, p.103), a transformação de equipamentos públicos de lazer em vazios urbanos desvitalizados, destruídos pela decadência, sem uso e desprezados pode ser retratada por sua impopularidade, o que preocupa, não só pelo desperdício e pelas oportunidades perdidas, mas também pelos efeitos negativos constantes (espalham riscos pela vizinhança; as ruas que os margeiam ganham fama de perigosas e são evitadas; o pouco uso transforma seus equipamentos em alvos de vandalismo).

Na pesquisa de campo, percebeu-se que os equipamentos localizados em praças que centralizam os serviços públicos oferecidos à comunidade, como Postos de Saúde, Centros de Assistência Social e Unidades da Polícia Militar, tendem a ser mais bem conservados, assim como aquelas praças em que há um envolvimento direto da Associação de Bairro ou de moradores da própria comunidade na preocupação com a conservação, melhorias e promoção de escolinhas de esportes nesses espaços.

Seja por uma situação mais provável de abandono do que por desgaste de uso, na análise das demandas da população que apareceram no Orçamento Participativo, a necessidade de reforma das quadras foi uma das mais citadas. Além da reforma de algumas quadras e praças, dentre essas demandas, e a partir da pesquisa de campo, ainda podem ser identificadas a necessidade de construção de novas quadras e áreas de lazer diversificadas em bairros que não possuem equipamentos públicos de lazer, de reforma e criação de novos campos de futebol, de ampliação da oferta de *playgrounds* públicos, de se viabilizar a cobertura de outras quadras poliesportivas na cidade e de se implantar ou melhorar a iluminação para muitas delas.

Também no campo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer, apesar de alguns equipamentos serem utilizados por programas oferecidos diretamente pela SEJEL ou em parceria, evidenciou-se que alguns equipamentos estão subutilizados pelo Poder Público e pela população, o que indica a necessidade de se implantar projetos e programas com atividades diversificadas para promover a ocupação desses espaços e equipamentos por diferentes faixas etárias da população, o que aproximaria essas vivências de lazer ao cotidiano dos moradores.

Ainda nesse campo, destaca-se a importância de ações integradas entre a Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer e outras Secretarias Municipais como a Cultura, de Educação, de Saúde, de Desenvolvimento Social, de Meio Ambiente e de Planejamento e Obras, como meio para o desenvolvimento de uma verdadeira Política de Lazer, que não fique restrita a um ou outro conteúdo, com destaque para a aproximação da política de lazer à política urbana. A partir de uma maior articulação entre esses e outros setores da Administração Pública Municipal, pode-se ampliar a discussão e potencializar as ações no campo do lazer.

Nessa perspectiva, para que essas ações se materializem, a Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer não pode trabalhar de maneira isolada e nem tampouco fora das principais discussões no processo de planejamento urbano, uma vez que, através de suas competências, a mesma deve responder tanto pelo planejamento quanto pela implementação e manutenção dos espaços para atividades esportivas, recreativas e de lazer na cidade, bem como pela execução e coordenação de programas específicos que utilizem esses espaços e promovam sua maior apropriação pela população.

A necessidade dessa interação é evidente, embora dificuldades se coloquem no seu processo, principalmente quando se retoma a discussão de que o direito ao lazer está inserido em uma “hierarquia de necessidades”, que prejudica sua legitimação no debate político mais amplo. Tal constatação não é diferente também na realidade de Administração Pública de Montes Claros, cidade com tantas outras carências, nos mais diversos campos – como na saúde, segurança pública, educação, infraestrutura urbana, habitação – que influenciam a qualidade de vida da população.

Daí a importância de se aplicar indicadores de qualidade de vida urbana para levantar informações e identificar desigualdades intraurbanas, auxiliando o Poder Público no direcionamento de políticas urbanas em interface com outras políticas públicas. A busca por informações e a elaboração de diagnósticos acerca da realidade que compõe esses campos podem subsidiar e direcionar ações para uma outra forma de planejamento urbano que, de fato, amplie a qualidade de vida urbana de toda a população.

A aplicação desses indicadores de qualidade de vida urbana ao campo do lazer busca evidenciar algumas das potencialidades que essa forma de sistematização de informações pode ensejar no direcionamento de ações de planejamento urbano e, mais especificamente, de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, visando reduzir desigualdades, democratizar o lazer e aumentar a qualidade de vida urbana da população em todas as regiões da cidade de Montes Claros.

Apesar de se concentrar em aspectos objetivos relacionados à distribuição dos equipamentos públicos de lazer, ressalta-se que existem outros aspectos que também são essenciais à compreensão da interface do lazer com a qualidade de vida urbana, sobretudo quando se evidencia o constante aprimoramento na construção de indicadores para sua mensuração, especialmente no campo subjetivo, o que abre novas possibilidades de pesquisa. Longe de se esgotar o tema, essa dissertação teve como principal objetivo contribuir para a legitimação do lazer como um direito social, evidenciando a importância de uma maior democratização de suas vivências para a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente para os cidadãos que não têm condições ou oportunidades para vivenciá-lo da forma que lhes seria desejável.

REFERÊNCIAS

ALLARDT, Erik. Having, Loving, Being: an alternative to the Swedish Modelo of Welfare Research. In: NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya (Org.) *The Quality of Life*. Oxford University Press: New York, 1993. p.88-94.

AMORIN FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: IPEA. *Cidades Médias Brasileiras*. 2001.

BRASIL, Constituição (1988). In: *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____, Congresso Nacional. Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001(*Estatuto da Cidade*). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 10 maio 2008.

_____, Congresso Nacional. Lei n. 9.915 de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm>. Acesso em: 26 set. 2010.

_____, Ministério do Esporte. *I Conferência Nacional do Esporte*. Brasília-DF, junho, 2004. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp>> . Acesso em: 25 set. 2004.

_____, Ministério do Esporte. *II Conferência Nacional do Esporte*. Brasília-DF, maio, 2006. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp>>. Acesso em: 20 set. 2007.

_____, Ministério do Esporte. *III Conferência Nacional do Esporte*. Brasília-DF, junho, 2010. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp>>. Acesso em: 26 set. 2010.

_____. *II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND II: 1975-1979*. Lei 6151, de dezembro de 1974. Brasília: República Federativa do Brasil, 1974.

BELO HORIZONTE. *Secretaria de Planejamento/ Indicadores*. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>>. Último acesso em: Janeiro, 2010.

_____, *Revista IQVU – 1994*. Disponível em: < <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/> > .
Último acesso em: Janeiro, 2010.

_____, *Texto: Indicadores e resultados do IQVU 2006 – Nova Metodologia*. 2006.
Disponível em: < <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/> >. Último acesso em: Janeiro, 2010.

BOGOTÁ COMO VAMOS. Colômbia. Disponível em: <<http://www.bogotacomovamos.org>>.
Acesso em 15 jan. 2010.

BONALUME, Cláudia. O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida. In: MÜLLER, Ademir; DA COSTA, Lamartine. *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul, SC: EDNISC, 2002. p. 187- 212.

CÂMARA, Gilberto. DAVIS, Clodoveu; Introdução. In: _____, _____, MONTEIRO, Antônio. *Geoprocessamento: Teoria e Aplicações*. 2001. Disponível: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro>> . Acesso em: 20 nov. 2010.

CARVALHO, S. N. de. Condicionantes e Possibilidades Políticas do Planejamento Urbano. In: VITTE, C. C. S.; KEINERT, T. M. M.(Orgs.) *Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana: discussões teórico-metodológicas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009. p.21-67.

CASTELLANI FILHO, Lino. Lazer e Qualidade de Vida. In: MARCELLINO, Nelson. (org.) *Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. p. 7- 21.

_____. (Org.). *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. Campinas, Sp: Autores Associados, 2007. 155p.

_____. Gestão Municipal e política de lazer. In: YSAYAMA, Helder; LINHALES, Meily. (Orgs.) *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.119-135.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006 (1972). 590 p.

CROCKER, David. Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. In: LUA NOVA. São Paulo: Cedec, n.31, 1993. p.99-131.

DAMIANI, Amélia. *Urbanização Crítica e Produção do Espaço*. In: CIDADES: Revista Científica/ Grupo de Estudos Urbanos. Vol.6, n.10, 2009. p.307-339.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006. 272 p.

DOWBOR, Ladislau. *O debate sobre o PIB: estamos fazendo a conta errada*. 2009. Disponível em: < www.dowbor.org > . Acesso em: 25 nov. 2010.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974. 244 p.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008 (1845). 384 p.

FERREIRA, Adriana. *A compreensão do lazer no planejamento urbano de Goiânia: aproximações históricas*. 2003. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <[www.http://libdigi.unicamp.br/document/code?=vtls000303247](http://libdigi.unicamp.br/document/code?=vtls000303247)> Acesso em: 12 nov. 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Produto Interno Bruto de Minas Gerais Municípios – 2008. *Informativos CEI*. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>. Acesso em 10 jan. 2011.

GLOBAL CITY INDICATORS. *Indicadores Urbanos Globais: Uma Abordagem Integrada para a Mensuração e Monitoramento do Desempenho das Cidades*. 2002. Disponível em: < <http://cityindicators.org> > . Acesso em: 25 jan. 2010.

_____, *Participating Cities*. Disponível em: < <http://cityindicators.org> > . Acesso em: 25 jan. 2010.

GOMES, Christianne. Lazer, trabalho e qualidade de vida. In: CONGRESO DE EDUCACIÓN FÍSICA E CIENCIAS DO DEPORTE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 6., 1998, A Coruña. Deporte e Humanismo en Clave de Futuro. *Anais...* A Coruña: Universidade da Coruña, 1998 (não paginado).

_____, Lazer - Concepções. In: GOMES, Christianne Luce (org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.119 -125.

_____, Lazer e Cidade: reflexões. In: *As Cidades da Cidade*. Carlos Antônio Leite Brandão (org.) Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 171-184.

GOMES, Fernanda. *Discursos Contemporâneos sobre Montes Claros: (re) estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais*. 2007, 181 f. Dissertação (Mestrado Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - UFMG. Belo Horizonte, 2007.

GRAZIA, de Grazia. Introdução. In: GRAZIA, de Grazia (Org.). *Plano Diretor: Instrumento de Reforma Urbana*. FASE, Rio de Janeiro, 1990. p.09-12.

IBGE. *Censo Demográfico de 2010: Primeiros resultados População e Domicílios recenseados*. 2010.

IPEA, BRASIL. Comunicados do IPEA. N. 68: *Análise preliminar dos dados do Censo 2010*. 2010.

HERCULANO, Selene. A qualidade de vida e seus indicadores. In: Revista Ambiente e Sociedade, Campinas, UNICAMP/NEPAM, Ano I, nº2, 1º semestre de 1998. p.01-24.

HOURCADE, Hernán; GUTIERREZ, Gustavo. Qualidade de Vida e os estudos sobre políticas públicas de lazer. In: VILARTA, Roberto (Org.). *Qualidade de Vida e Políticas Públicas: saúde, lazer e atividade física*. Campinas, SP: IPPS Editorial, 2004. p.85-95.

JACOBS. Jane. *Morte e Vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (1961). 510 p.

JANUZZI, Paulo. Repensando a prática de uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. In: KEINERT, Tânia ; KARRUZ, Ana Paula (Orgs.) *Qualidade de Vida: observatórios, experiências e metodologias*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

_____, *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 4. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009. 141 p.

KARRUZ, Ana Paula; KEINERT, Ruben; KEINERT, Tânia. O processo de construção do Observatório de Qualidade de Vida de Santo André: identificação e superação de desafios. In: KEINERT, Tânia ; KARRUZ, Ana Paula (Orgs.) *Qualidade de Vida: observatórios, experiências e metodologias*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. p.53-71.

KOGA, Dirce. *Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003. 299 p.

LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001 (1968). 146 p.

_____, *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 (1972). 192 p.

LEITE, Marcos. *Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano: o caso da cidade de Montes Claros*. 2006, 106f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.

LEITE, Marcos; PEREIRA, Anete. *Metamorfose do espaço intra-urbano de Montes Claros/MG*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2008. 208 p.

LINHALES, Meily *et al.* Esporte e Lazer na Grande-BH: por onde caminham as gestões públicas. In: LINHALES, Meily; ISAYAMA, Hélder (Orgs.). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMA, 2008. p. 13-57.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 360 p.

MAGNANI, José. *Festa no Pedacço: cultura popular e lazer na cidade*. 3.ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003. 192 p.

MARCASSA, Luciana. Recreação - Concepções. In: GOMES, Christianne Luce (org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.196 - 203.

MARCELLINO, Nelson. Subsídios para uma política de lazer: o papel da Administração Municipal. In: _____ (Org.). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das Prefeituras*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. p.23- 30.

_____, O lazer e os espaços na cidade. In: YSAYAMA, Helder; LINHALES, Meily (Orgs.) *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 65-92.

MARCELLINO, Nelson *et al.* Introdução. In: _____, *Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas*. Curitiba: Opus, 2007. p.10-28.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole, legislação e desigualdade. Estud. avançados.*, São Paulo, v. 17, n. 48, Ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: 25 nov. 2010.

_____. *Metrópoles brasileiras*. Texto elaborado por ocasião da palestra dada no evento Próximo Ato 2006, no Instituto Goethe, por solicitação do Itaú Cultural. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/proximoato/pdf/textos/textoerminiamaricato.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

MARQUES, Renato. *Esporte e Qualidade de Vida: reflexão sociológica*. 2007. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MARTINS, Sérgio. Lazer, urbanização e os limites da cidadania. In: YSAYAMA, H.; LINHALES, Meily (Orgs.). *Sobre lazer e política: maneiras de dever, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.93-116.

MASCARENHAS, Fernando. *Lazer e grupos sociais: concepções e método*. 2000. 122 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2000. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000213344&fd=y>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

_____, Lazer e trabalho: liberdade ainda que tardia. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 2., 2001. Belo Horizonte. *Coletânea...* Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2001. Disponível em: <<http://boletimef.org/?canal=12&file=901> >. Acesso em: 10 jan. 2008.

_____, “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. In: MOVIMENTO, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 73-90, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://boletimef.org/?canal=12&file=897> >. Acesso em: 10 jan. 2008.

MELO, Victor; ALVES JUNIOR, Edmundo. *Introdução ao Lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.

MELO, Victor. PERES, Fábio (Orgs.). *Equipamentos Culturais na América do Sul; desigualdades*. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2008.

MONTES CLAROS, Câmara Municipal. *Lei nº 2921, de 27 de agosto de 2001*. Institui o Plano Diretor em Montes Claros. Disponível em: <[http://www.montesclaros.mg.gov.br/planejamento/leis/Plano%20Diretor%20\(aprovado\).pdf](http://www.montesclaros.mg.gov.br/planejamento/leis/Plano%20Diretor%20(aprovado).pdf)> Acesso em: 13 nov.2010.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. *Coletânea de Informações sobre o Município de Montes Claros*. 2006. 47 p.

_____, Prefeitura Municipal. *Mapa Urbano*. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/planejamento/mapas/mapas%20pdf/Mapa%20Urbano.pdf>> . Acesso em 13 nov. 2010.

_____, Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/esportes/index.htm> . Acesso em 10 out. 2010.

MOVIMENTO NOSSA SÃO PAULO. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal>> . Acesso em: 20 jan. 2010.

MÜLLER, Ademir. Lazer e desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma idéia. In: _____; DA COSTA, Lamartine. *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul, SC: EDNISC, 2002. p. 9- 40.

MUNHOZ, Virna. O lazer como direito social na Prefeitura de Belo Horizonte. In: LINHALES, Meily; ISAYAMA, Hélder (Orgs.). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMA, 2008. p. 59- 99.

NAHAS, Maria Inês. *Qualidade de vida urbana em números*. In: ComCiência (UNICAMP), v.96, p.96, 2008.

_____, Indicadores Intra-Urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: uma discussão teórico-metodológica. In: VITTE, Claudete; KEINERT, Tânia(Orgs.) *Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana: discussões teórico-metodológicas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009. p.123-153.

NAHAS, Markus. *Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um Estilo de Vida Ativo*. 4.ed. Londrina: Midiograf, 2006. 282 p.

NAVARRO, Vera Lucia. Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital. In: PADILHA, Walkíria (Org.). *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.p.50-74.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração dos Direitos Humanos*. 1948.

PADILHA, Walkíria. Introdução. In: _____ (Org.). *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006. p.9-18.

PELLEGRIN, Ana. Equipamento de Lazer. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004a. p.69-73.

_____, Espaço de Lazer. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004b. p.73 -75.

PEREIRA, Anete. A propósito das cidades Médias: Algumas considerações sobre Montes Claros. In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIDADES MÉDIAS: dinâmicas econômicas e produção do espaço urbano, 2005, Presidente Prudente. Anais...I Simpósio internacional Cidades Médias, 2005.

_____. *Cidade e Região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais*. 2007. 315f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007.

PEREIRA, Anete; LEITE, Marcos. Configuração do espaço urbano em Montes Claros: Novas tendências, novos cenários. In: IX SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 2005, Manaus. - *Anais... IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, 2005.

PEREIRA, Laurindo; DA SILVA, Luciano (Orgs.). *Políticas e Vivências de Lazer na cidade: o caso de Montes Claros/MG*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2010. 116 p.

PORTO. Câmara Municipal. *Sistema de Monitorização de Qualidade de Vida Urbana*. Disponível em: <<http://www.cm-porto.pt/gen.pl?sid=cmp.sections/915>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

RIBEIRO, Luís. Plano Diretor e gestão democrática da cidade. In: GRAZIA, de G. (Org.). *Plano Diretor: Instrumento de Reforma Urbana*. Rio de Janeiro: FASE, 1990.

RIBEIRO, Ângela; MELLO, Terezana. Aferindo qualidade de vida: a experiência de Curitiba. In: KEINERT, Tânia ; KARRUZ, Ana Paula (Orgs.). *Qualidade de Vida: observatórios, experiências e metodologias*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

RODRIGUES, Luciene. Itinerários da construção e abordagens do desenvolvimento. In: ARGUMENTOS - Dossiê Desenvolvimento Social. Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes/ Universidade Estadual de Montes Claros. V.3, n.1. Montes Claros: Editora Unimontes, 2009. p.127-164.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 152 p.

SALDANHA FILHO, Matheus. Formulando políticas públicas do esporte e lazer no âmbito da cidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 13., 2003, Caxambu. *25 anos de história: o percurso do CBCE na educação física brasileira*. Anais... Caxambu: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2003. Disponível em: <<http://boletimef.org/?canal=12&file=880>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

SANTOS, Edmilson. *Avaliação de Espaços destinados ao lazer esportivo: notas sobre uma proposta metodológica*. In: ARQUIVOS EM MOVIMENTO – Revista Eletrônica da Escola de Educação Física e Deportos/UFRJ. Volume 5, Número1, Janeiro/Junho 2009.

SEN, Amartya. Capability and Well-Being. In: NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya (Orgs.) *The Quality of Life*. Oxford University Press: New York, 1993. p.30-53.

_____, *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000. 409 p.

SILVEIRA, Amanda. *Um olhar sobre a política urbana de Belo Horizonte: há ‘espaço’ para o lazer dentro do planejamento urbano?* 2010. 132f. (Mestrado em Lazer). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2010. Disponível em: <http://www.ufmg.br/mestradoemlazer/?local=subpages&c=9>. Acesso em: 20 nov. 2010.

SOUZA, Marcelo. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008. 560 p.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: IPEA. *Cidades Médias Brasileiras*. 2001.

THE QUALITY OF LIFE PROJECT. Nova Zelândia. Disponível em: <<http://www.bigcities.govt.nz/index.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

VAZ, José. Desafios para a incorporação da transparência em um modelo de gestão municipal. In: CACCIA-BAVA; PAULICS, V.; SPINK, P. (Orgs.). *Novos Contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Pólis/EASP/FGV, 2001. p. 271- 290.

VEIGA, José. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do Século XXI*. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2005. 226 p.

VÉRAS, Maura. *Trocando Olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade*. São Paulo: Studio Nobel: EDUC, 2000. 117 p.

VILARTA, Roberto (Org.). *Qualidade de Vida e Políticas Públicas: saúde, lazer e atividade física*. Campinas, SP: IPPS Editorial, 2004. 154p.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 376 p.

VITTE, Antônio. Modernidade, Território e Sustentabilidade: refletindo sobre qualidade de vida. In: VITTE, Claudete; KEINERT, Tânia(Orgs.) *Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana: discussões teórico-metodológicas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009. p.111- 122.

VITTE, Claudete. Planejamento urbano, sustentabilidade urbana e qualidade de vida: considerações sobre o significado de cidade e de cidadania no início do século XXI. In: KEINERT, Tânia; KARRUZ, Ana Paula (Orgs.) *Qualidade de Vida: observatórios, experiências e metodologias*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. p.21- 38.

_____, A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e sobre a cidade. In: VITTE, Claudete; KEINERT, Tânia(Orgs.) *Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana: discussões teórico-metodológicas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009. p.89-110.

In: VITTE, Claudete; KEINERT, Tânia. Apresentação. In: _____(Orgs.) *Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana: discussões teórico-metodológicas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009. p. 09-11.

YUAN, Lim; YUEN, Belinda; LOW, Christine. Quality of life in cities – Definition , Approches and Research. In :_____, *Urban Quality of Life : critical issues and options*. Singapura, National University of Singapore, 1999. p.01- 12.